

Equatorial S.A.

Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2024

Equatorial S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024

Índice

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	1
BALANÇO PATRIMONIAL.....	9
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	10
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	11
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	12
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	13
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	14
NOTAS EXPLICATIVAS	
1 Contexto operacional.....	15
2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas	25
3 Políticas contábeis materiais.....	29
4 Assuntos regulatórios	57
5 Caixa e equivalentes de caixa	62
6 Aplicações financeiras	62
7 Contas a receber de clientes (Consolidado).....	63
8 Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros - (Consolidado).....	65
9 Impostos e contribuições a recuperar (Consolidado)	68
10 Partes relacionadas.....	69
11 Outras contas a receber (Consolidado)	72
12 Investimentos.....	76
13 Ativo financeiro da concessão (Consolidado)	81
14 Imobilizado (Consolidado)	82
15 Intangível (Consolidado)	83
16 Ativos de contrato (Consolidado)	90
17 Fornecedores (Consolidado).....	91
18 Empréstimos e financiamentos.....	93
19 Debêntures.....	98
20 Impostos e contribuições a recolher (Consolidado).....	104
21 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos.....	105
22 Dividendos a pagar (Controladora).....	109
23 Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial - Equatorial Pará	110
24 Provisão para riscos judiciais e depósitos vinculados (Consolidado)	112
25 PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores.....	117
26 Patrimônio líquido.....	119
27 Receita operacional líquida (Consolidado).....	130
28 Custos do serviço e despesas operacionais (Consolidado).....	132
29 Energia elétrica comprada para revenda (Consolidado).....	133
30 Resultado financeiro.....	134
31 Benefício pós-emprego (Consolidado)	135
32 Instrumentos financeiros.....	147
33 Demonstrações dos fluxos de caixa.....	166
34 Segmento de negócios	168
35 Compromissos futuros.....	170
36 Eventos subsequentes	171



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Equatorial S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Equatorial S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para o descrito na nota explicativa nº 11 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que a Companhia mantém registrado na rubrica de outros créditos a receber “Créditos especiais - Funac”, no montante de R\$ 782.051 mil líquidos de provisão para perdas. Os referidos créditos são provenientes dos passivos contenciosos administrativos e judiciais da controlada indireta Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A., relativos aos fatos geradores ocorridos até a venda do controle acionário da atual controlada para a Eletrobrás que foram assumidos pelo Estado de Goiás por meio da Lei Estadual 17.555/2012 e regulamentação definida pelo Decreto Estadual nº 7.732 de 28 de setembro de 2002. A diretoria da Companhia vem monitorando a expectativa de recebimento destes valores, bem como avaliando os eventuais impactos em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.



**Shape the future
with confidence**

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Controles gerais de tecnologia de informação

A Companhia e suas controladas, devido ao elevado número de transações, utilizam-se de uma complexa estrutura de sistemas e controles de tecnologia da informação, sejam eles manuais, automatizados e dependentes dos sistemas integrados de gestão. A eficácia no desenho e na operação destes controles é de suma importância para que os registros contábeis e, por consequência, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas estejam livres de erros materiais. Essa estrutura encontra-se em diferentes níveis de maturação e os riscos relacionados aos processos de tecnologia da informação relevantes para as transações processadas nos diferentes sistemas podem resultar em informações críticas incorretas, inclusive as utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Devido à importância dos controles gerais de tecnologia da informação, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de TI (“ITGCs”) implementados pelas Companhias para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria; (ii) analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários; (iii) avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia; (iv) avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas conforme o desenho dos referidos controles; (v) analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes. Esses procedimentos, quando necessário, foram executados com o envolvimento dos nossos profissionais de tecnologia.



**Shape the future
with confidence**

A combinação das deficiências dos controles internos encontradas no processo de gestão de acessos e mudanças representou uma deficiência significativa e, portanto, alteraram a nossa avaliação quanto à natureza, época e ampliou a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas no tocante às contas contábeis envolvidas.

Os nossos procedimentos adicionais incluíram, dentre outros, a avaliação substantiva da integridade dos relatórios produzidos pelos sistemas relacionados e utilizados em nossos procedimentos de auditoria.

Com base nos resultados dos procedimentos acima, consideramos aceitáveis as informações extraídas dos sistemas das Companhias para planejamento e execução dos nossos testes no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada

As receitas de fornecimento de energia elétrica são reconhecidas quando do consumo da energia, conforme regime de competência, independente do seu faturamento, uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R\$ 1.318.952 mil em 31 de dezembro de 2024 e está divulgado na nota explicativa nº 7 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

O cálculo da receita não faturada foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da diretoria acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores, a fim de garantir que a receita seja mensurada de forma acurada e contabilizada na competência correta.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a compreensão e documentação do processo de estimativa, com revisão das premissas adotadas por parte da Diretoria; (ii) recálculo por consumidor da estimativa de receita não faturada com base nos dados do relatório extraído do sistema de faturamento, (iii) teste de detalhe em base amostral dos dados do relatório extraído do sistema de faturamento, que são utilizados na realização dos cálculos da estimativa de receita não faturada, (iv) procedimentos analíticos para desenvolver uma expectativa independente baseada no comportamento histórico dos saldos em análise; (v) reconciliação do saldo de receita de fornecimento de energia não faturada com os registros contábeis; e (vi) comparação da premissa de consumo médio estimado pelas Companhias com o consumo médio real conforme relatório extraído da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita não faturada, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento adotadas pelas Companhias, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Teste de recuperabilidade de ativo imobilizado e ativo intangível

Anualmente a Companhia realiza o teste da redução ao valor recuperável (teste de *impairment*) dos saldos de ativo imobilizado e intangível de suas controladas, conforme divulgados nas notas explicativas nºs 14 e 15 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas. As projeções preparadas para realização dos testes de recuperabilidade envolvem um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas dos valores em uso baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro dos negócios. Em razão do alto grau de julgamento envolvido, e ao impacto que a definição das premissas tem nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos este um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) revisão do modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e das premissas e metodologias utilizadas pelas Companhias, em particular aquelas relacionadas às projeções de receitas futuras, taxa de crescimento, taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa e margem de lucro para a unidade geradora de caixa; e (ii) revisão das divulgações efetuadas pelas Companhias nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade dos referidos ativos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ativo imobilizado e do ativo intangível, de acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ativo intangível preparados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Tributos diferidos

Conforme descrito na nota explicativa nº 21, as controladas da Companhia apresentam, no ativo não circulante, o montante de R\$3.179.400 mil referente a créditos tributários diferidos provenientes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e de diferenças temporárias dedutíveis, cujo reconhecimento e recuperabilidade estão fundamentados em estudo elaborado pela diretoria sobre a geração de lucros tributáveis futuros. A estimativa de geração de lucros tributáveis futuros requer julgamento e interpretação de leis tributárias, bem como a projeção de resultados futuros. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores em relação ao total de ativo, bem como em relação aos efeitos no resultado do exercício, e grau de julgamento utilizado nas projeções de lucros tributáveis futuros, suas estimativas e premissas, e do impacto que eventuais alterações nessas premissas e estimativas poderiam trazer às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



**Shape the future
with confidence**

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) utilização de profissionais especializados em tributos para a análise das bases que deram origem aos créditos tributários sob a legislação tributária vigente, (ii) revisão do modelo utilizado para mensurar as projeções de lucros tributários futuros e as expectativas de reversão dos créditos tributários ao longo do tempo, envolvendo as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às projeções de receitas futuras, taxa de crescimento, alíquotas dos tributos, margem de lucro da Companhia, bem como alinhamento dessas premissas com os estudos deliberados pelos órgãos competentes da Companhia; e (iii) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os tributos diferidos, que está consistente com a avaliação das Companhias, consideramos que o mecanismo de mensuração e registro, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



**Shape the future
with confidence**

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



**Shape the future
with confidence**

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



**Shape the future
with confidence**

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 26 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Carlos Santos Mota Filho', is written over the printed name.

Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC PE-020728/O

Equatorial S.A. e Consolidado

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Notas	Controladora		Consolidado		
		2024	2023	2024	2023		2024	2023			
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.797	1.389.062	3.306.364	30/06/2023	4.612.248		4.751	3.796	4.628.036	4.809.010
Aplicações financeiras	6	253.576	1.971.316	9.731.379		7.625.439		-	-	321.822	369.172
Contas a receber de clientes	7	-	-	8.538.999		8.414.799		1.284	888	205.798	205.953
Subvenção-CCC		-	-	71.547		64.777		-	-	5.161.051	3.774.590
Serviços pedidos		-	-	738.805		723.654		-	96.672	1.219.349	1.487.352
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	8	-	-	-		97.933		42.830	5.251	1.176.741	1.093.205
Impostos e contribuições a recuperar	9	8	8	1.612.102		1.700.574		25.420	30	141.358	132.698
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		150.331	63.355	925.259		725.430		-	-	1.301.652	479.822
Dividendos a receber	10	1.161.256	147.834	341.272		-		961.636	507.356	1.509.103	619.904
Almoxarifado		-	-	150.896		135.608		-	-	207.161	198.179
Depósitos vinculados	24	2.879	1.705	13.636		11.386		-	-	456.679	617.800
Instrumentos financeiros derivativos	32.4	-	-	368.191		7.607		24.748	14.778	175.408	152.172
Compromissos futuros	35	-	-	141.530		24.928		-	-	39.899	49.625
Outras contas a receber	11	130.859	85.482	1.463.511		1.287.576		-	-	103.567	65.509
Ativos de contrato	16	-	-	1.123.855		1.388.395		-	-	609.143	648.839
Ativo não circulante mantido para venda		-	341.442	-		1.132.561		-	-	214.265	1.140.393
Total do ativo circulante		1.706.706	4.000.204	28.527.346		27.952.915		1.060.692	628.782	19.605.209	18.149.382
Não circulante											
Aplicações financeiras	6	-	-	702.741		557.220		-	-	73.497	194.811
Contas a receber de clientes	7	-	-	884.797		857.872		3.295.425	-	21.743.520	18.034.095
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	8	-	-	264.381		16.277		285.891	3.984.321	27.703.158	23.156.107
Impostos e contribuições a recuperar	9	-	-	2.752.098		2.746.025		-	-	417.525	972.444
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		301	12.801	199.855		260.806		-	-	3.017.707	2.913.172
Serviços pedidos		-	-	168.182		91.654		27.849	75.135	2.806.302	2.640.491
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	-	-	3.179.400		2.729.099		-	-	819.187	1.096.910
Depósitos vinculados	24	169	169	836.304		716.105		-	-	894.919	886.004
Sub-rogação da CCC - valores aplicados		-	-	349.930		20.444		-	-	4.691.872	5.141.478
Benefício pós-emprego	31	-	-	20.224		30.756		-	-	1.925.087	2.077.303
Instrumentos financeiros derivativos	32.4	81.909	220.986	489.859		220.986		-	-	1.052.377	1.319.963
Compromissos futuros	35	-	-	14.460		23.959		337.901	225.202	303.901	201.211
Outras contas a receber	11	128.917	119.695	854.561		867.271		-	-	-	-
Investimentos	12	29.219.111	21.674.339	6.787.174		24.546		-	-	155.900	441.696
Ativo financeiro da concessão	13	-	-	15.865.088		13.025.072		-	-	91.863	88.744
Imobilizado	14	2.094	668	7.579.662		7.349.632		-	-	29.634	24.739
Intangível	15	5.728	6.301	32.373.681		31.447.954		23.491	28.480	1.192.847	1.021.243
Direito de uso		-	-	507.216		521.482		3.970.557	4.313.138	66.919.296	60.210.411
Ativos de contrato	16	-	-	14.055.132		14.183.377					
Total do ativo não circulante		29.438.229	22.034.959	87.884.745		75.690.537					
Passivo											
Circulante											
Fornecedores	17							-	-		
Fornecedores - Risco sacado	17.1							-	-		
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento								1.284	888		
Empréstimos e financiamentos	18							-	-		
Debêntures	19							-	96.672		
Impostos e contribuições a recolher	20							42.830	5.251		
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher								25.420	30		
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	8							-	-		
Dividendos a pagar	22							961.636	507.356		
Contribuição de iluminação pública								-	-		
Encargos setoriais								-	-		
Participação nos lucros								24.748	14.778		
PIS e COFINS diferidos	21.5							-	-		
Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	23.1							-	-		
Provisão para riscos judiciais	24							-	-		
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	25							-	-		
Benefício pós-emprego	31							-	-		
Instrumentos financeiros derivativos	32.4							-	-		
Passivo de arrendamento								-	-		
Compromissos futuros	35							-	-		
Outras contas a pagar								23	11		
Passivos relacionados a ativo não circulante mantido para venda								-	-		
Total do passivo circulante								1.060.692	628.782	19.605.209	18.149.382
Não circulante											
Fornecedores	17							-	-		
Empréstimos e financiamentos	18							3.295.425	-		
Debêntures	19							285.891	3.984.321		
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	8							-	-		
Impostos e contribuições a recolher	20							-	-		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21							27.849	75.135		
PIS e COFINS diferidos	21.5							-	-		
Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	23.1							-	-		
Provisão para riscos judiciais	24							-	-		
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	25							-	-		
Benefício pós-emprego	31							-	-		
Encargos setoriais								-	-		
Provisão para perda em investimento	12							337.901	225.202		
Instrumentos financeiros derivativos	32.4							-	-		
Passivo de arrendamento								-	-		
Compromissos futuros	35							-	-		
Outras contas a pagar								23.491	28.480		
Total do passivo não circulante								3.970.557	4.313.138	66.919.296	60.210.411
Patrimônio líquido											
Capital social	26										
Ações em tesouraria	26.1							12.466.882	9.308.724		
Reservas de capital	26.2							(58.348)	-		
Reservas de lucros	26.3							2.124.228	2.095.380		
Ajuste de avaliação patrimonial	26.4							11.625.990	9.810.127		
Atribuível aos acionistas da Companhia								26.113.686	21.093.243	26.113.686	21.093.243
Atribuível aos acionistas não controladores								-	-	3.773.900	4.190.416
Total do patrimônio líquido								26.113.686	21.093.243	29.887.586	25.283.659
Total do ativo								31.144.935	26.035.163	116.412.091	103.643.452
Total do passivo e patrimônio líquido								31.144.935	26.035.163	116.412.091	103.643.452

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Equatorial S.A. e Consolidado

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita de implementação de infraestrutura, O&M e outras, líquidas	-	-	43.737.626	39.460.592
Remuneração dos ativos da concessão, líquida	-	-	1.629.049	1.524.485
Receita operacional líquida	27	-	45.366.675	40.985.077
Energia elétrica comprada para revenda	29	-	(19.563.903)	(17.012.953)
Custo de construção	-	-	(8.538.882)	(8.129.445)
Custo da operação	-	-	(4.206.928)	(3.700.147)
Custos de energia elétrica, construção e operação	28	-	(32.309.713)	(28.842.545)
Lucro bruto		-	13.056.962	12.142.532
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas com vendas	28	(12.890)	-	(982.349)
Despesas gerais e administrativas	28	(103.633)	(73.879)	(2.278.845)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	28	-	(630.522)	(642.522)
Resultado da equivalência patrimonial	12	3.248.396	2.750.916	264.761
Outras despesas operacionais, líquidas	28.1	(30.957)	(907)	(622.080)
Total de receitas (despesas) operacionais		3.100.916	2.676.130	(4.495.123)
Resultado antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social		3.100.916	2.676.130	8.636.463
Receitas financeiras	30	477.661	519.151	4.401.355
Despesas financeiras	30	(822.656)	(1.243.559)	(9.142.153)
Resultado financeiro	30	(344.995)	(724.408)	(4.612.620)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		2.755.921	1.951.722	3.895.665
Imposto de renda e contribuição social - correntes	21.4	(90)	-	(208.333)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	21.4	55.844	123.871	80.473
Impostos sobre o lucro		55.754	123.871	(127.860)
Lucro líquido do exercício		2.811.675	2.075.593	3.767.805
Resultado atribuível aos:				
Acionistas da controladora		2.811.675	2.075.593	2.811.675
Acionistas não controladores		-	-	956.130
Lucro líquido do exercício		2.811.675	2.075.593	3.767.805
Lucro por ação básico - R\$	26.6	2,25421	1,80941	
Lucro por ação diluído - R\$	26.6	2,25444	1,79555	
Quantidade de ações ordinárias no final do exercício (em milhares de ações)		1.249.259	1.147.108	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Equatorial S.A. e Consolidado

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício	2.811.675	2.075.593	3.767.805	2.876.284
Outros resultados abrangentes				
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado				
Hedge e benefícios pós-emprego, líquidos de tributos diferidos	75.922	(65.289)	53.896	(46.131)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	75.922	(65.289)	53.896	(46.131)
Total dos resultados abrangentes	2.887.597	2.010.304	3.821.701	2.830.153
Acionistas controladores	2.887.597	2.010.304	2.887.597	2.010.304
Acionistas não controladores	-	-	934.104	819.849
Total dos resultados abrangentes	2.887.597	2.010.304	3.821.701	2.830.153

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Equatorial S.A. e Consolidado

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Notas	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Reservas de lucros					Lucros acumulados	Patrimônio líquido da controladora	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
					Legal	Reserva para investimento e expansão	Reserva de lucros a realizar	Reserva de dividendos adicionais	Ajuste de avaliação patrimonial				
Saldos em 31 de dezembro de 2022	8.872.296	7.147	(642.725)	187.518	68.697	6.829.826	1.343.325	3.968	(55.699)	-	16.614.353	1.952.627	18.566.980
Aumento de capital	436.428	(7.147)	-	-	-	-	-	-	-	-	429.281	10.000	439.281
Ações em tesouraria vendida	-	-	642.725	346.954	-	-	-	-	-	-	989.679	-	989.679
Valor justo das opções de compra <i>(Vesting period)</i>	-	-	-	15.296	-	-	-	-	-	-	15.296	-	15.296
Aquisição de participação em controlada dos acionistas não-controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.403.000	3.403.000
Mudança na participação relativa	-	-	-	1.545.612	-	-	-	-	-	-	1.545.612	(1.545.612)	-
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.997)	(9.997)
Dividendos adicionais distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	(3.968)	-	-	(3.968)	(144.845)	(148.813)
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	-	(63.595)	-	-	-	(63.595)	-	(63.595)
Resultado abrangente do exercício													
Resultados abrangentes <i>(hedge)</i> e benefícios pós-emprego, líquidos de tributos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	(65.289)	-	(65.289)	19.158	(46.131)
Destinação do Lucro													
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.075.593	2.075.593	800.691	2.876.284
Constituição da Reserva Legal	26.3.1	-	-	-	103.780	-	-	-	-	(103.780)	-	-	-
Constituição dos dividendos obrigatórios	22	-	-	-	-	-	49.234	-	-	(492.953)	(443.719)	(294.606)	(738.325)
Constituição dos dividendos adicionais propostos	26.3.4	-	-	-	-	-	-	8.885	-	(8.885)	-	-	-
Constituição da reserva de investimento e expansão	26.3.2	-	-	-	-	1.469.975	-	-	-	(1.469.975)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	9.308.724	-	-	2.095.380	172.477	8.299.801	1.328.964	8.885	(120.988)	-	21.093.243	4.190.416	25.283.659
Aumento de capital	26.1	3.158.158	-	-	-	-	-	-	-	-	3.158.158	12.066	3.170.224
Ações em tesouraria	-	-	(58.348)	810	-	-	-	-	-	-	(57.538)	-	(57.538)
Valor justo das opções de compra <i>(Vesting period)</i>	26.7.1	-	-	23.317	-	-	-	-	-	-	23.317	-	23.317
Valor justo das opções de compra <i>Matching Shares - (Vesting period)</i>	26.7.4	-	-	4.721	-	-	-	-	-	-	4.721	-	4.721
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(338.085)	(338.085)
Dividendos adicionais distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	(8.885)	-	-	(8.885)	(480.730)	(489.615)
Realização da reserva de lucros a realizar	26.3.3	-	-	-	-	-	(293.816)	-	-	-	(293.816)	(145)	(293.961)
Resultado abrangente do exercício													
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	32.4.1	-	-	-	-	-	-	-	(348.568)	-	(348.568)	(54.817)	(403.385)
Tributos diferidos sobre resultado de instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-	143.054	-	143.054	17.177	160.231
Resultados abrangentes - benefício pós emprego	31.3	-	-	-	-	-	-	-	286.572	-	286.572	17.025	303.597
Tributos diferidos sobre benefício pós emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.136)	-	(5.136)	(1.411)	(6.547)
Destinação do lucro													
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.811.675	2.811.675	956.130	3.767.805
Constituição da reserva legal	26.3.1	-	-	-	140.584	-	-	-	-	(140.584)	-	-	-
Constituição dos dividendos obrigatórios	22	-	-	-	-	-	(25.338)	-	-	(322.164)	(347.502)	-	(347.502)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(345.609)	(345.609)	(543.726)	(889.335)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais - realização da reserva de investimento e expansão	-	-	-	-	-	(558)	-	558	-	-	-	-	-
Constituição da reserva para investimento e expansão	26.3.2	-	-	-	-	2.003.318	-	-	-	(2.003.318)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	12.466.882	-	(58.348)	2.124.228	313.061	10.302.561	1.009.810	558	(45.066)	-	26.113.686	3.773.900	29.887.586

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Equatorial S.A. e Consolidado

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	2.811.675	2.075.593	3.767.805	2.876.284
Ajustes para:				
Amortização e depreciação	180	115	2.185.353	1.873.371
Amortização do direito de concessão	-	-	571.837	573.436
Resultado de equivalência patrimonial	(3.248.396)	(2.750.916)	(264.761)	-
Baixa de intangível, imobilizado, ativos financeiro e de contrato	-	2.607	226.082	180.075
Atualização dos ativos financeiro e de contrato	-	-	(2.054.170)	(2.241.141)
Encargos de geração distribuída	-	-	14.701	-
Margem de construção - Transmissão	-	-	(3.391)	(171.294)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	495.867	662.551	6.710.324	4.463.120
Resultado com instrumentos derivativos	139.077	364.326	(1.173.787)	1.110.053
Rendimento de aplicações financeiras	(141.062)	(240.729)	(1.193.096)	(1.210.334)
Provisão e atualização do ressarcimento	-	-	102.463	-
Realização futura de contratos de energia elétrica	-	-	15.182	51.115
Ajuste a valor presente	-	-	23.226	(17.275)
Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	-	630.522	673.050
Encargos financeiros sobre perdas estimadas em créditos de liquidação duvid	-	-	(9.031)	(15.264)
Baixa de recebíveis incobráveis	-	-	272.550	(67.222)
Provisão e atualização de encargos setoriais	-	-	(355.487)	343.947
Provisão e atualização de riscos judiciais	-	-	254.212	281.746
Valores (a receber) a pagar da parcela A e outros itens financeiros	-	-	(1.330.493)	(1.127.150)
PIS e COFINS diferidos	-	-	(180.146)	91.004
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	(55.844)	(123.871)	(80.473)	(89.852)
Impostos de renda e contribuições sociais correntes	90	-	208.333	248.357
Valor justo das opções de compra	13.297	11.600	14.352	67.282
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	-	-	62.540	(40.472)
Resultado na alienação de investimento	171	-	(254.956)	-
Provisão para participação nos lucros	1.747	1.952	116.608	104.489
Plano de aposentadoria e pensão	-	-	136.180	132.835
Provisão (reversão) de provisão para perda de estoque (ativos de contrato)	-	-	(114.418)	245.311
Outros	-	-	-	71.755
	<u>16.802</u>	<u>3.228</u>	<u>8.298.061</u>	<u>8.407.226</u>
Variações nos ativos e passivos, circulantes e não circulantes:				
Contas a receber de clientes	-	-	148.117	177.803
Subvenção-CCC	-	-	(6.770)	19.459
Serviços pedidos	-	-	(70.680)	(73.651)
Depósitos vinculados	(1.174)	(1.009)	(84.642)	(72.952)
Devolução de capital a liquidar	-	312.647	-	-
Almoxarifado	-	-	(15.288)	143.252
Impostos e contribuições a recuperar	-	47	(547.199)	(90.917)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(10.721)	3.452	(145.293)	(29.543)
Sub-rogação da CCC	-	-	(92.666)	64.676
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	-	-	382.155	(25.346)
Ativos de contrato	-	-	(5.415)	(65.097)
Outras contas a receber	(24.599)	(74.016)	(151.368)	(228.035)
Fornecedores	(3.701)	1.141	(648.431)	230.358
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	396	246	(454.676)	(447.551)
Impostos e contribuições a recolher	12.241	3.030	995.567	530.008
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	33.858	(12)	(194.605)	175.021
Contribuição de iluminação pública	-	-	8.982	43.372
Encargos setoriais	-	-	278.094	(326.863)
Participação nos lucros	8.223	(4.147)	(93.102)	(100.518)
Benefício pós emprego	-	-	(112.768)	(108.501)
Riscos judiciais pagos	-	-	(716.969)	(497.777)
Compromissos futuros	-	-	-	-
Outras contas a pagar	12	6	623.364	204.107
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	-	-	-	(12.164)
Dividendos a receber	1.722.450	708.976	-	-
Ativos/Passivos classificados como mantidos para venda	-	-	(964)	-
Caixa proveniente das atividades operacionais	<u>1.753.787</u>	<u>953.589</u>	<u>7.393.504</u>	<u>7.916.367</u>
Aplicações financeiras	141.062	240.729	1.193.096	1.210.334
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	(376.509)
Juros pagos	(419.749)	(657.503)	(4.335.392)	(4.400.679)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>1.475.100</u>	<u>536.815</u>	<u>4.251.208</u>	<u>4.349.513</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aquisições no intangível	(65)	(36)	(40.688)	(83.072)
Devolução do preço pago pelo antigo controlador	-	-	-	142.090
Aquisições no imobilizado	(968)	(141)	(404.177)	(2.606.231)
Aquisições de ativos de contrato	-	-	(5.542.130)	(6.458.751)
Reorganização societária	3.803.600	-	-	-
Aumento de capital em investidas	(3.992.542)	(1.159.200)	-	10.000
Redução de capital em investida	155.600	-	-	-
Alienação de investimentos	320.913	-	1.030.913	-
Aquisição de participação em controlada dos acionistas não-controladores	-	-	-	3.403.000
Aquisição de participação em coligada	(6.869.274)	-	(6.869.274)	-
Caixa líquido de subsidiárias alienadas	-	-	(29.864)	(60.787)
Resgates (aplicações) financeiras	1.717.740	(1.944.738)	(2.335.779)	(3.048.912)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	<u>(4.864.996)</u>	<u>(3.104.115)</u>	<u>(14.190.999)</u>	<u>(8.702.663)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Amortização de empréstimos e financiamentos	(2.442.787)	-	(7.829.405)	(11.456.082)
Captação de empréstimos e financiamentos	5.566.992	1.286.782	10.851.675	6.752.267
Captação de debêntures	-	1.578.983	13.714.760	15.424.094
Amortização de debêntures	(3.700.000)	(448.400)	(9.812.128)	(5.556.180)
Amortização do passivo de arrendamento	-	-	(26.247)	(22.932)
Recebimento de instrumentos financeiro derivativos	-	-	85.039	61.916
Valores pagos referente a acordos com plano de recuperação judicial	-	-	(28.514)	(26.321)
Partes relacionadas - recebimento de mútuo	-	44.417	-	-
Aumento de capital	3.158.158	429.281	3.170.224	429.281
Dividendos pagos	(516.194)	(385.133)	(1.433.959)	(796.686)
Recompra de ações próprias	(57.538)	-	(57.538)	-
Resultado com alienação de ações em tesouraria	-	989.679	-	989.679
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>2.008.631</u>	<u>3.495.609</u>	<u>8.633.907</u>	<u>5.799.036</u>
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.381.265)</u>	<u>928.309</u>	<u>(1.305.884)</u>	<u>1.445.886</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.389.062	460.753	4.612.248	3.166.362
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>7.797</u>	<u>1.389.062</u>	<u>3.306.364</u>	<u>4.612.248</u>
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.381.265)</u>	<u>928.309</u>	<u>(1.305.884)</u>	<u>1.445.886</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Equatorial S.A. e Consolidado

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas				
Vendas de produtos e serviços	-	-	52.783.725	46.672.350
Receitas de construção	-	-	8.542.273	8.162.226
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	-	(630.522)	(642.522)
Outras receitas	-	-	20.107	28.407
	-	-	60.715.583	54.220.461
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)				
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	-	-	(28.102.785)	(25.142.398)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(55.110)	(38.564)	(3.852.651)	(3.288.192)
Subvenção - CCC	-	-	(75.627)	(3.336)
Outras despesas	(30.957)	(907)	(646.669)	(661.905)
	(86.067)	(39.471)	(32.677.732)	(29.095.831)
Valor (aplicado) adicionado bruto	(86.067)	(39.471)	28.037.851	25.124.630
Depreciação e amortização	(180)	(115)	(2.185.353)	(1.873.371)
Valor (aplicado) adicionado líquido gerado pela Companhia	(86.247)	(39.586)	25.852.498	23.251.259
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	495.958	539.349	4.518.815	3.509.917
Resultado de equivalência patrimonial	3.248.396	2.750.916	264.761	-
Amortização do direito de concessão	-	-	(571.837)	(573.436)
	3.744.354	3.290.265	4.211.739	2.936.481
Valor adicionado total a distribuir	3.658.107	3.250.679	30.064.237	26.187.740
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	52.752	30.760	685.777	706.779
Benefícios	1.877	1.310	224.978	279.601
FGTS	437	283	104.377	90.030
	55.066	32.353	1.015.132	1.076.410
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	(31.446)	(100.891)	8.300.232	7.832.624
Estaduais	-	-	7.790.990	6.355.412
Municipais	-	-	14.926	13.806
	(31.446)	(100.891)	16.106.148	14.201.842
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	495.870	662.549	7.199.939	6.161.603
Aluguéis	156	65	32.999	25.059
Outros	326.786	581.010	1.942.214	1.846.542
	822.812	1.243.624	9.175.152	8.033.204
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	667.773	452.604	1.236.837	747.210
Lucro retido no exercício	2.143.902	1.622.989	1.600.176	1.328.383
Participação dos não controladores no lucro do exercício	-	-	956.130	800.691
	2.811.675	2.075.593	3.793.143	2.876.284
Valor adicionado	3.658.107	3.250.679	30.089.575	26.187.740

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Equatorial S.A. (atual razão social da antiga Equatorial Energia S.A.) (“Companhia” ou “Equatorial” ou “Controladora” ou, conjuntamente com suas controladas, referidas como “Grupo”), é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na Alameda A, Quadra SQS, nº 100, sala 30, Loteamento Quitandinha, bairro Altos do Calhau, cidade de São Luís, Estado do Maranhão, CEP 65.070-900, tem por objetivo a participação em outras sociedades, prioritariamente em operações de geração, distribuição, transmissão de energia elétrica e saneamento. A Companhia possui ações negociadas no Mercado de Balcão Organizado do Brasil, Bolsa, Balcão S.A (B3) sob o ticker “EQTL3” e, desde 2008, participa do Novo Mercado.

1.1 Entidades controladas

A Companhia mantém investimentos conforme demonstrado a seguir:

Distribuição de energia:	Tipo de sociedade	Participação societária	Estado e área de operação	Nº de consumidores*	Nº contrato de concessão	Prazo de concessão	Início da concessão	Término da concessão
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	Sociedade anônima aberta	Indireta, 71,61%	Pará	3.064.204	182/1998	30 anos	28/07/1998	27/07/2028
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	Sociedade anônima aberta	Indireta, 48,32%	Maranhão	2.805.962	060/2000	30 anos	11/08/2000	10/08/2030
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	Sociedade anônima aberta	Indireta, 99,96%	Goiás	3.497.392	063/2000	30 anos	08/07/2015	07/07/2045
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	Sociedade anônima aberta	Indireta, 95,12%	Rio Grande do Sul	1.957.519	081/1999	30 anos	07/07/2015	06/07/2045
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta 70,45%	Piauí	1.546.949	001/2018	30 anos	18/10/2018	17/10/2048
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 91,50%	Alagoas	1.394.549	002/2019	30 anos	19/03/2019	18/03/2049
Companhia de Eletricidade do Amapá CEA	Sociedade anônima fechada	Indireta, 99,98%	Amapá	237.938	001/2021	30 anos	24/11/2021	23/11/2051
Transmissão de energia:	Tipo de sociedade	Participação societária	Estado (sede)	Área de operação (linha de transmissão)	Nº contrato de concessão	Prazo de concessão	Início da concessão	Término da concessão
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Brasília	Bahia	007/2017	30 anos	10/02/2017	09/02/2047
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Brasília	Bahia	008/2017	30 anos	10/02/2017	09/02/2047
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Brasília	Bahia e Piauí	010/2017	30 anos	10/02/2017	09/02/2047
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Brasília	Bahia e Minas Gerais	012/2017	30 anos	10/02/2017	09/02/2047
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Brasília	Bahia e Minas Gerais	013/2017	30 anos	10/02/2017	09/02/2047
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Brasília	Bahia e Minas Gerais	014/2017	30 anos	10/02/2017	09/02/2047
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	Sociedade anônima aberta	Indireta, 100%	Brasília	Pará	048/2017	30 anos	21/07/2017	20/07/2047
Saneamento:	Tipo de sociedade	Participação societária	Estado	Nº de consumidores*	Nº contrato de concessão	Prazo de concessão	Início da concessão	Término da concessão
Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 80%	Amapá	95.431	001/2021	35 anos	13/07/2022	12/07/2057

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Geração de energia:	Tipo de sociedade	Participação societária	Estado	Área de operação	Energia contratada (MWm)	Prazo de outorga	Início outorga	Final outorga
Eólica Baixa Verde S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	6	35 anos	11/08/2010	11/08/2045
Eólica Pedra do Reino S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Bahia	Bahia	10	35 anos	30/06/2010	30/06/2045
Eólicatec Sobradinho S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Bahia	Bahia	6,8	35 anos	03/08/2011	03/08/2046
Eólica Moxotó S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	8,4	35 anos	18/04/2011	18/04/2046
Nova Ventos do Morro do Chapéu Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Ceará	Ceará	13,1	35 anos	30/06/2011	30/06/2046
Nova Ventos do Parazinho Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Ceará	Ceará	14	35 anos	08/07/2011	08/07/2046
Nova Vento Formoso Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Ceará	Ceará	13,5	35 anos	08/07/2011	08/07/2046
Nova Ventos de Tianguá Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Ceará	Ceará	14,1	35 anos	04/07/2011	04/07/2046
Nova Ventos de Tianguá do Norte Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Ceará	Ceará	13,1	35 anos	04/07/2011	04/07/2046
Eólica Serra de Santana S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	8,1	35 anos	17/08/2011	17/08/2046
Eólica Lagoa Nova S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	13,5	35 anos	03/08/2011	03/08/2046
Eólica Seridó S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	12,7	35 anos	11/08/2011	11/08/2046
Eólica Paraíso S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	9	35 anos	02/05/2012	02/05/2047
Eólica Lanchinha S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	13,2	35 anos	02/05/2012	02/05/2047
Eólica Cabeço Vermelho S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	13,6	35 anos	14/07/2014	14/07/2049
Eólica Cabeço Vermelho II S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	9	35 anos	18/07/2014	18/07/2049
Ventos de São Clemente I Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Pernambuco	Pernambuco	15,3	35 anos	25/11/2014	25/11/2049
Ventos de São Clemente II Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Pernambuco	Pernambuco	14,2	35 anos	25/11/2014	25/11/2049
Ventos de São Clemente III Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Pernambuco	Pernambuco	14,5	35 anos	27/11/2014	27/11/2049
Ventos de São Clemente IV Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta,100%	Pernambuco	Pernambuco	14,6	35 anos	28/11/2014	28/11/2049
Ventos de São Clemente V Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Pernambuco	Pernambuco	15,7	35 anos	27/11/2014	27/11/2049
Ventos de São Clemente VI Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Pernambuco	Pernambuco	13,3	35 anos	27/11/2014	27/11/2049
Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Pernambuco	Pernambuco	10,7	35 anos	28/11/2014	28/11/2049
Ventos de São Clemente VIII Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Pernambuco	Pernambuco	9,5	35 anos	27/11/2014	27/11/2049
Eólica Pedra Rajada S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	11	35 anos	02/04/2015	02/04/2050
Eólica Pedra Rajada II S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	10,1	35 anos	02/04/2015	02/04/2050
Eólica Boa Esperança I S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	14,4	35 anos	20/08/2015	20/08/2050
Eólica Pedra do Reino IV S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Bahia	9,7	35 anos	12/05/2016	12/05/2051
Vila Sergipe 1 Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Rio Grande do Norte	Variável	35 anos	26/12/2018	26/12/2053
Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Rio Grande do Norte	Variável	35 anos	26/12/2018	26/12/2053
Vila Rio Grande do Norte 2 Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Rio Grande do Norte	Variável	35 anos	26/12/2018	26/12/2053
Vila Sergipe 2 Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	Variável	35 anos	21/03/2019	21/03/2054
Vila Sergipe 3 Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	Variável	35 anos	21/03/2019	21/03/2054
Vila Piauí 3 Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	Variável	35 anos	21/03/2019	21/03/2054
Vila Piauí 1 Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Rio Grande do Norte	Variável	35 anos	26/03/2019	26/03/2054
Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Rio Grande do Norte	Variável	35 anos	26/03/2019	26/03/2054
Vila Alagoas II Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	Variável	35 anos	12/03/2020	12/03/2055
Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	Variável	35 anos	12/03/2020	12/03/2055
Vila Espírito Santo II Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	Variável	35 anos	12/03/2020	12/03/2055
Vila Espírito Santo III Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	Variável	35 anos	12/03/2020	12/03/2055
Vila Espírito Santo IV Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	Variável	35 anos	12/03/2020	12/03/2055
Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	Variável	35 anos	12/03/2020	12/03/2055
UFV Sol do Pilar S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	-	-	(a)	-
Ribeiro Gonçalves Solar VI S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Piauí	11	35 anos	21/08/2020	20/08/2055
Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Piauí	9,9	35 anos	21/08/2020	20/08/2055
Ribeiro Gonçalves Solar VIII S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Piauí	9,9	35 anos	21/08/2020	20/08/2055
Sertão Solar Barreiras XV S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Bahia	16,27	35 anos	25/05/2021	24/05/2056
Sertão Solar Barreiras XVI S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Bahia	16,27	35 anos	25/05/2021	24/05/2056
Sertão Solar Barreiras XVII S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Bahia	16,31	35 anos	25/05/2021	24/05/2056
Sertão Solar Barreiras XVIII S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Bahia	16,32	35 anos	25/05/2021	24/05/2056
Sertão Solar Barreiras XIX S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Bahia	16,32	35 anos	25/05/2021	24/05/2056
Sertão Solar Barreiras XX S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Bahia	16,32	35 anos	25/05/2021	24/05/2056
Sertão Solar Barreiras XXI S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Bahia	16,32	35 anos	25/05/2021	24/05/2056

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Geração de energia:	Tipo de sociedade	Participação societária	Estado	Área de operação	Energia contratada (MWm)	Prazo de outorga	Início outorga	Final outorga
Ribeiro Gonçalves Solar III S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Piauí	12,2	35 anos	01/08/2019	31/07/2054
Ribeiro Gonçalves Solar IV S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Piauí	6	35 anos	01/08/2019	31/07/2054
Serra do Mel VIII Ltda.	Sociedade limitada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	-	-	(a)	-
Serra do Mel IX Ltda.	Sociedade limitada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	-	-	(a)	-
Serra do Mel X Ltda.	Sociedade limitada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	-	-	(a)	-
Sol Serra do Mel XIII SA.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	-	-	(a)	-
Vila Echoenergia Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	-	-	(a)	-
Ribeiro Gonçalves Solar II S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Piauí	12,2	35 anos	01/08/2019	31/07/2054
Ribeiro Gonçalves Solar I S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Piauí	5	35 anos	01/08/2019	31/07/2054
Comercialização de energia:	Tipo de sociedade	Participação societária	Estado					
Equatorial Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo					
Echoenergia Comercializadora de Energia Ltda.	Sociedade limitada	Indireta, 100%	São Paulo					
Prestação de serviços:	Tipo de sociedade	Participação societária	Estado					
Equatorial Serviços S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 100%	Maranhão					
Equatorial Telecomunicações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Maranhão					
Equatorial Geração Distribuída SPE S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Maranhão					
Equatorial Engenharia e Construções S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Maranhão					
E-Nova Geração Distribuída S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Maranhão					
Equatorial Finanças S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Maranhão					
Echoenergia Suprimentos e Empreendimentos Ltda.	Sociedade limitada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte					
Holdings de Distribuição de Energia, Geração, Saneamento e Transmissão:	Tipo de sociedade	Participação Societária	Estado					
Equatorial Energia Distribuição S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 74,21%	Maranhão					
Equatorial Transmissão S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 100%	Distrito Federal					
Equatorial Participações e Investimentos S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 100%	Maranhão					
Equatorial Participações e Investimentos II S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 100%	Maranhão					
Equatorial Participações e Investimentos III S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 100%	Maranhão					
Equatorial Transmissora Holding S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta,100%	Maranhão					
Echoenergia Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo					
Echoenergia Crescimento S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo					
Echo Holding 1 S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Ceará					
Ventos de São Clemente Holding S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Ceará					
Ventos de São Jorge Holding S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Ceará					
Serra do Mel Holding S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo					
Serras Holding S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte					
Ribeiro Gonçalves Solar Holding S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo					
Barreiras Holding S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo					

(*) Referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre, não auditado.
(a) Empresas pré-operacionais e sem previsão para a entrada em operação ao longo do exercício de 2025.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas Companhias consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

1.2 Entidades coligadas

A Companhia detém 15% de participação na Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, a partir de 28 de agosto de 2024, quando a participação acionária foi adquirida.

1.2.1 Aquisição de participação significativa da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP pelo Grupo Equatorial

Contextualização e descrição da transação:

Em 28 de junho de 2024, a Equatorial Participações e Investimentos IV S.A. (Equatorial Participações IV), sociedade 100% controlada pela Equatorial S.A. na época, foi confirmada como Investidor de Referência Finalista da Oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da SABESP e de titularidade do Estado de São Paulo, ao preço por Ação da Alocação Prioritária de R\$ 67,00 (sessenta e sete reais), sendo o valor total da transação de R\$ 6.869.274.

Em 18 de julho de 2024, a Equatorial Participações IV formalizou sua condição de Investidor de Referência da SABESP mediante a celebração do Acordo de Investimento, *Lock-up* e Outras Avenças com o Estado de São Paulo, o qual estabelece direitos e obrigações relativas ao exercício de voto e restrições a negociação das ações de emissão da SABESP detidas pelos acionistas signatários, além de outros compromissos assumidos pelas partes signatárias.

Com a liquidação da Oferta, ocorrida em 22 de julho de 2024, e sujeita às condições descritas no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias de Emissão de SABESP e de titularidade do Estado de São Paulo, a Equatorial Participações IV passou a deter ações representativas de 15% (quinze por cento) do capital social da SABESP. A aquisição foi submetida a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) sendo concluída após o trânsito em julgado ocorrido em 26 de agosto de 2024. A Equatorial Participações IV foi incorporada pela Equatorial S.A. em 20 de dezembro de 2024, sendo transferido, portanto, a detenção das ações da SABESP para a Companhia.

A SABESP é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) e na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE). Foi fundada em 1973, resultado da fusão de várias empresas de saneamento que operavam no estado de São Paulo e foi criada com o objetivo de centralizar e melhorar os serviços de saneamento básico no estado de São Paulo. A investida é responsável pela captação, tratamento e distribuição de água potável, assim como tratamento e destinação correta do esgoto coletado, contribuindo para a saúde pública e a preservação ambiental, atendendo 375 municípios no estado de São Paulo.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Impacto contábil:

Esta aquisição não resultou em controle da SABESP pela Equatorial S.A., sendo classificada como um investimento relevante sem controle. A participação adquirida foi reconhecida como um investimento em coligada, conforme o CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto. O investimento foi inicialmente registrado pelo custo de aquisição, que inclui o valor justo da contraprestação transferida. A Equatorial possui, conforme acordo de acionistas, direito a indicação de três conselheiros de um total de nove, além de prioridade na indicação do Diretor-presidente da SABESP.

Para a mensuração do reconhecimento inicial do investimento foram utilizados os saldos de 31 de agosto de 2024, data-base mais próxima da data de aquisição. O excesso do valor pago em relação ao patrimônio líquido proporcional da investida, no valor de R\$1.241.719, foi alocado como mais valia e será amortizado pelo prazo da concessão.

Informações financeiras da SABESP:

A seguir, apresentamos um resumo das principais informações financeiras da SABESP no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em R\$ mil:

- Ativos totais: R\$ 80.978.272
- Passivos totais: R\$ 44.050.218
- Patrimônio líquido: R\$ 36.928.054
- Lucro líquido do exercício: R\$ 9.579.563

Perspectivas futuras:

A Companhia acredita que a participação na SABESP trará benefícios estratégicos e financeiros a longo prazo. A Companhia continuará monitorando o desempenho da SABESP e explorando oportunidades de colaboração que possam gerar valor adicional para ambas as partes. A Companhia também planeja apoiar a SABESP em suas iniciativas de expansão e melhoria dos serviços de saneamento. A Equatorial está comprometida em gerenciar potenciais riscos para o investimento de maneira proativa para proteger os interesses dos seus acionistas.

Riscos e incertezas:

Como em qualquer investimento, existem riscos associados à participação na SABESP, incluindo, mas não se limitando a:

- Riscos de mercado: variações nas condições econômicas e regulatórias.
- Riscos operacionais: desafios na operação e manutenção dos sistemas de saneamento.
- Riscos financeiros: flutuações nas taxas de juros e câmbio que possam afetar o custo do capital e a rentabilidade do investimento.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

1.3 Alienação de subsidiária - Equatorial Transmissora SPE 7 S.A.

Em 08 de julho de 2024, foi celebrado o *Share Purchase Agreement and Other Covenants* (Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças) entre Equatorial Transmissão S.A. ("Equatorial Transmissão"), subsidiária integral da Equatorial S.A. e única acionista da Equatorial Transmissora 7 SPE S.A., na qualidade de vendedora, e a Infraestrutura e Energia Brasil S.A., na qualidade de compradora, com a interveniência e anuência da Equatorial SPE 7 e do CDPQ, um grupo de investimento global, estabelecendo, dentre outras matérias, os termos e condições da venda da totalidade das ações de emissão da Equatorial SPE 7. A aprovação da operação ocorreu em 08 de agosto de 2024 no CADE e 09 de outubro de 2024 na ANEEL, já o *closing* ocorreu dia 05 de dezembro de 2024, após o cumprimento de todas as condições precedentes.

No âmbito da Operação, o *equity value* de até R\$ 840.627 na data-base de 30 de novembro de 2024 foi corrigido pelo CDI até o efetivo fechamento. A Infraestrutura Energia pagou à Equatorial Transmissão, devido a aquisição de 100% das ações da Equatorial SPE 7, o montante de R\$ 710.000 na data de fechamento da operação, e a diferença foi dividida entre: (i) montante a ser pago de forma parcelada (sendo cada parcela ajustada pelo CDI a partir da data de fechamento), e (ii) montante a ser pago por meio de *earn-out* a depender do cumprimento de certas condições definidas nos termos do Contrato. O ganho reconhecido na operação foi de R\$ 252.188.

1.4 Incorporação da Equatorial Participações e Investimentos IV S.A. na Equatorial S.A.

Em 20 de dezembro de 2024, foi aprovada a incorporação da Equatorial Participações e Investimentos IV S.A. (Equatorial Participações IV) pela Equatorial S.A., que passou a deter diretamente as 102.526.480 ações da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, que corresponde a 15% do total de ações dessa investida, bem como os direitos e as obrigações assumidas mediante a celebração do Acordo de Investimento, *Lock-up* e Outras Avenças com o Estado de São Paulo, o qual estabelece direitos e obrigações relativas ao exercício de voto e restrições a negociação das ações de emissão da Companhia detidas pelos acionistas signatários, além de outros compromissos assumidos pelas partes signatárias. Dessa forma, o patrimônio líquido da Equatorial Participações IV foi totalmente vertido para a Equatorial S.A., com a sucessão, a título universal e sem solução de continuidade, de todos os seus ativos e passivos, direitos e obrigações, de qualquer natureza, patrimoniais ou não patrimoniais, com a consequente extinção da Equatorial Participações IV.

1.5 Eventos climáticos extremos no Rio Grande do Sul - Controlada indireta Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)

1.5.1 Evento climático de maio de 2024

Entre o final de abril e o início de maio de 2024, o Estado do Rio Grande do Sul enfrentou um evento climático extremo de chuvas fortes e persistentes que causaram alagamentos e enchentes em diversas regiões. Foram afetados 469 municípios no Estado, dos quais somente 51 são atendidos pela CEEE-D, com 226 mil clientes interrompidos no pico do evento. Em função do evento climático, aproximadamente 1.290 unidades consumidoras deixaram de existir, o que representa 0,07% do total atendido pela Controlada indireta.

Como consequência do evento climático, até 31 de dezembro de 2024, a CEEE-D reconheceu um impacto negativo de R\$ 27.263, referente a provisões reconhecidas devido a perdas de estoques, baixa de ativos, além de despesas relacionadas a ações comerciais e outros gastos diversos.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

A CEEE-D está em fase de regulação dos valores mais significativos junto às seguradoras, ainda sem previsão de recebimento integral, considerando que ainda está em andamento as inspeções dos materiais sinistrados e análise da documentação apresentada, com base em suas apólices de risco operacional e de responsabilidade civil. Importante ressaltar que as apólices cobrem de forma integral todos os sinistros identificados, restando apenas a avaliação do valor definitivo a ser recebido. Até o momento, a CEEE registrou R\$ 4.500 referente aos adiantamentos recebidos e/ou aprovados pela seguradora. Em razão do processo de avaliação do sinistro ainda estar em andamento, permanecem em discussão os demais pleitos a serem reconhecidos pela seguradora.

A ANEEL emitiu a Resolução Normativa nº 1.092 de 14 de maio de 2024, contendo a flexibilização das regras de prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica para enfrentamento da calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul, considerando aspectos comerciais, econômico-financeiros e técnicos. As principais flexibilizações comerciais e financeiras tiveram prazo de duração de 90 dias. Não existem impactos significativos entre esta data e a data de encerramento do exercício de 2024.

1.5.2 Outros eventos climáticos

Em 15 e 16 de junho de 2023, fortes chuvas atingiram o Estado do Rio Grande do Sul e 22% dos clientes atendidos pela CEEE-D, tiveram falha no fornecimento. O fenômeno natural gerou falta de energia para cerca de 422 mil clientes. Já em 13 de julho de 2023, um ciclone extratropical atingiu o Estado e 38% dos clientes atendidos pela Controlada indireta tiveram falha no fornecimento. O fenômeno natural gerou falta de energia para cerca de 730 mil clientes. Em ambas as ocorrências, a Controlada indireta acionou o plano de contingência e mobilizou estrutura extra, realizando monitoramento em tempo real no seu centro de operação.

Entre 7 e 11 de agosto de 2023, temporais com rajadas de vento de 40 a 70 km/h impactaram no fornecimento de energia para cerca de 150 mil clientes (8% do total de consumidores) e no mês seguinte, outro evento climático com característica similar, porém com maior duração, atingiu cerca de 1,1 milhão de consumidores (58% do total de consumidores) distribuídos em toda área de concessão.

Em 16 e 17 de janeiro de 2024, fortes chuvas atingiram novamente o Estado e 34% dos clientes atendidos pela CEEE-D tiveram falha no fornecimento (falta de energia para cerca de 651 mil clientes) e em 21 de março de 2024, o Estado foi atingido mais uma vez, por fortes chuvas e rajadas de vento, onde cerca de 43% dos clientes tiveram falha no fornecimento (falta de energia para cerca de 815 mil clientes). A Controlada indireta acionou o plano de contingência e mobilizou estrutura extra, realizando monitoramento em tempo real no seu centro de operação.

No dia 23 de outubro de 2024, ocorreu um ciclone extratropical, com ventos de velocidade acima de 100 km/h, atingindo 43 municípios e 262 mil clientes atendidos pela concessão da CEEE-D. A atuação foi bastante rápida, com 92% dos clientes restabelecidos em até 24 horas, por meio de mobilização de 957 equipes, incluindo 151 profissionais de outras distribuidoras do Grupo Equatorial para auxiliar na reconstrução da rede. Não foram identificados impactos financeiros relevantes a serem divulgados.

Para esses eventos climáticos, a CEEE-D registrou R\$ 12.682 de despesas operacionais referentes a serviços de *call center*, apoio ao atendimento e materiais.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

1.6 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil. A reforma substitui os tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS por um modelo de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, estabelecendo as diretrizes iniciais para a implementação da reforma tributária. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Dessa forma, até 31 de dezembro de 2024, não há impactos da reforma tributária nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. A Administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os efeitos à medida que novas definições forem estabelecidas.

1.7 Acordo de acionistas - Operações com Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. (“Equatorial Piauí”) e Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. (“Equatorial Alagoas”)

1.7.1 Equatorial Piauí

Em 21 de março de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a transferência da totalidade das ações da Equatorial Piauí, através de aumento de capital, representativas de 94,94% do capital social, de titularidade da Companhia, para a também controlada Equatorial Energia Distribuição S.A. (“Equatorial Distribuição”). Na mesma data, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração de um acordo de investimento entre a Companhia e o Itaú Unibanco S.A. (“Itaú”), regulando os termos e condições para a realização de um novo investimento, pelo Itaú, na Equatorial Distribuição, através da subscrição e integralização de ações preferenciais classe B do capital social da Equatorial Distribuição, no montante de aproximadamente R\$ 2.103.000. O aporte foi consumado naquele dia e, em 23 de março de 2023, o Acordo de Investimento foi firmado, no qual o investimento, pelo Itaú na Equatorial Distribuição, foi implementado (“Operação”).

Com a conclusão da Operação, o Itaú passou a ser titular de 559.308.511 ações preferenciais classe B de emissão da Equatorial Distribuição, as quais, em conjunto com as 397.661.749 ações preferenciais classe A de emissão da Equatorial Distribuição já anteriormente detidas pelo Itaú, representam 20,83% do capital social total da Equatorial Distribuição e a totalidade das ações preferenciais de sua emissão.

A Companhia, por sua vez, obteve, com a conclusão da Operação, 1 ação ordinária adicional de emissão da Equatorial Distribuição, passando a ser titular de um total de 3.637.513.056 ações ordinárias de emissão da Equatorial Distribuição, representativas de 79,17% do capital social total da Equatorial Distribuição. Como consequência dessa transação, a Equatorial Distribuição passou a ser controladora direta da Equatorial Piauí, com participação de 94,94% de seu capital social, enquanto a Companhia se tornou controladora indireta da Equatorial Piauí e, conseqüentemente, a Equatorial Distribuição assumiu a qualidade de emitente das Notas Comerciais Escriturais e de emissora das Debêntures (6ª emissão de debêntures), anteriormente assumida pela Companhia.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

1.7.2 Equatorial Alagoas

Em 21 de dezembro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a transferência parcial das ações da Equatorial Alagoas, através de aumento de capital, representativas de 19% do capital social, de titularidade da Companhia, para a também controlada Equatorial Distribuição. Na mesma data, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração de aditivo no acordo de investimento entre a Companhia e o Itaú Unibanco S.A., com a interveniência e anuência da Equatorial Energia, cujo objetivo é regular os termos e condições para a realização de investimento na Equatorial Distribuição, pelo Itaú, no valor de R\$ 1.300.000, mediante a emissão de 70.921.986 ações preferenciais Classe B adicionais às existentes (“Novas Ações Preferenciais Classe B”) e de 236.406.620 novas ações preferenciais classe C, de emissão da Equatorial Distribuição, sujeito à verificação de algumas condições precedentes e ao cumprimento de certas obrigações estabelecidas no Acordo de Investimento, bem como à correspondente implementação da Operação nos termos do Acordo de Investimento.

Após a finalização, o Itaú passou a ser titular de 236.406.620 ações preferenciais classe C, de emissão da Equatorial Distribuição e 70.921.986 ações preferenciais classe B as quais, em conjunto com as 397.661.749 ações preferenciais classe A e 559.308.511 ações preferenciais classe B já anteriormente detidas pelo Itaú, representam 25,79% do capital social total da Equatorial Distribuição e a totalidade das ações preferenciais de sua emissão. A Companhia, por sua vez, obteve, com a conclusão da Operação, 1 ação ordinária adicional de emissão da Equatorial Distribuição, passando a ser titular de um total de 3.637.513.057 ações ordinárias de emissão da Equatorial Distribuição, representativas de 74,21% do capital social total da Equatorial Distribuição. Como consequência dessa contribuição, a Equatorial Distribuição passou a ser investidora da Equatorial Alagoas, com participação correspondente a 19% do capital social total da Equatorial Alagoas, porém permanecendo o controle com a Equatorial S.A.

1.7.3 Dividendos privilegiados

Observado o disposto no estatuto social da Equatorial Distribuição, arquivado na Junta Comercial do Estado do Maranhão, sob o nº 20240976886, em sessão de 26 de julho de 2024:

1) Enquanto houver Ações Preferenciais Classe A e Ações Preferenciais Classe B, nos termos do artigo 17, § 2º da Lei das Sociedades por Ações, as Ações Preferenciais de emissão da Equatorial Distribuição terão direito aos dividendos distribuídos pela Equatorial Distribuição, de acordo com os termos e condições estabelecidos abaixo, em cada exercício social, aos seus acionistas, até que o valor total pago seja equivalente aos montantes abaixo (“Dividendos Privilegiados PNA e PNB”) sendo certo que os Dividendos Privilegiados devidos aos titulares das Ações Preferenciais Classe A e Ações Preferenciais Classe B serão alocados na proporção de 19,60% para as Ações Preferenciais Classe A e 80,40% para Ações Preferenciais Classe B, exceto em relação ao item (1.1.2) abaixo, cuja distribuição será 100% (cem por cento) alocada exclusivamente para as Ações Preferenciais Classe B e com prioridade em relação à distribuição prevista no item (1.1.1) abaixo.

1.1) 15% e 27,10% do Lucro Líquido auferido pela Equatorial Distribuição no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao primeiro semestre do exercício social de 2023:

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

(1.1.1) em relação às Ações Preferenciais Classe A e as Ações Preferenciais Classe B, 15% do lucro líquido apurado pela Equatorial Distribuição de acordo com a definição constante do artigo 191 da Lei das Sociedades por Ações, feitas as deduções exigidas no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações e subtraindo-se do valor resultante os valores que tenham sido auferidos pela Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A., pela Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A., pela Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. e pela Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. , (as “Subsidiárias”), no âmbito das ações judiciais de cunho fiscal nas quais as Subsidiárias são autoras, tendo como objeto de discussão débitos de PIS/COFINS (“Ações Fiscais”) e que, efetivamente, passem a compor o lucro líquido da Companhia (líquidos dos tributos porventura incidentes sobre os recebimentos referentes às Ações Fiscais e já consideradas quaisquer outras deduções aplicáveis) (“Lucro Líquido”) auferido pela Equatorial Distribuição no respectivo período, para as distribuições relativas ao primeiro semestre do exercício social de 2023; e

(1.1.2) Adicionalmente, exclusivamente, para as Ações Preferenciais Classe B, e com prioridade em relação à distribuição prevista no item (1.1.1) acima, 27,10% do Lucro Líquido auferido pela Equatorial Distribuição no respectivo período, para as distribuições relativas ao primeiro semestre de 2023.

1.2) 15% do Lucro Líquido auferido pela Equatorial Distribuição no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao segundo semestre do exercício social de 2023;

1.3) 15% do Lucro Líquido auferido pela Equatorial Distribuição no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2024;

1.4) 15% do Lucro Líquido auferido pela Equatorial Distribuição no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2025;

1.5) 20% do Lucro Líquido auferido pela Equatorial Distribuição no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2026;

1.6) 35% do Lucro Líquido auferido pela Equatorial Distribuição no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2027;

1.7) 55% do Lucro Líquido auferido pela Equatorial Distribuição nos respectivos exercícios, para as distribuições relativas ao exercício social de 2028 e ao exercício social de 2029; e

1.8) 60% do Lucro Líquido auferido pela Equatorial Distribuição nos respectivos exercícios, para as distribuições a partir do exercício social de 2030 em diante.

2) Na hipótese de as Ações Preferenciais Classe A ou as Ações Preferenciais Classe B deixarem de existir, cada um dos percentuais mencionados no item “1” acima será proporcionalmente reduzido em 19,60% (dezenove inteiros e sessenta centésimos por cento), caso as Ações Preferenciais Classe A deixem de ser emitidas, e em 80,40% (oitenta inteiros e quarenta centésimos por cento), caso as Ações Preferenciais Classe B deixem de ser emitidas, exceto com relação ao item (1.1.2) acima, cuja distribuição será 100% (cem por cento) alocada exclusivamente para as Ações Preferenciais Classe B, os quais não serão distribuídos caso somente as Ações Preferenciais Classe A estejam emitidas.

3) Enquanto houver Ações Preferenciais Classe C, nos termos do artigo 17, § 2º da Lei das Sociedades por Ações, as Ações Preferenciais Classe C terão direito aos dividendos distribuídos pela Equatorial Distribuição, em cada exercício social, aos seus acionistas, até que o valor total pago seja equivalente aos montantes abaixo (“Dividendos Privilegiados PNC” e, em conjunto com os Dividendos Privilegiados PNA e PNB, os “Dividendos Privilegiados”):

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

3.1) 3,50% do Lucro Líquido auferido pela Equatorial Distribuição no respectivo período, para as distribuições relativas ao segundo semestre do exercício social de 2023, observado o disposto no item (ii.8) do Parágrafo Segundo do Artigo 5º do Estatuto Social da Equatorial Distribuição, ao exercício social de 2024 e ao exercício social 2025;

3.2) 21% do Lucro Líquido auferido pela Equatorial Distribuição no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2026; e

3.3) 25% do Lucro Líquido auferido pela Equatorial Distribuição nos respectivos exercícios, para as distribuições relativas ao exercício social de 2027 em diante.

A distribuição de dividendos da Equatorial Distribuição fica condicionada à existência de lucros, cabendo aos acionistas, em Assembleia Geral, propor dividendos acima do percentual obrigatório de 25% do lucro líquido. A equivalência patrimonial é calculada considerando o benefício econômico que Equatorial S.A. possui na Equatorial Distribuição, ou seja, o percentual vigente em relação à distribuição de dividendos.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As controladas da Companhia, quando aplicável, também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de março de 2025.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos; e (ii) perdas por redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos.

2.3 Moeda funcional, de apresentação e transações em moeda estrangeira

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos apresentados foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

2.4.1 Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas de forma contínua pela Administração e os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Tópico	Notas	Descrição
Investimentos em Controladas e Coligadas	3.1.1 e 12	Determinação se a Companhia detém o controle ou influência significativa sobre uma investida
Receita operacional líquida	3.2 e 27	Julgamento sobre determinação e classificação de receitas por obrigação de <i>performance</i> , entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção
Geração distribuída	4.1.5	Crédito a restituir ao consumidor ao saldo injetado e não consumido pelo preço médio de compra de energia.
Provisões para ressarcimento	3.2.3	Reconhecimento e mensuração sobre as principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos
Ativo financeiro da concessão	3.4 e 13	Critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão
Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros	3.5, 8 e 32	Critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens
Intangível	3.6 e 15	Cálculo da amortização do ativo intangível da concessão
Imobilizado	3.7 e 14	Cálculo da depreciação do ativo imobilizado e provisão para desmobilização.
Ativos de contrato	3.8 e 16	Julgamento sobre aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão
Benefício pós-emprego	3.11 e 31	Estimativa dos custos dos planos de aposentadoria com benefícios de assistência médica pós-emprego
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	3.12.2 e 22	Recuperabilidade e estimativas das diferenças temporárias
Contas a receber de clientes	3.14.1, 7 e 32	Estimativas dos montantes da receita sobre a energia fornecida, porém não faturada;
Instrumentos financeiros	3.14 e 32	Julgamento de definição do método e das premissas de avaliação de valor justo dos instrumentos financeiros
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	3.17.2, 7.2 e 32	Critérios de análise de risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável;
Provisão para riscos judiciais	3.19 e 24	Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (mensuração e avaliação da probabilidade de perda)
Transações de pagamentos baseados em ação	26.7	Probabilidade de exercício de opções
Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	2.4.2 e 32.4	Definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não cotados em mercados ativos.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

2.4.2 Mensuração do valor justo

A Companhia e suas controladas mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar se a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos dos CPC/ IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Companhia e suas controladas reconhecem, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em que ocorreram as mudanças.

Na determinação do valor justo, foi considerado o impacto de possíveis assuntos relacionados às mudanças climáticas, incluindo legislações, que podem afetar a mensuração do valor justo de ativos e passivos das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Atualmente, o impacto dos assuntos associados às mudanças climáticas não é material para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 32.3 - Categoria e valor justo dos Instrumentos financeiros.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais, descritas abaixo, são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados da Companhia e suas controladas foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, exceto pela implementação das novas normas, interpretações e orientações incluídas na nota explicativa nº 3.22 - Principais mudanças nas políticas contábeis.

3.1 Base de consolidação

3.1.1 Investimentos em entidades controladas e coligadas

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, as entidades controladas são contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial.

(ii) Coligadas

Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa, ou seja, tem poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas.

Os investimentos em coligadas são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa deixa de existir.

3.1.2 Participação de acionistas não controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição, bem como sobre o valor justo nos ativos identificáveis e passivos assumidos.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

3.1.3 Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer ativos e passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa relacionados a transações entre entidades do grupo, são eliminados integralmente. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Os prejuízos intragrupo podem indicar uma redução no valor recuperável de ativos, que exige o seu reconhecimento nas demonstrações consolidadas. O Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro se aplica a diferenças temporárias, que surgem da eliminação de lucros e prejuízos resultantes de transações intragrupo.

3.2 Reconhecimento de receita

As controladas da Companhia reconhecem as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz a obrigação de *performance* ao transferir bens e serviços ao cliente. A receita é reconhecida à medida que o cliente obtém o serviço de energia elétrica contratado, ou seja, quando consome a energia.

As controladas da Companhia reconhecem receita das principais fontes de receitas a seguir:

3.2.1 Distribuição

(i) Receita de distribuição

O faturamento e respectivo reconhecimento da receita de distribuição de energia elétrica são efetuados mensalmente de acordo com o calendário de leitura, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. Além disso, as controladas da Companhia reconhecem a receita não faturada, correspondente ao período entre a data da última leitura e o encerramento do mês, que é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

As receitas de distribuição são classificadas como: i) fornecimento de energia elétrica para o consumidor; e ii) energia elétrica no mercado de curto prazo. A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, recebida ou a receber, líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

(ii) Receita pela disponibilidade - uso da rede

As controladas distribuidoras da Companhia reconhecem receita pela disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes livre e cativos. Tal receita é calculada conforme Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) definida pela ANEEL.

(iii) Receita de construção

As controladas distribuidoras da Companhia contabilizam receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica.

A margem de construção é nula, considerando que: (i) o modelo tarifário não prevê margem de lucro para atividade de construção da infraestrutura; (ii) a atividade fim das Controladas é a distribuição de energia elétrica; (iii) as construções são realizadas substancialmente por meio de serviços de terceiros; e (iv) não há previsão de ganhos em construção nos planos da Administração das controladas distribuidoras da Companhia.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(iv) Receita de remuneração dos ativos financeiros indenizatórios

A receita de remuneração dos ativos regulatórios é reconhecida conforme o método dos juros efetivos, considerando a taxa regulatória estabelecida pela ANEEL, baseada no WACC regulatório (Custo Médio Ponderado de Capital) e registrada no grupo de receita líquida. Adicionalmente, também há receita advinda da atualização do ativo financeiro pela variação do IPCA. Este índice é utilizado para que o ativo financeiro melhor reflita o VNR (valor novo de reposição) na data de uma possível indenização da estrutura da concessão por parte do poder concedente, conforme descrito na nota 3.4. Ativo financeiro da concessão (ativo indenizável).

3.2.2 Transmissão

(i) Receita de implementação e melhoria de infraestrutura

As receitas de infraestrutura (que são os serviços de implementação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica), são reconhecidas ao longo do tempo aplicando-se a margem, definida no início do contrato, sobre os gastos incorridos.

(ii) Receita de operação e manutenção (O&M)

A receita de O&M é a contraprestação pelas obrigações de *performance* de operação e manutenção previstas em contrato de concessão. Tais montantes são calculados com base nos custos incorridos, acrescidos da margem projetada definida nas projeções iniciais do projeto. O reconhecimento das receitas de O&M iniciam após o término da fase de construção.

(iii) Remuneração dos ativos da concessão

Para o reconhecimento da receita de remuneração sobre os ativos de contrato, registra-se uma receita de remuneração financeira pelo método linear, sob a rubrica remuneração dos ativos de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. Essa atualização mensal deve remunerar a infraestrutura e a indenização que a Companhia espera receber do Poder Concedente no final da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

3.2.3 Geração de energia renovável

(i) Receitas provenientes da geração e comercialização de energia elétrica

A receita operacional advinda do curso normal das atividades das controladas indiretas da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida pelas controladas indiretas da Companhia é vendida de duas formas: (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada); e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Os contratos das controladas indiretas da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, as controladas têm a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, conforme a entrega de energia ocorre, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; e (iv) As controladas não possuem histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Geração excedente: Toda geração de energia produzida acima das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em excedentes quadrienais e anuais. São considerados excedentes quadrienais quando a geração acumulada atingir entre 100% e 130% da quantidade de energia contratada e excedentes anuais quando a geração acumulada ultrapassar 130% da quantidade de energia contratada.

Geração deficitária: Toda geração de energia produzida abaixo das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em ressarcimentos quadrienais e anuais. São considerados ressarcimentos quadrienais quando a geração acumulada estiver entre o 90% e 100% da quantidade de energia contratada e ressarcimentos anuais quando a geração acumulada for inferior a 90% da quantidade de energia.

As controladas indiretas da Companhia consideram que tal contraprestação é uma parcela variável prevista no contrato, conforme determinado pelo CPC 47/ IFRS 15 - Receita de contrato com cliente, no qual, a entidade deve estimar o valor da contraprestação à qual a entidade terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente, na medida em que for altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas não deva ocorrer. A Companhia e suas controladas mensuram a contraprestação variável nos referidos contratos pelo método do valor mais provável.

3.2.4 Saneamento

(i) Serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário

A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário compreende a obrigação de desempenho, sendo reconhecida por ocasião da aferição do volume consumido pelos clientes. As receitas, incluindo a parcela não faturada, são reconhecidas com base na contraprestação, precificada no contrato com o cliente, recebida ou a receber.

(ii) Outros serviços indiretos de água e esgoto

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviços de ligação de esgoto, instalações de hidrômetros e ligação e religação de água, sendo as obrigações de desempenho atendidas na conclusão de cada serviço prestado, e a receita reconhecida neste momento.

(iii) Receita de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Saldo de caixa e equivalentes de caixa é apresentado sem considerar os saldos de contas garantidas, que são tratados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

3.4 Ativo financeiro da concessão (ativo indenizável)

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica, celebrados entre a União (poder concedente - outorgante) e as controladas distribuidoras da Companhia (concessionária - operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pelas controladas distribuidoras da Companhia, em que:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica das controladas distribuidoras da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/ IFRIC 12 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor Novo de Reposição ("VNR"), classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. O VNR é determinado de acordo com a estimativa dos custos necessários para a substituição completa de um ativo por outros que tenham a mesma funcionalidade, qualidade de serviços e a mesma capacidade que o ativo existente, mensurado pelo valor justo por meio do resultado; e

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

- Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com a reavaliação do bem, classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo financeiro e intangível das controladas distribuidoras da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

De acordo com a Lei nº 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de VNR, Base de Remuneração Regulatória (BRR), que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras. Bem como, é reconhecida a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), uma expectativa de glosas baseada na experiência da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo. As controladas distribuidoras da Companhia contabilizam a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição e transmissão de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, conforme OCPC 05 - Contrato de Concessão.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

As controladas distribuidoras da Companhia reconhecem um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhorias prestados.

Caso as controladas distribuidoras da Companhia sejam ressarcidas pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber e não são reclassificados após o seu reconhecimento inicial, a menos que as controladas distribuidoras da Companhia alterem seu modelo de gestão para o ativo financeiro.

3.5 Valores a receber (devolver) da Parcela A e outros itens financeiros

As tarifas de energia elétricas, conforme modelo tarifário em vigor, devem considerar uma receita suficiente de modo a garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, conforme estabelecido pela Lei nº 8.987/1995. Nesse sentido, as distribuidoras de energia elétrica estão autorizadas a cobrar de seus consumidores: (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com cada concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B, e ajuste da Parcela A, conforme a Lei nº 12.783/2013.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas:

Parcela A (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho das Controladas da Companhia, ou seja, os custos incorridos pelas controladas da Companhia, classificáveis como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e

Parcela B (custos gerenciáveis): composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte.

Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pelas Controladas da Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos. Essas diferenças são registradas pelo regime de competência com base em estimativa como receita, através de um ativo setorial ou de uma redução do ativo financeiro no caso de passivo setorial.

Esses valores serão efetivamente liquidados no próximo período tarifário (quando do efetivo repasse à tarifa) ou, em caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista. Esta liquidação é apenas financeira, já que o efeito no resultado do exercício via ajuste de receita já foi reconhecido pelo regime de competência.

3.6 Ativos intangíveis

3.6.1 Contratos de concessão de serviços e custos subsequentes

As controladas distribuidoras da Companhia reconhecem como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. De acordo com o CPC 04 (IFRS 38), um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com os gastos serão auferidos pelas controladas Companhia.

Os valores registrados no ativo intangível da controlada Companhia de Saneamento do Amapá - CSA correspondem a valores pagos a título de outorga aos municípios que integram a concessão como condição à exploração da concessão. Esses direitos de concessão são amortizados linearmente pelo prazo de concessão diretamente relacionado.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3.6.2 Obrigações especiais

Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica, constituídas por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com as controladas distribuidoras da Companhia, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, sem a prévia anuência do Órgão Regulador. Essa exigência garante a conformidade com as regulamentações e a supervisão do órgão regulador, assegurando que as obrigações sejam tratadas de acordo com as normas estabelecidas, conforme previsto na Lei nº 8.987/1995 e na Lei nº 12.783/2013.

3.6.3 Amortização

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão das controladas da Companhia ou a vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo, conforme estabelecido no CPC 04 (IFRS 38).

A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual as controladas da Companhia têm a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o fim da vida útil do bem, limitado ao final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador.

3.7 Ativo imobilizado

3.7.1 Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, que inclui os custos de financiamentos capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condições de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e suas controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os custos com juros sobre financiamentos e custos de financiamentos são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável. Os custos de financiamentos são reconhecidos no resultado com base no método linear em relação às vidas úteis dos ativos fixos a que pertencem.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda.

Eventual ganho ou perda resultante na alienação e/ou baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos líquidos, dentro de despesas gerais e administrativas, na rubrica "Outros".

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Os bens e instalações utilizados nas atividades de transmissão ou distribuição de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. Os montantes registrados de bens e instalações fazem parte do ativo vinculado às respectivas concessões. Portanto, fazem parte do escopo das políticas descritas nas notas 3.4 Ativo financeiro da concessão e 3.6 Ativos intangíveis.

3.7.2 Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico ("MCPSE"), aprovado pela Resolução Normativa nº 674/2015 pela ANEEL que, na avaliação da Administração, representam a vida útil dos bens. A Administração avalia ainda, os prazos de autorização dos parques em face das taxas contidas no ("MCPSE"), aplicadas ao restante da vida útil dos ativos imobilizados, no intuito de assegurar que os prazos de concessão dos parques eólicos não sejam inferiores à vida útil remanescente dos equipamentos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. A depreciação do ativo imobilizado não ultrapassa o período de autorização dos parques.

Unidade de geração eólica - Pás	15 anos
Unidade de geração eólica - Gerador	20 anos
Unidade de geração eólica - Nacelle	25 anos
Unidade de geração eólica - Torre	30 anos
Benfeitorias	30 anos
Linhas de transmissão	33 anos
Móveis e utensílios	16 anos
Equipamentos móveis e portáteis de comunicação	16 anos
Equipamentos de informática	6 anos
Outros equipamentos	16 anos

3.7.3 Provisão para desmobilização

Os contratos de arrendamento das terras onde os parques eólicos encontram-se instalados, com exceção das controladas indiretas Complexo de São Clemente, Tianguá e Eólica Paraíso S.A, contém cláusulas que obrigam que as controladas indiretas, ao final do prazo contratual, devolvam as terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. As controladas indiretas obtiveram, por meio de orçamentos, as premissas dos procedimentos necessários para proceder com a desmobilização. Desta forma, com base em estimativas de mercado, reconheceram as respectivas obrigações a valor presente. Os principais custos a serem incorridos contidos na estimativa do valor da provisão da desmobilização são: desmontagem dos aerogeradores, locação de guias, transporte dos itens a serem descartados, mão de obra para desmontagem e destinação final dos itens descartados. O valor presente da obrigação com desmobilização foi estimado com base no custo unitário para desmobilização de cada aerogerador, multiplicado pelo número de aerogeradores existentes no parque eólico, projetando o valor estimado ao final do prazo contratual dos arrendamentos com base no IPCA e ajustando o respectivo valor a uma taxa de desconto nominal média de 3,5% a.a. em 2024.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3.8 Ativos de contrato

3.8.1 Distribuição

Os ativos de contrato são um direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47/ IFRS 15 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1)/ IFRIC 12 - Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativos de contrato em face das controladas da Companhia terem o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a entrada desses bens em serviço (energização), e consequente transferência dos bens em construção (ativos de contrato) para intangível da concessão, em que a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário é determinada de acordo com os termos do contrato de concessão.

Os ativos de contrato (infraestrutura em construção) são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição.

3.8.2 Transmissão

O serviço público de transmissão de energia elétrica é regulado por meio de contrato de concessão firmado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e as controladas transmissoras da Companhia, a qual compete transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição.

O contrato de concessão determina que as controladas transmissoras da Companhia realizem a construção de uma infraestrutura de transmissão ou investimento em sua melhoria.

As controladas da Companhia mantêm sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários à medida que as obrigações de desempenho são cumpridas, em contrapartida, recebem a título de contraprestação Receita Anual Permitida (RAP), após o término da fase de construção da infraestrutura, até o final da vigência do contrato.

Os investimentos realizados na infraestrutura de transmissão são amortizados à medida que os recebimentos ocorrem. Eventuais investimentos não realizados geram direito de indenização pelo Poder Concedente (quando previsto em contrato) que, no final da concessão, receberá toda a infraestrutura de transmissão.

A extinção da concessão implicará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço.

Duas obrigações de *performance* estão contempladas na relação contratual das controladas da Companhia com o Outorgante, a saber: (i) Implementação e melhoria de infraestrutura; e (ii) operação e manutenção (O&M).

À medida que as obrigações de *performance* são cumpridas, a receita é reconhecida contra um ativo de contrato, até a devida homologação pela ANEEL. Após emissão do aviso de crédito (AVC), que é o documento de faturamento da RAP emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), momento em que as controladas da Companhia obtém o direito incondicional de caixa, os valores são classificados como ativo financeiro.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

A Administração das controladas da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. Os ativos de contrato se originam à medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável, existente em algumas modalidades de contrato, é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais eles são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que as controladas da Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47/IFRS 15 - Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, as controladas transmissoras da Companhia estimam a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato.

A taxa aplicada aos ativos de contrato reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa das controladas da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos.

Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que as controladas da Companhia tem direito a receber, o valor contábil dos ativos de contrato é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício.

Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando as controladas da Companhia avaliam que a sua ocorrência é provável.

Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3.9 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo, conforme estabelecido no CPC 20 (IFRS 23) (Custo de Empréstimos). Essa norma permite a capitalização de custos de empréstimos durante o período de construção ou produção. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

3.10 Subvenções e assistências governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável segurança de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Quando as controladas da Companhia receberem benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

3.10.1 Benefícios fiscais

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) emitiram Laudos Constitutivos que outorgam às controladas da Companhia o direito à redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, diversificação de empreendimento de infraestrutura e implantação de linhas de transmissão na área de atuação da SUDENE e da SUDAM:

Companhia	Benefício fiscal	Emissão	Laudos constitutivo	Vigência
Equatorial Maranhão	SUDENE	20/04/2023	37/2023	2023 a 2032
Equatorial Pará	SUDAM	28/12/2018	180/2018	2018 a 2027
Equatorial Piauí	SUDENE	20/04/2023	38/2023	2023 a 2032
Equatorial Alagoas	SUDENE	07/07/2023	91/2023	2023 a 2032
CEA	SUDAM	24/10/2023	88/2023	2023 a 2032
Equatorial Telecom	SUDAM	29/12/2023	214/2023	2023 a 2033
Equatorial Telecom	SUDENE	01/09/2023	139/2023	2023 a 2032
SPE 01	SUDENE	26/10/2020	80/2020	2021 a 2030
SPE 02	SUDENE	26/10/2020	79/2020	2021 a 2030
SPE 03	SUDENE	19/10/2021	146/2021	2022 a 2031
SPE 04	SUDENE	18/08/2021	104/2021	2021 a 2030
SPE 05	SUDENE	18/08/2021	105/2021	2022 a 2031
SPE 06	SUDENE	22/12/2021	216/2021	2022 a 2031
SPE 08	SUDAM	30/12/2020	98/2020	2020 a 2029

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Crédito presumido de ICMS

Em 22 de julho de 2021, a Secretaria de Fazenda do Estado do Amapá (SEFAZ) e a Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA, firmaram o termo de acordo 001/2021 em que o Estado concederá crédito presumido de 10% (dez por cento) calculados sobre o valor do faturamento bruto dos estabelecimentos da acordante localizados no Estado, no segundo mês anterior ao crédito que deverão ser utilizados, exclusivamente na liquidação de débitos vencidos e vincendos decorrentes do consumo de energia elétrica da Administração Pública Estadual, incluídas suas autarquias e fundações.

REIDI

A Equatorial Transmissora 1 SPE S.A e a Equatorial Transmissora 8 SPE S.A., controladas indiretas da Companhia, obtiveram habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, instituído pela Lei nº 11.488/2007, que concede o benefício fiscal de suspensão das contribuições para o PIS (Contribuição para o Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) nas aquisições de bens ou serviços para as obras de infraestrutura pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme Ato Declaratório Executivo DRF nº 185, de 15 de fevereiro 2024 e DRF nº 16, de 11 de maio de 2022.

3.10.2 Benefícios para reinvestimentos

São decorrentes de benefício fiscal instituído pelo Governo Federal, através da Lei nº 5.508/1968, modificado pela Lei nº 8.167/1991, Lei nº 9.532/1997, e Medida Provisória nº 2.199/2014, que permite às empresas consideradas de setores prioritários para economia conforme Decreto nº 4.213/2002, que estejam em operação na área de atuação da SUDAM/SUDENE, reinvestir 30% do imposto de renda, calculados sobre a parcela remanescente ao benefício do lucro da exploração, acrescido de outra parcela de 50% de Recursos Próprios desses 30%, em seus projetos técnico-econômicos de modernização ou complementação de equipamentos, ou para investimento em capital de giro no ano-calendário ou ano-calendário subsequente. Os valores são depositados junto ao Banco do Nordeste (BNB).

Companhia	Autarquia	Instituição Financeira
SPE 06	SUDENE	Banco do Nordeste

3.11 Benefícios a empregados

3.11.1 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso as controladas da Companhia tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3.11.2 Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal relativas à benefícios a empregados, conforme as orientações do CPC 33 (IAS 19) -Benefícios a Empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. Essa abordagem reflete a prudência contábil, garantindo que os ativos sejam reconhecidos quando há uma expectativa de benefício econômico futuro.

3.11.3 Planos de benefício definido

As obrigações líquidas das controladas distribuidoras da Companhia para os planos de benefício definido são calculadas para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão por serem participantes do Plano de Benefício Definido patrocinado pelas controladas da Companhia. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para as controladas da Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis.

Mensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. As controladas da Companhia determinam os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo /ativo de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo/ativo de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. As controladas distribuidoras da Companhia reconhecem ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre.

3.11.4 Transações de pagamento baseado em ações

A Equatorial S.A. concedeu plano de pagamento baseado em ações e opção de compra de ações a executivos e colaboradores da Companhias e de suas controladas.

A Companhia e suas controladas reconhecem os produtos ou os serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações quando ela obtiver os produtos ou à medida que receber os serviços. Em contrapartida, a Companhia e suas controladas reconhecem o correspondente aumento do patrimônio líquido se os produtos ou serviços forem recebidos em transação com pagamento baseado em ações liquidadas em instrumentos patrimoniais, ou um passivo financeiro, correspondente ao pagamento baseado em ações liquidado em caixa (ou com outros ativos).

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamentos baseados em ações concedidos aos executivos e colaboradores é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido ou passivo, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço na data de aquisição (*vesting date*).

Em situações em que títulos patrimoniais forem emitidos e alguns ou todos os bens ou serviços recebidos pela Companhia e suas controladas como contrapartida não puderem ser especificamente identificados, os bens ou serviços não identificados recebidos (ou a serem recebidos) são mensurados por meio da diferença entre o valor justo do pagamento baseado em ações e o valor justo de quaisquer produtos ou serviços recebidos na data de sua outorga. Entretanto, para transações liquidadas em caixa, o passivo deve ser remensurado ao término de cada período de reporte, até que ele seja liquidado.

3.12 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o lucro, a Companhia e suas controladas avaliam a probabilidade de aceitação de tratamentos tributários incertos. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2024, no que diz respeito às incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro, a Companhia e suas controladas efetuaram as avaliações e concluíram que é mais provável do que não que os tratamentos sejam aceitos pela autoridade fiscal.

3.12.1 Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço.

A Companhia e suas controladas compensam os ativos e passivos fiscais correntes se:

- Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e
- Pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.12.2 Imposto de renda e contribuição social diferido

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre os saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas e sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis constantes nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e os montantes apurados conforme os critérios fiscais previstos na legislação tributária.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Um ativo fiscal diferido é reconhecido na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais serão realizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, as reversões dessas diferenças serão limitadas aos lucros tributáveis futuros projetados conforme os planos de negócios da Companhia e de suas controladas pelo período da concessão.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas taxas vigentes na data do balanço.

3.13 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação.

3.14 Instrumentos financeiros

3.14.1 Ativos financeiros

(a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado.

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, conforme orientações do CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita para cada investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e de suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(c) **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros**

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

Os termos que limitam o acesso da Companhia e de suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

3.14.2 Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Os passivos financeiros da Companhia e suas controladas incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas classificam passivos financeiros que surgem de acordos de financiamento (risco sacado, forfait etc.) com fornecedores em Fornecedores no balanço patrimonial se eles tiverem natureza e função semelhantes às contas a pagar. Esse é o caso se o acordo de financiamento com fornecedores fizer parte do capital de giro usado no ciclo operacional normal do Grupo, o nível de segurança fornecido for semelhante às contas a pagar e os termos dos passivos que fazem parte do acordo de financiamento da cadeia de suprimentos não forem substancialmente diferentes dos termos das contas a pagar que não fazem parte do acordo. Os fluxos de caixa relacionados a passivos decorrentes de acordos de financiamento com fornecedores que são classificados em Fornecedores.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3.14.3 Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.14.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.14.5 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

Determinadas controladas diretas e indiretas mantêm instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. As controladas da Companhia não possuem derivativos embutidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado, com exceção do *hedge* de fluxo de caixa, definido abaixo:

***Hedge* de fluxo de caixa**

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes (ORA) e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Conforme CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, no início de um relacionamento de *hedge*, a Companhia e suas controladas formalmente designam e documentam a relação de *hedge* à qual deseja aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*.

Para mais informações sobre a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Companhia e suas controladas avaliam se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de *hedge*, incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*, veja nota 32.4 - Instrumentos financeiros derivativos.

3.15 Capital social

3.15.1 Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido, em conformidade com as orientações do CPC 39 (IAS 32) - Instrumentos Financeiros. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos. Essa prática garante que o valor líquido recebido pela emissão de ações seja apresentado de forma clara e precisa.

3.15.2 Ações preferenciais não resgatáveis

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

3.15.3 Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em reservas de capital.

3.16 Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 (IAS 37) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes e ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamentos de Dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual sejam distribuídos a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos. Além disso, a reserva de lucros a realizar, constituída de acordo com o art. 197 da Lei 6.404/76, vem sendo realizada como dividendos a pagar, de acordo com a realização prevista do lucro não realizado de anos anteriores.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de “dividendo adicional proposto”. Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tal fato deve ser mencionado na nota explicativa de eventos subsequentes.

3.17 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

3.17.1 Ativos financeiros não derivativos

As controladas da Companhia reconhecem estimativas para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato.

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato. A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço;
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial;
- As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento; e
- Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e de suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As controladas da Companhia elaboraram um estudo que presume o tempo em que o risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente se este estiver em atraso. Ver também nota explicativa nº 32.5 - Gerenciamento dos riscos financeiros para mais detalhes. A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia e às suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma);
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro; ou
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito.

3.17.2 Ativos financeiros com problema de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido às controladas da Companhia em condições que não seriam aceitas normalmente;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas não identificaram ativos financeiros sem expectativa de realização, exceto para o que as controladas da Companhia já reconhecem como estimativa de perda para os ativos, como títulos do contas a receber, que possuem expectativa de perda de realização.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3.17.2.1 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa e perdas efetivas (PECLD) - Distribuição

As controladas distribuidoras da Companhia adotam a prática de estimativa de PECLD, que avalia o risco de crédito dos valores a receber por faixa de atraso. Essa avaliação considera a mediana do percentual de não recebimento referente a cada faixa de atraso, apurada sobre o histórico de recebimento de 5 anos e sobre um faturamento de 24 meses obtidos no ano anterior ao primeiro ano do histórico de recebimento, com atualizações. A metodologia utilizada estabelece um percentual de estimativa das perdas esperadas para cada *aging list*, refletindo a experiência histórica de perdas de crédito da Companhia. A estimativa é demonstrada em uma matriz de provisão, que resulta do estudo do comportamento de pagamento das faturas de energia elétrica e do percentual de inadimplência dos parcelamentos de forma coletiva. Além disso, essa estimativa é ajustada para fatores prospectivos específicos, tanto para os consumidores inadimplentes quanto para o ambiente econômico, garantindo que os dados utilizados sejam relevantes e atualizados, conforme nota explicativa nº 32.4 a) Riscos de crédito. Após estudos desenvolvidos pelo Grupo para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuísem correlação direta ao nível de inadimplência.

Para os parcelamentos relevantes, as controladas distribuidoras da Companhia adotam uma avaliação individual referente ao risco de crédito desde que são previstas no termo de confissão de dívida as garantias de liquidação dos títulos mensalmente. As controladas distribuidoras da Companhia entendem que para as negociações com garantias de recebimento previstas, o risco de crédito é menor que o risco de crédito de título sem garantia de recebimento previsto nos termos. Para isso, as controladas distribuidoras da Companhia adotam uma governança das negociações relevantes realizadas junto a alta administração para deliberação.

Para o reconhecimento de perdas efetivas, as controladas distribuidoras da Companhia baixam do valor contábil bruto de um ativo financeiro que não tenha expectativa razoável de liquidação em sua totalidade ou em parte, sendo os títulos vencidos acima de 05 anos baixados em sua integralidade. As controladas distribuidoras da Companhia não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos das controladas distribuidoras da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

3.17.2.2 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa e perdas efetivas (PECLD) - Saneamento

A CSA adota a prática de estimativa de PECLD, que avalia o risco de crédito dos valores a receber por faixa de atraso. Essa avaliação considera o percentual de não recebimento referente a cada faixa de atraso, apurada sobre o histórico de recebimento de 2 anos, período da concessão da Companhia. A metodologia utilizada estabelece um percentual de estimativa das perdas esperadas para cada *aging list*, refletindo a experiência histórica de perdas de crédito da Companhia. A estimativa é demonstrada em uma matriz de provisão, que resulta do estudo do comportamento de pagamento das faturas de fornecimento de água e saneamento básico e do percentual de inadimplência dos parcelamentos de forma coletiva. Após estudos desenvolvidos pelo Grupo para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuísem correlação direta ao nível de inadimplência.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Para os parcelamentos relevantes, a controlada indireta adota uma avaliação individual referente ao risco de crédito desde que são previstas no termo de confissão de dívida as garantias de liquidação dos títulos mensalmente. A CSA entende que para as negociações com garantias de recebimento previstas, o risco de crédito é menor que o risco de crédito de título sem garantia de recebimento previsto nos termos. Para isso, a Companhia adota uma governança das negociações relevantes realizadas junto à Alta Administração para deliberação.

Para o reconhecimento de perdas efetivas, a controlada indireta baixa do valor contábil bruto de um ativo financeiro que não tenha expectativa razoável de liquidação em sua totalidade ou em parte, de clientes cujos títulos sejam considerados irre recuperáveis. A controlada indireta não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da CSA para a recuperação dos valores devidos.

3.17.3 Ativos não financeiros

As controladas da Companhia possuem apenas uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), quando consideradas individualmente, que geram entradas e saídas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa produzidas por outros ativos do grupo ou UGCs.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (exceto estoques, ativos de contrato e impostos diferidos) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, procede-se ao teste de *impairment* (redução ao valor recuperável) que consiste na comparação entre o valor líquido contábil dos ativos com o seu valor recuperável, definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A Companhia realizou avaliação de perda ao valor recuperável, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conforme nota explicativa nº 15.2 - Avaliação de *Impairment*.

3.18 Ajuste a valor presente (AVP)

3.18.1 Parcelamentos de contas a receber

As controladas da Companhia utilizam a taxa média de 10,48% como taxa de desconto, que reflete juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados à transação, levando-se em consideração, ainda, as taxas de mercado praticadas na data inicial da transação, para cálculo do ajuste a valor presente do total dos parcelamentos, em conformidade com o CPC 12 - Ajuste a valor presente.

3.18.2 Outros ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo, são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3.19 Provisões para riscos judiciais

As provisões para riscos judiciais são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita, conforme as orientações do CPC 25 (IAS 37) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.20 Demonstração do valor adicionado (DVA)

A Companhia e suas controladas elaboraram a DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, conforme legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, então, como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

3.21 Questões climáticas

A Companhia e suas controladas consideram questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos devido a riscos tanto físicos quanto de transição. A Companhia e suas controladas monitoram mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas, bem como uma possível transição para uma economia de baixo carbono. Os itens e considerações mais diretamente afetados pelas questões climáticas são:

- Vida útil de ativos: Ao revisar os valores residuais e as vidas úteis esperadas dos ativos, o Grupo considera questões climáticas, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas que podem restringir o uso de ativos ou exigir despesas de capital significativas.
- Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O valor em uso pode ser afetado de várias maneiras diferentes pelo risco de transição, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas. O Grupo monitora constantemente possíveis efeitos climáticos em suas projeções de fluxo de caixa.
- Obrigações de desmobilização: O impacto das legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas é considerado na estimativa do *timing* e dos custos futuros de descomissionamento do segmento de geração.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3.22 Principais mudanças nas políticas contábeis

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia e suas controladas são os seguintes.

3.22.1 Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 26 (R1) / IAS 1: Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante, onde o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024
CPC 06 (R2) / IFRS 16: Arrendamentos	Especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro arrendamento (<i>Sale and Leaseback</i>) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024
CPC 3 (R2) / IAS 7: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de risco sacado que envolvem as entidades e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação visam auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.	01/01/2024
Resolução CVM nº 199/ CPC 9 (R1): Demonstração do Valor Adicionado.	A Resolução CVM nº 199, esclarece determinados critérios para elaboração e apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), cujo objetivo principal é elucidar requisitos normativos e, por consequência, reduzir a abrangência de práticas contábeis adotadas na elaboração da DVA pelas companhias brasileiras.	01/01/2024

A Companhia e suas controladas avaliaram as emendas e normativos acima e não identificaram impactos significativos em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

3.22.2 Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2025

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223 / OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO).	Estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO ₂ e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações contábeis.	01/01/2025
CPC 02 / IAS 21: Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	01/01/2025
CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 (R1) / IFRS 7: Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	Estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; (ii) avaliação das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG); e (iii) alterações específicas na norma para abranger os contratos de eletricidade relacionada à natureza (fontes eólicas e solares).	01/01/2026
Pronunciamento Técnico CBPS nº 01 (IFRS S1): Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade Pronunciamento Técnico CBPS nº 02 (IFRS S2): Divulgação de Informações Climáticas	Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.	01/01/2026
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas - operacionais, de investimento e de financiamento - para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis.	01/01/2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	01/01/2027
CPC 18 (R3) / IAS 28 e CPC 36 (R3) / IFRS 10: Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade	O CPC incorporou ao texto de alguns de seus dispositivos o endereçamento da utilização do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) para mensuração de investimentos em entidades controladas nas demonstrações individuais. A utilização do MEP para mensuração desses investimentos está determinada pela Lei 6.404/76, e, por ter relação com as demonstrações individuais, não encontrava correspondência nas normas emitidas pelo IASB.	Sem data definida
ICPC 09 (R3): Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Torna obrigatório para as companhias abertas a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), emitida pelo CPC. O normativo entra em vigor em 01/01/2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, essa data, e revogando a Resolução CVM 124	01/01/2025

A Companhia e suas controladas estão em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos acima e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

4 Assuntos regulatórios

4.1 Distribuição

4.1.1 Bandeiras tarifárias

Conforme informações do Operador Nacional do Sistema (ONS), o sistema atravessou um período de redução acentuado nos níveis dos reservatórios, com início em julho de 2012 e término em novembro de 2021, com duração de 113 meses retornando ao aumento dos reservatórios a partir de então.

Em 2024, as condições foram favoráveis com previsão de continuidade no ano de 2025. A tabela a seguir demonstra as bandeiras tarifárias que vigoraram em 2023 e 2024.

	Cor da Bandeira	
	2024	2023
Janeiro	Verde	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Verde
Abril	Verde	Verde
Maió	Verde	Verde
Junho	Verde	Verde
Julho	Amarela	Verde
Agosto	Verde	Verde
Setembro	Vermelha 1	Verde
Outubro	Vermelha 2	Verde
Novembro	Amarela	Verde
Dezembro	Verde	Verde

4.1.2 Cobertura contratual

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de leilões regulados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica, conforme estabelecido no Decreto nº 5.163/2004. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as controladas da Companhia participaram dos Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD) de Energia Existente e Energia Nova, Mecanismo de Venda de Excedente (MVE), conforme previsto na Resolução Normativa nº 1.009, de 22 de março de 2022, para adequar seu portfólio contratual para o nível regulatório de cobertura. Ressaltamos que tais mecanismos estão previstos nos procedimentos de comercialização, podendo as distribuidoras declararem déficit ou sobras de energias dos seus contratos de compra de energia do ambiente regulado (CCEARs).

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Em 2024, as controladas da Companhia permaneceram dentro do limite de repasse para as tarifas e apresentaram os seguintes níveis de cobertura contratual:

Empresas	Nível de cobertura 2024	Nível de cobertura 2023
Controladas indiretas		
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	102,96%	99,07%
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	103,53%	99,34%
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	102,79%	101,62%
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	105,31%	104,49%
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	103,92%	106,91%
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	110,08%	114,15%
Controlada direta		
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	106,56%	105,72%

4.1.3 Reajuste Tarifário Anual (RTA) e Revisão Tarifária Periódica (RTP)

Anualmente, a ANEEL apura os novos índices do reajuste tarifário (RTA) das controladas diretas e indiretas da Companhia, adequando suas despesas da Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão) e, periodicamente, quando há revisão tarifária periódica (RTP) também é feita atualização da Parcela B (custos gerenciáveis).

Neste processo, as CVAs contabilizadas pelas controladas são validadas, devendo ser feita a baixa das diferenças entre o valor apurado por estas e o concedido pela ANEEL no mesmo exercício. A apuração das diferenças desses diversos pontos é chamada de efeito do reajuste nas controladas diretas e indiretas.

Foram definidas as faixas de acionamento das Bandeiras Tarifárias e os valores da tarifa de aplicação de energia, do que trata o Submódulo 6.8, dos Procedimentos de Regulação Tarifária (PRORET) onde podem observar na apresentação da NE 4.1.1 - Bandeiras Tarifárias.

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em Reunião de Diretoria pública, aprovou os seguintes Reajustes Tarifários Anuais e Revisões Tarifárias Periódicas para as controladas distribuidoras da Companhia em 2024:

Controlada	Classificação	Aplicação	Resolução Homologatória	Efeito
Equatorial Maranhão	Reajuste Tarifário Anual	28/08/2024	3.376/2024	(1,22%)
Equatorial Pará	Reajuste Tarifário Anual	13/08/2024	DSP 2.335/2024	(3,23%)
Equatorial Piauí	Reajuste Tarifário Anual	02/12/2024	3.414/2024	(4,28%)
Equatorial Alagoas	Revisão Tarifária Periódica	03/05/2024	3.326/2024	(3,49%)
Equatorial Goiás	Reajuste Tarifário Anual	22/10/2024	3.407/2024	4,33%
CEEE-D	Reajuste Tarifário Anual	22/11/2024	3.413/2024	4,67%
CEA	Reajuste Tarifário Anual	13/12/2024	3.430/2024	13,70%

4.1.4 Encargos Regulatórios

A receita de prestação de serviços de distribuição está sujeita aos seguintes encargos regulatórios, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Pesquisa e desenvolvimento (P&D) e Programa de eficiência energética (PEE) - Os percentuais mínimos a aplicar (P&D e PEE) e a recolher (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME), Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL) e Conta de desenvolvimento energético (CDE), da tabela a seguir:

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

De 01/01/2023 até 31/12/2025						
P&D (% da ROL)				PEE (% da ROL)		
P&D/ANEEL	CDE	FNDCT	MME	PEE/ANEEL	CDE	PROCEL
0,21 a 0,3	até 0,09	0,3	0,15	0,14 a 0,2	até 0,06	0,05

- Conta de desenvolvimento energético (CDE);
- Encargo de serviços do sistema (ESS); e
- Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica (TFSEE).

A receita já está líquida desses encargos na demonstração do resultado. Veja nota explicativa nº 8 - Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, para mais detalhes.

4.1.5 Marco Legal - Geração Distribuída

A Resolução Normativa ANEEL nº 1.059, de 07 de fevereiro de 2023, que regulamenta a Lei 14.300/2022, foi considerada o marco legal da Micro e Minigeração Distribuída (MMGD), sistema em que os consumidores geram sua própria energia elétrica, geralmente por meio de painéis solares ou pequenas turbinas eólicas. A Resolução abrange, entre outros, procedimentos relacionados à cobrança pelo uso da rede de distribuição e ao prazo para que a distribuidora realize as obras de conexão dos sistemas.

A Resolução Homologatória nº 3.169, de 29 de dezembro de 2022, definiu os percentuais de redução, por distribuidora, a serem aplicados na Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD) e na Tarifa de Energia (TE). Esses percentuais são utilizados para estabelecer a tarifa de aplicação no faturamento do consumo associado ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE).

As controladas distribuidoras possuem de sua carteira de clientes, unidades consumidoras classificadas como MMGD. A Resolução Normativa ANEEL nº 1.000/2021 define o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) como um arranjo no qual a energia ativa injetada por uma unidade consumidora com MMGD é cedida à distribuidora local a título de empréstimo gratuito.

Posteriormente, essa energia é compensada com o consumo da mesma unidade ou de outras unidades consumidoras. Quando a energia gerada em determinado mês é superior à quantidade necessária para abater o consumo naquele período, o consumidor acumula um excedente de energia, que é registrado como um crédito a ser compensado em futuras faturas. Esse crédito é considerado um passivo a restituir ao consumidor, calculado com base no saldo injetado e não consumido multiplicado pelo preço médio de compra de energia das controladas da Companhia.

4.2 Transmissão

As controladas da Companhia receberão pela prestação do serviço público de transmissão a Receita Anual Permitida (RAP) que será revisada em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, durante o período da concessão, por meio de resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL. A RAP das controladas da Companhia após a revisão tarifária passou a ser de:

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	RAP	REH	Efeito revisão tarifária	RTP	Aplicação
SPE 01	104.144	3.050/2022	9,38%	Revisão Tarifária Periódica	01/06/2022
SPE 02	94.466	3.050/2022	9,39%	Revisão Tarifária Periódica	01/06/2022
SPE 03	137.705	3.050/2022	9,39%	Revisão Tarifária Periódica	01/06/2022
SPE 04	248.458	3.050/2022	9,43%	Revisão Tarifária Periódica	01/06/2022
SPE 05	114.641	3.050/2022	9,42%	Revisão Tarifária Periódica	01/06/2022
SPE 06	142.154	3.050/2022	9,44%	Revisão Tarifária Periódica	01/06/2022
SPE 08	193.469	3.348/2024	4,56%	Revisão Tarifária Periódica	01/07/2024

Além das revisões quinquenais, a ANEEL procederá anualmente com o ajuste da RAP pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), entre os meses de junho ou julho de cada ano. Para o ciclo 2024-2025, que teve seu início no mês de julho de 2024, a RAP das controladas indiretas da Companhia é de:

	RAP	REH	Efeito reajuste tarifário	RTP	Aplicação
SPE 01	113.812	3.348/2024	3,93%	Reajuste Tarifário Periódico	01/07/2024
SPE 02	102.039	3.348/2024	3,93%	Reajuste Tarifário Periódico	01/07/2024
SPE 03	148.745	3.348/2024	3,93%	Reajuste Tarifário Periódico	01/07/2024
SPE 04	268.376	3.348/2024	3,93%	Reajuste Tarifário Periódico	01/07/2024
SPE 05	123.832	3.348/2024	3,93%	Reajuste Tarifário Periódico	01/07/2024
SPE 06	153.550	3.348/2024	3,93%	Reajuste Tarifário Periódico	01/07/2024

A extinção da concessão implicará a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço.

O contrato de concessão é classificado como ativos de contrato e passa a ser classificados como ativo financeiro após emissão do Aviso de Crédito (AVC).

4.2.1 Taxas regulamentares

Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

Conta de desenvolvimento energético (CDE)

Criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com a finalidade de prover recursos para: i) o desenvolvimento energético dos Estados; ii) a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral, nas áreas atendidas pelos sistemas elétricos interligados; iii) promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional. O valor é fixado anualmente pela ANEEL em função da energia elétrica utilizada por unidades consumidoras conectadas às instalações de transmissão. Este valor é recolhido à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e repassado às unidades consumidoras por intermédio da TUST (tarifa de uso do sistema de transmissão).

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)

Instituído pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, tem o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica no país, tais como energia eólica (ventos), biomassa e pequenas centrais hidrelétricas. O valor é fixado em função da previsão de geração de energia elétrica pelas usinas integrantes do PROINFA. Este valor é recolhido à Eletrobras e repassado às unidades consumidoras por intermédio da TUST.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, co-geração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica - P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual.

4.3 Saneamento básico

4.3.1 Marco legal do saneamento básico

Em 15 de julho de 2020 foi publicada a Lei nº 14.026/2020 alterando o marco do saneamento básico do Brasil. Os principais pontos alterados foram: i) Regionalização: preferência da prestação regionalizada à prestação fragmentada; ii) Metas legais de universalização; iii) Regulação: atribuição a Agência Nacional de Água (“ANA”) para estabelecer diretrizes gerais regulatórias em contexto nacional, dando homogeneidade e segurança jurídica ao setor; iv) Concorrência: estabeleceu-se o princípio da seleção competitiva do prestador de serviço.

A controlada indireta Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A. (CSA) tem se adaptado institucionalmente para atender a legislação vigente advinda do novo Marco Legal, bem como seus desdobramentos regulamentares complementares, considerando que a CSA esteve em fase de operação assistida até 12 julho de 2022.

4.3.2 Reajuste tarifário

A controlada CSA passou por processo de Reajuste Tarifário Anual. As tarifas de aplicação e os valores relativos aos serviços complementares da CSA, constantes na Resolução da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Amapá - ARSAP Nº 003, de 13 de julho de 2023, ficaram reajustados em 5,48% (cinco vírgula quatro e oito por cento), em consonância à Resolução nº 006, de 11 de julho de 2024, com efeito a partir de 30 de agosto de 2024.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	543	489	303.949	271.827
Equivalentes de caixa (a)				
Aplicação direta				
Certificado de Depósito Bancário - CDB (b)	811	1.327.640	842.571	3.658.761
Operações compromissadas (c)	-	-	1.791.145	380.940
Poupança	-	-	-	756
Fundo de investimento				
Operações compromissadas	5.979	54.034	272.137	99.425
Certificado de Depósito Bancário - CDB	249	6.488	78.816	71.180
Fundo de investimento aberto	215	411	17.746	129.359
Subtotal de caixa e equivalentes	7.254	1.388.573	3.002.415	4.340.421
Total	7.797	1.389.062	3.306.364	4.612.248

- (a) Os equivalentes de caixa se referem a CDB - Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas e outros ativos de alta liquidez e com baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, são ativos financeiros com liquidez imediata classificados como equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa;
- (b) A redução observada no exercício ocorreu devido as amortizações de debêntures, conforme apresentado na nota explicativa nº 19; e
- (c) O aumento observado ocorre, principalmente, às captações de empréstimos e debêntures conforme notas explicativas 18.6 e 19.4, respectivamente.

A carteira da Companhia e de suas controladas é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 equivale a 98,12% do CDI (100,65% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

6 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Circulante				
Fundos de investimentos (a)				
Cotas de fundos de investimento	240.613	1.758.356	7.433.271	6.103.877
Cotas de fundos de investimento FIDC (b)	-	-	128.589	162.176
Títulos públicos	9.808	134.386	473.945	276.802
Letra financeira	2.920	78.574	139.916	149.420
Fundo de investimento aberto (c)	235	-	1.328.611	754.195
Recursos vinculados (d)	-	-	227.047	178.969
Total circulante	253.576	1.971.316	9.731.379	7.625.439
Não circulante				
Recursos vinculados (d)	-	-	702.741	557.220
Total não circulante	-	-	702.741	557.220
Total	253.576	1.971.316	10.434.120	8.182.659

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras que possuem rating acima AA- e AA+, baseado nas agências de rating Fitch Ratings e Standard & Poors são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, de acordo com a norma de investimento da Companhia. Adicionalmente, a carteira de aplicações contém fundos, que são investimentos em cotas (FIC), administrados por instituições financeiras responsáveis por alocar os recursos em cotas de diversos fundos abertos. Logo, a Companhia não possui gestão e controle direto, tampouco participação relevante nesses fundos abertos (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido) conforme CPC 36 (R3) / IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas. Adicionalmente, na Controladora a redução observada no exercício ocorreu devido a amortização de debêntures, conforme apresentado na nota explicativa nº 19;
- (b) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), sendo parte de seus recursos utilizados na operação de antecipação de títulos a pagar a fornecedores do Grupo Equatorial, conforme descrito na nota explicativa nº 17.1 - Fornecedores - Risco sacado (convênio);
- (c) Os fundos de investimentos abertos são compostos por ativos como operações compromissadas, títulos públicos, CDBs, depósitos a prazo e outros títulos de instrumentos financeiros; e
- (d) Os recursos vinculados referem-se às aplicações restritas a garantias de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos, cuja classificação entre circulante e não circulante é definida de acordo com o prazo de utilização do recurso.

A carteira da Companhia e de suas controladas é remunerada pela variação do CDI e a rentabilidade média ponderada da carteira, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, equivale a 98,10% do CDI (102,41% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

7 Contas a receber de clientes (Consolidado)

7.1 Composição dos saldos

	2024				2023			
	A vencer	Vencidos		Total	A vencer	Vencidos		Total
		Até 90 dias	Mais de 90 dias			Até 90 dias	Mais de 90 dias	
Residencial	1.160.340	1.121.769	2.407.348	4.689.457	1.206.867	1.005.284	2.944.275	5.156.426
Industrial	146.002	28.131	83.226	257.359	156.080	32.182	251.521	439.783
Comercial	467.568	160.557	416.200	1.044.325	498.337	167.913	680.337	1.346.587
Rural	149.132	125.386	334.078	608.596	155.526	106.525	340.695	602.746
Poder público	210.451	97.734	116.258	424.443	214.222	83.589	163.262	461.073
Iluminação pública	78.770	19.243	92.705	190.718	75.408	12.434	150.997	238.839
Serviço público	105.484	48.307	73.405	227.196	105.778	43.735	93.363	242.876
Contas a receber de consumidores faturados	2.317.747	1.601.127	3.523.220	7.442.094	2.412.218	1.451.662	4.624.450	8.488.330
Residencial	736.476	90.480	1.002.898	1.829.854	845.188	95.389	1.156.167	2.096.744
Industrial	70.911	5.000	37.429	113.340	72.506	6.883	68.315	147.704
Comercial	328.849	15.737	201.268	545.854	355.874	18.336	273.556	647.766
Rural	75.384	7.047	63.382	145.813	73.358	7.588	76.475	157.421
Poder público	350.152	12.112	90.551	452.815	364.537	15.929	131.851	512.317
Iluminação pública	177.754	5.198	12.511	195.463	179.316	4.008	22.001	205.325
Serviço público	171.600	2.723	10.122	184.445	90.024	3.341	10.743	104.108
Parcelamentos (a)	1.911.126	138.297	1.418.161	3.467.584	1.980.803	151.474	1.739.108	3.871.385
Contas a receber de consumidores não faturados (b)	1.318.952	-	-	1.318.952	1.401.295	-	-	1.401.295
Baixa renda (c)	272.645	-	-	272.645	255.532	-	-	255.532
Outras (d)	894.791	4.498	20.687	919.976	711.547	-	-	711.547
Total	6.715.261	1.743.922	4.962.068	13.421.251	6.761.395	1.603.136	6.363.558	14.728.089
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	(511.251)	(243.303)	(3.242.901)	(3.997.455)	(599.006)	(223.785)	(4.632.627)	(5.455.418)
Total contas a receber clientes	6.204.010	1.500.619	1.719.167	9.423.796	6.162.389	1.379.351	1.730.931	9.272.671
Circulante				8.538.999				8.414.799
Não circulante				884.797				857.872

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m. Os valores apresentados do contas a receber referentes aos parcelamentos estão líquidos do ajuste a valor presente no montante de R\$ 450.591 em 31 de dezembro de 2024, (R\$ 470.396 em 31 de dezembro de 2023), em contrapartida ao resultado financeiro, no montante líquido de R\$ 19.805, conforme nota explicativa nº 30;
- (b) Corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura, sendo em alguns casos encerrados após o período de fechamento contábil;
- (c) O Governo Federal, por meio das Leis nº 12.212 e nº 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda; e
- (d) O saldo de outras são compostos, principalmente, por: montantes de juros moratórios e multas por auto religação dos consumidores das controladas distribuidoras; contratos de venda de energia nos ambientes de contratação regulada (ACR) e livre (ACL) da controlada indireta Echo Participações; ao contas a receber do uso da rede de transmissão das controladas transmissoras; a prestação de serviço de telefonia, integração de telecomunicações de *internet* que usa os serviços de fibra ótica, serviços de recursos humanos das controladas Equatorial Telecomunicação e Serviços; e aos contratos de venda de energia da controlada Equatorial Renováveis S.A..

7.2 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

	2023	Provisões/ Reversões (b)	Baixas (c)	2024
Contas a receber de consumidores faturados	(3.267.222)	(352.994)	1.391.599	(2.228.617)
Parcelamentos	(1.934.532)	(100.753)	454.978	(1.580.307)
Contas a receber de consumidores não faturados	(36.774)	2.969	-	(33.805)
Outras (a)	(216.890)	(134.871)	197.035	(154.726)
Total (b)	(5.455.418)	(585.649)	2.043.612	(3.997.455)

	2022	Provisões/ Reversões	Baixas	2023
Contas a receber de consumidores faturados	(2.897.838)	(417.552)	48.168	(3.267.222)
Parcelamentos	(1.676.998)	(253.100)	(4.434)	(1.934.532)
Contas a receber de consumidores não faturados	(31.889)	(4.885)	-	(36.774)
Outras (a)	(127.682)	(92.599)	3.391	(216.890)
Total	(4.734.407)	(768.136)	47.125	(5.455.418)

- (a) A rubrica de outras perdas estimadas é composta, principalmente, por: multas sobre o consumo irregular, auto religação e inadimplência, conforme previsto na Resolução ANEEL nº 456 de 29 de novembro de 2000;
- (b) A movimentação líquida do exercício, gerou uma provisão, no montante de R\$ 585.649, com impacto de provisão no resultado operacional e reversão no financeiro de R\$ 594.680 e R\$ 9.031, respectivamente, conforme notas explicativas nº 28 - Custos do serviço e despesas operacionais e nº 30 - Resultado financeiro; e
- (c) Referente a baixa da PECLD de títulos que foram efetivamente baixados do contas a receber.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

8 Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros - (Consolidado)

	2023	Constituição	Amortização	Atualização	Constituições com efeito caixa	Créditos de PIS/COFINS	Reclassificação	2024
Parcela A								
CDE - Conta de desenvolvimento energético	(6.636)	(248.682)	101.461	9.688	-	-	-	(144.169)
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	(57.402)	3.581	42.445	(4.263)	-	-	-	(15.639)
Rede básica	551.798	(179.955)	(115.036)	44.450	-	-	-	301.257
Compra de energia CVA (a)	(1.190.899)	871.203	(109.985)	(99.042)	-	-	-	(528.723)
ESS - Encargos do serviço do sistema (b)	375.980	(192.288)	116.412	32.263	-	-	-	332.367
Transporte Itaipu	33.902	(20.618)	(5.780)	2.764	-	-	-	10.268
	(293.257)	233.241	29.517	(14.140)	-	-	-	(44.639)
Itens financeiros								
Sobrecontratação de energia (c)	376.934	(67.697)	(92.243)	12.763	(28.210)	-	-	201.547
Neutralidade	(326.712)	192.768	(217.220)	(22.816)	-	-	-	(373.980)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(318.383)	(185.994)	125.083	(23.508)	-	-	-	(402.802)
Risco hidrológico (d)	(918.116)	265.667	(299.002)	(56.303)	-	-	-	(1.007.754)
Compensação créditos PIS/COFINS (e)	56.103	-	1.259.494	7.962	-	(1.174.424)	147.087	296.222
Empréstimo escassez hídrica (f)	(100.444)	-	100.444	-	-	-	-	-
CDE Modicidade Tarifária - Empréstimo (g)	(114.127)	167.156	(6.973)	(16.017)	(165.028)	-	611	(134.378)
Reposicionamento Tarifário - RTD	29.351	(30.251)	23.194	900	-	-	-	23.194
Outros (h)	270.595	739.868	(803.488)	8.088	(188.917)	-	(38.352)	(12.206)
	(1.044.799)	1.081.517	89.289	(88.931)	(382.155)	(1.174.424)	109.346	(1.410.157)
Total	(1.338.056)	1.314.758	118.806	(103.071)	(382.155)	(1.174.424)	109.346	(1.454.796)
Circulante								
Valores a receber	97.933							-
Valores a devolver	(479.822)							(1.301.652)
Efeito líquido	(381.889)							(1.301.652)
Não circulante								
Valores a receber	16.277							264.381
Valores a devolver	(972.444)							(417.525)
Efeito líquido	(956.167)							(153.144)
Efeito líquido total	(1.338.056)							(1.454.796)

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	2022	Constituição	Amortização	Atualização	Constituições com efeito caixa	Créditos de PIS/COFINS	Reclassificação	2023
Parcela A								
CDE - Conta de desenvolvimento energético	566.998	(74.302)	(529.544)	30.411	-	-	(199)	(6.636)
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	135.350	(26.179)	(167.256)	834	-	-	(151)	(57.402)
Rede básica	534.953	(33.007)	(3.402)	54.038	-	-	(784)	551.798
Compra de energia CVA	(444.741)	(544.177)	(70.181)	(125.948)	-	-	(5.852)	(1.190.899)
ESS - Encargos do serviço do sistema	519.998	5.842	(199.069)	50.378	-	-	(1.169)	375.980
Transporte Itaipu	13.750	22.034	(4.344)	2.500	-	-	(38)	33.902
	<u>1.326.308</u>	<u>(649.789)</u>	<u>(973.796)</u>	<u>12.213</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(8.193)</u>	<u>(293.257)</u>
Itens financeiros								
Sobrecontratação de energia	286.755	(44.531)	125.859	27.952	(19.949)	-	848	376.934
Neutralidade	(100.214)	(78.693)	(128.923)	(18.882)	-	-	-	(326.712)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(224.330)	(168.995)	104.903	(17.957)	(2.199)	-	(9.805)	(318.383)
Risco hidrológico	(785.627)	(265.691)	184.864	(51.662)	-	-	-	(918.116)
Compensação créditos PIS/COFINS	1.046	-	2.065.739	49.539	-	(2.060.221)	-	56.103
Empréstimo escassez hídrica	(429.615)	129.497	342.432	(4.314)	-	-	(138.444)	(100.444)
CDE Modicidade Tarifária - Empréstimo	(370.137)	124.832	389.948	(23.891)	(78.526)	-	(156.353)	(114.127)
Reposicionamento Tarifário - RTD	-	27.359	-	1.992	-	-	-	29.351
Outros	(114.064)	386.466	(389.716)	(54.714)	53.786	-	388.837	270.595
	<u>(1.736.186)</u>	<u>110.244</u>	<u>2.695.106</u>	<u>(91.937)</u>	<u>(46.888)</u>	<u>(2.060.221)</u>	<u>85.083</u>	<u>(1.044.799)</u>
Total	<u>(409.878)</u>	<u>(539.545)</u>	<u>1.721.310</u>	<u>(79.724)</u>	<u>(46.888)</u>	<u>(2.060.221)</u>	<u>76.890</u>	<u>(1.338.056)</u>
Circulante								
Valores a receber	394.179							97.933
Valores a devolver	(195.764)							(479.822)
Efeito líquido ativo	<u>198.415</u>							<u>(381.889)</u>
Não circulante								
Valores a receber	61.921							16.277
Valores a devolver	(690.667)							(972.444)
Efeito líquido ativo / passivo	<u>(628.746)</u>							<u>(956.167)</u>
Efeito líquido total	<u>(430.331)</u>							<u>(1.338.056)</u>

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) O saldo da CVA de energia teve como movimentação: (i) as constituições positivas dos custos com efeito de disponibilidade, risco hidrológico e exposição financeira repassados às distribuidoras, para atendimento do mercado no montante de R\$ 914.938, e das constituições negativas de R\$ 43.735, resultando o movimento líquido de constituição ativa de R\$ 871.203. O impacto da amortização negativa do componente financeiro desse item para o exercício de 2024 foi de R\$ 109.985;
- (b) O ESS (Encargo de Serviço do Sistema) está relacionado ao pagamento de usinas térmicas despachadas e que operam com o preço de compra acima do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças). O ONS (Operador Nacional do Sistema) aciona despachos das térmicas de forma a garantir a segurança energética do sistema. No processo tarifário das controladas da Companhia, o valor de previsão desse encargo concedido pela ANEEL foi inferior aos custos efetivamente pagos, com isso, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a conta de Encargos de Serviços de Sistema (ESS) resultou em uma constituição passiva de R\$ 192.288. O impacto da amortização positiva no exercício foi de R\$ 116.412;
- (c) A constituição do saldo negativo R\$ 67.697 deve-se à venda no mercado de curto prazo a um PLD médio inferior ao preço médio de compra de energia da distribuidora. O impacto da amortização negativa no exercício foi de R\$ 92.243;
- (d) Reconhecimento antecipado dos custos de compra de energia elétrica associados aos riscos hidrológicos, conforme previsto no PRORET submódulo 4.4 - demais componentes financeiros, item 5.11. A previsão de risco hidrológico definida no processo tarifário será revertida no processo tarifário subsequente, devidamente atualizada. O impacto da amortização negativa no exercício foi de 299.002;
- (e) Deve-se à amortização dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS, conforme previsto no Despacho nº 361 de 9 de fevereiro de 2021. Após a homologação do processo de reajuste e revisão tarifária das controladas da Companhia, foi amortizado o montante de R\$ 1.259.494, sendo, a maior concentração dessa amortização na controlada indireta Equatorial Goiás;
- (f) Valor referente ao repasse de recursos da Conta Escassez Hídrica para as distribuidoras, para cobertura dos itens previstos no art. 2º da Resolução Normativa ANEEL nº 1.008, de 15 de março de 2022, com os seguintes itens: 1) Estimativa do saldo da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias para a competência de abril de 2022; 2) Custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG; 3) Custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021; 4) Diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002; 5) Receita fixa referente às competências de maio a dezembro de 2022 do Procedimento Competitivo Simplificado - PCS de 2021, conforme decisão da ANEEL. O prazo para a realização desse recurso é com base no reconhecimento desses valores nos reajustes ou revisões tarifárias de cada controlada e obedece ao ciclo tarifário de 12 meses, podendo ser prorrogado por mais 12 meses;
- (g) R As controladas da Companhia registraram a entrada de recursos no montante de R\$ 165.028, conforme Despacho Anel nº 1.239 de 23 de abril de 2024, que fixou os valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético- CDE referentes aos valores aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 2021, a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, até 30 de abril de 2024. Esse aporte se alinha à política de Modicidade Tarifária, viabilizada pelo repasse de recursos do Fundo da CDE. O objetivo primordial é mitigar o impacto dos custos de energia elétrica para os consumidores finais, promovendo condições mais favoráveis nas tarifas de energia. A política de Modicidade Tarifária da CDE é uma ferramenta essencial para a sustentabilidade econômico-financeira do setor elétrico e para a proteção do consumidor, garantindo a equidade na distribuição dos encargos setoriais e a moderação das tarifas de energia. A Companhia contabilizou um impacto negativo de R\$ 6.973 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, resultante da amortização do componente financeiro associado a esses repasses; e
- (h) Efeito da amortização para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi impactado pelos valores negativos dos Financeiros homologados no último processo tarifário que são: (i) Quitação do encargo CDE COVID e CDE Escassez; (ii) Encargos CDE COVID Migrante e Encargo Escassez hídrica; (iii) Recomposição Itaipu; (iv) Diferimento de Parcela B (CCEE); (v) Neutralidade COVID; (vi) Empréstimo Escassez hídrica; (vii) Financeiro de Recálculo RTA 2021 - Parcela B; (viii) Reversão do recálculo provisório de CVA; (ix) Reversão de créditos associados às Resoluções 376 e 414; (x) Financeiro de Recálculo TSFEE; (xi) Financeiro de Transmissão; (xii) Amortização de Crédito PIS COFINS; (xiii) Financeiro de Bandeira Escassez hídrica; (xiv) Custo de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD); (xv) Penalidade meta de universalização; (xvi) Ajustes de encargos de conexão e TUSD, e impactados pelos valores positivos: (i) amortização de Spread escassez hídrica e COVID; (ii) Reposicionamento tarifário; (iii) Ajuste de parcela B e TSEE; (iv) Rescisão contratual Garantias Financeiras; (v) Encargo de Conexão; Conselho de Consumidores; (vi) Garantias Financeiras; (vii) Diferença anual de faturas da REH 3313/24; (viii) amortização de DIC FIC e (ix) Financeiros de Postergação de Tarifas.

Anualmente, a ANEEL apura os novos índices do reajuste tarifário (RTA) das controladas da Companhia, adequando suas despesas da Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão) e, periodicamente, quando há revisão tarifária periódica (RTP) também é feita atualização da Parcela B (custos gerenciáveis).

Neste processo, as CVAs contabilizadas pelas controladas são validadas, devendo ser feita a baixa das diferenças entre o valor apurado por estas e o concedido pela ANEEL no mesmo período. A apuração das diferenças desses diversos pontos é chamada de efeito do reajuste nas controladas diretas e indiretas.

A partir de 1º de julho de 2022, as faixas de acionamento das Bandeiras Tarifárias, de que trata o Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, passaram a ser as definidas no Ábaco de Acionamento das Bandeiras Tarifárias, de acordo com a Resolução homologatória nº 3.306 de 05 de março de 2024. Os valores a serem adicionados à tarifa de aplicação de energia, TE, serão de 18,85 R\$/MWh, quando da vigência da bandeira tarifária amarela, 44,63 R\$/MWh, quando da vigência do patamar 1 da bandeira tarifária vermelha e de 78,77 R\$/MWh, quando da vigência do patamar 2 da bandeira tarifária vermelha.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as controladas da Companhia reconheceram o montante de R\$ 765.967 (R\$ 126.332 em 31 de dezembro de 2023) de bandeira tarifária, sendo que R\$ 539.314 (R\$ 1.072 em 31 de dezembro de 2023) obtidos por meio de bandeira tarifária via faturamento junto aos clientes e R\$ 227.283 (R\$ 125.260 em 31 de dezembro de 2023) recebendo via Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT. A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia - CCEE.

9 Impostos e contribuições a recuperar (Consolidado)

	2024	2023
Circulante		
ICMS a recuperar (CIAP) (a)	512.111	422.194
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) (b)	961.401	1.195.500
PIS e COFINS	87.121	43.342
Outros	51.469	39.538
Total circulante	1.612.102	1.700.574
Não circulante		
ICMS a recuperar (CIAP) (a)	894.911	812.943
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) (b)	1.790.637	1.866.503
Outros	66.550	66.579
Total não circulante	2.752.098	2.746.025
Total impostos e contribuições a recuperar	4.364.200	4.446.599

- (a) As controladas da Companhia possuem impostos a recuperar referentes à créditos de ICMS sobre aquisição de materiais destinados ao ativo operacional, apropriados à proporção de 1/48 avos; e
- (b) A controlada direta Equatorial Alagoas e as controladas indiretas Equatorial Maranhão, Equatorial Pará, Equatorial Piauí, CEEE-D e Equatorial Goiás, possuem ativo referente a PIS/COFINS a recuperar de R\$ 2.752.038 (R\$ 3.062.003 em 31 de dezembro de 2023), líquido de compensação com impostos federais, após publicação do Acórdão do julgamento do Recurso extraordinário julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e suportado pelo trânsito em julgado da ação, conforme nota explicativa nº 25 - PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores. Este saldo será realizado mediante compensação dos seguintes tributos federais: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS e retenções federais. Adicionalmente, a controlada indireta Equatorial Telecom, possui um saldo de R\$ 397 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 459 em 31 de dezembro de 2023).

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

10 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia e suas controladas possuem transações com partes relacionadas, principalmente, dos empréstimos, dividendos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

		Controladora			
		2024		2023	
Empresas	Notas	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Outras contas a receber					
Controladas indiretas					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	7.427	17.952	6.599	17.212
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	6.776	24.153	7.789	27.753
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	4.175	16.004	4.649	19.024
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	(a)	21.101	43.915	10.878	35.152
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(a)	9.271	20.936	6.437	14.366
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(a)	-	315	3.290	11.554
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(a)	-	-	-	416
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(a)	-	155	1.616	5.676
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(a)	-	-	-	67
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(a)	-	-	-	114
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(a)	58.045	97.053	23.521	33.266
Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.	(a)	-	-	-	204
Subtotal		106.795	220.483	64.779	164.804
Controlada direta					
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	2.256	7.854	2.252	7.850
Subtotal		2.256	7.854	2.252	7.850
Outras contas a receber - Intercompany					
Controladas indiretas					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	-	-	499	499
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	-	-	1.018	1.018
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	-	-	1.272	1.272
Subtotal		-	-	2.789	2.789
Controlada direta					
Equatorial Transmissão S.A.	(b)	-	-	461	461
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	-	-	360	360
Subtotal		-	-	821	821
Total		109.051	228.337	70.641	176.264
Mútuos					
Controladas indiretas					
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(c)	-	-	-	489
Equatorial Transmissão SPE 03 S.A.	(d)	-	-	-	1.311
Total		-	-	-	1.800
Recuperação judicial					
Controladas indiretas					
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(e)	138.114	12.013	129.055	941
Total		138.114	12.013	129.055	941
Dividendos a receber					
Controladas diretas					
Equatorial Transmissão S.A.	(i)	745.137	-	47.302	-
Equatorial Distribuição S.A.	(i)	7.429	-	16.220	-
Integração Transmissora de Energia S.A - INTESA	(i)	-	-	2.943	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(i)	48.678	-	81.369	-
Equatorial Participações II	(i)	6.161	-	-	-
Equatorial Serviços S.A.	(i)	12.579	-	-	-
Coligada					
SABESP	(i)	341.272	-	-	-
Total		1.161.256	-	147.834	-

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Empresas	Notas	Consolidado			
		2024	2023		
		Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
<u>Contas a receber</u>					
Associação para Assinatura de Energia	(j)	957	-	-	-
<u>Outras contas a receber</u>					
Associação para Assinatura de Energia	(k)	632	-	-	-
<u>Outras contas a pagar</u>					
Entidade é plano de benefício pós-emprego					
Equatorial Energia Fundação de Previdência	(f)	-	(7.187)	-	2.773
<u>Fornecedores</u>					
Outros tipos de partes relacionadas					
Instituto de Ciência e Tecnologia Grupo Equatorial (ICT)	(g)	(4.179)	-	(29.180)	-
<u>Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial</u>					
Outros tipos de partes relacionadas					
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras	(h)	(597.608)	(54.442)	(545.166)	(50.261)
<u>Dividendos a receber</u>					
Coligada					
SABESP	(i)	341.272	-	-	-

- (a) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre as controladas (Contratantes) e a Companhia (Contratada), com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia possui uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, *pro rata*, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido;
- (b) Refere-se ao contrato de compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura administrativa cujo reembolso resulta do compartilhamento das despesas condominial, de informática e telecomunicações e, de despesas de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo nº 12 do módulo V da Resolução Normativa da ANEEL nº 948/2021;
- (c) Em 06 de janeiro 2023, foi assinado Instrumento Particular de Mútuo, entre Equatorial Goiás e a Companhia no montante de R\$ 25.141 ao custo de CDI + 1,50% a.a., com vencimento final em 27 de fevereiro de 2023;
- (d) Em 14 de julho de 2021, foi realizado um empréstimo mútuo entre a Companhia, na qualidade de "Mutuante", e a Equatorial Transmissora 3 SPE S.A., na qualidade de "Mutuária". Este empréstimo foi formalizado por meio de um Instrumento Particular de Mútuo Pecuniário, previamente anuído pela ANEEL através do Despacho nº 3.085 de 31 de dezembro de 2018. O valor do empréstimo é de R\$ 15.000 (quinze milhões de reais), com vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir de 15 de julho de 2021, e com uma taxa de 105,5% do CDI a.a., *pro rata die*. Este contrato foi celebrado para evitar a escassez de recursos devido a possíveis atrasos nas liberações do financiamento de longo prazo contratado;
- (e) Valores provenientes da aquisição direta ou indireta dos créditos constantes no Plano de Recuperação Judicial da Equatorial Pará;
- (f) Os valores com a EQTPREV são provenientes das contribuições da patrocinadora das controladas indiretas Equatorial Maranhão, CEEE-D e controladas diretas Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas com sua Fundação de Previdência Complementar;
- (g) Os valores com o Instituto de Ciência e Tecnologia Grupo Equatorial referem-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Programa de Eficiência Energética (PEE), de gestão corporativa, com a controlada direta Equatorial Alagoas e as controladas indiretas Equatorial Piauí, Equatorial Pará, Equatorial Maranhão e SPEs 01 a 06 e 08. Adicionalmente, as distribuidoras Equatorial Maranhão, Equatorial Pará, Equatorial Piauí, Equatorial Alagoas, Equatorial Goiás e CEEE-D reconheceram despesas de doações realizadas para o instituto no montante de R\$ 20.096;
- (h) Em 1º de dezembro de 2014, o Juiz da 13ª Vara Civil de Belém decretou, com fundamento no que dispõe os arts. 61 e 63 da Lei 11.102/05, após manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público, como encerrada a recuperação judicial da controlada Equatorial Pará. Essas obrigações só se encerram com seu cumprimento integral, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, é detentora de créditos homologados no valor de R\$ 423.463, que serão quitados da seguinte forma: (i) carência para pagamento de principal e juros até agosto de 2019, com juros capitalizados; (ii) juros de 6% a.a. e pagos semestralmente a partir do último dia de setembro de 2019, e incidentes sobre o valor do saldo do principal; e (iii) pagamento do principal: (iii.a) de março de 2027 a setembro de 2030, inclusive, amortizações correspondentes a 5% a.a. do principal em parcelas semestrais; (iii.b) de março de 2031 a setembro de 2033, inclusive, amortizações correspondentes a 10% a.a. do principal ao ano, em parcelas semestrais; (iii.c) em setembro de 2034, o saldo de 50% (cinquenta por cento) do principal;

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

- (i) Referente aos dividendos a receber do exercício de 2024;
- (j) Os valores com a Associação referem-se ao fornecimento de energia elétrica; e
- (k) Referente a despesas com consultoria, taxas e fatura de energia da controlada indireta E-Nova com a Associação.

Além das operações apresentadas acima, as controladas da Companhia possuem transações, entre si, referentes a compartilhamentos de despesas e arrendamentos, compra e venda de bens e materiais *intercompany*, bens cedidos em comodato, prestação de serviços de telecomunicações e de uso do sistema de transmissão, entre outros, cujos saldos patrimoniais e de resultado, são eliminados de forma integral, nas demonstrações contábeis consolidadas.

10.1 Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui o Comitê de Auditoria Estatutário, Conselho de Administração e Fiscal, o Presidente e Diretores. A remuneração foi fixada em até R\$ 48.800, conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2024 (R\$ 29.100 em 28 de abril de 2023).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia e suas controladas.

Em 31 de dezembro 2024 e 2023, a Companhia e suas controladas não possuem remuneração na categoria de benefícios de rescisão de contrato de trabalho para suas pessoas chave da Administração.

Os benefícios pós-emprego estão descritos na nota explicativa nº 31 - Benefício pós-emprego e referem-se aos planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social.

Os diretores executivos possuem o benefício de planos de opção de compra de ações e pagamento baseado em ações. As datas de vencimento e os preços de exercício das opções de compra de ações pelos diretores executivos e detalhes adicionais do plano estão apresentados na nota explicativa nº 26.7 - Planos de opção de compra de ações.

Proporção de cada elemento na remuneração total paga, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

	2024	%
Total remuneração fixa anual	22.168	46%
Salário ou Pró-labore	21.994	46%
Benefícios diretos e indiretos	174	-
Total remuneração variável (bônus)	13.232	27%
Total remuneração baseada em ações	12.978	27%
Benefícios pós emprego	33	-
Valor total da remuneração	48.411	100%

A Companhia informa que a destinação completa dos resultados de 2024 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2025.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

10.2 Garantias

A Companhia presta garantia como avalista ou fiadora das controladas nas apólices de seguros e fianças sem ônus ou remuneração e nos contratos de empréstimos e financiamentos com remuneração em 1% a.a. sobre o saldo devedor. As garantias estão descritas nas notas explicativas nº 18.4 e 19.2.

11 Outras contas a receber (Consolidado)

11.1 Composição dos saldos

	2024	2023
Circulante		
Valores a recuperar de empregados	13.742	11.984
Adiantamento a fornecedores	142.817	112.935
Alienação de bens e direitos	8.950	9.990
Despesas pagas antecipadamente	3.897	2.917
Neutralidade PIS/COFINS	14.656	27.825
Subvenção descontos tarifários (b)	637.235	235.691
Sobra física	6.087	24.410
Uso mútuo de poste	95.063	117.590
Incentivo à redução de consumo	6.595	7.269
Créditos especiais - FUNAC - Aguardando ressarcimento (a)	35.691	30.337
(-) PECLD	(44.566)	(60.919)
Reinvestimento SUDAM/SUDENE	182.232	124.659
Outros créditos a receber	361.112	642.888
Total circulante	1.463.511	1.287.576
Não circulante		
Crédito a receber - Recuperação judicial	24.977	24.977
Sobra física	14.459	-
(-) PECLD	(3.013)	(2.847)
Créditos especiais - FUNAC - Em decisão judicial (a)	442.196	521.875
Créditos especiais - FUNAC - Aguardando ressarcimento (a)	304.164	302.520
Outros créditos a receber	71.778	20.746
Total não circulante	854.561	867.271
Total de outras contas a receber	2.318.072	2.154.847

- (a) Os montantes de Créditos especiais FUNAC são subdivididos entre “Créditos especiais - FUNAC - Em Decisão Judicial” e “Créditos especiais - FUNAC - Aguardando Ressarcimento”. Na rubrica de “Créditos especiais - FUNAC - Em Decisão Judicial” estão incluídos os montantes relacionados a processos que ainda estão ativos no judiciário, uma vez que os pagamentos oriundos de tais processos ainda não foram realizados. Assim que ocorrer o encerramento judicial dos processos (trânsito em julgado) serão adotados todos os procedimentos legais para que os valores pagos sejam ressarcidos à Companhia, seja através de ressarcimento via recebimento em caixa ou apropriação de crédito outorgado de ICMS e são transferidos para a rubrica de “Créditos especiais - Aguardando Ressarcimento”; e
- (b) Os valores a receber referentes aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários de serviço público de distribuição de energia elétrica, a serem recebidos do Poder Concedente, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, homologados pela Resolução Nº 2.420, de 27 de novembro de 2018. O subsídio tarifário CDE, referente à receita de desconto tarifário, apresentou um incremento devido ao aumento de mercado e ao reposicionamento da Parcela A nos processos de reajuste tarifário anual dos anos de 2023 e 2024, conforme as Resoluções Homologatórias da ANEEL nº 3.279, de 17 de outubro de 2023, e nº 3.407, de 15 de outubro de 2024.

Em 20 de janeiro de 2012, foi editada a Lei Estadual nº 17.555 com o objetivo de reunir e destinar recursos financeiros para ressarcimento de pagamentos de contingências administrativas e judiciais cujo fatos geradores ocorreram até a venda do controle acionário para a Eletrobras, conforme Termos de Acordo de Acionistas e de Gestão entre as partes Eletrobras e Estado de Goiás, bem como no Termo de Cooperação do FUNAC entre Equatorial Goiás e Estado (por intermédio da Procuradoria Geral do Estado e Secretaria da Economia) e regulamentação definida pelo decreto estadual nº 7.732 de 28 de setembro de 2002. Os recursos do referido fundo dependem de aportes a serem realizados pelo Governo do Estado de Goiás e créditos recebidos de ações ganhas pela Equatorial Goiás a serem repassadas ao Fundo.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Conforme disposto do contrato de compra e venda da Equatorial Goiás, assinado entre Equatorial Goiás, Eletrobras e CELGPARG em 14 de fevereiro de 2017, o Estado de Goiás se comprometeu a indenizar os compradores da Equatorial Goiás por quaisquer danos e prejuízos que possam ocorrer em decorrência de, entre outros motivos, "alteração, revogação ou edição de lei estadual ou decisão administrativa ou judicial referente a qualquer condição ou validade do FUNAC. Desde então a Equatorial Goiás mantém controlado separadamente os ativos creditórios vinculados às contingências de natureza provável com fatos geradores anteriores a data de mudança do controle, conforme disposto no contrato de compra e venda desta. Em 06 de fevereiro de 2019, foi publicada a Lei nº 20.416, alterando a Lei 17.555/12, que instituiu o Fundo de Aporte à CELG-D (Equatorial Goiás) e a Lei nº 19.473/16 (que instituiu a política estadual energética para manutenção, melhoria e ampliação da rede de distribuição de energia em Goiás) em que o Governo do Estado de Goiás suspendeu parte do ressarcimento à Equatorial Goiás, ao retroagir o período de cobertura do FUNAC de 27 de janeiro de 2015 para 24 de abril de 2012.

Em 25 de abril de 2019, foi publicada a Lei nº 20.468, revogando a Lei Estadual nº 19.473, de 03 de novembro de 2016, que concedia o direito da Equatorial Goiás em apropriar crédito outorgado de ICMS para compensação das contingências administrativas e judiciais cujos fatos geradores tenham ocorrido até 27 de janeiro de 2015. Como as alterações induzidas pelas referidas leis acima violam o edital de privatização e o contrato de compra e venda da Equatorial Goiás, a Administração desta Companhia ingressou imediatamente com medidas judiciais para invalidar os efeitos das leis anteriores em razão da inconstitucionalidade dos referidos dispositivos, que eliminam direitos adquiridos por meio de outras leis e de um contrato de compra e venda que o próprio Estado de Goiás assinou garantindo, em qualquer caso, o direito ao reembolso das obrigações que tivessem que ser pagas pelos novos controladores e cujos fatos geradores sejam anteriores a 27 de janeiro de 2015.

Em 12 de junho de 2019, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás concedeu a liminar em favor da Equatorial Goiás nos autos do MS nº 5098329.72.2019.8.09.0000, desconsiderando as alterações promovidas pela Lei Estadual nº 20.416/19, determinando, assim, o respeito ao contrato de compra e venda de ações e outras avenças da Equatorial Goiás e garantindo o direito de serem ressarcidas dos passivos resultantes de decisões de autoridades administrativas para as quais não haja mais recurso, decisões judiciais transitadas em julgado e/ou acordos judiciais ou extrajudiciais homologados judicialmente de fatos gerados conforme regulamentado anteriormente. Entretanto, no dia 16 de setembro de 2019, a decisão foi reformada através do julgamento dos embargos de declaração apresentados pela Procuradoria do Estado com atribuição de efeitos infringentes, indeferindo o pedido liminar da Equatorial Goiás e mantendo a revogação da Lei do Crédito de ICMS por entender que a questão é complexa e requer uma análise processual mais ampla, incompatível com uma análise preliminar no início do processo judicial. Dessa forma, a Equatorial Goiás apresentou recurso perante o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

No dia 1º de outubro de 2019, durante julgamento do recurso interposto pelo Estado de Goiás, o Tribunal de Justiça revogou a liminar que havia desconsiderado as alterações promovidas pela Lei Estadual nº 20.416/19, a qual voltou a vigorar. Contra a decisão que revogou a liminar, a Equatorial Goiás interpôs recurso.

Em 12 de novembro de 2019 a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE) ingressou com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) perante o Supremo Tribunal Federal requerendo a declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 20.416/19, que alterou a Lei nº 17.555/12 (FUNAC), e da Lei nº 20.468/19 que revogou a Lei Estadual nº 19.473/16 (créditos outorgados de ICMS).

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Em 03 de junho de 2021, o Supremo Tribunal Federal não admitiu a ação de inconstitucionalidade apresentada pela ABRADEE, por entender que não caberia ação de inconstitucionalidade para discutir leis que alcançariam apenas uma empresa, uma vez que esse tipo de ação é destinado a um controle abstrato da constitucionalidade das leis e não para situações concretas e específicas. Todavia, não houve nenhuma manifestação sobre o mérito das leis, apenas aspectos processuais. No dia 24 de junho de 2021, a ABRADEE apresentou recurso, o qual foi julgado em 22 de setembro de 2021 pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, que manteve a decisão anterior proferida.

Em sessão de julgamento do recurso interposto pela Equatorial Goiás, realizada no dia 16 de maio de 2023 (acórdão publicado no dia 18/05/2023), o Tribunal de Justiça concedeu, à unanimidade, a segurança postulada para assegurar à Equatorial Goiás o direito de ter seus pedidos de ressarcimento examinados e decididos exclusivamente de acordo com as disposições das Leis estaduais n.º 17.555/12 e 19.473/16. Contra tal decisão o Estado de Goiás apresentou recurso de Embargos de Declaração, que foram rejeitados pelo TJGO no dia 25 de julho de 2023. Posteriormente, o Estado de Goiás apresentou reclamação constitucional contra a decisão da 2ª Câmara do TJGO que concedeu a segurança no MS. Em 18 de dezembro de 2023, o órgão especial do Tribunal julgou procedente a reclamação do Estado de Goiás para anular o acórdão que concedera a segurança pleiteada pela Equatorial Goiás. Em 07 de fevereiro de 2024, foi proferido despacho determinando à Secretaria do Órgão Especial que certifique nos autos acerca do trânsito em julgado da decisão do Despacho para certificação do trânsito em julgado da reclamação e posterior remessa à Câmara para seguimento no processamento do mandado de segurança.

A Administração da Equatorial Goiás concluiu, com base nos princípios constitucionais do direito adquirido, da segurança jurídica, do ato jurídico perfeito, da boa-fé objetiva, da proteção da confiança na contratação com a Administração Pública, da supremacia do interesse público e do pacta sunt servanda, inserto no artigo 5º, XXXVI da Constituição Federal, bem como no fato de que os atos garantidores desses direitos são considerados atos jurídicos perfeitos, protegidos pelo ordenamento jurídico brasileiro, e em razão das medidas judiciais em trâmite perante o Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, que os valores continuam recuperáveis e se tornarão líquidos a medida em que as obrigações associadas aos créditos sejam reembolsadas.

O direito da controlada indireta Equatorial Goiás, ademais, sustenta-se pelos contratos celebrados com a Administração Pública, tendo sido assumida, direta e inequivocamente, pelo Estado de Goiás a responsabilidade pelos termos e condições contratuais em relação ao FUNAC. Especificamente sobre o crédito outorgado de ICMS, importante salientar que o Código Tributário Nacional, bem como a Constituição Federal, preveem a impossibilidade de revogação do benefício fiscal, considerando a forma e razão de sua outorga, sendo tal entendimento reforçado por Súmula nº 544 do Supremo Tribunal Federal, que se enquadra claramente a tese sustentada pela Companhia no processo judicial em andamento no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, e pela ABRADEE na ADI proposta no Supremo Tribunal Federal, que, em resumo, impede a revogação do incentivo fiscal concedido mediante condições e a prazo certo.

Adicionalmente, a Administração da Equatorial Goiás está adotando todas medidas cabíveis para manter os direitos adquiridos na época da sua compra, garantidos pelo próprio Estado de Goiás conforme contrato de compra e venda firmado em 14 de fevereiro de 2017.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

11.2 Movimentação do saldo de Créditos Especiais - Ativo FUNAC

	2023	2024					
	Saldo inicial	Adições/ Reversões	Decisão Judicial / Pagamento	Provisão para redução ao valor recuperável (a)	Baixa por recebimento	Transferências de depósitos judiciais	PECLD (b) Saldo final
Créditos especiais - FUNAC - Em decisão judicial	1.154.836	18.195	(167.641)	-	-	-	- 1.005.390
(-) <i>Impairment</i> - Créditos especiais - FUNAC - Em decisão judicial (a)	(632.961)	-	-	69.767	-	-	- (563.194)
Créditos especiais - FUNAC - Em decisão judicial	521.875	18.195	(167.641)	69.767	-	-	- 442.196
Créditos especiais - FUNAC - Aguardando ressarcimento	922.189	-	167.641	-	(25.050)	5.400	- 1.070.180
(-) <i>Impairment</i> - Créditos especiais - FUNAC - Aguardando ressarcimento (a)	(423.514)	-	-	(89.855)	-	-	- (513.369)
(-) PECLD - Créditos especiais - FUNAC - Aguardando ressarcimento (b)	(165.818)	-	-	-	-	-	(51.138) (216.956)
Créditos especiais - FUNAC - Aguardando ressarcimento	332.857	-	167.641	(89.855)	(25.050)	5.400	(51.138) 339.855
Total	854.732	18.195	-	(20.088)	(25.050)	5.400	(51.138) 782.051

	2022	2023					
	Saldo inicial	Adições/ Reversões	Decisão Judicial / Pagamento	Provisão para redução ao valor recuperável (a)	Baixa por recebimento	Transferências de depósitos judiciais	PECLD (b) Saldo final
Créditos especiais - FUNAC - Em decisão judicial	857.521	433.993	(136.678)	-	-	-	- 1.154.836
(-) <i>Impairment</i> - Créditos especiais - FUNAC - Em decisão judicial (a)	(358.408)	-	-	(274.553)	-	-	- (632.961)
Créditos especiais - FUNAC - Em decisão judicial	499.113	433.993	(136.678)	(274.553)	-	-	- 521.875
Créditos especiais - FUNAC - Aguardando ressarcimento	782.180	-	136.678	-	(1.176)	4.507	- 922.189
(-) <i>Impairment</i> - Créditos especiais - FUNAC - Aguardando ressarcimento (a)	(331.510)	-	-	(92.004)	-	-	- (423.514)
(-) PECLD - Créditos especiais - FUNAC - Aguardando ressarcimento (b)	(238.601)	-	-	-	-	-	72.783 (165.818)
Créditos especiais - FUNAC - Aguardando ressarcimento	212.069	-	136.678	(92.004)	(1.176)	4.507	72.783 332.857
Total	711.182	433.993	-	(366.557)	(1.176)	4.507	72.783 854.732

(a) A Administração mantém provisão para perda ao valor recuperável do FUNAC, no montante total de R\$ 1.076.563 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.056.475 em 31 de dezembro de 2023), com base nas alterações realizadas às leis vigentes à época da aquisição, bem como as incertezas acerca das decisões que serão proferidas pelos juízes das comarcas e instâncias cujos recursos da Companhia foram realizados, período para o qual a Companhia teve o direito de ressarcimento revogado pela alteração das Leis nº 17.555/12 e 19.473/16, ou seja, os processos compreendidos entre abril de 2012 e janeiro de 2015 possuem 100% de provisão ao valor recuperável. O impacto da referida provisão e atualização, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 39.231(R\$ 223.626 em 31 de dezembro de 2023) e R\$ 19.143, conforme notas explicativas nº 28 - Custos do serviço e despesas operacionais e nº 30 - Resultado financeiro, respectivamente; e

(b) Sobre o saldo de “Créditos Especiais - Aguardando ressarcimento” é calculada a perda estimada, considerando a expectativa de recebimento da Administração. Para 31 de dezembro de 2024, foi calculada uma reversão da provisão de R\$ 51.138 (complemento de provisão de R\$ 72.783 em 31 de dezembro de 2023), conforme nota explicativa nº 28 - Custos do serviço e despesas operacionais. Para a estimativa, é observado o volume de recebimento x requerimentos nos últimos cinco exercícios sociais.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

12 Investimentos

As principais informações sobre os investimentos nas controladas estão conforme a seguir demonstradas:

		Controladora		Consolidado	
	Participação em 2024*	2024	2023	2024	2023
Avaliados por equivalência patrimonial:					
Controladas:					
Equatorial Distribuição (a)	74,21%	8.218.142	7.569.671	-	-
Equatorial Alagoas	77,39%	1.821.351	1.819.331	-	-
Equatorial Serviços	100,00%	210.409	100.712	-	-
Equatorial Transmissão	100,00%	11.141.921	11.186.361	-	-
Equatorial Participações	100,00%	658.517	759.442	-	-
Equatorial Participações II	100,00%	399.341	238.721	-	-
Equatorial Participações III (b)	100,00%	(337.901)	(225.202)	-	-
Equatorial Participações IV (c)	100,00%	-	101	-	-
Subtotal		22.111.780	21.449.137	-	-
Coligada:					
SABESP (c)	15%	6.769.430	-	6.769.430	-
Outros investimentos		-	-	17.744	24.546
Efeito líquido total		28.881.210	21.449.137	6.787.174	24.546
Total investimentos		29.219.111	21.674.339	6.787.174	24.546
Provisão para perda em investimento (b)		(337.901)	(225.202)	-	-

- (a) A equivalência patrimonial tomada sobre o resultado do exercício leva em consideração a participação econômica de acordo com item B95 e B96 do CPC 36/IFRS 10, ou seja, a Companhia calcula sua parcela de lucros e prejuízos após efetuar ajustes para refletir os dividendos sobre essas ações, tenham ou não esses dividendos sido declarados;
- (b) Representado pelo investimento indireto na CSA, que apresenta passivo a descoberto. Não houve necessidade de constituir *impairment* sobre os ativos da CSA, uma vez que existem projeções de recuperabilidade. A Companhia realizou avaliação de perda ao valor recuperável, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conforme nota explicativa nº 15.2 - Avaliação de *Impairment*, e espera -se que a controlada indireta, adquirida em dezembro de 2021, conclua o processo de turnaround nos próximos 7 anos e passe a apresentar patrimônio líquido positivo; e
- (c) Em 20 de dezembro de 2024, foi aprovada a incorporação da Equatorial Participações IV pela Companhia, que passou a deter diretamente as 102.526.480 ações da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, o que corresponde a 15% do total de ações dessa investida, bem como os direitos e as obrigações assumidas mediante a celebração do Acordo de Investimento, conforme nota explicativa nº 1.4.

*Não houve alteração nos percentuais de participação societária em relação ao exercício anterior.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

12.1 Movimentação dos investimentos

	2023	Aquisição de investimento (b)	Aumento de capital (c)	Redução de capital (d)	Reorganização societária (b)	Dividendos mínimos /JCP	Dividendos adicionais	Resultado de equivalência patrimonial (a)	Outros resultados abrangentes	Stock options	Matching Shares	2024
Controladas:												
Equatorial Distribuição	7.569.671	-	-	-	-	(7.429)	(1.373.302)	2.069.817	(46.659)	3.463	2.581	8.218.142
Equatorial Alagoas	1.819.331	-	-	-	-	(48.622)	(134.328)	208.460	(24.188)	118	580	1.821.351
Equatorial Serviços	100.712	-	140.027	-	-	(14.799)	-	(14.862)	(677)	8	-	210.409
Equatorial Transmissão	11.186.361	-	-	-	-	(835.457)	-	774.015	17.002	-	-	11.141.921
Equatorial Participações	759.442	-	-	(155.600)	-	-	-	(52.624)	104.737	2.562	-	658.517
Equatorial Participações II	238.722	-	-	-	-	(6.161)	-	160.910	5.609	-	261	399.341
Equatorial Participações III	(225.202)	-	49.015	-	-	-	-	(161.894)	-	180	-	(337.901)
Equatorial Participações IV	100	-	3.803.500	-	(3.803.600)	-	-	-	-	-	-	-
Total:	21.449.137	-	3.992.542	(155.600)	(3.803.600)	(912.468)	(1.507.630)	2.983.822	55.824	6.331	3.422	22.111.780
Coligada:												
SABESP	-	6.869.274	-	-	-	(382.472)	-	262.531	20.097	-	-	6.769.430
Efeito líquido total	21.449.137	6.869.274	3.992.542	(155.600)	(3.803.600)	(1.294.940)	(1.507.630)	3.246.353	75.921	6.331	3.422	28.881.210
Total de investimentos	21.674.339											29.219.111
Total de provisão para perda em investimento	(225.202)											(337.901)

	2022	Aumento de capital	Reorganização societária (a)	Acordo acionário (a)	Dividendos mínimos	Dividendos adicionais	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Mudança na participação relativa em controladas	Stock options	Reclassificação (b)	2023
Controladas												
Equatorial Distribuição	4.568.336	-	2.585.592	(2.497.957)	(1.030.640)	(121.079)	2.452.820	58.422	1.545.612	8.565	-	7.569.671
Equatorial Piauí	2.109.909	-	(2.124.622)	-	-	-	21.380	(6.667)	-	-	-	-
Equatorial Alagoas	2.069.749	-	(460.970)	-	(84.863)	(46.940)	318.854	22.358	-	1.143	-	1.819.331
Equatorial Serviços	167.170	-	-	-	-	(40.000)	(25.425)	(976)	-	(57)	-	100.712
Equatorial Transmissão	9.618.977	1.108.000	-	-	(47.303)	-	502.786	3.283	-	618	-	11.186.361
INTESA	317.271	-	-	-	(2.943)	-	43.564	-	-	-	(357.892)	-
Equatorial Participações	1.308.023	11.100	-	-	-	-	(412.649)	(149.407)	-	2.375	-	759.442
Equatorial Participações II	194.032	-	-	-	-	-	36.991	7.698	-	-	-	238.721
Equatorial Participações III	(78.369)	40.000	-	-	-	-	(187.406)	-	-	573	-	(225.202)
Equatorial Participações IV	-	100	-	-	-	-	1	-	-	-	-	101
Efeito líquido total	20.275.098	1.159.200	-	(2.497.957)	(1.165.749)	(208.019)	2.750.916	(65.289)	1.545.612	13.217	(357.892)	21.449.137
Total de investimentos	20.353.467											21.674.339
Total de provisão para perda em investimento	(78.369)											(225.202)

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) Além do valor de R\$ 3.246.353 de equivalência patrimonial das controladas, a Companhia reconheceu o valor de 3.202 correspondente ao resultado de 3 meses da INTESA e R\$ 1.159 correspondente a despesa de amortização da concessão de 3 meses da INTESA, companhia vendida. Adicionalmente, o valor de equivalência da coligada SABESP está líquido da amortização da mais valia no valor de R\$ 11.497.
- (b) Em 20 de dezembro de 2024, foi aprovada a incorporação da Equatorial Participações e Investimentos IV S.A. (Equatorial Participações IV) pela Companhia, que passou a deter diretamente as 102.526.480 ações da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, o que corresponde a 15% do total de ações dessa investida, bem como os direitos e as obrigações assumidas mediante a celebração do Acordo de Investimento, conforme nota explicativa nº 1.4;
- (c) Em 13 de dezembro de 2024, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento no capital subscrito da Equatorial Serviços no valor de R\$ 140.027. Na Equatorial Participações III, em 24 de setembro de 2024, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento no capital subscrito no valor de R\$ 49.015 na sua controlada direta CSA. Foram realizados aumentos de capital nos valores de R\$ 10.000, R\$ 1.293.500, R\$ 2.400.000 e R\$ 100.000, totalizando R\$ 3.803.500, conforme Atas de Assembleia Geral Extraordinária de 14 de junho de 2024, 15 de julho de 2024, 27 de setembro de 2024 e 06 de novembro de 2024, respectivamente, na antiga controlada direta Equatorial Participações IV; e
- (d) Em 03 de julho de 2024, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado redução de capital social da Equatorial Participações no valor de R\$ 155.600.

12.2 Informações das controladas --Controladora

A Companhia apresenta abaixo a posição de suas controladas.

Saldos em 2024	Participação societária	Balanco patrimonial					Resultado em 2024					
		Circulante		Não circulante		Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro bruto	Receitas/despesas operacionais	Resultado financeiro líquido	Imp. Renda contribuição social	Resultado líquido do exercício
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo							
Equatorial Distribuição	74,21%	521.716	488.306	10.317.867	-	10.351.277	-	-	2.723.980	8.252	(2.674)	2.729.558
Equatorial Alagoas	77,39%	1.886.562	1.416.844	3.511.251	2.546.638	1.434.331	3.109.736	887.201	(348.658)	(171.399)	(53.287)	313.857
Equatorial Serviços	100,00%	107.119	88.111	296.826	105.538	210.296	236.835	98.468	(99.128)	(3.748)	(10.475)	(14.883)
Equatorial Transmissão	100,00%	1.318.892	864.496	11.586.113	898.588	11.141.921	-	-	798.410	(24.395)	-	774.015
Equatorial Participações	100,00%	10.614	1.947	649.850	-	658.517	-	-	(63.897)	14.713	(3.441)	(52.625)
Equatorial Participações II	100,00%	472	6.162	405.031	-	399.341	-	-	160.862	48	-	160.910
Equatorial Participações III	100,00%	626	1	-	338.888	(338.263)	-	-	(162.317)	38	24	(162.255)
		3.846.001	2.865.867	26.766.938	3.889.652	23.857.420	3.346.571	985.669	3.009.252	(176.491)	(69.853)	3.748.577

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Saldos em 2023	Participaçã o societária	Balanço patrimonial					Resultado em 2023					
		Circulante		Não circulante			Receita líquida	Lucro bruto	Receitas/ despesas operacionais	Resultado financeiro líquido	Imp. Renda contribuição social	Resultado líquido do exercício
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido						
Equatorial Distribuição	74,21%	577.933	244.197	9.685.995	-	10.019.731	-	-	2.944.798	(1.928)	(1.615)	2.941.255
Equatorial Alagoas	77,39%	1.345.207	820.404	3.131.957	2.269.316	1.387.444	3.062.974	813.635	(250.601)	(150.938)	(35.251)	376.845
Equatorial Serviços	100,00%	102.359	37.363	43.230	7.606	100.620	172.880	88.153	(103.891)	4.185	(13.964)	(25.517)
Equatorial Transmissão	100,00%	933.073	335.853	11.521.053	931.912	11.186.361	-	-	583.158	(80.372)	-	502.786
Equatorial Participações	100,00%	153.145	69	606.366	-	759.442	-	-	(417.033)	4.384	-	(412.649)
Equatorial Participações II	100,00%	518	3	238.206	-	238.721	-	-	36.939	55	(3)	36.991
Equatorial Participações III	100,00%	616	23	-	225.795	(225.202)	-	-	(187.789)	383	-	(187.406)
Equatorial Participações IV	100,00%	104	3	-	-	101	-	-	(7)	8	-	1
		3.112.955	1.437.915	25.226.807	3.434.629	23.467.218	3.235.854	901.788	2.605.574	(224.223)	(50.833)	3.232.306

12.3 Conciliação dos investimentos

	2024										
	Participação no capital	Patrimônio da companhia	Resultado	Equivalência patrimonial (b)	Amortização do direito da concessão	Valor do investimento	Intangível de concessão	Stock Options	Provisão para perda desvalorização de investimento	Outros	Total do investimento
Controladas											
Equatorial Distribuição (a)	74,21%	10.351.277	2.729.558	2.069.817	-	7.681.426	-	10.528	-	526.188	8.218.142
Equatorial Alagoas	77,39%	1.434.331	313.857	246.872	(38.412)	1.109.984	710.663	704	-	-	1.821.351
Equatorial Serviços	100,00%	210.296	(14.883)	(14.862)	-	210.296	-	-	-	113	210.409
Equatorial Transmissão	100,00%	11.141.921	774.015	774.015	-	11.141.921	-	-	-	-	11.141.921
Equatorial Participações I	100,00%	658.517	(52.625)	(52.624)	-	658.517	-	-	-	-	658.517
Equatorial Participações II	100,00%	399.341	160.910	160.910	-	399.341	-	-	-	-	399.341
Equatorial Participações III	100,00%	(338.263)	(162.255)	(161.894)	-	(338.263)	-	-	338.263	-	-
INTESA (Resultado)	-	-	3.202	3.202	(1.159)	-	-	-	-	-	-
Subtotal:		23.857.420	3.751.779	3.025.436	(39.571)	20.863.222	710.663	11.232	338.263	526.301	22.449.681
Coligada											
SABESP	15,00%	36.928.054	9.579.563	262.531	-	5.539.208	1.230.222	-	-	-	6.769.430
Total:		60.785.474	13.331.342	3.287.967	(39.571)	26.402.430	1.940.885	11.232	338.263	526.301	29.219.111

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Controladas	2023										
	Participação no capital	Patrimônio da controlada	Resultado	Equivalência patrimonial	Amortização do direito da concessão	Valor do investimento	Intangível de concessão	Stock Options	Provisão para perda desvalorização de investimento	Outros	Total do investimento
Equatorial Distribuição	74,21%	10.019.731	2.941.255	2.452.820	-	7.435.394	-	8.969	-	125.308	7.569.671
Equatorial Alagoas	77,39%	1.387.444	376.845	357.267	(38.412)	1.073.699	746.786	546	-	(1.700)	1.819.331
Equatorial Piauí	94,94%	1.094.917	32.033	30.411	(9.031)	-	-	-	-	-	-
Equatorial Serviços	100,00%	100.620	(25.517)	(25.425)	-	100.620	-	92	-	-	100.712
Equatorial Transmissão	100,00%	11.186.361	502.786	502.786	-	11.186.361	-	-	-	-	11.186.361
Equatorial Participações I	100,00%	759.442	(412.649)	(412.649)	-	759.442	-	-	-	-	759.442
Equatorial Participações II	100,00%	238.721	36.991	36.991	-	238.721	-	-	-	-	238.721
Equatorial Participações III	100,00%	(225.202)	(187.406)	(187.406)	-	(225.202)	-	-	225.202	-	-
Equatorial Participações IV	100,00%	101	1	1	-	101	-	-	-	-	101
		<u>24.562.135</u>	<u>3.264.339</u>	<u>2.754.796</u>	<u>(47.443)</u>	<u>20.569.136</u>	<u>746.786</u>	<u>9.607</u>	<u>225.202</u>	<u>123.608</u>	<u>21.674.339</u>
INTESA (Resultado)	-	-	48.201	48.201	(4.638)	-	-	-	-	-	-
TOTAL		<u>24.562.135</u>	<u>3.312.540</u>	<u>2.802.997</u>	<u>(52.081)</u>	<u>20.569.136</u>	<u>746.786</u>	<u>9.607</u>	<u>225.202</u>	<u>123.608</u>	<u>21.674.339</u>

- (a) O resultado de equivalência patrimonial da Companhia é ajustado pelo benefício econômico efetivo sobre o resultado da controlada Equatorial Distribuição, em virtude da distribuição desproporcional de dividendos a ser recebido pelas ações preferenciais. No exercício de 2024, a Companhia tem direito a recebimento de 81,5% sobre o resultado distribuível do ano de 2024, enquanto os acionistas detentores das ações preferenciais possuem um montante de 18,50% sobre o resultado distribuível do ano de 2024. Esses montantes são ajustados a cada ano conforme o Acordo de Acionistas. Este procedimento está alinhado com os requerimentos do CPC 36 item B95, que afirma que se a controlada tiver ações preferenciais em circulação com direito a dividendos cumulativos, que sejam classificadas como patrimônio líquido, e sejam detidas por acionistas não controladores, a entidade deve calcular sua parcela de lucros e prejuízos após efetuar ajuste para refletir os dividendos sobre essas ações, tenham ou não esses dividendos sido declarados. Na operação, todo e qualquer dividendo distribuído aos acionistas, pela controlada, deverá ser pago, primeiramente ao detentor de ações preferenciais, conforme tabela abaixo:

	2024 a 2025	2026	2027	2028 a 2029	2030
Ação preferencial A e B	15%	20%	35%	55%	60%
Ação preferencial C	4%	21%	25%	25%	25%
Ação ordinária	81%	59%	40%	20%	15%

- (b) O resultado de equivalência patrimonial contempla também o efeito amortização do direito de concessão no montante de R\$ 39.571 (R\$ 52.081 em 31 de dezembro de 2023), conforme item 23, letra (a), do ICPC 09.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

13 Ativo financeiro da concessão (Consolidado)

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão das controladas distribuidoras está a seguir demonstrada:

	2023	Atualização do ativo financeiro (a)	Transf. Ativo de contrato (b)	Baixas (d)	Reclassificação (e)	Outros (f)	2024
Ativo financeiro - Distribuição	16.907.942	858.485	3.277.793	(35.492)	(16.233)	18.646	21.011.141
Obrigações especiais - Distribuição (c)	(3.882.870)	(255.157)	(989.380)	-	-	(18.646)	(5.146.053)
Total	13.025.072	603.328	2.288.413	(35.492)	(16.233)	-	15.865.088

	2022	Atualização do ativo financeiro (a)	Transf. Ativos de contrato (b)	Baixas (d)		2023
Ativo financeiro - Distribuição	13.207.533	874.844	2.841.061	(15.496)		16.907.942
Obrigações especiais - Distribuição (c)	(3.172.929)	(255.914)	(454.027)	-		(3.882.870)
Total	10.034.604	618.930	2.387.034	(15.496)		13.025.072

- (a) Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão nas controladas distribuidoras, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização pelo IPCA, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizado pelo regulador nos processos de reajuste tarifário;
- (b) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para ativo financeiro da concessão;
- (c) Obrigações especiais representam, substancialmente, recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica;
- (d) Baixas dos ativos vinculados à infraestrutura das controladas diretas e indiretas;
- (e) Correspondem às reclassificações do ativo financeiro para o intangível no valor de R\$ 16.233 em decorrência do processo de rebifurcação dos ativos, por conta da contabilização do laudo de avaliação do processo de revisão tarifária periódica na controlada direta Equatorial Alagoas; e
- (f) O valor de R\$ 18.646 corresponde ao reconhecimento de sobras físicas do laudo de avaliação homologado da controlada indireta CEA, pois de acordo o OFÍCIO Nº 84/2021-SFF/ANEEL, que trata dos Procedimentos contábeis para reconhecimento das Sobras Físicas e do Ativo Imobilizado em Curso - AIC, no âmbito da Medida Provisória nº 998/2020, o ingresso contábil dos ativos no patrimônio da concessionária deverá estar em consonância com as informações contidas no laudo de avaliação, com os efeitos da metodologia de valoração de ativos (VNR), o Capítulo III Art. 8º, § 2º da Lei nº 12.783, de 2013 que determina que o cálculo do valor da indenização correspondente às parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, utilizará como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do Poder Concedente.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

14 Imobilizado (Consolidado)

A composição do ativo imobilizado está apresentada da seguinte forma:

		2024			2023
Imobilizado	Vida útil	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Edificações, obras civis e benfeitorias	30 anos	583.147	(29.975)	553.172	94.116
Máquinas e equipamentos	15 - 30 anos	8.284.963	(1.674.267)	6.610.696	4.631.929
Móveis e utensílios	16 anos	27.496	(2.428)	25.068	2.712
Veículos	5 anos	5.479	(1.647)	3.832	4.426
Equipamentos de processamento de dados	6 anos	2.911	(1.724)	1.187	2.480
Imobilizado em andamento	-	366.808	-	366.808	2.613.806
Desmobilização de ativos	-	163	(163)	-	163
Em curso					
Edificações	30 anos	401	-	401	-
Máquinas e equipamentos	15 - 30 anos	18.178	-	18.178	-
Móveis e utensílios	16 anos	11	-	11	-
Veículos	5 anos	309	-	309	-
Total		9.289.866	(1.710.204)	7.579.662	7.349.632

14.1 Movimentação do ativo imobilizado

Custo do Imobilizado	2023	Adições (c)	Baixas	Transferências	Reclassificação (b)	2024
Em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias	113.433	-	-	469.696	18	583.147
Máquinas e equipamentos	6.060.427	8.881	(13.331)	2.152.813	76.173	8.284.963
Móveis e utensílios	4.433	465	(25)	22.623	-	27.496
Veículos	5.317	193	-	-	(31)	5.479
Equipamentos de processamento de dados	4.315	-	-	(1.404)	-	2.911
Imobilizado em andamento (a)	2.613.969	524.036	(51.670)	(2.643.279)	(76.248)	366.808
Desmobilização de ativos	163	-	-	-	-	163
Em curso						
Edificações	-	-	-	-	401	401
Máquinas e equipamentos	-	-	(73)	(449)	18.700	18.178
Móveis e utensílios	-	-	-	-	11	11
Veículos	-	-	-	-	309	309
Total do custo de imobilizado	8.802.057	533.575	(65.099)	-	19.333	9.289.866
Depreciação acumulada						
	2023	Adição (c)	Baixa	Transferências	Reclassificação	2024
Edificações, obras civis e benfeitorias	(19.317)	(10.663)	-	5	-	(29.975)
Máquinas e equipamentos	(1.428.499)	(245.471)	98	(395)	-	(1.674.267)
Móveis e utensílios	(1.721)	(716)	9	-	-	(2.428)
Veículos	(891)	(756)	-	-	-	(1.647)
Equipamentos de processamento de dados	(1.834)	(280)	-	390	-	(1.724)
Desmobilização de ativos	(163)	-	-	-	-	(163)
Total da depreciação	(1.452.425)	(257.886)	107	-	-	(1.710.204)
Total do imobilizado	7.349.632	275.689	(64.992)	-	19.333	7.579.662

- (a) O saldo variou, principalmente, referente às adições de R\$ 368.631 na controlada indireta Echoenergia Crescimento. Os gastos estão relacionados à finalização dos projetos de Ribeiro Gonçalves e Barreiras;
- (b) Reclassificação do imobilizado para o intangível no valor de R\$ 18.945 na controlada indireta CSA, reclassificação do imobilizado para o intangível no valor de R\$ 140 na controlada direta Equatorial Transmissão S.A e reclassificação do imobilizado para o intangível no valor de R\$ 528 na Equatorial S.A; e

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

- (c) O montante de R\$ 193.064 refere-se às adições líquidas do imobilizado. Deste total, R\$ 123.576 deve-se à capitalização de juros na controlada indireta Echo Crescimento em contrapartida de Instrumentos financeiros.

Os ativos imobilizados das controladas Echoenergia Participações e Echoenergia Crescimento são dados como garantia em face dos financiamentos obtidos. Para mais informações, consultar a nota explicativa nº 18.3 - Garantias.

15 Intangível (Consolidado)

O intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

	Taxas anuais*	2024			
		Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Distribuição					
Em serviço - Distribuição	4,23%	44.650.571	(20.296.634)	(3.546.170)	20.807.767
Direito de concessão					
Direito de concessão - Equatorial Maranhão (a)	3,33%	291.810	(203.106)	-	88.704
Direito de concessão - Equatorial Pará (a)	3,33%	172.904	(169.594)	-	3.310
Direito de concessão - Equatorial Alagoas (a)	3,33%	1.196.831	(230.450)	-	966.381
Direito de concessão - Equatorial Piauí (a)	3,33%	1.714.448	(358.832)	-	1.355.616
Direito de concessão - CEEE-D (a)	4,17%	2.786.062	(406.300)	-	2.379.762
Direito de concessão - CEA (a)	3,33%	1.199.957	(123.327)	-	1.076.630
Outros		78.436	(7.505)	-	70.931
Subtotal		52.091.019	(21.795.748)	(3.546.170)	26.749.101
Transmissão					
Em serviço - Transmissão (Direito de outorga)	4,34%	16.748	(2.996)	-	13.752
Em curso - Transmissão		6.331	-	-	6.331
Subtotal		23.079	(2.996)	-	20.083
Saneamento					
Direito de concessão - CSA (b)	2,88%	949.513	(66.678)	-	882.835
Outros		11.024	(396)	-	10.628
Subtotal		960.537	(67.074)	-	893.463
Geração eólica					
Direito de exploração (a)	6,78%	3.073.437	(590.288)	-	2.483.149
Direito de autorização (a)	3,22%	2.382.702	(217.381)	-	2.165.321
Outros		71.773	(9.209)	-	62.564
Subtotal		5.527.912	(816.878)	-	4.711.034
Total		58.602.547	(22.682.696)	(3.546.170)	32.373.681

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Taxas anuais*	2023			
		Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Distribuição					
Em serviço - Distribuição	4,23%	41.240.404	(18.463.384)	(3.484.707)	19.292.313
Direito de concessão					
Direito de concessão - Equatorial Maranhão (a)	3,33%	291.810	(187.452)	-	104.358
Direito de concessão - Equatorial Pará (a)	3,33%	172.905	(168.287)	-	4.618
Direito de concessão - Equatorial Alagoas (a)	3,33%	1.196.831	(190.594)	-	1.006.237
Direito de concessão - Equatorial Piauí (a)	3,33%	1.714.448	(301.752)	-	1.412.696
Direito de concessão - CEEE-D (a)	4,17%	2.786.062	(290.214)	-	2.495.848
Direito de concessão - CEA (a)	3,33%	1.199.957	(83.329)	-	1.116.628
Subtotal		7.362.013	(1.221.628)	-	6.140.385
Outros		57.135	(4.592)	-	52.543
Subtotal		48.659.552	(19.689.604)	(3.484.707)	25.485.241
Transmissão					
Em serviço - Transmissão (Direito de outorga)	4,34%	8.287	(2.311)	-	5.976
Em curso - Transmissão		12.617	-	-	12.617
Subtotal		20.904	(2.311)	-	18.593
Saneamento					
Direito de concessão - CSA (b)	2,88%	943.104	(39.446)	-	903.658
Outros		969	(222)	-	747
Subtotal		944.073	(39.668)	-	904.405
Geração Eólica					
Direito de exploração (a)	6,78%	3.073.437	(381.951)	-	2.691.486
Direito de autorização (a)	3,22%	2.385.402	(143.358)	-	2.242.044
Outros		109.744	(3.559)	-	106.185
Subtotal		5.568.583	(528.868)	-	5.039.715
Total		55.193.112	(20.260.451)	(3.484.707)	31.447.954

* Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)

- (a) Refere-se ao ajuste a valor justo do ativo intangível em combinação de negócio através da Alocação do Preço Pago - PPA, sendo classificado como intangível, por tratar-se de direitos contratuais e outros direitos legais, em conformidade com o CPC 04 / IAS 38 - Ativo intangível; e
- (b) O saldo apresentado é composto do valor pago a título de outorga para a exploração da concessão da CSA, a amortização iniciou após o período de operação assistida, que encerrou em julho de 2022.

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis pela vida útil do bem e limitado à data do contrato de concessão, conforme ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos de Concessão.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

15.1 Movimentação do ativo intangível

	2023	Adições	Baixas (c)	Transferências(a)	Reclassificação (d)	Outros	2024
Distribuição							
Em serviço	41.240.404	1	(555.114)	3.943.567	21.713	-	44.650.571
(-) Amortização	(18.463.383)	(2.316.742)	484.174	-	-	(683)	(20.296.634)
Total em serviço	22.777.021	(2.316.741)	(70.940)	3.943.567	21.713	(683)	24.353.937
Obrigações especiais (b)	(6.434.956)	-	458	(493.245)	-	(1.508)	(6.929.251)
(-) Amortização	2.950.248	432.833	-	-	-	-	3.383.081
Total em obrigações especiais	(3.484.708)	432.833	458	(493.245)	-	(1.508)	(3.546.170)
Direito de concessão	7.208.332	-	-	-	-	-	7.208.332
(-) Amortização	(1.067.947)	(269.982)	-	-	-	-	(1.337.929)
Total em direito de concessão	6.140.385	(269.982)	-	-	-	-	5.870.403
Outros	52.543	18.916	-	-	-	(528)	70.931
Total Distribuição	25.485.241	(2.134.974)	(70.482)	3.450.322	21.713	(2.719)	26.749.101
Transmissão							
Em serviço	583	-	-	-	9.168	-	9.751
(-) Amortização	(583)	(611)	-	-	-	-	(1.194)
Total em serviço	-	(611)	-	-	9.168	-	8.557
Em curso	12.617	2.742	-	-	(9.028)	-	6.331
Outros	7.489	1	(2)	-	(706)	-	6.782
(-) Amortização	(1.513)	(255)	-	-	181	-	(1.587)
Total outros	5.976	(254)	(2)	-	(525)	-	5.195
Total Transmissão	18.593	1.877	(2)	-	(385)	-	20.083
Saneamento							
Direito de concessão	1.206.773	-	-	6.638	(229)	-	1.213.182
(-) Amortização	(189.193)	(32.003)	-	-	(286)	-	(221.482)
Total de direito de concessão	1.017.580	(32.003)	-	6.638	(515)	-	991.700
Softwares	896	-	-	183	-	-	1.079
(-) Amortização	(149)	(533)	-	-	286	-	(396)
Total software	747	(533)	-	183	286	-	683
Obrigações especiais (b)	(263.669)	-	-	-	-	-	(263.669)
(-) Amortização	149.747	5.057	-	-	-	-	154.804
Total em obrigações especiais	(113.922)	5.057	-	-	-	-	(108.865)
Em curso							
Softwares	-	-	-	(183)	10.128	-	9.945
Total Saneamento	904.405	(27.479)	-	6.638	9.899	-	893.463
Geração Eólica							
Direito de exploração	3.073.437	-	-	-	-	-	3.073.437
(-) Amortização	(381.951)	(208.337)	-	-	-	-	(590.288)
Direito de autorização	2.385.402	-	-	-	-	-	2.385.402
(-) Amortização	(140.658)	(76.723)	-	-	-	-	(217.381)
Subtotal	4.936.230	(285.060)	-	-	-	-	4.651.170
Outros	103.485	10.466	(54.087)	-	-	-	59.864
Total Geração Eólica	5.039.715	(274.594)	(54.087)	-	-	-	4.711.034
Intangível total	31.447.954	(2.435.170)	(124.571)	3.456.960	31.227	(2.719)	32.373.681

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	2022	Adições	Baixas	Transferências (a)	Reclassificação	Outros	2023
Distribuição							
Em serviço	36.762.274	28.621	(480.087)	5.070.396	-	1.291	41.382.495
(-) Amortização	(16.783.571)	(2.025.434)	345.651	-	-	(29)	(18.463.383)
Total em serviço	19.978.703	(1.996.813)	(134.436)	5.070.396	-	1.262	22.919.112
 Obrigações especiais (b)	(6.107.699)	(6.129)	(28)	(322.297)	-	1.197	(6.434.956)
Amortização	2.577.041	373.178	28	-	-	-	2.950.247
Total em obrigações especiais	(3.530.658)	367.049	-	(322.297)	-	1.197	(3.484.709)
 Direito de concessão	7.208.332	-	-	-	-	(142.090)	7.066.242
(-) Amortização	(797.971)	(269.976)	-	-	-	-	(1.067.947)
Total em direito de concessão	6.410.361	(269.976)	-	-	-	(142.090)	5.998.295
 Outros	31.755	24.967	-	-	-	(4.179)	52.543
Total Distribuição	22.890.161	(1.874.773)	(134.436)	4.748.099	-	(143.810)	25.485.241
 Transmissão							
Em serviço	583	-	-	-	-	-	583
(-) Amortização	(544)	(39)	-	-	-	-	(583)
Total em serviço	39	(39)	-	-	-	-	-
 Em curso	7.713	4.904	-	-	-	-	12.617
 Direito de concessão	80.378	-	-	-	(80.378)	-	-
(-) Amortização	(18.548)	(4.637)	-	-	23.185	-	-
Total em direito de concessão	61.830	(4.637)	-	-	(57.193)	-	-
 Outros	7.489	-	-	-	-	-	7.489
(-) Amortização	(1.257)	(256)	-	-	-	-	(1.513)
Total outros	6.232	(256)	-	-	-	-	5.976
Total Transmissão	75.814	(28)	-	-	(57.193)	-	18.593
 Saneamento							
Direito de concessão	943.104	-	-	-	-	-	943.104
(-) Amortização	(12.500)	(26.946)	-	-	-	-	(39.446)
 Outros	364	383	-	-	-	-	747
Total Saneamento	930.968	(26.563)	-	-	-	-	904.405
 Geração Eólica							
Direito de exploração	3.073.437	-	-	-	-	-	3.073.437
(-) Amortização	(177.175)	(204.776)	-	-	-	-	(381.951)
Direito de autorização	2.385.402	-	-	-	-	-	2.385.402
(-) Amortização	(62.255)	(78.403)	-	-	-	-	(140.658)
Subtotal	5.219.409	(283.179)	-	-	-	-	4.936.230
 Outros	128.968	13.312	(4.176)	-	-	(34.619)	103.485
Total Geração Eólica	5.348.377	(269.867)	(4.176)	-	-	(34.619)	5.039.715
Intangível total	29.245.320	(2.171.231)	(138.612)	4.748.099	(57.193)	(178.429)	31.447.954

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) O valor de R\$ 3.456.960 corresponde às transferências (bifurcação) de ativo intangível para o ativo financeiro da concessão;
- (b) Obrigações especiais representam, substancialmente, recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica e saneamento;
- (c) Valores correspondentes às baixas de bens integrantes do ativo intangível entre as quais destacamos: baixa de medidores, condutores e transformadores. Estes foram baixados por não estarem mais em condição de uso e em condições de gerar receitas. O saldo de baixas do exercício decorre, principalmente, das controladas indiretas Equatorial Goiás e CEEE-D; e
- (d) As movimentações decorrem, principalmente, da reclassificação do ativo financeiro para o intangível no valor de 16.233 na controlada direta Equatorial Alagoas, reclassificação do imobilizado para o intangível no valor de R\$ 140 na controlada direta Equatorial Transmissão S.A, o valor e reclassificação de R\$ 528 referente a venda da SPE 7, conforme a nota explicativa nº 1.3 Alienação de subsidiária e reclassificação de R\$ 9.899 do intangível para o imobilizado na controlada indireta CSA.

15.2 Avaliação de Impairment

15.2.1 Análise de recuperabilidade para os ativos com vida útil definida

A Administração revisa anualmente seus ativos tangíveis e intangíveis de vida útil definida com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável de suas unidades geradoras de caixa. A Companhia e suas controladas realizaram o teste de valor recuperável em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e consideraram, entre outros fatores, a existência de prejuízos acumulados e capital circulante líquido negativo, quando efetuam revisão para identificar indicativos de perda por redução ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi realizado teste de recuperabilidade por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de fluxos de caixa, aprovados pela Alta Administração, durante o período da Concessão e/ou Outorga das controladas Equatorial Goiás, CEEE-D, CEA, CSA e Echo Participações. Importante ressaltar que as Companhias como um todo são consideradas uma Unidade Geradora de Caixa (UGC).

Como resultado dessa análise, a Administração concluiu sobre a não necessidade de reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável.

15.2.2 Principais premissas utilizadas nos testes de perda ao valor recuperável dos ativos

a) Taxa de desconto

Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital (WACC). O valor em uso é calculado com base no período entre a data-base e o fim da concessão/outorga, das controladas analisadas, ou seja, 21 anos para Equatorial Goiás, CEEE-D, Echo Participações, 27 anos para CEA e 33 anos para a CSA.

A taxa de desconto representa a avaliação de riscos no atual mercado, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas das Companhias, sendo derivado do custo médio de ponderado de capital (WACC).

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Para as controladas indiretas CSA e Echo Participações, o WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento efetuado pelos investidores do Grupo. O custo de dívida é baseado nos financiamentos sujeitos a juros que o Grupo é obrigado a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante aplicação de fatores individuais beta. Os fatores-beta são avaliados anualmente com base nos dados de mercado disponíveis para o público. As taxas de desconto, antes dos impostos, utilizadas foram: 11,28% e 11,50% para CSA e Echo Participações, respectivamente, e 11,70% para CEA, Equatorial Goiás e CEEE-D.

b) Sensibilidade

As projeções de fluxo de caixa consideraram crescimento real para os próximos dez anos e crescimento de acordo com índices inflacionários e crescimento do PIB para os demais anos até o final da concessão. Com base no cenário provável, foi construída análise de sensibilidade para um acréscimo ou redução de até 3,5% percentual na taxa de desconto e na taxa de crescimento para a Echo Participações e 10% para as demais controladas. Em qualquer combinação, o valor do fluxo de caixa foi superior ao seu valor contábil. Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

c) Outras premissas das controladas distribuidoras (Equatorial Goiás, CEEE-D e CEA)

Receita Operacional Líquida

A projeção da receita operacional líquida da distribuidora é calculada com base no volume de mercado estimado que leva em consideração dados históricos, perspectivas macroeconômicas, climáticas e regulatórias. Considera-se também a tarifa de energia elétrica projetada de acordo com as expectativas dos processos tarifários (anuais ou periódicos) que serão realizados em conformidade com as normas vigentes da ANEEL (órgão regulador), observando as projeções de inflação, nível de eficiência operacional, Receita de construção (CAPEX) e Despesas (OPEX). Considerando as informações de mercado e tarifa de energia elétrica estima-se o montante das deduções que é composto pelos encargos do setor elétrico e os impostos incidentes sobre a receita, conforme legislação fiscal vigente.

Custo do Serviço

As estimativas relacionadas a aquisição de energia consideram os contratos de energia como sendo 102,5% do mercado projetado de energia e as despesas de CVA contabilizadas, sendo reajustadas anualmente pelo IPCA.

As estimativas de encargos consideram o histórico contabilizados nas CVAs e as projeções dependem do tipo de encargo. Os encargos, no geral, são estimados conforme valores definidos em resolução específica.

CDE Conta COVID, Escassez Hídrica, CDE Eletrobras e Proinfa tem os valores e fluxos de pagamento definidos em resolução, enquanto a CDE Uso considera o valor definido em Consulta Pública e é atualizado anualmente pela inflação e crescimento de mercado das distribuidoras.

Os encargos de ESS e ERR são calculados a partir da média histórica enquanto a TFSEE considera o valor homologado pela ANEEL com réplica da metodologia para cálculos futuros. Encargos de P&D e PEE são calculados como um percentual da ROL, conforme regulamentação.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Custos de transmissão são estimados a partir dos valores históricos realizados de Montante de Uso da Transmissão (MUST) e projeções enviadas para o ONS, enquanto a despesa considera reajuste anual pelo IPCA 12 meses em julho de cada ano, conforme reajuste das transmissoras. Dados de CUSD são calculados a partir do histórico com reajuste da despesa a partir do processo tarifário de cada distribuidora com a qual é realizada o contrato de uso.

Despesas Operacionais (OPEX)

Para a projeção das despesas operacionais considerou-se premissas de crescimento do número de consumidores e a projeção dos indicadores de inflação, além do esforço operacional necessário para adequação e manutenção dos indicadores de DEC e FEC dentro dos patamares regulatórios.

Índice de arrecadação (IAR)

O índice de arrecadação de receita foi projetado considerando a implementação das metodologias e políticas de cobrança do Grupo Equatorial e os resultados esperados para a realidade de cada distribuidora.

Investimentos (CAPEX)

O CAPEX foi estimado com base nas projeções de Quota de Reintegração Regulatória (QRR) e Custo anual das instalações móveis e imóveis (CAIMI) homologadas e projetadas de acordo com a metodologia ANEEL para os ciclos tarifários subsequentes.

d) Outras premissas da controlada CSA

Mercado/Receita

A receita da CSA foi projetada em base real (sem inflação), de acordo com as estimativas de crescimento populacional e atingimento dos indicadores de cobertura para a universalização, de acordo com o contrato de concessão, sendo 99% para água em 2030 e 90% para esgoto em 2039 e consumo médio com base histórico Brasil. Crescimento de mercado de acordo com universalização e crescimento populacional do estado. OPEX: Orçamento 2025 e longo prazo conforme crescimento populacional. CAPEX: Orçamento 2025 e longo prazo cumprindo marcos de universalização, após esse momento CAPEX manutenção e vegetativo.

Tarifa

A tarifa da CSA é dada pelo contrato de concessão, não sofrendo alteração na base real (sem inflação), pois todos os componentes para reajuste da tarifa estão atrelados a indicadores de inflação (ICC, IPA, INCC e Custo Energia Elétrica).

Índice de arrecadação (IAR)

O índice de arrecadação da CSA foi projetado considerando a implementação das metodologias e políticas de cobrança no curto prazo. Para o longo prazo considerou-se dados históricos da Equatorial e benchmarking realizado com o mercado de saneamento.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

16 Ativos de contrato (Consolidado)

A movimentação dos ativos de contrato está conforme a seguir demonstrado:

Distribuição e Saneamento						
	2023	Adições (c)	Transferências (a)		Reclassificações	2024
			Ativo intangível	Ativo financeiro		
Em curso	6.920.855	8.533.467	(3.950.205)	(3.277.793)	(28.844)	8.197.480
Obrigações especiais (b)	(1.522.417)	(2.268.846)	493.245	989.380	-	(2.308.638)
Total distribuição	5.398.438	6.264.621	(3.456.960)	(2.288.413)	(28.844)	5.888.842
	2023	Adições (d)	Transmissão		Reclassificação (g)	2024
			Remuneração (e)	Amortização (f)		
Em curso	99.452	8.806	2.398	-	(1.278)	109.378
Em serviço	10.073.882	-	1.448.444	(1.185.822)	(1.155.737)	9.180.767
Total transmissão	10.173.334	8.806	1.450.842	(1.185.822)	(1.157.015)	9.290.145
Total ativos de contrato	15.571.772					15.178.987
Circulante	1.388.395					1.123.855
Não circulante	14.183.377					14.055.132
Distribuição e Saneamento						
	2022	Adições (c)	Baixas	Transferências (a)		2023
				Ativo intangível	Ativo financeiro	
Em curso	6.767.964	8.064.348	-	(5.070.396)	(2.841.061)	6.920.855
Obrigações especiais (b)	(1.136.729)	(1.166.525)	4.513	322.297	454.027	(1.522.417)
Total distribuição	5.631.235	6.897.823	4.513	(4.748.099)	(2.387.034)	5.398.438
	2022	Adições (d)	Transmissão		Reclassificação	2023
			Remuneração (e)	Amortização (f)		
Em curso	-	74.198	-	-	-	74.198
Em serviço	10.678.986	162.193	1.622.211	(1.488.911)	(875.343)	10.099.136
Total transmissão	10.678.986	236.391	1.622.211	(1.488.911)	(875.343)	10.173.334
Total ativos de contrato	16.310.221					15.571.772
Circulante	1.437.976					1.388.395
Não circulante	14.872.245					14.183.377

- (a) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o ativo financeiro da concessão e ativo intangível;
- (b) Obrigações especiais representam, substancialmente, recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica;
- (c) O montante de R\$ 6.264.621 refere-se às adições líquidas dos ativos de contrato reconhecidas no exercício. Deste total, R\$ 5.542.130 impactaram o caixa das controladas e, conforme nota explicativa nº 33.1 - Transações não envolvendo caixa, R\$ 273.220 referem-se às adições em contrapartida de fornecedores das controladas, R\$ 454.672 referem-se às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas das controladas, R\$ 240.577 deve-se à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos, ver informações na nota explicativa nº 18 - Empréstimos e financiamentos das controladas e R\$ 236.820 deve-se a sub-rogação em contrapartida de obrigações especiais. Adicionalmente, as controladas reconheceram o montante de R\$ 114.418 de reversão de provisão do estoque, conforme nota explicativa nº 28.1 Outras despesas operacionais, líquidas;
- (d) O saldo decorre da contrapartida de receita de implementação e melhoria da infraestrutura, manutenção e operação reconhecida no exercício, conforme nota explicativa nº 27 - Receita operacional líquida.;

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

- (e) O saldo de remuneração é calculado com base na atualização de saldo remanescente dos ativos de contrato pelo Índice de Preço do Consumidor Amplo (IPCA);
- (f) O saldo decorre da soma da despesa de amortização dos ativos de contrato, que ocorrerá até o final da concessão do empreendimento, pelo reconhecimento da RAP faturada mensalmente, cujo valor acumulado, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 1.302.328, e a receita de operação e manutenção no valor de R\$ 116.506, para o mesmo exercício; e
- (g) Reclassificação da movimentação da controlada indireta SPE 7, após venda e mudança de controle acionário, conforme nota explicativa nº 1.3.

As controladas da Companhia que atuam no ramo de distribuição de energia avaliaram e concluíram como baixo o risco de não recebimento e perda associada aos ativos de contrato, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço: (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. A Companhia e suas controladas realizaram avaliação de perda ao valor recuperável, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conforme nota explicativa nº 15.2 - Avaliação de *Impairment*. Os valores dos bens em construção estão sujeitos à fiscalização da ANEEL.

17 Fornecedores (Consolidado)

	2024	2023
Circulante		
Suprimento de energia elétrica	1.839.267	1.995.735
Encargos de uso da rede elétrica	416.505	383.604
Materiais e serviços (a)	2.187.827	2.257.263
Parcelamento Itaipu (b)	116.024	117.309
Outros	68.413	55.099
Subtotal	4.628.036	4.809.010
Não circulante		
Materiais e serviços (a)	15.485	20.774
Parcelamento Itaipu (b)	58.012	174.037
Subtotal	73.497	194.811
Total	4.701.533	5.003.821

- (a) O saldo deve-se, substancialmente, aos fornecedores de materiais e serviços referentes ao custeio operacional e aos investimentos na infraestrutura da concessão realizados durante o exercício nas controladas diretas e indiretas da Companhia. A variação do exercício concentra-se em serviços técnicos comerciais, fornecimento de materiais para obras, serviços de TI, obrigações regulatórias, trafos, veículos e P&D; e
- (b) Saldo referente a 18 parcelas restantes do Termo de confissão e repactuação da dívida do repasse de energia de Itaipu - ECF 3286/2016, celebrado entre a Equatorial Goiás, controlada indireta da Companhia, e a Eletrobras, assinado em 17 de junho de 2016 e referente ao saldo remanescente de Itaipu de US\$ 334.936 na data base 30 de outubro de 2015, ao dólar R\$ 2,69 do Contrato ECF 3002/2012, totalizando R\$ 901.949. A dívida foi celebrada em reais e vem sendo corrigida pela taxa SELIC calculada *pro rata die* sobre o saldo devedor desde 30 de outubro de 2015. O Termo foi parcelado em 120 meses, sendo os primeiros 24 meses apenas os juros remuneratórios e os 96 meses seguintes o principal e juros remuneratórios.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

17.1 Fornecedores - Risco sacado (convênio)

As controladas da Companhia, com o propósito de fortalecer as relações comerciais com seus fornecedores, autorizaram a realização de cessão de crédito junto a terceiros e, para os títulos cedidos, as controladas da Companhia realizarão o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais ('passivo original'), não havendo postergação de prazo pelas controladas da Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. As controladas da Companhia não possuem influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira.

Atualmente, a transação é operacionalizada por um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), através de uma plataforma 100% digital, gerenciada pelo próprio FIDC (não sendo parte relacionada da Companhia). As controladas da Companhia disponibilizam ao FIDC as faturas performadas e este, por sua vez, adiciona estas faturas na plataforma. O fornecedor acessa a plataforma, selecionando as faturas que deseja antecipar e a liquidação é feita pelo FIDC no mesmo dia. As controladas da Companhia não possuem operações de risco sacado com saldo vencido e o fechamento da operação entre o FIDC e o fornecedor fica a livre critério deste último, sem participação das controladas da Companhia, sendo a participação no acordo de financiamento opcional para os fornecedores. Se os fornecedores optarem por receber o pagamento antecipado, pagarão uma taxa ao FIDC, da qual as controladas da Companhia não são parte. As controladas da Companhia quita a fatura original, pagando ao FIDC de acordo com a data de vencimento original mencionada.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de fornecedores - risco sacado é de R\$ 321.822 (R\$ 369.172 em 31 de dezembro de 2023), sendo estes montantes integralmente liquidados pelo FIDC nas referidas datas, ou seja, quando um fornecedor adere a esta modalidade o mesmo recebe de imediato o valor de sua fatura e, portanto, não há faturas a pagar de posse do operador do FIDC.

Os pagamentos dessas transações impactaram o fluxo de caixa da Companhia em R\$ 2.073.984 durante o ano de 2024 (R\$ 1.945.853 em 31 de dezembro de 2023).

O prazo médio de pagamento destes títulos é de 61 dias (42 dias em 31 de dezembro de 2023), enquanto o prazo médio para fornecedores que não aderiram a modalidade é de 83 dias (56 em 31 de dezembro de 2023).

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

18 Empréstimos e financiamentos

18.1 Composição do saldo (Controladora)

Custo da dívida (% a.a.)		2024		
		Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
Moeda Nacional (R\$)				
Nota Comercial	CDI + 0,65% a 1,30%	-	3.322.244	3.322.244
(-) Custo de captação		-	(26.819)	(26.819)
Total moeda nacional		-	3.295.425	3.295.425

18.2 Composição do saldo (Consolidado)

Custo da dívida (% a.a.)		2024			Custo da dívida (% a.a.)		2023		
		Principal e encargos					Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total			Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (USD)									
Banco Citibank S.A.	CDI + 1,12% a 1,85%	821.681	1.116.106	1.937.787	CDI + 0,95% a 1,85%		176.829	1.501.970	1.678.799
Sumitomo Mitsui Banking Corporation	CDI + 1,48%	295.149	-	295.149	CDI + 1,45% a 1,48%		236.806	227.933	464.739
Bank of America	CDI + 1,09% a 1,8475%	747.928	1.337.855	2.085.783	CDI + 1,25% a 1,8475%		256.714	766.011	1.022.725
Banco Bocom BBM	CDI + 1,48% a 1,71%	29.792	83.752	113.544	CDI + 1,45% a 1,71%		200.083	16.919	217.002
Scotiabank	CDI + 1,15% a 1,85%	1.760.753	1.619.450	3.380.203	CDI + 1,35% a 1,85%		168.559	1.598.217	1.766.776
Santander	CDI + 0,98% a 1,62%	160.155	498.497	658.652	CDI + 1,58% a 1,62%		130.564	389.738	520.302
Safra	CDI + 1,55%	153.941	-	153.941	CDI + 1,70% a 1,75%		303.364	-	303.364
(-) Custo de captação		(270)	(424)	(694)					
Total moeda estrangeira		3.969.129	4.655.236	8.624.365			1.472.919	4.500.788	5.973.707
Moeda Nacional (R\$)									
Banco Nacional de Desenvolvimento	IPCA + 3,93% a 7,38% / 7,57% / TJLP + 0,00% a 2,88	859.009	8.297.615	9.156.624	IPCA + 3,93% a 5,32% / 7,57% / TJLP + 2,02% a 2,88%		805.942	8.726.222	9.532.164
Banco do Brasil	IPCA + 0,96% a 1,62%	68.962	755.343	824.305	IPCA + 0,96% a 1,62%		82.727	1.042.726	1.125.453
Banco do Nordeste	IPCA + 1,30% a 11,00%/ 2,50%	180.046	2.731.112	2.911.158	IPCA + 1,83% a 2,67%/ CDI + 2,18% e 2,50%		202.166	2.523.022	2.725.188
Caixa Econômica Federal	6,00%	9.963	16.453	26.416	6,00%		10.462	26.318	36.780
CCEE/RGR/ANEEL (a)	5,00%	27.593	1.059.464	1.087.057	5,00%		44.601	1.062.989	1.107.590
Santander	CDI + 1,10% a 1,62%	6.040	630.000	636.040	CDI + 1,62% a 1,65%		205.414	50.000	255.414
China Construction Bank	CDI + 0,97%	6.065	150.000	156.065	CDI + 0,97%		6.603	150.000	156.603
Banco da Amazônia	IPCA +1,68% a 2,05%	387	135.256	135.643	IPCA +1,68% a 2,05%		281	135.256	135.537
IBM	CDI - 0,17%	17.142	-	17.142	CDI - 0,17%		20.042	16.886	36.928
CELGPARG	6,80%	12.737	25.366	38.103	6,80%		11.977	37.966	49.943
BOCOM	CDI + 1,05%	97	200.000	200.097			-	-	-
Nota Comercial	CDI + 0,65% a 1,40%	10.233	3.722.244	3.732.477	CDI + 1,40% a 1,65%		918.516	400.000	1.318.516
Subtotal		1.198.274	17.722.853	18.921.127			2.308.731	14.171.385	16.480.116
(-) Custo de captação		(6.352)	(99.859)	(106.211)			(7.060)	(80.933)	(87.993)
(-) Ajuste a valor presente (a)		-	(534.710)	(534.710)			-	(557.145)	(557.145)
Subtotal		(6.352)	(634.569)	(640.921)			(7.060)	(638.078)	(645.138)
Total moeda nacional		1.191.922	17.088.284	18.280.206			2.301.671	13.533.307	15.834.978
Total		5.161.051	21.743.520	26.904.571			3.774.590	18.034.095	21.808.685

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) Contrato de empréstimo via recursos da Reserva Global de Reversão (RGR), entre a controlada Equatorial Piauí e a CCEE, na condição de gestora da RGR. A gestora da RGR concede, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 748/2016, empréstimo à devedora com recursos da RGR, necessário para assegurar a remuneração adequada prevista no art. 11 da Portaria MME nº 388/2016, com o objetivo de criar condições para a continuidade e a prestação adequada do serviço. A controlada indireta Equatorial Piauí reconheceu o ajuste a valor presente de R\$ 674.930, utilizando como data base 31 de março de 2019, e taxa de desconto, taxa que refletia o risco e prazos das captações disponíveis no mercado à Controlada. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de ajuste a valor presente corresponde a R\$ 534.710 (R\$ 557.145 em 31 de dezembro de 2023).

18.3 Garantias

	Garantias
Moeda estrangeira (USD)	
Banco Citibank S.A.	Aval/Fiança
Sumitomo Mitsui Banking Corporation	Aval/Fiança
Bank of America	Aval/Fiança
Banco Bocom BBM	Aval/Fiança + Fiança Bancária
Scotiabank	Aval/Fiança
Santander	Aval/Fiança
Safra	Aval/Fiança
Moeda nacional	
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	Aval/Fiança + Conta Reserva + Recebíveis + Ações + Equipamentos + Direitos Emergentes + Direitos Creditórios
Banco do Brasil	Aval/Fiança + Conta Reserva + Recebíveis + Ações + Equipamentos + Direitos Emergentes
Banco do Nordeste	Aval/Fiança + Fiança Bancária + Conta Reserva + Imóvel + Ações + Equipamentos + Direitos Emergentes + Direitos Creditórios
Caixa Econômica Federal	Aval/Fiança + Recebíveis + Conta Reserva
CCEE/RGR/ANEEL	Recebíveis
Santander	Aval/Fiança
Banco da Amazônia	Fiança bancária
CELG de Participações S.A.	Recebíveis
IBM	Aval/Fiança
Notas Comerciais	Aval/Fiança

18.4 Cronograma de amortização da dívida

Em 31 de dezembro de 2024, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Controladora

Vencimento	2024	
	Valor	%
Circulante	-	-
2026	3.297.488	100%
Custo de captação (não circulante)	(2.063)	-
Não circulante	3.295.425	100%
Total	3.295.425	100%

Consolidado

Vencimento	2024	
	Valor	%
Circulante	5.161.051	19%
2026	6.110.409	23%
2027	5.449.144	20%
2028	964.334	4%
2029	902.267	4%
De 2030 Até 2048	8.927.594	33%
Subtotal	22.353.748	84%
Custo de captação/ ajuste a valor presente (não circulante)	(610.228)	(2%)
Não circulante	21.743.520	81%
Total	26.904.571	100%

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

18.5 Movimentação de empréstimos e financiamentos

A movimentação de empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

Controladora

	Moeda nacional		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	-	-
Ingressos (nota explicativa nº 18.7)	-	5.600.000	5.600.000
Encargos	57.213	165.031	222.244
Transferências	2.436.598	(2.436.598)	-
Amortizações de principal	(2.442.787)	-	(2.442.787)
Pagamentos de juros	(57.213)	-	(57.213)
Custo de captação (a)	6.189	(33.008)	(26.819)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	3.295.425	3.295.425

Consolidado

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (USD)		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.301.671	13.533.307	1.472.919	4.500.788	21.808.685
Ingressos (nota explicativa nº 18.7)	4.235	6.759.775	1.862.000	2.264.130	10.890.140
Encargos	901.403	165.220	416.545	(132)	1.483.036
Variação monetária e cambial	252.544	268.220	645.330	1.025.632	2.191.726
Transferências	3.371.076	(3.371.076)	3.134.130	(3.134.130)	-
Reclassificações (c)	(19.065)	(229.749)	-	-	(248.814)
Amortizações de principal	(4.647.657)	20	(3.181.768)	-	(7.829.405)
Pagamentos de juros	(1.014.608)	-	(380.385)	(20)	(1.395.013)
Custo de captação (a)	17.156	(37.433)	358	(1.032)	(20.951)
Ajuste a valor presente (b)	25.167	-	-	-	25.167
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.191.922	17.088.284	3.969.129	4.655.236	26.904.571

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (USD)		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	8.499.726	14.256.385	903.101	2.846.787	26.505.999
Ingressos	931.000	2.180.012	1.116.750	2.544.210	6.771.972
Encargos	1.246.446	(33.907)	219.006	132	1.431.677
Variação monetária e cambial	148.744	257.543	(92.728)	(221.347)	92.212
Transferências	3.107.021	(3.107.021)	668.994	(668.994)	-
Amortizações de principal	(10.281.368)	-	(1.174.714)	-	(11.456.082)
Pagamentos de juros	(1.379.241)	-	(167.490)	-	(1.546.731)
Custo de captação	3.789	(19.705)	-	-	(15.916)
Ajuste a valor presente	25.554	-	-	-	25.554
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.301.671	13.533.307	1.472.919	4.500.788	21.808.685

- (a) Refere-se à movimentação do custo de captação, quando positivo significa amortização e quando negativo, adição;
- (b) Refere-se à movimentação do ajuste a valor presente das controladas indiretas Equatorial Piauí e Equatorial Goiás que, quando positivo significa amortização e quando negativo, adição; e
- (c) Reclassificação referente a venda da SPE 7, para mais informações, ver nota explicativa nº 1.3.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

18.6 Ingressos

Controlada	Instituição	Ingresso	Data do Ingresso	Pagamento de Juros	Amortização	Destinação de Recurso	Encargo Financeiro (a.a.)	Taxa Efetiva com Derivativo (a.a.)
Sertao Solar Barreiras XVIII	Banco Safra	39.000	jan-24	Bullet	Bullet	Capital de Giro	USD + 7,40%	CDI + 1,70%
Sertao Solar Barreiras XVII	Banco Safra	33.000	jan-24	Bullet	Bullet	Capital de Giro	USD + 7,40%	CDI + 1,70%
Sertao Solar Barreiras XVI	Banco Safra	33.000	jan-24	Bullet	Bullet	Capital de Giro	USD + 7,40%	CDI + 1,70%
Sertao Solar Barreiras XV	Banco Safra	45.000	jan-24	Bullet	Bullet	Capital de Giro	USD + 7,40%	CDI + 1,70%
Ribeiro Goncalves Solar Holding	Banco Safra	150.000	fev-24	Bullet	Bullet	Capital de Giro	USD + 7,59%	CDI + 1,70%
Ribeiro Goncalves Solar Holding	Banco Santander	130.000	mar-24	Bullet	Bullet	Capital de Giro	USD + 7,70%	CDI + 1,58%
Equatorial Piauí	Bocom	200.000	jun-24	Semestral	Bullet	Capital de Giro	CDI + 1,05%	Não se aplica
Enova	Citibank	132.000	jun-24	Bullet	Bullet	Capital de Giro	USD + 7,1212%	CDI + 1,12%
Equatorial Serviços	Bocom	80.000	jun-24	Semestral	Anual	Capital de Giro	USD + Sofr + 2,76%	CDI + 1,48%
Ribeiro Goncalves Solar Holding	Santander	150.000	jun-24	Bullet	Bullet	Capital de Giro	USD + 7,75%	CDI + 1,54%
Sertao Solar Barreiras XVI	BNB	95.500	jun-24	Mensal	Mensal	Investimento	IPCA + 4,60%	Não se aplica
Sertao Solar Barreiras XVIII	BNB	102.000	jun-24	Mensal	Mensal	Investimento	IPCA + 4,60%	Não se aplica
Sertao Solar Barreiras XVII	BNB	95.500	jun-24	Mensal	Mensal	Investimento	IPCA + 4,60%	Não se aplica
Sertao Solar Barreiras XVI	BNB	15.000	jun-24	Semestral	Semestral	Investimento	IPCA + 11,00%	Não se aplica
Sertao Solar Barreiras XVII	BNB	15.000	jun-24	Semestral	Semestral	Investimento	IPCA + 11,00%	Não se aplica
Equatorial S.A. (a)	Nota Comercial	5.600.000	jul-24	Bullet	Bullet	Capital de Giro	CDI + 0,65% a 1,30%	Não se aplica
Equatorial Goiás	Bank of America	383.600	jul-24	Semestral	Bullet	Capital de Giro	USD + 6,0824%	CDI + 1,20%
Sertao Solar Barreiras XVI	BNB	13.247	jul-24	Mensal	Mensal	Investimento	IPCA + 4,60%	Não se aplica
Sertao Solar Barreiras XVII	BNB	11.027	jul-24	Mensal	Mensal	Investimento	IPCA + 4,60%	Não se aplica
Sertao Solar Barreiras XVIII	BNB	16.973	jul-24	Mensal	Mensal	Investimento	IPCA + 4,60%	Não se aplica
Ribeiro Goncalves Solar Holding	Safra	150.000	ago-24	Bullet	Bullet	Capital de Giro	USD + 7,80%	CDI + 1,70%
Ribeiro Goncalves Solar Holding	Santander	150.000	set-24	Bullet	Bullet	Capital de Giro	USD + 7,00%	CDI + 1,41%
Ribeiro Goncalves Solar Holding	Safra	150.000	out-24	Bullet	Bullet	Capital de Giro	USD + 7,40%	CDI + 1,70%
Ribeiro Goncalves Solar Holding	Santander	150.000	out-24	Bullet	Bullet	Capital de Giro	USD + 6,83%	CDI + 1,41%
Echoenergia Participacoes	Citibank	100.000	out-24	Bullet	Bullet	Capital de Giro	USD + Sofr + 0,88%	CDI + 0,53%
Equatorial Piauí	Bank of America	177.630	out-24	Anual	Bullet	Capital de Giro	USD + 5,7294%	CDI + 1,15%
Equatorial Alagoas	Bank of America	100.000	out-24	Anual	Bullet	Capital de Giro	USD + 5,7294%	CDI + 1,15%
SPE07	(FDA)	17.500	out-24	Semestral	Semestral	Investimento	IPCA + 1,6190%	Não se aplica
Sertao Solar Barreiras XVI	BNB	2.263	nov-24	Mensal	Mensal	Investimento	IPCA + 4,60%	Não se aplica
Equatorial Maranhão	Scotiabank	420.000	nov-24	Semestral	Bullet	Capital de Giro	USD + 5,8035%	CDI + 1,15%
Equatorial Piauí	Scotiabank	280.000	nov-24	Semestral	Bullet	Capital de Giro	USD + 5,8035%	CDI + 1,15%
Ribeiro Goncalves Solar Holding	Santander	150.000	nov-24	Bullet	Bullet	Capital de Giro	USD + 6,59%	CDI + 1,41%
Equatorial Alagoas	Scotiabank	522.900	nov-24	Bullet	Bullet	Capital de Giro	USD + 5,7670%	CDI + 1,15%
CEEE-D	Banco Santander	400.000	nov-24	Semestral	Bullet	Capital de Giro	CDI + 1,10%	Não se aplica
Equatorial Goiás	Banco Santander	180.000	nov-24	Semestral	Bullet	Capital de Giro	CDI + 1,10%	Não se aplica
Equatorial Pará	Bank of America	300.000	dez-24	Anual	Bullet	Capital de Giro	USD + 6,0118%	CDI + 1,09%
Ribeiro Goncalves Solar Holding	Safra	150.000	dez-24	Bullet	Bullet	Capital de Giro	USD + 7,30%	CDI + 1,55%
Ribeiro Goncalves Solar Holding	Santander	150.000	dez-24	Bullet	Bullet	Capital de Giro	USD + 6,77%	CDI + 0,98%
TOTAL		10.890.140						

(a) O ingresso da Nota Comercial ocorreu em julho de 2024 na Equatorial Participações IV que foi incorporada pela Equatorial S.A. em dezembro de 2024, conforme nota explicativa 1.4.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

18.7 Covenants dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia e suas controladas possuem garantias fidejussórias e/ou recebíveis e/ou ações e/ou aplicações financeiras (contas reserva) e *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas, com o período de apuração anual nas controladas:

Equatorial S.A.

Covenants Empréstimos

1ª Emissão NC

1º Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5

3,3

Equatorial Maranhão

Covenants Empréstimos

Scotiabank

1º Dívida líquida/EBITDA: <= 3,5

2,3

2º Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5

2,3

2º EBITDA/ Resultado financeiro líquido: >= 1,5

6,3

Equatorial Pará

Covenants Empréstimos

Scotiabank

BofA

1º Dívida líquida/EBITDA: <=4,5

1,4

1,4

Equatorial Alagoas

Covenants Empréstimos

Santander

NCE Santander

BofA

Citibank

Scotiabank

1º Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5

2,7

2,7

2,7

2,7

2,7

Equatorial Piauí

Covenants Empréstimos

Santander

Scotiabank

BofA

1º Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5

3,6

3,6

3,6

A Companhia é garantidora nos seguintes empréstimos e financiamentos nos quais a apuração dos *covenants* se dá de forma consolidada, a saber:

Equatorial Piauí

Covenants Empréstimos

Scotiabank

(a)

1º Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5

3,6

CEEE-D

Covenants Empréstimos

BOFA (a)

Nota Comercial (a)

Citibank (a)

Santander

1º Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5

3,6

3,6

3,6

3,3

CEA

Covenants Empréstimos

Scotiabank

(a)

Sumitomo Mitsui Banking Corporation

Citibank (a)

1º Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5

3,6

3,3

3,6

Equatorial Goiás

Covenants Empréstimos

BOFA

Santander

1º Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5

3,3

3,3

- (a) Não consideram no EBITDA o ajuste pró-forma da equivalência patrimonial referente ao resultado dos últimos 12 meses da aquisição da nova subsidiária sem controle (conforme nota explicativa nº 1.2 - Aquisição de participação significativa da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP pelo Grupo Equatorial), e que será refletido na consolidação da Companhia gradativamente nos próximos 12 meses.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas mantiveram-se em cumprimento de todas as obrigações estipuladas nos contratos, com exceção da controlada indireta Serras Holding S.A. Devido à previsão do não atingimento do ICSD, referida controlada indireta obteve a autorização do BNDES para extinção temporária da entrega deste índice para o exercício de 2024.

Adicionalmente aos indicadores mencionados acima, a Companhia possui *covenants* financeiros junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) cuja apuração é anual, assegurado por auditoria independente, entregue até 31 de maio do ano subsequente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

19 Debêntures

19.1 Movimentação das debêntures

A movimentação das debêntures no exercício está conforme a seguir demonstrada:

Controladora

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	96.672	3.984.321	4.080.993
Encargos	263.293	-	263.293
Amortização do principal (a)	(3.700.000)	-	(3.700.000)
Transferências	3.698.430	(3.698.430)	-
Pagamento de juros	(362.536)	-	(362.536)
Custo de captação (b)	4.141	-	4.141
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	285.891	285.891

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	125.480	4.428.580	4.554.060
Ingressos	1.578.983	-	1.578.983
Encargos	631.418	-	631.418
Amortização do principal	(448.400)	-	(448.400)
Transferências	444.259	(444.259)	-
Pagamento de juros	(659.435)	-	(659.435)
Reorganização societária	(1.579.848)	-	(1.579.848)
Custo de captação (b)	4.215	-	4.215
Saldos em 31 de dezembro de 2023	96.672	3.984.321	4.080.993

- (a) Em 31 de janeiro de 2024, a Companhia realizou a liquidação antecipada da 5ª série da 5ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 2.000.000. Em 23 de dezembro de 2024, a Equatorial S.A. realizou a liquidação antecipada da 5ª série da 1ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 1.700.000; e
- (b) Refere-se à movimentação do custo de captação, quando positivo significa amortização e quando negativo, adição.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui as seguintes emissões vigentes.

Emissão	Característica	Série	Garantias	Valor da emissão	Custo nominal	Data da emissão	Vencimento	2024		
								Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
5ª	(1)/(3)/(4)	2ª	N/A	300.000	CDI + 1,7% a.a.	dez/21	dez/28	-	285.891	285.891
								-	285.891	285.891

- (1) Emissão pública de debêntures simples;
(3) Não conversíveis em ações;
(4) Espécie Quirografária;

Consolidado

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.487.352	23.156.107	24.643.459
Ingressos (nota explicativa nº 19.4)	-	13.987.672	13.987.672
Encargos	2.513.968	69.683	2.583.651
Variação monetária	38.472	411.499	449.971
Amortização do principal	(9.812.128)	-	(9.812.128)
Reclassificação (b)	166.564	(355.110)	(188.546)
Transferências	9.293.781	(9.293.781)	-
Pagamento de juros	(2.588.083)	-	(2.588.083)
Custo de captação (a)	119.423	(272.912)	(153.489)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.219.349	27.703.158	28.922.507

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.406.261	13.271.265	14.677.526
Ingressos	1.578.983	14.082.910	15.661.893
Encargos	2.745.570	(89.428)	2.656.142
Variação monetária	104.917	132.691	237.608
Amortização do principal	(5.556.180)	-	(5.556.180)
Reclassificação (b)	(306.744)	(193.427)	(500.171)
Transferências	3.810.105	(3.810.105)	-
Pagamento de juros	(2.350.228)	-	(2.350.228)
Custo de captação (a)	54.668	(237.799)	(183.131)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.487.352	23.156.107	24.643.459

- (a) Refere-se à movimentação do custo de captação, quando positivo significa amortização e quando negativo, adição; e
(b) Reclassificação da movimentação da SPE 07 após venda e mudança de controle acionário, conforme nota explicativa nº 1.3.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2024, as controladas da Companhia, diretas e indiretas, possuem as seguintes emissões vigentes:

Controlada	Emissão	Característica	Série	Valor da Emissão	Custo Nominal	Data da emissão	Vencimento	2024		
								Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Total
EQTL PA	6ª	(1)/(3)/(4)	Única	1.350.000	CDI + 1,40% a.a.	jun/22	mai/28	18.275	1.347.535	1.365.810
EQTL PA	7ª	(1)/(3)/(4)	Única	1.000.000	CDI + 0,95% a.a.	ago/24	ago/30	44.731	997.344	1.042.075
EQTL PA	8ª (b)	(1)/(3)/(4)/(5)	Única	1.475.000	CDI + 0,38% a.a.	dez/24	dez/36	(2.040)	1.425.397	1.423.357
EQTL MA	9ª	(1)/(3)/(4)	Única	300.000	CDI + 1,40% a.a.	jun/22	mai/28	4.052	299.429	303.481
EQTL MA	10ª	(1)/(3)/(4)/(5)	Única	300.000	IPCA + 6,30% a.a.	dez/23	dez/31	(319)	308.178	307.859
EQTL MA	11ª	(1)/(3)/(4)	Única	500.000	CDI + 0,95% aa	mai/24	mai/30	6.627	498.852	505.479
EQTL MA	12ª (b)	(1)/(3)/(4)/(5)	Única	550.000	CDI + 0,285% aa	ou/24	set/36	8.461	536.150	544.611
EQTL PI	1ª	(1)/(3)/(4)	Única	400.000	CDI + 1,37% a.a.	dez/18	dez/26	3.214	400.000	403.214
EQTL PI	3ª (b)	(1)/(3)/(4)/(5)	Única	300.000	CDI + 0,41% a.a.	ou/24	set/36	4.723	292.302	297.025
EQTL AL	1ª	(1)/(3)/(4)	1ª	200.000	CDI + 1,635% a.a.	out/22	out/27	5.121	200.000	205.121
EQTL AL	1ª (b)	(1)/(3)/(4)/(5)	2ª	100.000	CDI + 0,74% a.a.	out/22	out/34	1.096	107.545	108.641
Equatorial Transmissão	1ª (a)	(1)/(3)/(4)/(5)	Única	800.000	IPCA + 4,92% a.a.	mar/21	mar/36	95.550	898.587	994.137
Equatorial Transmissão	1ª (a)	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Única	55.000	IPCA + 4,85% a.a.	fev/19	jan/33	8.859	57.673	66.532
Equatorial Transmissão 2	1ª (a)	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Única	45.000	IPCA + 4,85% a.a.	fev/19	jan/33	7.679	47.815	55.494
Equatorial Transmissão 3	1ª (a)	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	1ª	45.000	IPCA + 4,80% a.a.	fev/19	jan/33	6.025	48.447	54.472
Equatorial Transmissão 3	1ª (a)	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	2ª	45.000	IPCA + 4,65% a.a.	fev/19	jan/34	7.235	42.708	49.943
Equatorial Transmissão 5	1ª (a)	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Única	66.000	IPCA + 4,85% a.a.	mai/19	abr/39	2.464	83.926	86.390
Equatorial Transmissão 8	1ª (a)	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	1ª	102.000	IPCA + 4,85% a.a.	abr/19	abr/39	3.583	126.707	130.290
Equatorial Transmissão 8	1ª (a)	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	2ª	87.000	IPCA + 4,85% a.a.	abr/19	abr/39	3.508	114.076	117.584
CEEE-D	1ª	(1)/(3)/(4)/(6)	1ª	1.200.000	CDI + 1,5% a.a.	ago/21	ago/26	325.942	295.225	621.167
CEEE-D	1ª (a)	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	2ª	300.000	IPCA + 5,4% a.a.	ago/21	set/29	7.272	363.193	370.465
CEEE-D	2ª (b)	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	1ª	250.000	CDI + 1,08% a.a.	dez/22	dez/29	753	274.533	275.286
CEEE-D	3ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Única	180.000	IPCA + 6,50% a.a.	ago/23	jul/30	5.704	185.714	191.418
CEEE-D	4ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Única	1.000.000	CDI + 1,65% a.a.	dez/23	dez/29	6.120	997.491	1.003.611
CEEE-D	5ª (b)	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Única	250.000	CDI + 0,29% a.a.	jun/24	mai/36	1.067	246.909	247.976
CEEE-D	6ª	(1)/(3)/(4)/(6)	Única	500.000	CDI + 1,05% a.a.	ago/24	ago/30	22.565	498.750	521.315
CEEE-D	7ª (b)	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Única	420.000	CDI + 0,24% a.a.	out/24	set/36	6.461	409.399	415.860
CSA	1ª	(1)/(3)/(4)/(6)	1ª	1.003.000	CDI + 1,55% a.a.	dez/21	jun/27	127.729	251.760	379.489
CSA	2ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)/(7)	Única	955.000	IPCA + 6,79% a.a.	nov/23	out/52	(222)	1.079.403	1.079.181
EQTL GO	3ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Única	1.000.000	IPCA + 7,1% a.a.	mai/23	abr/31	10.185	1.039.324	1.049.509
EQTL GO	4ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	2ª	480.000	IPCA + 6,4407% a.a.	out/23	out/31	6.566	506.476	513.042
EQTL GO	4ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	3ª	720.000	IPCA + 6,6789% a.a.	out/23	out/35	10.203	759.715	769.918
EQTL GO	4ª	(1)/(3)/(4)/(6)	1ª	1.852.910	CDI + 1,65% a.a.	nov/23	out/29	39.181	1.821.020	1.860.201
EQTL GO	5ª	(1)/(3)/(4)/(6)	Única	2.005.522	CDI + 1,05% a.a.	abr/24	mar/30	63.291	2.000.516	2.063.807
EQTL GO	6ª (b)	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	1ª	950.000	CDI + 0,30% a.a.	jun/24	mai/36	4.021	939.386	943.407
EQTL GO	7ª	(1)/(3)/(4)/(6)	Única	1.000.000	CDI + 1,00% a.a.	ago/24	ago/30	44.812	996.865	1.041.677
EQTL GO	8ª	(1)/(3)/(4)/(6)	1ª	1.392.150	CDI + 1,00% a.a.	out/24	set/30	36.948	1.392.150	1.429.098
EQTL GO	8ª (b)	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	2ª	800.000	CDI + 0,27% a.a.	out/24	set/36	12.021	787.692	799.713
EQTL GO	9ª	(1)/(3)/(4)/(6)	Única	1.000.000	CDI + 0,92% a.a.	nov/24	nov/31	10.044	999.636	1.009.680
CEA	1ª	(1)/(3)/(4)/(6)	Única	500.000	CDI + 1,80% a.a.	dez/21	jul/28	32.199	615.724	647.923
CEA	2ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Única	195.000	IPCA + 6,50% a.a.	ago/23	jul/30	5.299	202.876	208.175
CEA	3ª	(1)/(3)/(4)/(6)	Única	200.000	CDI + 1,60% a.a.	out/23	set/26	5.992	199.869	205.861
CEA	4ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Única	200.000	IPCA + 6,75% a.a.	dez/23	dez/33	(190)	203.761	203.571
CEA	5ª	(1)/(3)/(4)/(6)	Única	270.000	CDI + 1,20% a.a.	jun/24	mai/29	3.707	269.233	272.940
CEA	6ª	(1)/(3)/(4)/(6)	Única	275.000	CDI + 1,20% a.a.	set/24	set/29	9.625	274.145	283.770
CEA	7ª (b)	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Única	250.000	CDI + 0,51% a.a.	dez/24	dez/36	454	240.779	241.233
Echoenergia Participações S.A. (a)	1ª (a)	(1)/(3)/(5)/(6)/(7)	Única	180.000	IPCA + 6,90% a. a	jun/20	jun/30	30.787	189.014	219.801
Echoenergia Participações S.A. (a)	2ª (a)	(1)/(3)/(4)/(5)	2ª	140.000	IPCA + 4,75% a. a	jan/21	jan/31	26.949	120.103	147.052
Ventos de São Clemente Holding S.A. (a)	1ª (a)	(1)/(3)/(5)/(6)/(7)	Única	180.000	IPCA + 8,00% a.a.	abr/17	out/30	24.050	160.843	184.893
Ventos de São Clemente Holding S.A.	2ª	(1)/(3)/(4)/(5)	Única	20.000	IPCA + 7,06 % a.a.	abr/20	dez/29	2.871	14.284	17.155
Serras Holding S.A.	1ª	(1)/(3)/(5)/(6)/(7)	Única	40.000	IPCA + 7,64% a.a.	jul/18	jul/32	8.829	38.844	47.673
São Jorge Holding S.A.	1ª	(1)/(3)/(5)/(6)/(7)	Única	45.000	IPCA + 9,00% a.a.	mai/17	jul/28	10.043	49.925	59.968
Vila Piauí 1 Empreendimentos e Participações S.A. (a)	1ª (a)	(1)/(3)/(5)/(6)/(7)	Única	43.000	IPCA + 5,95% a.a.	jul/20	jun/35	2.814	31.810	34.624
Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A. (a)	1ª (a)	(1)/(3)/(5)/(6)/(7)	Única	44.000	IPCA + 5,95% a.a.	jul/20	jun/35	3.403	32.806	36.209
Serra do Mel Holding S.A. (a)	1ª (a)	(1)/(3)/(5)/(6)/(7)	Única	142.000	IPCA + 5,29% a.a.	mar/21	dez/35	446	124.363	124.809
Barreiras Holding S.A.	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	1ª	950.000	IPCA + 6,8413% a.a.	abr/24	mar/44	72.976	900.592	973.568
Ribeiro Goncalves Solar Holding	1ª	(1)/(3)/(5)/(6)/(7)	Única	100.000	IPCA + 7,545% a.a.	set/24	nov/41	9.588	70.468	80.056
Subtotal								1.219.349	27.417.267	28.636.616
Emissões da controladora - ver informações da “Controladora”								-	285.891	285.891
Total - Consolidado								1.219.349	27.703.158	28.922.507

- (1)

Emissão pública de debêntures simples
- (2)

Emissão privada de debêntures simples
- (3)

Não conversíveis em ações
- (4)

Espécie Quirografária
- (5)

Debêntures Incentivadas
- (6)

Garantia Fidejussória; e
- (7)

Garantia Real.
- (a)

A totalidade dos recursos obtidos foram aplicados em conformidade com a escritura; e
- (b)

Considera-se o custo da ponta passiva do swap.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

As emissoras das debêntures incentivadas, conforme o artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, alterada pelo Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016 e posteriormente pelo Decreto nº 11.964, de 26 de março de 2024, tem como obrigatoriedade aplicar a totalidade dos recursos captados nas emissões das debêntures no custeio das despesas já incorridas e/ou a incorrer relativas aos projetos enquadrados ou protocolados junto ao MME - Ministério de Minas e Energia. A finalidade das debêntures incentivadas é captar recursos destinados a projetos de infraestrutura e todos os recursos obtidos foram utilizados pelas controladas da Companhia para esse fim.

19.2 Garantias

Controlada	Garantias
Equatorial Transmissão 1	Aval/Fiança
Equatorial Transmissão 2	Aval/Fiança
Equatorial Transmissão 3	Aval/Fiança
Equatorial Transmissão 5	Aval/Fiança
Equatorial Transmissão 7	Aval/Fiança
Equatorial Transmissão 8	Aval/Fiança
CEEE-D	Aval/Fiança
CSA	Aval/Fiança + Recebíveis
Equatorial Goiás	Aval/Fiança
CEA	Aval/Fiança
Echoenergia Participações S.A.	Fiança Bancária
Ventos de São Clemente Holding S.A.	Aval/Fiança + Direitos Creditórios + Ações + Equipamentos
Serras Holding S.A.	Direitos Creditórios + Ações + Equipamentos
São Jorge Holding S.A.	Direitos Creditórios + Ações + Equipamentos
Vila Piauí 1 Empreendimentos e Participações S.A.	Fiança Bancária + Direitos Creditórios + Ações + Equipamentos
Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.	Fiança Bancária + Direitos Creditórios + Ações + Equipamentos
Serra do Mel Holding S.A.	Fiança Bancária + Direitos Creditórios + Ações + Equipamentos
Barreiras Holding S.A.	Aval/Fiança
Ribeiro Goncalves Solar Holding	Aval/Fiança + Direitos Creditórios + Ações + Equipamentos

19.3Cronograma de amortização da dívida

Controladora

Vencimento Circulante	2024	
	Valor	%
	-	-
2026	147.650	52%
2027	150.000	52%
Subtotal	297.650	104%
Custo de captação/ ajuste a valor presente (não circulante)	(11.759)	-4%
Não circulante	285.891	100%
Total	285.891	100%

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Consolidado

Vencimento Circulante	2024	
	Valor	%
	1.219.349	4%
2026	1.864.204	6%
2027	2.767.934	10%
2028	4.702.890	16%
2029	5.033.847	17%
Até 2048	13.738.780	48%
Subtotal	28.107.655	97%
Custo de captação/ ajuste a valor presente (não circulante)	(404.497)	-1%
Não circulante	27.703.158	96%
Total	28.922.507	100%

19.4 Ingressos

Empresa	Emissão	Ingresso	Data do Ingresso	Pagamento de Juros	Amortização	Destinação de Recurso	Encargo Financeiro (a.a.)	Taxa Efetiva com Derivativo (a.a.)
Equatorial Goiás	5ª Emissão Debêntures - Série Única	2.005.522	abr/24	Semestral	Anual após carência	Capital de Giro	CDI + 1,05%	Não se aplica
Echoenergia	1ª Emissão Debêntures - 1ª Série	950.000	abr/24	Semestral	Semestral após carência	Investimento	IPCA + 6,8413%	Não se aplica
Equatorial Maranhão	11ª Emissão Debêntures - Série Única	500.000	mai/24	Semestral	Anual após carência	Capital de Giro	CDI + 0,95%	Não se aplica
CEA	5ª Emissão Debêntures - Série Única	270.000	jun/24	Semestral	Anual após carência	Capital de Giro	CDI + 1,20%	Não se aplica
Equatorial Goiás	6ª Emissão Debêntures - 1ª Série	950.000	jun/24	Semestral	Anual após carência	Investimento	IPCA + 6,4895%	CDI + 0,30%
CEEE-D	5ª Emissão Debêntures - Série Única	250.000	jun/24	Semestral	Anual após carência	Investimento	IPCA + 6,5596%	CDI + 0,29%
Equatorial Pará	7ª Emissão Debêntures - Série Única	1.000.000	ago/24	Semestral	Anual após carência	Capital de Giro	CDI + 0,95%	Não se aplica
CEEE-D	6ª Emissão Debêntures - Série Única	500.000	ago/24	Semestral	Anual após carência	Capital de Giro	CDI + 1,05%	Não se aplica
Equatorial Goiás	7ª Emissão Debêntures - Série Única	1.000.000	ago/24	Semestral	Anual após carência	Capital de Giro	CDI + 1,00%	Não se aplica
CEA	6ª Emissão Debêntures - Série Única	275.000	set/24	Semestral	Anual após carência	Capital de Giro	CDI + 1,20%	Não se aplica
Echoenergia	1ª Emissão Debêntures - Série Única	100.000	set/24	Semestral	Semestral	Investimento	IPCA + 7,545%	Não se aplica
Equatorial Maranhão	12ª Emissão Debêntures - Série Única	550.000	out/24	Semestral	Anual após carência	Investimento	IPCA + 6,6493%	CDI + 0,285%
Equatorial Piauí	3ª Emissão Debêntures - Série Única	300.000	out/24	Semestral	Anual após carência	Investimento	IPCA + 6,8091%	CDI + 0,41%
CEEE-D	7ª Emissão Debêntures - Série Única	420.000	out/24	Semestral	Anual após carência	Investimento	IPCA + 6,6493%	CDI + 0,24%
Equatorial Goiás	8ª Emissão Debêntures - 1ª Série	1.392.150	out/24	Semestral	Anual após carência	Capital de Giro	CDI + 1,00%	Não se aplica
Equatorial Goiás	8ª Emissão Debêntures - 2ª Série	800.000	out/24	Semestral	Anual após carência	Investimento	IPCA + 6,6493%	CDI + 0,27%
Equatorial Goiás	9ª Emissão Debêntures - Série Única	1.000.000	nov/24	Semestral	Bullet	Capital de Giro	CDI + 0,92%	Não se aplica
Equatorial Pará	8ª Emissão Debêntures - Série Única	1.475.000	dez/24	Semestral	Anual após carência	Investimento	IPCA + 7,7477%	CDI + 0,38%
CEA	7ª Emissão Debêntures - Série Única	250.000	dez/24	Semestral	Anual após carência	Investimento	IPCA + 7,9091%	CDI + 0,51%
Total		13.987.672						

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

19.5 Covenants das debêntures

As debêntures contratadas pela Companhia e suas controladas possuem garantias reais, fidejussórias e *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros com o período de apuração anual:

Equatorial S.A.

Covenants debêntures

1º Dívida líquida/EBITDA: <=4,5

5ª debêntures

3,3

Equatorial Pará

Covenants debêntures

1º Dívida líquida/EBITDA : <= 4,5

6ª debêntures

1,4

7ª debêntures

1,4

8ª debêntures

1,4

Equatorial Maranhão

Covenants debêntures

1º Dívida líquida/EBITDA: <=4,5

9ª debêntures

2,3

10ª debêntures

2,3

11ª debêntures

2,3

12ª debêntures

2,3

Equatorial Piauí

Covenants debêntures

1º Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5

1ª debêntures

3,6

3ª debêntures

3,6

Equatorial Alagoas

Covenants debêntures

1º Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5

1ª debêntures

2,7

Equatorial Transmissão

Covenants debêntures

1º Dívida líquida/EBITDA: <=5,0

1ª debêntures

3,7

SPEs

Covenants debêntures

Dívida líquida/EBITDA Companhia: <=4,5

SPE 01

3,8

SPE 02

3,4

SPE 03

3,1

SPE 05

3,5

SPE 08

3,2

A Companhia é garantidora nas seguintes emissões, na qual a apuração dos *covenants* se dá de forma consolidada, a saber:

Covenants debêntures	CEEE-D (1ª debêntures) (a)	CEEE-D (2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª debêntures)	CEA (1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª debêntures)	EQTL-GO (3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª e 9ª debêntures)	CSA (1ª e 2ª debêntures)
1º Dívida líquida/EBITDA: <=4,5	3,6	3,3	3,3	3,3	3,3

- (a) Não consideram no EBITDA o ajuste pró-forma da equivalência patrimonial referente ao resultado dos últimos 12 meses da aquisição da nova subsidiária sem controle (conforme nota explicativa nº 1.2 - Aquisição de participação significativa da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP pelo Grupo Equatorial), e que será refletido na consolidação da Companhia gradativamente nos próximos 12 meses.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas mantiveram-se dentro dos limites estipulados nos contratos, com exceção da controlada indireta Serras Holding S.A. A referida controlada indireta obteve aprovação da dispensa do cumprimento deste índice no exercício de 2024, para a 1ª emissão de debêntures de Serras Holding S.A.

20 Impostos e contribuições a recolher (Consolidado)

	2024	2023
Circulante		
ICMS	535.349	512.781
ICMS parcelamento (a)	123.172	114.201
PIS e COFINS	232.664	265.246
Encargos sociais e outros	81.231	56.949
Outros	204.325	144.028
Total circulante	1.176.741	1.093.205
Não circulante		
ICMS	88.395	79.287
ICMS parcelamento (a)	2.633.104	2.547.968
Outros	296.208	285.917
Total não circulante	3.017.707	2.913.172
Total impostos e contribuições a recolher	4.194.448	4.006.377

- (a) Saldos referentes às controladas Equatorial Pará e CEEE-D nos montantes de R\$ 28.376 e R\$ 2.727.900, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024, totalizando R\$ 2.756.276 (Equatorial Pará no valor de R\$ 31.547, Equatorial Alagoas no valor de R\$ 1.767, CEEE-D no valor de R\$ 2.628.089 e Equatorial Goiás no valor de R\$ 766, respectivamente, totalizando R\$ 2.662.169, em 31 de dezembro de 2023).

Vale destacar que o saldo ICMS parcelamento oriundo da controlada CEEE-D está de acordo com o Instrumento Particular de Assunção de Obrigação de Pagamento de Dívidas e Outras Avenças, assinado em 07 de dezembro de 2020, em que a CEEE-D cedeu e transferiu à sua antiga controladora, a CEEE-Par, a assunção da obrigação do débito tributário relativo a ICMS, no montante de R\$ 2.778.735. A operação ocorreu mediante capitalização pela CEEE-Par, na CEEE-D, dos créditos decorrentes dessa obrigação que, em decorrência da assunção da obrigação de pagamento, será considerado integralmente quitado no montante anteriormente considerado.

Do saldo remanescente, R\$ 50.996 refere-se a parcelamentos ordinários e R\$ 2.676.904 refere-se ao parcelamento realizado junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul - SEFAZ/RS, nos termos do Decreto nº 55.577/2020 (Programa "REFAZ Energia Elétrica"), cujo pagamento foi dividido em 180 parcelas atualizadas mensalmente pela taxa SELIC e, conforme previsto no inciso IV do art. 4º, há possibilidade de redução de 60% dos juros e multa condicionada a quitação total ou parcial do débito. Os descontos possíveis estão demonstrados na tabela abaixo:

	Parcelamentos sem descontos	Descontos	Parcelamentos com descontos
Principal	1.455.847	-	1.455.847
Multa	387.512	(232.507)	155.005
Juros	833.545	(500.127)	333.418
Total	2.676.904	(732.634)	1.944.270

Cronograma de pagamento ICMS parcelado

	2024	
	Valor	%
Circulante	123.172	4%
2026	110.664	4%
2027	122.373	4%
2028	110.640	4%
De 2029 a 2035	2.289.427	83%
Não circulante	2.633.104	96%
Total ICMS parcelamento	2.756.276	100%

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

21 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

21.1 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos (consolidado)

	2024	2023
Prejuízo fiscal	2.027.238	1.543.222
Base negativa	685.729	495.335
Diferenças temporárias:		
Provisão para riscos judiciais	465.141	495.350
Perdas / Reversão perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	95.330	219.635
Provisão para participação nos lucros	34.108	25.648
Receita /Custo de Construção - CPC 47/IFRS 15	(1.568.552)	(1.536.917)
Arrendamentos - CPC 06 (R2)/IFRS 16	8.878	8.943
Intangível - Concessão - Aquisição Equatorial Pará	24.700	24.501
Contingências e encargos da dívida - Aquisição EQTL PA, AL e PI	54.305	56.550
SWAP	(70.367)	111.022
Provisão laudo atuarial	173.885	179.185
AIC Reversível	67.913	67.913
Atualização do ativo financeiro VNR	(1.078.173)	(889.534)
Ajuste a valor presente	(211.621)	(220.040)
Reavaliação bens da concessão	(13.048)	(38.569)
Depreciação acelerada	(471.935)	(508.742)
Opção de compra de ações	(27.849)	(75.135)
Provisão para perdas de estoques	(3.068)	(3.252)
Contratos de comercialização	47.509	220
IRPJ/CSLL outros	-	(926)
Outras diferenças temporárias	132.975	134.199
Imposto diferido líquido	373.098	88.608
Ativo diferido líquido	3.179.400	2.729.099
Passivo diferido líquido	(2.806.302)	(2.640.491)

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

21.2 Movimentação dos tributos diferidos

		Reconheci- mento no resultado	Outros resultados abrangentes	Baixa (a)	Reclassifi- cação (b)	2024	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
	2023							
Prejuízo fiscal	1.543.222	590.215	-	(94.755)	(11.444)	2.027.238	2.027.238	-
Base negativa	495.335	224.162	-	(33.744)	(24)	685.729	685.729	-
Provisão para riscos judiciais	495.350	(30.209)	-	-	-	465.141	465.141	-
Perdas / Reversão estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	219.635	(124.305)	-	-	-	95.330	128.974	(33.644)
Provisão para redução ao valor recuperável - FUNAC	359.201	6.830	-	-	-	366.031	366.031	-
Provisão para participação nos lucros	25.648	8.378	-	-	82	34.108	34.108	-
Receita /Custo de Construção - CPC 47/IFRS 15	(1.536.917)	(221.795)	-	-	190.160	(1.568.552)	4.011	(1.572.563)
Arrendamentos - CPC 06 (R2)/IFRS 16	8.943	(65)	-	-	-	8.878	8.878	-
Contingências e encargos da dívida - aquisição EQTL PA, AL e PI	56.550	(2.245)	-	-	-	54.305	54.305	-
SWAP	111.022	(340.975)	159.586	-	-	(70.367)	98.256	(168.623)
Provisão para perda de estoque	(3.252)	184	-	-	-	(3.068)	-	(3.068)
Provisão laudo atuarial	179.185	697	(5.997)	-	-	173.885	173.885	-
Atualização do ativo financeiro VNR	(889.534)	(188.639)	-	-	-	(1.078.173)	-	(1.078.173)
Incorporação reversa da Enel Investimentos S.A.	(359.932)	47.289	-	-	-	(312.643)	-	(312.643)
Depreciação acelerada	(508.742)	36.807	-	-	-	(471.935)	-	(471.935)
Ajuste a valor presente AVP	(220.040)	8.419	-	-	-	(211.621)	19.538	(231.159)
Intangível - Concessão- Aquisição EQTL Pará	24.501	199	-	-	-	24.700	24.700	-
Contratos de comercialização	220	47.289	-	-	-	47.509	156.492	(108.983)
Opção de compra de ações	(75.135)	47.286	-	-	-	(27.849)	-	(27.849)
AIC Ressarcíveis	67.913	-	-	-	-	67.913	67.913	-
Reavaliação bens da concessão	(38.569)	25.521	-	-	-	(13.048)	-	(13.048)
Outras diferenças temporárias	134.004	(54.570)	-	-	153	79.587	96.059	(16.472)
Diferido líquido	88.608	80.473	153.589	(128.499)	178.927	373.098	4.411.258	(4.038.160)
Ativo diferido líquido	2.729.099							3.179.400
Passivo diferido líquido	(2.640.491)							(2.806.302)

		Reconhec- imento no resultado	Outros resultados abrangentes	Baixa (a)	Reclassifi- cação (b)	2023	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
	2022							
Prejuízo fiscal	1.492.767	75.815	-	(25.360)	-	1.543.222	1.543.222	-
Base negativa	487.535	16.929	-	(9.129)	-	495.335	495.335	-
Provisão para riscos judiciais	363.843	131.507	-	-	-	495.350	495.350	-
Perdas / Reversão estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	441.036	(221.401)	-	-	-	219.635	273.237	(53.602)
Provisão para participação nos lucros	25.077	560	-	-	11	25.648	25.648	-
Receita /Custo de Construção - CPC 47/IFRS 15	(1.528.286)	(149.086)	-	-	140.455	(1.536.917)	2.732	(1.539.649)
Arrendamentos - CPC 06 (R2)/IFRS 16	1.932	7.011	-	-	-	8.943	8.943	-
Intangível - Concessão - aquisição Equatorial Pará	48.768	(24.267)	-	-	-	24.501	24.501	-
Contingências e encargos da dívida - aquisição EQTL PA, AL e PI	58.943	(2.393)	-	-	-	56.550	56.550	-
SWAP	10.184	83.818	17.020	-	-	111.022	111.112	(90)
Provisão laudo atuarial	77.202	8.493	93.490	-	-	179.185	179.185	-
AIC Reversível	72.318	(4.405)	-	-	-	67.913	67.913	-
Atualização do ativo financeiro VNR	(687.818)	(201.716)	-	-	-	(889.534)	-	(889.534)
Ajuste a valor presente	(216.970)	(3.070)	-	-	-	(220.040)	19.565	(239.605)
Reavaliação bens da concessão	(57.579)	19.010	-	-	-	(38.569)	-	(38.569)
Depreciação acelerada	(546.593)	37.851	-	-	-	(508.742)	-	(508.742)
Opção de compra de ações	(199.006)	123.871	-	-	-	(75.135)	-	(75.135)
Provisão para perdas de estoques	-	(3.252)	-	-	-	(3.252)	-	(3.252)
Incorporação reversa da Enel Investimentos S.A.	(359.932)	-	-	-	-	(359.932)	-	(359.932)
Outras diferenças temporárias	300.462	194.577	-	-	(1.614)	493.425	520.679	(27.254)
Diferido líquido	(216.117)	89.852	110.510	(34.489)	138.852	88.608	3.823.972	(3.735.364)
Ativo diferido líquido	2.277.811					2.729.099		
Passivo diferido líquido	(2.493.928)					(2.640.491)		

- (a) Na controlada indireta Equatorial Goiás foram realizadas baixas no diferido de prejuízo fiscal e base negativa CSLL, referente à quitação parcial de Parcelamento de IRPJ e CSLL decorrente da Adesão do Programa Litígio Zero da Receita Federal, em que foi possível quitar débitos tributários (discutidos em esfera administrativa) via utilização do prejuízo fiscal; e
- (b) Reclassificação da movimentação da SPE 7, para mais informações ver nota explicativa nº 1.3.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

21.3 Expectativa de recuperação - Ativo fiscal diferido

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, considerando a projeção de lucros tributáveis futuros, a Administração das controladas estima que a realização dos créditos fiscais diferidos, está conforme apresentado a seguir:

Expectativa de realização	2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
Equatorial Maranhão	92.290	-	-	-	-	92.290
Equatorial Pará	154.096	-	-	-	-	154.096
Equatorial Piauí	21.105	47.449	60.497	72.453	482.954	684.458
Equatorial Alagoas	43.860	47.115	56.564	53.291	348.110	548.940
Equatorial Serviços	259	-	-	-	-	259
SPEs 01 a 06 e 08	27.245	25.091	8.794	-	-	61.130
Equatorial Goiás	-	78.128	573.890	827.086	1.155.483	2.634.587
Ativo bruto das controladas	338.855	197.783	699.745	952.830	1.986.547	4.175.760
PPA - Equatorial Pará, Alagoas, Piauí e Echo Participações	12.840	12.840	12.840	12.840	105.132	235.498
Total	351.695	210.623	712.585	965.670	2.091.679	4.411.258

21.4 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) debitada em resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está demonstrada a seguir:

Controladora	2024		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e da CSLL	2.755.921	2.755.921	1.951.722	1.951.722
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	(688.980)	(248.033)	(487.931)	(175.655)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro				
Efeito de IR/CSLL sobre equivalência patrimonial	755.573	272.006	687.672	507.510
Outras adições (reversões) permanentes	(5.849)	(664)	(10.294)	(3.128)
Juros sobre o Capital Próprio	(106.258)	(38.253)	-	-
Parcelamento IRPJ/CSLL (anos anteriores)	(66)	(24)	-	-
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	86.537	29.765	(280.529)	(361.516)
IRPJ e CSLL correntes/diferido no resultado	40.957	14.797	(91.082)	(32.789)
IRPJ e CSLL correntes no resultado do exercício	(66)	(24)	-	-
IRPJ e CSLL diferidos no resultado do exercício	41.023	14.821	(91.082)	(32.789)
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	1%	1%	(5%)	(2%)

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Consolidado	2024		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e da CSLL	3.895.665	3.895.665	3.034.789	3.034.789
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	(973.916)	(350.610)	(758.697)	(273.131)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro				
Reversão de provisão	1.373	494	12.732	4.583
Pesquisa e Desenvolvimento e eficiência energética (P&D)	4.260	1.533	253	91
Atualização de Indébito tributário	80.292	28.904	24.459	8.805
Outras adições (reversões) permanentes	(153.932)	(59.694)	(87.444)	(26.714)
Incentivo PAT	7.077	-	6.878	-
Incentivo prorrogação licença maternidade	449	-	430	-
(+) IRPJ Subvenção Governamental	960.470	-	957.177	-
Parcelamento IRPJ/CSLL (anos anteriores)	342.954	126.164	(201.991)	(93.981)
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	29.969	10.789	274.186	143.470
Efeito de IR/CSLL sobre equivalência patrimonial	(65.633)	(23.628)	-	-
Diferença de presunção de base de lucro presumido	(69.591)	(25.584)	(110.134)	(39.477)
IRPJ e CSLL correntes/diferido no resultado (a)	163.772	(291.632)	117.849	(276.354)
IRPJ e CSLL corrente no resultado do exercício	60.381	(268.714)	39.898	(288.255)
IRPJ e CSLL diferido no resultado do exercício	103.391	(22.918)	77.951	11.901
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	4%	-7%	4%	-9%

- (a) A Equatorial S.A. e as controladas distribuidoras da Companhia aderiram ao parcelamento da autorregularização incentivada, instituído pela Lei nº 14.740, de 29 de novembro de 2023. Este programa oferece condições especiais para regularização de pendências tributárias, permitindo as companhias quitarem seus débitos de forma parcelada e com benefícios fiscais. As companhias optaram por utilizar o crédito prejuízo fiscal e base negativa para abatimento de 50% do débito regularizado relacionado a PIS/COFINS, conforme estabelecido pela Lei, e procedeu com devidas contabilizações de baixa do diferido.

21.5 Composição do PIS e COFINS diferidos

	2024	2023
Passivo		
PIS diferido sobre a receita de implementação (a)	175.870	253.175
COFINS diferido sobre a receita de implementação (a)	790.159	892.329
Reclassificação (b)	(106.943)	-
Outros impostos diferidos	-	1.031
Total PIS e COFINS diferidos	859.086	1.146.535
Passivo circulante	39.899	49.625
Passivo não circulante	819.187	1.096.910

- (a) O diferimento do PIS e da COFINS é relativo a 9,25% das receitas oriundas dos ativos de contrato. A liquidação desta obrigação diferida ocorrerá à medida que as controladas transmissoras SPEs 01 a 06 e 08 receberem as contraprestações determinadas no contrato de concessão; e
- (b) Reclassificação da movimentação da SPE 07 após venda e mudança de controle acionário, conforme nota explicativa nº 1.3.

21.6 Impostos diferidos não reconhecidos

A Companhia não constituiu impostos diferidos sobre base negativa e prejuízos fiscais pois está em fase de afirmação do período de *turnaround* e, conseqüentemente, aguardando a confirmação das projeções elaboradas pela Administração em relação a expectativa de lucros futuros tributáveis. Em 31 de dezembro de 2024, as controladas indiretas da Companhia Equatorial Goiás, CSA e CEEE-D apresentaram o saldo de R\$ 4.196.438 (R\$ 3.888.714 em 31 de dezembro de 2023) a realizar na rubrica de impostos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscais e base negativa de contribuição social.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	2024		2023	
	Valor	Efeito Tributário	Valor	Efeito Tributário
Prejuízos fiscais acumulados	12.063.985	3.015.996	10.718.769	2.679.693
Base Negativa de CSLL	12.062.788	1.085.651	10.711.098	963.999
Diferenças temporárias	278.798	94.791	720.655	245.022
Total de tributos diferidos	24.405.571	4.196.438	22.150.522	3.888.714

Não há prazo de validade para uso dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém, o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores é limitado a 30% dos lucros anuais.

22 Dividendos a pagar (Controladora)

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Os dividendos foram calculados conforme demonstrado a seguir:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	2.811.675	2.075.593
(-) Reserva legal	(140.584)	(103.780)
Lucro líquido ajustado	2.671.091	1.971.813
Dividendos mínimos obrigatórios (calculado 25%)	667.773	492.953
(-) Constituição de reserva de lucros a realizar	-	(49.234)
Base para distribuição de dividendos	667.773	443.719
Dividendos propostos		
Juros sobre capital próprio - valor bruto	322.164	-
Dividendos	345.609	443.719
	667.773	443.719
(+) Realização da reserva de lucros a realizar – dividendos mínimos	25.338	-
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	693.111	443.719
(+) Realização da reserva de lucros a realizar - dividendos mínimos adicionais	293.816	63.595
(+) Dividendos adicionais propostos	558	8.885
(=) Total dividendos	987.485	516.199
% sobre o lucro ajustado	37%	26%

O Conselho de Administração aprovou a declaração de dividendos em reunião do Conselho de Administração em 26 de março de 2025, estando sujeitos a aprovação da assembleia geral ordinária. A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada conforme a seguir demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	381.207
Dividendos adicionais (0,01 centavos por ação)	3.968
Pagamento de dividendos (0,35 centavos por ação)	(385.133)
Dividendos propostos de 2023 (0,44 centavos por ação)	443.719
Dividendos reservas de lucros a realizar 2023 (0,44 centavos por ação)	63.595
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (0,44 centavos por ação)	507.356
Dividendos adicionais 2023 aprovados em 2024 (0,01 centavos por ação)	8.885
Pagamento de dividendos (0,44 centavos por ação)	(516.194)
Dividendos mínimos obrigatórios 2024 (0,70 centavos por ação)	667.773
Imposto de renda retido na fonte (JSCP)	(25.338)
Dividendos reservas de lucros a realizar 2024 – complemento do mínimo obrigatório (0,70 centavos por ação)	25.338
Dividendos reservas de lucros a realizar 2024 – (0,70 centavos por ação)	293.816
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (0,70 centavos por ação)	961.636

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

23 Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial - Equatorial Pará

Em 1º de dezembro de 2014, o Juiz da 13ª Vara Civil de Belém decretou, com fundamento no que dispõe os Arts. 61 e 63 da Lei nº 11.102/05, após manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público, encerrada a recuperação judicial da controlada Equatorial Pará. Esta sentença encerra a fase de acompanhamento judicial do cumprimento do plano e retira as restrições legais da recuperação. O plano de recuperação negociado e aprovado pelos credores durante o processo permanece inteiramente válido e exigível, o que significa que as condições especiais para as dívidas que foram pactuadas continuam em vigor. Essas obrigações só se encerram com seu cumprimento integral.

A decisão de encerramento está produzindo efeitos normalmente, mas ainda não transitou em julgado por ter sido alvo de duas apelações, movidas pelos credores Petróleo Brasileiro S.A. e Pine S.A. Em novembro de 2017, a Equatorial Pará firmou acordo com o Banco Pine, que culminou com a desistência de sua apelação a sentença de encerramento. A outra apelação versa exclusivamente sobre pagamento de juros e correção no cumprimento das obrigações do plano.

Em função da matéria, a controlada Equatorial Pará estima que as chances de êxito deste recurso são remotas, o que é respaldado em Legal Opinion do escritório jurídico que conduz o processo. A estimativa da controlada é que a matéria será apreciada em um cenário de 24 a 36 meses, quando então o encerramento da recuperação judicial estará devidamente transitado em julgado.

23.1 Composição da dívida

	2024	2023
Circulante		
Outras concessionárias	5.695	5.695
Credores financeiros (a)	27.751	30.560
Partes relacionadas	70.121	29.254
Total circulante	103.567	65.509
Não circulante		
Outras concessionárias	83.853	83.853
Credores financeiros (a)	335.871	344.819
Partes relacionadas	640.349	640.349
(-) Ajuste a valor presente - partes relacionadas	(112.862)	(124.437)
(-) Ajuste a valor presente (b)	(52.292)	(58.580)
Total não circulante	894.919	886.004
Total	998.486	951.513

- (a) Grupo de credores dentre os quais estão: (i) instituições financeiras públicas ou privadas; e (ii) titulares de créditos decorrentes de operações financeiras ou bancárias, inclusive, mas sem se limitar a, *bonds* e créditos decorrentes de operações de derivativos, com ou sem vinculação de recebíveis; e
- (b) Em 31 de dezembro de 2024, o saldo é composto por: R\$ 37.545 de empréstimos e financiamentos, R\$ 14.747 de outras concessionárias (R\$ 42.320 de empréstimos e financiamentos e R\$ 16.260 de outras concessionárias em 31 de dezembro de 2023).

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

23.2 Cronograma de pagamento

O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo dos valores a pagar de recuperação judicial é o seguinte:

Vencimento	2024	
	Valor	%
Circulante	103.567	10%
2026	26.321	3%
2027	61.707	6%
2028	58.733	6%
2029	50.740	5%
Até 2034	862.572	86%
Subtotal	1.060.073	106%
(-) Ajuste a valor presente (não circulante)	(165.154)	-16%
Não circulante	894.919	90%
Total	998.486	100%

23.3 Movimentação dos valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial

	2023	Juros e encargos	Variação monetária e cambial	Amortização	Juros pagos	Ajuste a valor presente	2024
Outras concessionárias	73.288	5.042	-	-	(5.042)	1.513	74.801
Partes relacionadas - nota explicativa nº 10	545.166	40.866	-	-	-	11.576	597.608
Credores financeiros	333.059	10.494	17.372	(28.514)	(11.109)	4.775	326.077
Total	951.513	56.402	17.372	(28.514)	(16.151)	17.864	998.486

	2022	Juros e encargos	Variação monetária e cambial	Amortização	Juros pagos	Ajuste a valor presente	2023
Outras concessionárias	71.775	5.029	-	-	(5.028)	1.512	73.288
Partes relacionadas - nota explicativa nº 10	513.942	38.685	-	-	(19.037)	11.576	545.166
Credores financeiros	363.855	12.713	(9.098)	(26.321)	(12.876)	4.786	333.059
Total	949.572	56.427	(9.098)	(26.321)	(36.941)	17.874	951.513

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

24 Provisão para riscos judiciais e depósitos vinculados (Consolidado)

As controladas da Companhia são partes (polos passivos) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração analisou as demandas judiciais e constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	2024		2023	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Cíveis (a)	2.362.711	225.108	2.528.840	194.488
Fiscais (b)	179.250	212.585	137.384	134.928
Trabalhistas (c)	2.680.259	410.220	2.770.168	396.187
Regulatórias (d)	41.851	2.027	320.371	1.888
Ambientais (e)	36.944	-	33.554	-
Total	5.301.015	849.940	5.790.317	727.491
Circulante	609.143	13.636	648.839	11.386
Não circulante	4.691.872	836.304	5.141.478	716.105

Movimentação dos processos no exercício

	2023	Adições (1)	Utilização (2)	Reversão de provisão (3)	Atualização (4)	Reclassificação (5)	2024
Cíveis	2.528.840	250.754	(268.711)	(242.339)	94.167	-	2.362.711
Fiscais	137.384	37.807	(270)	(19)	4.348	-	179.250
Trabalhistas	2.770.168	204.537	(292.857)	(155.996)	154.407	-	2.680.259
Regulatórias	320.371	77.176	(155.122)	(145.539)	7.424	(62.459)	41.851
Ambientais	33.554	200	(9)	-	3.199	-	36.944
Total	5.790.317	570.474	(716.969)	(543.893)	263.545	(62.459)	5.301.015

	2022	Adições (1)	Utilização (2)	Reversão de provisão (3)	Atualização (4)	2023
Cíveis	2.617.636	160.979	(222.323)	(175.205)	147.753	2.528.840
Fiscais	293.062	26	(2)	(152.476)	(3.226)	137.384
Trabalhistas	2.755.936	249.425	(242.103)	(121.966)	128.876	2.770.168
Regulatórias	241.258	95.438	(33.349)	(13.344)	30.368	320.371
Ambientais	31.020	52	-	(35)	2.517	33.554
Total	5.938.912	505.920	(497.777)	(463.026)	306.288	5.790.317

- (1) Contingências provisionadas no exercício;
- (2) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;
- (3) Reversões realizadas no exercício; e
- (4) Atualizações monetárias mensais pelo INPC acrescido de 1% da taxa Selic; e
- (5) Refere-se a controlada indireta CEEE-D sobre a reclassificação das multas aplicadas pela AGERGS, provisionadas no exercício de 2023, acrescidas de atualização monetária, para o grupo de Outras Contas a Pagar - conta de autos de infração. Tais multas encontram-se em discussão administrativamente e não estão judicializadas.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as provisões foram revisadas, ajustadas e segregadas por prazo, considerando alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são partes em processos em andamento, cuja probabilidade de perda foi avaliada como possível, não requerendo a constituição de provisão. O total dos referidos processos está demonstrado abaixo:

	2024	2023
Cíveis	4.222.158	4.443.683
Fiscais	703.309	639.005
Trabalhistas	1.151.300	1.070.571
Regulatórias	11	32
Ambientais	-	930
Total	6.076.778	6.154.221

a) Cíveis

As controladas da Companhia figuram como rés em 61.534 processos cíveis em 31 de dezembro de 2024 (63.731 processos em 31 de dezembro de 2023), os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias por danos emergentes e lucros cessantes em decorrência de resgate forçado de debênture conversíveis em ações, inadimplência de Governo, cobranças indevidas, acidentes com a rede de distribuição, falha no fornecimento, morte por descarga elétrica ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores.

Contingências cíveis (prognóstico provável de perda)	2024	2023
Cobrança indevida (a)	717.725	505.959
Debêntures (b)	303.058	286.898
Quebra de contrato (c)	347.448	307.179
Falha no fornecimento	154.319	243.928
Regulatório	100.048	193.162
Morte por eletroplessão	88.316	89.154
Fraude questionada	50.658	50.495
Falha no atendimento	29.446	176.087
Outras	571.693	675.978
Total	2.362.711	2.528.840

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável destacam-se:

- O principal processo é da controlada indireta Equatorial Goiás, que tem como objeto a execução de título extrajudicial proposto em desfavor da controlada, visando o recebimento da quantia de R\$ 28.869, e tem como montante total de provisão R\$ 145.798 (R\$ 134.101 em 31 de dezembro de 2023). Atualmente o processo está suspenso até que seja certificado o trânsito em julgado;
- Trata-se de ação indenizatória movida pelo Banco Dimensão em face da controlada indireta CEEE-D, buscando indenização por danos emergentes e lucros cessantes em decorrência de resgate forçado de debêntures conversíveis em ações. O processo foi julgado procedente, dando origem ao ingresso de Ação Rescisória por parte da CEEE-D, o qual está em trâmite; e
- O principal processo é da controlada indireta Equatorial Goiás, que tem como objeto o suposto repasse inferior de encargos tarifários arrecadados junto aos usuários (encargo de capacidade emergencial), no montante de R\$ 46.643 (R\$ 43.318 em 31 de dezembro de 2023). Atualmente, encontra-se pendente de análise do recurso de Apelação em face de sentença que condenou a Companhia ao pagamento do valor de R\$ 2.187. Em dezembro de 2024, houve o julgamento do recurso de apelação. Atualmente o processo está aguardando julgamentos dos embargos de declaração.

Além dos processos provisionados, existem outros processos cíveis cuja possibilidade de perda, em 31 de dezembro de 2024, é avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da Gerência Jurídica das controladas da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 4.222.158 (R\$ 4.443.683 em 31 de dezembro de 2023), para as quais não foram constituídas provisões.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Contingências cíveis (prognóstico possível de perda)	2024	2023
Associação Goiana dos Municípios convênio (a)	2.261.459	1.686.566
Quebra de contrato (b)	595.472	638.177
Falha no fornecimento	431.237	312.635
Regulatório	119.221	119.221
Incêndio	72.249	65.329
Debêntures	69.267	63.645
Cobrança indevida	40.261	251.217
Falha no atendimento	39.203	181.271
Outras	593.789	1.125.622
Total	4.222.158	4.443.683

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado possível destacam-se:

- (a) Refere-se a controlada indireta Equatorial Goiás, o processo cujo objeto é a devolução de valores de cotas de tributo (ICMS) que foram utilizados para pagar as faturas de energia elétrica do ente municipal por meio de um convênio assinado entre a Associação Goiana de Municípios, Equatorial Goiás, Estado de Goiás e Banco do Estado de Goiás que foi declarado nulo pelo Supremo Tribunal Federal, ante a ausência de participação das municipalidades na elaboração do ajuste contratual, no montante de R\$ 460.830 (R\$ 460.830 em 31 de dezembro de 2023). Atualmente o processo encontra-se em fase instrutória; e
- (b) O principal processo é da controlada indireta Equatorial Pará, processo nº 0031306-39.2012.4.01.3900 relacionado a ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal, em face da Equatorial Pará, ANEEL e Rede Energia, requerendo a anulação da resolução normativa 3.371/2012 e por consequência determinado a compensação aos consumidores no montante de R\$ 88.000 (R\$ 88.000 em 31 de dezembro de 2023).

b) Fiscais

As controladas da Companhia figuram como rés em 1.386 processos fiscais em 31 de dezembro de 2024 (1.654 processos em 31 de dezembro de 2023) representado pelo montante de R\$ 179.250 (R\$ 137.384 em 31 de dezembro de 2023).

Contingências fiscais (prognóstico provável de perda)	2024	2023
PIS/COFINS (a)	108.107	73.583
ICMS	45.486	43.115
ISS	572	532
Outras	25.085	20.154
Total	179.250	137.384

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável destaca-se:

- (a) O principal processo refere-se a controlada indireta Equatorial Maranhão, processo de PIS e COFINS sobre a receita financeira no montante de R\$ 84.355. A Controlada obteve decisão judicial favorável para anular os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que reintroduziu as alíquotas da contribuição ao PIS e da COFINS sobre receitas financeiras. Apesar desta decisão, os valores de tais tributos foram depositados em juízo. Considerando que o Supremo Tribunal Federal declarou a constitucionalidade do aumento de tais alíquotas, em sede de repercussão geral (Tema 939), os valores poderão ser convertidos em renda, exceto os valores que a Controlada depositou em excesso, os quais já foram reconhecidos pela União, e encontra-se em fase de recuperação.

Além dos processos provisionados conforme demonstrado anteriormente, existem outras contingências fiscais cuja possibilidade de perda era avaliada pela Administração, com base na avaliação a Gerência Jurídica das controladas da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 703.309 (R\$ 639.005 em 31 de dezembro de 2023) para as quais não foram constituídas provisões.

Contingências fiscais (prognóstico possível de perda)	2024	2023
ICMS (a)	563.215	407.422
ISS	42.167	20.792
Cobrança CIP/COSIP	37.903	25.512
PIS/COFINS	25.855	94.200
Outras	34.169	91.079
Total	703.309	639.005

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado possível destacamos:

- (a) O principal processo refere-se a controlada direta Equatorial Alagoas, demandas como autos de infração por suposta falha no recolhimento de ICMS no fornecimento elétrico, durante determinado período ou ações que questionam a cobrança do ICMS incidente sobre as faturas de energia. A maior parte das demandas tem fato de origem conciliado à época da gestão estatal, e, conforme prognóstico de perda possível, não foram constituídas provisões.

c) Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2024, as controladas da Companhia possuem 14.185 processos (14.023 processos em 31 de dezembro de 2023), no montante de R\$ 2.680.259 (R\$ 2.770.168 em 31 de dezembro de 2023) por ex-empregados contra as controladas da Companhia, com pedidos que variam entre horas extras, responsabilidade solidária, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Contingências trabalhistas (prognóstico provável de perda)	2024	2023
Hora extra (a)	705.574	704.590
Responsabilidade solidária	47.232	47.095
Diferença salarial	142.235	133.044
Responsabilidade subsidiária	902.603	884.282
Auxílio alimentação	1.246	114.369
Verbas rescisórias	13.070	16.169
Sobreaviso	73.774	77.730
Acidente de trabalho	39.106	41.752
Ex-autárquico	18.033	22.664
Jornada de trabalho	102.026	106.599
Penosidade	29.329	27.773
Gratificação	15.834	15.954
FGTS	14.240	15.747
Implantação do plano de cargos, carreira e salários	14.804	16.219
Periculosidade	19.721	22.109
Danos morais	16.535	17.981
Acúmulo de função	7.953	7.676
Desligamento voluntário	4.636	5.361
Doença ocupacional	3.672	3.783
Concurso público	1.810	3.043
Reintegração no emprego	1.360	1.977
Dispensas PAE	226.637	220.511
Outras	278.829	263.740
Total	2.680.259	2.770.168

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável destacamos:

- (a) Os principais processos correspondem as controladas indiretas CEEE-D, Equatorial Goiás, aos quais trata-se de processos movidos por ex-empregados contra essas Controladas, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Além dos processos provisionados, existem outras contingências trabalhistas cuja possibilidade de perda era avaliada pela Administração, com base na avaliação da Gerência Jurídica das controladas da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 1.151.300 (R\$ 1.070.571 em 31 de dezembro de 2023) para as quais não foram constituídas provisões.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Contingências trabalhistas (prognóstico possível de perda)	2024	2023
Diferença salarial (a)	454.314	564.721
Responsabilidade subsidiária	192.368	113.512
Hora extra	50.434	88.101
Programa de desligamento	38.197	37.096
Sobreaviso	37.971	36.675
Gratificação	27.671	26.890
Acidente de trabalho	26.116	26.696
Responsabilidade solidária	10.286	8.566
Danos morais	10.582	5.913
Outras	303.361	162.401
Total	1.151.300	1.070.571

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado possível destacamos:

- (a) O principal processo corresponde a controlada indireta Equatorial Goiás, trata-se de um processo que pleiteia o desvio de função dos eletricitistas ao de eletrotécnico para 513 substituídos.

d) Regulatórios

Em 31 de dezembro de 2024, as controladas da Companhia figuram como rés em 322 processos regulatórios (480 processos em 31 de dezembro de 2023) e possuem montante de prováveis penalidades regulatórias a serem aplicadas de R\$ 41.851 (R\$ 320.371 em 31 de dezembro de 2023), referente, principalmente, a termos de notificação e auto de infração da ANEEL, bem como penalidade de medição de fronteira na CCEE.

Contingências regulatórias (prognóstico provável de perda)	2024	2023
Reflexo das diferenças salariais	15.600	21.017
Multa sobre a apuração da DEC e FEC	9.247	71.045
Compra e venda de energia	8.653	17.985
Falha no atendimento	3.806	51.626
Fiscalização técnica	-	58.211
Auto de infração	-	50.164
Outras	4.545	50.323
Total	41.851	320.371

As controladas da Companhia, em 31 de dezembro de 2024, possuem processos regulatórios, cuja possibilidade de perda é avaliada como possível pela Administração, no montante de R\$ 11, (R\$ 32 em 31 de dezembro de 2023), com base na avaliação da gerência jurídica, para as quais não foram constituídas provisões.

Contingências regulatórias (prognóstico possível de perda)	2024	2023
Conta de desenvolvimento energético - CDE	11	32

e) Ambientais

Em 31 de dezembro de 2024, as controladas da Companhia figuram como rés em 104 processos ambientais (110 processos em 31 de dezembro de 2023). O valor de R\$ 36.944 (R\$ 33.354 em 31 de dezembro de 2023) corresponde Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual para compelir a CEEE-D promover a descontaminação ambiental dos imóveis denominados Horto Florestal Renner e Fábrica de Postes Barreto, ambos localizados do Município de Triunfo-RS.

As controladas da Companhia, em 31 de dezembro de 2024, não possuem processos ambientais, cuja possibilidade de perda é avaliada como possível pela Administração (R\$ 930 em 31 de dezembro de 2023).

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

25 PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal - STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese das controladas Equatorial Maranhão, que obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em outubro de 2018, Equatorial Pará em fevereiro de 2018, Equatorial Piauí em outubro de 2018, Equatorial Alagoas e CEA em julho de 2019, CEEE-D e Equatorial Goiás em março de 2021. Em maio de 2021, o STF julgou embargos de declaração opostos contra o acórdão do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, acolhendo-os em parte para: (i) modular os efeitos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, devendo se dar após 15 de março de 2017, ressalvadas as ações judiciais e requerimentos administrativos protocoladas até (inclusive) 15 de março de 2017; e (ii) o ICMS a ser excluído da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS é o destacado nas notas fiscais, e não o efetivamente pago.

A partir de 2018, as distribuidoras controladas diretas e indiretas da Companhia, constituíram saldo ativo, referente a PIS/COFINS a recuperar e passivo, relativo ao ressarcimento a seus consumidores, bem como as deduções da receita bruta, referente ao PIS/COFINS e a receita financeira, onde também incidiu PIS/COFINS. Dessa forma, o ativo das controladas diretas e indiretas da Companhia contemplam créditos com a Receita Federal desde o ingresso da ação. E o passivo foi constituído considerando que as controladas da Companhia repassa integralmente aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica.

Os saldos ativos estão sendo compensados via PERDCOMP e, a partir de 2021, os saldos passivos, amortizados via CVA, em atendimento a nota técnica nº 9/2021- FF/SGT/SRM/SMA/ANEEL, conforme movimentação apresentada na nota explicativa nº 8 - Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros. Os montantes, que devem ser amortizados, são determinados na homologação dos processos de reajuste e revisão tarifária, que ocorrem a cada ciclo (ver nota explicativa nº 4.1.3 - Reajuste Tarifário Anual (RTA) e Revisão Tarifária Periódica (RTP)), sendo que estes saldos são classificados e movimentados no passivo circulante.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, ocorreram as seguintes movimentações:

- Equatorial Maranhão reconheceu um complemento de ativo R\$ 41.369;
- Equatorial Pará reconheceu um complemento de ativo R\$ 99.907;
- Equatorial Piauí realizou complemento de ativo no montante de R\$ 496. Adicionalmente, houve amortização do passivo, via CVA de R\$ 49.296;
- Equatorial Alagoas registrou um complemento passivo no montante de R\$ 1.655, com efeito no resultado de R\$ 159 e um complemento no ativo de R\$ 1.734, decorrente da revisão do crédito. Adicionalmente, houve amortização do passivo via CVA de R\$ 25;
- CEEE-D efetuou complemento neste lançamento, referente à atualização da taxa SELIC, constituindo: (i) complemento de ativo e passivo no montante de R\$ 37.968; (ii) complemento do passivo no valor de R\$ 32.948; (iii) compensação de débitos tributários de R\$ 152.667 referente a tributos federais, PIS, COFINS e retenções federais através de PER/DCOMP; (iv) R\$ 70.930 relativos ao ressarcimento referente a devolução a maior ao consumidor via reajuste tarifário; e (v) amortização do passivo relativo ao ressarcimento a seus consumidores de R\$ 349.220;

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

- CEA possuía habilitação dos créditos pela Receita Federal e o saldo classificado no ativo circulante no montante de R\$ 6 foi realizado mediante compensação de tributos federais. Adicionalmente, houve amortização do passivo, via CVA de R\$ 3.226; e
- Equatorial Goiás efetuou complemento neste lançamento, referente à atualização da taxa SELIC, constituindo: (i) complemento de ativo e passivo no montante de R\$ 204.835; (ii) compensação de débitos tributários de R\$ 549.924 com os tributos federais imposto de renda, contribuição social, PIS, COFINS e retenções federais através de PER/DCOMP; (iii) houve amortização do passivo relativo ao ressarcimento a seus consumidores de R\$ 775.883.

Os saldos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão demonstrados abaixo:

2024							
	Equatorial Maranhão	Equatorial Pará	Equatorial Piauí	Equatorial Alagoas	CEEE-D	Equatorial Goiás	Total
Ativo (a)							
Circulante (nota explicativa nº 9)	41.369	99.907	496	27.909	189.207	602.118	961.006
Não circulante (nota explicativa nº 9)	-	-	-	-	248.037	1.542.600	1.790.637
PIS e COFINS a recuperar	41.369	99.907	496	27.909	437.244	2.144.718	2.751.643
Passivo							
Circulante		9.654				204.611	214.265
Não circulante	-	-	-	156.802	230.478	1.537.807	1.925.087
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	-	9.654	-	156.802	230.478	1.742.418	2.139.352
2023							
	Equatorial Pará	Equatorial Piauí	Equatorial Alagoas	CEEE-D	Equatorial Goiás	CEA	Total
Ativo (a)							
Circulante (nota explicativa nº 9)	-	-	26.016	326.191	842.828	6	1.195.041
Não circulante (nota explicativa nº 9)	-	-	-	225.752	1.640.751	-	1.866.503
PIS e COFINS a recuperar	-	-	26.016	551.943	2.483.579	6	3.061.544
Passivo							
Circulante	9.654	49.296	25	349.220	728.972	3.226	1.140.393
Não circulante	-	-	155.147	126.599	1.795.557	-	2.077.303
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	9.654	49.296	155.172	475.819	2.524.529	3.226	3.217.696

(a) Expectativa de realização de PIS e COFINS a recuperar

	2024	
	Valor	%
Circulante	961.006	35%
2026	791.325	29%
2027	660.948	24%
2028	338.364	12%
Não circulante	1.790.637	65%
Total	2.751.643	100%

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as controladas realizaram atualização financeira, referente à taxa SELIC, no montante de R\$ 249.031 (R\$ 40.732 em 31 de dezembro de 2023), sobre a qual houve incidência de PIS/COFINS, no montante de R\$ 11.580 (R\$ 1.882 em 31 de dezembro de 2023), conforme demonstrado a seguir:

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	2024			2023		
	CEEE-D	Equatorial Goiás	Total	CEEE-D	Equatorial Goiás	Total
Resultado financeiro						
PIS/COFINS receita financeira	37.968	211.063	249.031	4.617	35.855	40.472
(-) PIS/COFINS sobre a receita financeira	(1.766)	(9.814)	(11.580)	(215)	(1.667)	(1.882)
Efeito líquido no resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	36.202	201.249	237.451	4.402	34.188	38.590

26 Patrimônio líquido

26.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social é R\$ 12.466.882 (R\$ 9.308.724 em 31 de dezembro de 2023), o capital autorizado é de 1.500.000.000 de ações e sua composição de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	ON	%
<i>Opportunity</i>	126.397.320	10,1%
<i>GIC</i>	58.445.504	4,7%
<i>Squadra Investimentos</i>	57.650.288	4,6%
<i>Canada Pension Plan</i>	57.556.847	4,6%
<i>BlackRock</i>	57.299.125	4,6%
Demais minoritários	891.909.633	71,4%
	1.249.258.717	100%

O aumento de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 3.158.158, conforme descritivo abaixo:

- Em 1º de março de 2024, conforme a Ata de Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 387, mediante a emissão de 16.650 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas pelos participantes do Quinto Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia.
- Em 31 de maio de 2024, conforme a Ata de Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 73.864, mediante a emissão de 4.067.396 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas pelos participantes do Quinto Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia.
- Em 18 de julho de 2024, conforme a Ata de Reunião do Conselho de Administração, foi homologado o aumento de capital no valor de R\$ 516.198, mediante a subscrição particular de 17.498.261 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de abril de 2024;
- Em 29 de agosto de 2024, conforme a Ata de Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 45.437, mediante a emissão de 2.461.717 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas pelos participantes do Quinto Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

- Em 15 de outubro de 2024, conforme a Ata de Reunião do Conselho de Administração, foi homologado o aumento de capital no valor de R\$ 2.500.000, mediante a subscrição particular de 76.923.077 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas pelos participantes do Quinto Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 14 de agosto de 2024.
- Em 29 de novembro de 2024, conforme a Ata de Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 22.272, mediante a emissão de 1.183.419 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas pelos participantes do Quinto Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia.

26.2 Reservas de capital

Esta reserva é constituída pelas opções outorgadas reconhecidas, por meio da deliberação CVM nº 562, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 10 (R1) /IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações, bem como pela mudança na participação relativa da controladora sobre uma controlada que não resultam em perda de controle, conforme determina o CPC 36 - Demonstrações Consolidadas. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo desta reserva era R\$ 2.124.228 (R\$ 2.095.380 em 31 de dezembro de 2023).

26.3 Reservas de lucros

	2024	2023
Reserva legal (26.3.1)	313.061	172.477
Reserva para investimento e expansão (26.3.2)	10.302.561	8.299.801
Reserva de lucros a realizar (26.3.3)	1.009.810	1.328.964
Reserva de dividendos adicionais	558	885
Total de reservas de lucros	11.625.990	9.810.127

26.3.1 Reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária e limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo desta reserva era R\$ 313.061 (R\$ 172.477 em 31 de dezembro de 2023).

O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). Desta forma, o mesmo reduz a base de cálculo da reserva legal.

26.3.2 Reserva para investimento e expansão

Essa reserva estatutária prevista no artigo 27 § 2º, itens IV e V do Estatuto Social, que faz referência ao artigo 194 da Lei das Sociedades Anônimas, destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício destinada a operações de investimento e expansão da Companhia na aquisição de participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica, saneamento e renováveis. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo desta reserva era R\$ 10.302.561 (R\$ 8.299.801 em 31 de dezembro de 2023).

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

26.3.3 Reserva de lucros a realizar

Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício decorrente, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constituí-la é não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo era R\$ 1.009.810 (R\$ 1.328.964 em 31 de dezembro de 2023).

A equivalência patrimonial absorvida sobre os resultados não realizados das controladas será realizado à medida que os mesmos forem sendo realizados nas controladas e os dividendos distribuídos para a controladora. As controladas possuem dividendos mínimos obrigatórios que variam de 1% a 25% do lucro líquido do exercício. Como explicado anteriormente, essas receitas oriundas da aplicação do CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente nas transmissoras (controladas) possuem prazo de realização que variam conforme o prazo de concessão, podendo chegar a 35 anos.

As reservas de lucros a realizar constituem-se em dividendos que serão distribuídos aos acionistas da Companhia quando realizados e serão adicionados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício, assim como facultado pela Lei das S.A. (6.404/76).

26.4 Ajuste de avaliação patrimonial

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de ajuste de avaliação patrimonial era R\$ 45.066 (R\$ 120.988 em 31 de dezembro de 2023), contemplando, principalmente efeitos de benefícios pós-emprego e de instrumentos financeiros derivativos.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial serão reclassificados para o resultado do exercício, integral ou parcialmente, quando da alienação de ativos/passivos a que elas se referem.

26.5 Ações em tesouraria

Ações em tesouraria compreendem o custo das ações detidas pela Companhia. Em 15 de maio de 2024, a Companhia aprovou Programa de Recompra de Ações com o objetivo prioritário atender ao Plano de Incentivo de Longo Prazo ("Plano de *Matching Shares*"). A operação foi aprovada e limitada à 5,0% do total de Ações em Circulação. Para referência, à época, o número corresponde a 57.021.094 ações ordinárias de emissão da Companhia, com duração máxima de 18 meses, contados a partir de 15 de maio de 2024 a 14 de novembro de 2025. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia detinha ações ordinárias em tesouraria no montante de R\$ 58.348 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023).

	Milhares de ações	R\$
Em 1º de janeiro de 2024	-	-
Recompra de ações próprias	2.445	72.565
Ações em tesouraria vendidas	(483)	(15.026)
Resultado com alienação de ações	-	809
Em 31 de dezembro de 2024	1.962	58.348

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

26.6 Lucro por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (*Earnings per Share*), a tabela a seguir concilia o lucro líquido do exercício com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	2024	2023
Numerador		
Lucro líquido do exercício	2.811.675	2.075.593
Denominador		
1. Média ponderada de ações no cálculo do LPA básico	1.247.297	1.147.108
2. Média ponderada de ações no cálculo do LPA diluído	1.247.297	1.155.965
Lucro do exercício básico por lote de mil ações - R\$	2,25421	1,80941
Lucro do exercício diluído por lote de mil ações - R\$	2,25421	1,79555
	2024	2023
(i) Fator de diluição		
3. Quantidade de Ações <i>Stock Options</i> (5º Plano)	4.887	21.625
4. Diluição (a)	-	8.857
Média ponderada de ações no cálculo do LPA diluído	1.247.297	1.155.965

(a) O efeito em 2024 foi de antidiluição e, conseqüentemente, não foram considerados no cálculo.

26.7 Planos de opção de compra de ações

A Companhia instituiu Planos de Opção de Compra das ações a colaboradores dedicados ao Grupo Equatorial ("Grupo"), que representam, direitos de compra de ações emitidas pela Companhia, e reconhecer a transação com correspondente aumento do capital social e a emissão de novas ações para refletir o exercício das opções de compra outorgadas aos beneficiários.

Conforme item 8, do CPC 10 (R1), os produtos ou serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações que não se qualifiquem para fins de reconhecimento como ativos, devem ser reconhecidos como despesa do exercício.

Os planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, por intermédio do Comitê de Pessoas, Governança e Sustentabilidade, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável e são compostos da seguinte forma:

26.7.1 Quinto Plano de Opção de Compra de Ações

Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano.

As informações das Opções outorgadas, ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, estão descritas abaixo:

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

2º Outorga (Consolidado)	
<i>Vesting Date</i>	Opções exercíveis
14/12/2024	80.800
3º Outorga (Consolidado)	
<i>Vesting Date</i>	Opções exercíveis
05/08/2025	668.200
4º Outorga (Consolidado)	
<i>Vesting Date</i>	Opções exercíveis
02/04/2026	325.250
02/04/2027	325.250
	650.500
5º Outorga (Consolidado)	
<i>Vesting Date</i>	Opções exercíveis
26/07/2025	47.500
26/07/2026	47.500
	95.000
6º Outorga (Consolidado)	
<i>Vesting Date</i>	Opções exercíveis
02/04/2025	331.667
02/04/2026	331.667
02/04/2027	331.667
	995.000
7º Outorga (Consolidado)	
<i>Vesting Date</i>	Opções exercíveis
02/08/2024	125.000
02/08/2024	125.000
02/08/2024	125.000
	375.000
8º Outorga (Consolidado)	
<i>Vesting Date</i>	Opções exercíveis
08/11/2024	505.667
08/11/2025	505.667
08/11/2026	505.667
08/11/2027	505.667
	2.022.668

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

As informações utilizadas na avaliação dos valores justos na data da outorga do Plano são:

2ª Outorga	2024
Valor justo na data de outorga	6,83
Data da outorga: 14/12/2020	
Quantidade outorgada	205.000
Preço da ação na data de outorga	22,50
Valor justo ponderado do <i>vesting period</i>	20,71
Volatilidade esperada (média ponderada)	29,05%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada em anos)	4,25
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	6,01%
3ª Outorga	2024
Valor justo na data de outorga	9,34
Data da outorga: 14/08/2021	
Quantidade outorgada	1.303.200
Preço da ação na data de outorga	24,23
Valor justo ponderado do <i>vesting period</i>	24,78
Volatilidade esperada (média ponderada)	30,30%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada em anos)	4,25
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	10,36%
4ª Outorga	2024
Valor justo na data de outorga	11,71
Data da outorga: 11/03/2022	
Quantidade outorgada	931.800
Preço da ação na data de outorga	25,34
Valor justo ponderado do <i>vesting period</i>	23,59
Volatilidade esperada (média ponderada)	30,89%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada em anos)	4,25
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	12,26%
5ª Outorga	2024
Valor justo na data de outorga	10,33
Data da outorga: 26/07/2022	
Quantidade outorgada	265.000
Preço da ação na data de outorga	23,48
Valor justo ponderado do <i>vesting period</i>	23,58
Volatilidade esperada (média ponderada)	30,58%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada em anos)	4,25
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	13,11%
6ª Outorga	2024
Valor justo na data de outorga	12,15
Data da outorga: 03/04/2023	
Quantidade outorgada	1.050.000
Preço da ação na data de outorga	26,88
Valor justo ponderado do <i>vesting period</i>	26,38
Volatilidade esperada (média ponderada)	31,53%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada em anos)	4,25
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	12,16%

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

7ª Outorga	2024
Valor justo na data de outorga	15,24
Data da outorga: 02/08/2023	
Quantidade outorgada	425.000
Preço da ação na data de outorga	33,05
Valor justo ponderado do <i>vesting period</i>	30,79
Volatilidade esperada (média ponderada)	31,34%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada em anos)	4,25
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	11,25%
8ª Outorga	2024
Valor justo na data de outorga	5,38
Data da outorga: 09/11/2023	
Quantidade outorgada	2.022.668
Preço da ação na data de outorga	33,35
Valor justo ponderado do <i>vesting period</i>	32,15
Volatilidade esperada (média ponderada)	30,02%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada em anos)	4,25
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	4,53%

a. Forma de determinação da volatilidade esperada

Para a volatilidade, utilizou-se a volatilidade histórica das ações para cada prazo médio de exercício de cada lote.

Companhia e suas controladas:

	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício
	2024	2024	2023	2023
<i>Em opções</i>				
Existentes em 1º de janeiro	21.625.168	-	18.127.500	-
Outorgadas durante o período/exercício	-	-	3.497.668	-
Encerramento durante o período/exercício	(16.738.000)	-	-	-
Existentes ao fim do período/exercício 1ª Outorga	-	-	15.392.500	18,62
Existentes ao fim do período/exercício 2ª Outorga	80.800	19,55	235.000	19,83
Existentes ao fim do período/exercício 3ª Outorga	668.200	23,63	1.303.200	23,89
Existentes ao fim do período/exercício 4ª Outorga	650.500	23,00	931.800	23,28
Existentes ao fim do período/exercício 5ª Outorga	95.000	22,98	265.000	23,27
Existentes ao fim do período/exercício 6ª Outorga	995.000	26,04	1.050.000	26,38
Existentes ao fim do período/exercício 7ª Outorga	375.000	30,45	425.000	30,79
Existentes ao fim do período/exercício 8ª Outorga	2.022.668	32,15	2.022.668	32,15
Existentes ao fim do período/exercício	4.887.168	-	21.625.168	-

A despesa reconhecida na Companhia e suas controladas, em contrapartida ao patrimônio líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 23.317 (R\$ 15.296 em 31 de dezembro de 2023) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

26.7.2 Plano de outorga de “Phantom Shares” - Contrato 2019

Em 12 de dezembro de 2019, o Grupo criou o programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa (“Programa”). O Programa visa atingir os seguintes objetivos: (a) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos beneficiários contemplados pelo Programa; (b) reter os beneficiários; e (c) focar na valorização e potencial de crescimento da Companhia no longo prazo.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

O Programa outorga aos beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração da Companhia o direito a “*Phantom Shares*”, mediante o atendimento cumulativo das condições a seguir: (i) 50% (cinquenta por cento) das “*Phantom Shares*” outorgadas, o beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como empregado ou administrador do Grupo durante o período de carência que se encerra em 1º de maio de 2025; (ii) 50% (cinquenta por cento) das “*Phantom Shares*” outorgadas, o beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como empregado ou administrador da Companhia ou de sociedade sob seu controle durante o período de carência que se encerra em 1º de maio de 2026; e (iii) o atingimento das metas de *performance* pela Companhia.

Os recursos a serem entregues pela Companhia e suas controladas aos participantes do Programa serão do caixa da Companhia e de suas controladas.

a. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

O Preço das “*Phantom Shares*” outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das ações da Equatorial S.A. na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 pregões anteriores que antecederem a cada período de carência, ou seja, imediatamente anteriores a 1º de maio de 2025 e 1º de maio de 2026.

b. Forma de cálculo da despesa do programa

O valor da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do exercício de 31 de dezembro de 2024, ponderado pelo volume negociado.

Com base na apuração das métricas de *performance* definidas, a Companhia e as suas controladas Equatorial Maranhão, Equatorial Pará, Equatorial Alagoas e Equatorial Serviços, fizeram jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial S.A., caso as métricas de *performance* forem atingidas:

Companhia e suas controladas

	Número de ações	Valor justo ponderado do preço do exercício	Número de ações	Valor justo ponderado do preço do exercício
<i>Em ações</i>	2024	2024	2023	2023
Existentes em 1º de janeiro	2.242.000	33,35	2.082.500	24,77
Outorgadas durante no exercício	-	-	650.000	-
Outorgas canceladas no exercício	(50.000)	-	(490.000)	-
Existentes ao fim do exercício	2.192.000	31,15	2.242.000	33,35

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Para o plano de “*Phantom shares*” na Companhia e suas controladas, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecida uma despesa de R\$ 1.699, em contrapartida a rubrica de outras contas a pagar (R\$ 37.208 em 31 de dezembro de 2023) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado a cada data-base.

As quantidades acima podem variar conforme a *performance* e serem multiplicadas por um percentual entre 90 e 110%.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 houve o cancelamento de 50.000 ações outorgadas existentes em 31 de dezembro de 2023.

Ressalta-se que este plano é classificado como instrumento financeiro passivo liquidável em caixa. O plano de “*phantom shares*” está atrelado ao percentual efetivo da quantidade de ações que os beneficiários terão direito de receber pelo plano, que depende da TIR (Taxa Interna de Retorno) obtida no projeto, ao qual suas metas de *performance* estão vinculadas.

26.7.3 Plano de outorga de “*Phantom Shares*” - Contrato 2023

Em 09 de novembro de 2023, o Grupo criou o programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa (“Programa”). O Programa visa atingir os seguintes objetivos: (a) o alinhamento dos interesses dos acionistas da Companhia aos dos Beneficiários contemplados pelo Programa; (b) a retenção dos Beneficiários, e (c) o foco de longo prazo na valorização e potencial de crescimento na Companhia.

O Programa concede aos beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração da Equatorial S.A. e suas subsidiárias adquirir direitos a “*Phantom Shares*”, mediante o atendimento cumulativo das condições a seguir: (i) 25% (vinte e cinco por cento) serão pagas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de término do 1º Período de Carência; (ii) 25% (vinte e cinco por cento) serão pagas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de término do 2º Período de Carência, desde que o Beneficiário cumpra a Condição de Serviço no 2º Período de Carência; (iii) 25% (vinte e cinco por cento) serão pagas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de término do 3º Período de Carência, desde que o Beneficiário cumpra a Condição de Serviço no 3º Período de Carência; e (iv) 25% (vinte e cinco por cento) serão pagas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de término do 4º Período de Carência, desde que o Beneficiário cumpra a Condição de Serviço no 4º Período de Carência. A Companhia deverá calcular o valor adicional a que o Beneficiário faz jus ao final de cada Período de Carência, correspondente ao valor dos Proventos Acumulados até então em relação à quantidade de “*Phantom Shares*” Vestidas a que o Beneficiário faz jus, após verificação das Metas de *Performance* sobre a Quantidade Alvo nos termos acima.

a. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

O Preço das “*Phantom Shares*” outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das Ações da Equatorial S.A. na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 pregões anteriores que antecederem a cada período de carência, ou seja, imediatamente anteriores a: (i) até o 1º (primeiro) aniversário da Data de Outorga (“1º Período de Carência”); (ii) até o 2º (segundo) aniversário da Data de Outorga (“2º Período de Carência”); (iii) até o 3º (terceiro) aniversário da Data de Outorga (“3º Período de Carência”); e (iv) até o 4º (quarto) aniversário da Data de Outorga (“4º Período de Carência”).

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Forma de cálculo da despesa do programa

O valor da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do exercício de 31 de dezembro de 2024, ponderado pelo volume negociado.

Com base na apuração parcial das métricas de *performance* definidas, a Companhia, fez jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial S.A., caso as métricas de *performance* fossem atingidas:

	Número de ações	Valor justo ponderado do preço do exercício	Número de ações	Valor justo ponderado do preço do exercício
<i>Em ações</i>	2024	2024	2023	2023
Existentes em 1º de janeiro	1.688.363	33,28	-	-
Outorgadas durante no exercício	-	-	1.688.363	-
Outorgas canceladas no exercício	(36.240)	-	-	-
Existentes ao fim do exercício	1.652.123	32,19	1.688.363	33,28

Para o plano de “*Phantom shares*” na Companhia e suas controladas, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecida uma despesa de R\$ 605, em contrapartida a rubrica de outras contas a pagar (R\$ 14.646 em 31 de dezembro de 2023) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado a cada data-base.

Ressalta-se que este plano de opção é classificado como instrumento financeiro passivo liquidável em caixa.

As quantidades acima podem variar conforme a performance e serem multiplicadas por um percentual entre 0% (zero por cento) e 150% (cento e cinquenta por cento) da Quantidade Alvo.

26.7.4 Plano de Outorga de “*Matching Shares*”

Em 30 de abril de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a criação de um novo incentivo de longo prazo da Companhia, no formato de Plano de Investimento em Ações (“Plano”) e, em 15 de maio de 2024, o Conselho de Administração aprovou o 1º Programa de Investimento em Ações (*Matching Shares*) (“1º Programa *Matching*”). O 1º Programa *Matching* tem por objetivo que os participantes selecionados invistam recursos próprios na aquisição e manutenção de ações próprias durante o período de carência de, no mínimo, 4 (quatro) anos, conforme previsto no programa. Ao investir na aquisição de ações próprias e assumir o risco de ficar investido na Companhia durante o período de carência, pretende-se, ao outorgar as Ações *Matching*, alinhar os interesses de longo prazo dos participantes aos dos acionistas da Companhia, incentivando, assim, a tomada de decisões que busquem a geração sustentável de valor.

Os critérios para fins de determinação do número de Ações *Matching* a que os participantes farão jus são: (i) se o participante investir até 50% de seus recursos na aquisição de ações, será outorgada 0,5 (meia) ação para cada 1 (uma) ação adquirida; ou (ii) se o participante investir mais do que 50% de seus recursos na aquisição de ações, será outorgada 1 (uma) nova ação para cada 1 (uma) ação adquirida. O direito de receber as Ações *Matching* dependerá da manutenção plena e ininterrupta da propriedade das Ações Próprias pelos Participantes (“Condição de Investimento”), bem como da sua permanência como administrador ou empregado da Companhia e/ou de sociedades sob o seu Controle (“Condição de Serviço”), durante o período de carência.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

As Ações Matching serão entregues aos participantes em quatro tranches iguais, sendo 25% em cada data de aniversário da outorga e serão entregues aos Participantes, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados de cada uma das datas do período de carência.

Ademais, em 15 de maio de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou um Programa de Recompra de Ações, com prazo de duração até 14 de novembro de 2025, com o objetivo prioritário de atender o Plano de *Matching Shares* ou para permanência em tesouraria, para posterior alienação.

As informações das Opções outorgadas ocorridas, estão descritas abaixo

1º Outorga (Controladora)	
<i>Vesting Date</i>	Opções exercíveis
15/05/2025	43.074
15/05/2026	43.074
15/05/2027	43.074
15/05/2028	43.074
	172.296
1º Outorga (Consolidado)	
<i>Vesting Date</i>	Opções exercíveis
15/05/2025	120.172
15/05/2026	120.172
15/05/2027	120.172
15/05/2028	120.172
	480.688

As informações utilizadas na avaliação dos valores justos na data da outorga do Programa são:

1ª Outorga (Controladora)	
	2024
Valor justo na data de outorga	31,12
Data da outorga: 15/05/2024	
Quantidade outorgada	172.296
Valor justo ponderado do <i>vesting period</i>	31,12
1ª Outorga (Consolidado)	
	2024
Valor justo na data de outorga	31,12
Data da outorga: 15/05/2024	
Quantidade outorgada	482.849
Valor justo ponderado do <i>vesting period</i>	31,12

A despesa reconhecida na Companhia e suas controladas, em contrapartida ao patrimônio líquido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 4.721 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o período que é avaliado em cada data base.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

27 Receita operacional líquida (Consolidado)

A conciliação da receita bruta para a receita operacional líquida está a seguir demonstrada:

	2024	2023
Distribuição		
Receita de distribuição (a)	38.390.745	34.643.658
Remuneração financeira WACC	1.555.013	1.138.093
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (b)	1.433.564	1.207.206
Subvenção CDE - outros	2.197.639	1.498.760
Subtotal Fornecimento de energia elétrica	43.576.961	38.487.717
Suprimento de energia elétrica	653.661	511.046
Receita pela disponibilidade - uso da rede (c)	2.905.118	2.505.930
Receita de construção	8.377.887	7.991.313
Atualização do ativo financeiro	603.328	618.930
Outras receitas	1.277.602	1.454.625
Subtotal	13.817.596	13.081.844
Subtotal distribuição	57.394.557	51.569.561
Saneamento		
Abastecimento de água e serviços de esgoto	95.871	84.149
Receita de construção	155.580	73.035
Outras receitas	6.646	2.623
Subtotal saneamento	258.097	159.807
Transmissão		
Receita de construção e melhoria de infraestrutura (d)	8.806	97.878
Receita de operação e manutenção	116.506	138.513
Outras receitas	879	3.478
Subtotal	126.191	239.869
Remuneração dos ativos da concessão (j)	1.450.842	1.622.211
PIS/COFINS diferidos (f) (g)	179.556	(97.610)
Subtotal transmissão	1.756.589	1.764.470
Geração		
Receita com venda de energia (h)	1.239.423	1.067.589
Outras receitas	18.845	396
Subtotal geração	1.258.268	1.067.985
Outros		
Receita de comercialização (i)	733.937	221.111
Outras receitas	104.106	82.673
Subtotal outros	838.043	303.784
Receita operacional bruta	61.505.554	54.865.607
Deduções da receita		
ICMS sobre venda de energia elétrica (e)	(7.790.990)	(6.355.412)
PIS e COFINS	(3.939.934)	(3.450.413)
PIS e COFINS diferido - Transmissoras	590	(9.030)
Encargos do consumidor	(387.272)	(365.158)
ISS	(14.926)	(13.806)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(3.678.719)	(3.441.127)
Penalidades DIC/FIC e outras	(315.707)	(250.194)
Outros	(11.921)	4.610
Deduções da receita operacional	(16.138.879)	(13.880.530)
Receita operacional líquida	45.366.675	40.985.077

(a) A variação se deve principalmente pelo aumento no número de consumidores e, consequentemente, na distribuição de energia injetada no exercício assim como nos aumentos tarifários ocorridos;

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

- (b) A variação dos ativos e passivos regulatórios deve-se, principalmente, por: (i) reconhecimento na tarifa dos recursos recebidos a título de repasse da Conta-Covid a menor que o exercício anterior; (ii) previsão dos custos de energia e encargos concedido pela ANEEL, no reajuste, estarem inferiores aos custos efetivamente pagos, gerando uma receita de constituição de Parcela A, diferente do exercício anterior; (iii) variações dos financeiros amortizados da controladas indiretas Equatorial Alagoas, Equatorial Goiás e CEA, onde no exercício anterior gerou uma receita maior, comparado ao exercício atual; (iv) variação entre os valores da receita de ultrapassagem da demanda e excedente de reativo pertencente às distribuidoras; (v) variação do efeito da CVA da Bandeira Faturada, devido as bandeiras que ocorreram a partir de julho/24, o que não ocorreu em 2023;
- (c) As distribuidoras de energia elétrica controladas reconhecem receita pela disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica de distribuição, sendo calculada conforme a tarifa de uso do sistema de distribuição - TUSD definida pela ANEEL, com base na Resolução Normativa nº 1.000/2021 e as legislações específicas, de modo que o cliente cativo pode migrar para o ambiente livre, desde que atenda aos requisitos definidos. Nesse sentido, a variação deve-se, principalmente, a: i) despesa com a liquidação CCEE (Encargo do Serviço de Sistema) em 2024 foi superior quando comparado com 2023, gerando uma receita maior na CVA, ii) amortização do passivo financeiro setorial dos recursos da Conta-Covid regulamentado por meio da Resolução Normativa 885/2020 e iii) consolidação do saldo da distribuidora Equatorial Goiás em dezembro de 2022. A combinação destes fatores foi responsável pela variação em valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros;
- (d) Ver explicação do custo de construção, conforme nota explicativa nº 28 - Custos do serviço e despesas operacionais;
- (e) Variação relacionada ao reestabelecimento das alíquotas de ICMS nos Estados de Maranhão, Pará, Piauí e Alagoas, através das Leis Estaduais Nº11.867/ 2022, Nº 9.755/2022, Nº 269/2022, Nº 8.779/2022, Nº 9.755/2022 e que haviam sido reduzidas em junho de 2022 através da lei estadual 11.792/2022. O reestabelecimento foi aplicado a partir de março de 2023;
- (f) O total de PIS e COFINS diferidos sobre a receita, para fins de ICPC 01, é de R\$ 179.556 para o período findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 97.610 em 31 de dezembro de 2023);
- (g) A variação refere-se a reavaliação de estimativas de amortização de PIS e COFINS diferido cujo efeito das mudanças resultou em um impacto de R\$ 236.870 em 2024;
- (h) A variação está relacionada aos parques solares que, em 2024, entraram em operação. Até 2023 a única empresa com venda de energia era a comercializadora, e em 2024 além da comercializadora, entrou em operação a Cluster de Ribeiro e Barreiras;
- (i) A variação está relacionada ao aumento das transações de *trading* da controlada indireta Equatorial Renováveis mas também ao impacto relacionado as entregas de clientes varejistas; e
- (j) A variação está relacionada, principalmente, pela alienação da SPE 7, conforme nota explicativa 1.3 Alienação de subsidiária, os resultados de remuneração dos ativos de concessão da SPE 7 foram consolidados até 30 de novembro de 2024.

27.1 Margem das obrigações de performance (Consolidado)

	2024			2023		
	SPEs (a)	INTESA (b)	Total	SPEs	INTESA	Total
Construção e melhoria de infraestrutura						
Receita (liquida de PIS e COFINS diferidos)	7.252	-	7.252	88.825	-	88.825
Custo	(5.415)	-	(5.415)	(65.097)	-	(65.097)
Margem (R\$)	1.837	-	1.837	23.728	-	23.728
Margem percebida (%) (*)	25,33%	-	-	26,71%	-	-
Margem orçada no início do contrato (%)	34,01%	-	-	34,01%	45,91%	-
Operação e manutenção						
Receita	99.439	7.999	107.438	133.629	4.884	138.513
Custo	(68.453)	(9.702)	(78.155)	(82.828)	(11.352)	(94.180)
Margem (R\$)	30.986	(1.703)	29.283	50.801	(6.468)	44.333
Margem percebida (%) (**)	31,16%	(21,29%)	-	38,02%	(132,44%)	-
Margem orçada no início do contrato (%)	29,50%	-	-	35,24%	45,91%	-

(a) Composto também pelo saldo de janeiro a novembro de 2024 da SPE 07, conforme nota explicativa nº 1.3 Alienação de subsidiária; e

(b) Saldo da INTESA de janeiro a março de 2024.

(*) A margem percebida da receita de implementação e melhoria da infraestrutura considera o efeito dos custos efetivamente incorridos, incrementados pela variação na margem de construção apurado para o empreendimento, identificados ao longo da fase de construção.

(**) A margem percebida da receita de operação e manutenção considera o efeito dos custos efetivamente incorridos, incrementados pela variação na margem de operação apurado para o empreendimento, identificados ao longo da fase de operação.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

28 Custos do serviço e despesas operacionais (Consolidado)

	2024					
	Custo do serviço de energia elétrica	Custo de O&M	Total dos Custos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa
Pessoal	(474.553)	(23.558)	(498.111)	(211.301)	(534.854)	-
Material	(136.606)	(647)	(137.253)	(64.320)	(23.167)	-
Serviços de terceiros	(1.199.237)	(44.084)	(1.243.321)	(945.374)	(665.878)	-
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(19.563.903)	-	(19.563.903)	-	-	-
Custo de construção - Distribuição (b)	(8.377.887)	-	(8.377.887)	-	-	-
Custo de construção - Transmissão (c)	(5.415)	-	(5.415)	-	-	-
Custo de construção - Saneamento	(155.580)	-	(155.580)	-	-	-
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa do contas a receber - nota explicativa nº 7.2	-	-	-	-	-	(594.680)
Provisão para redução ao valor recuperável - FUNAC	-	-	-	-	(39.231)	(51.138)
Provisão para riscos judiciais	-	-	-	-	(4.482)	-
Depreciação/Amortização	(1.918.628)	-	(1.918.628)	-	(838.562)	-
Subvenção CCC	(75.627)	-	(75.627)	-	-	-
Outros	(333.824)	(164)	(333.988)	(37.110)	(68.379)	15.296
Total	(32.241.260)	(68.453)	(32.309.713)	(1.258.105)	(2.174.553)	(630.522)

	2023					
	Custo do serviço de energia elétrica	Custo de O&M	Total dos Custos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa
Pessoal	(347.881)	(22.813)	(370.694)	(206.147)	(709.100)	-
Material	(115.586)	(2.850)	(118.436)	(42.687)	(22.113)	-
Serviços de terceiros	(1.219.761)	(65.621)	(1.285.382)	(688.232)	(619.357)	-
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(17.012.953)	-	(17.012.953)	-	-	-
Custo de construção - Distribuição (b)	(7.991.313)	-	(7.991.313)	-	-	-
Custo de construção - Transmissão (c)	(65.097)	-	(65.097)	-	-	-
Custo de construção - Saneamento	(73.035)	-	(73.035)	-	-	-
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa do contas a receber - nota explicativa nº 7.2	-	-	-	-	-	(705.747)
Provisão para redução ao valor recuperável - FUNAC	-	-	-	-	(223.626)	72.783
Provisão para riscos judiciais	-	-	-	-	(42.091)	-
Depreciação/Amortização	(1.677.607)	-	(1.677.607)	-	(769.200)	-
Subvenção CCC	(3.336)	-	(3.336)	-	-	-
Outros	(244.222)	(470)	(244.692)	(45.283)	106.642	(9.558)
Total	(28.750.791)	(91.754)	(28.842.545)	(982.349)	(2.278.845)	(642.522)

- (a) Ver a abertura dos custos da energia elétrica comprada para revenda, conforme nota explicativa nº 29;
- (b) Esse custo foi impactado fortemente pelo processo de revisão tarifária, onde ocorreu maior volume de capitalizadas no período incremental, onde os investimentos foram relevantes, garantindo assim a finalização das obras e o reconhecimento na base de remuneração das controladas da Companhia; e
- (c) O custo de construção são todos os custos das controladas transmissoras da Companhia para a implementação da infraestrutura, a redução no exercício em comparação com o exercício anterior é reflexo da finalização das obras de reforço/melhoria na SPE 8.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

28.1 Outras despesas operacionais, líquidas (Consolidado)

	2024	2023
Outras receitas operacionais		
Ganhos na alienação e desativação de bens e direitos	22.965	31.363
Reversão de provisão para perda de estoque (a)	217.763	140.441
Reversão de baixa de recebíveis incobráveis	-	67.222
Ganho na alienação de subsidiária (e)	252.188	-
Outras receitas operacionais	80.394	9.090
Total de outras receitas operacionais	573.310	248.116
Outras despesas operacionais		
Perdas pela desativação de bens e direitos (b)	(478.762)	(522.219)
Indenização por danos a terceiros	(23.142)	(20.343)
Provisão para perda de estoque (c)	(103.345)	(245.311)
Baixa de recebíveis incobráveis (d)	(272.550)	-
Outras despesas operacionais (f)	(317.591)	(51.650)
Total de outras despesas operacionais	(1.195.390)	(839.523)
Total outras despesas operacionais líquidas	(622.080)	(591.407)

- (a) No exercício findo de 31 de dezembro de 2024, houve, principalmente, na controlada indireta CEEE-D, a distribuidora avalia periodicamente seus estoques/obras no intuito de identificar se existem materiais de baixa rotatividade, constituindo uma provisão para perda como uma forma de demonstrar o real potencial dos estoques na geração de caixa. O montante provisionado trata-se em sua maioria de itens obsoletos, morosos e/ou danificados. Para os materiais que não havia expectativa de benefício econômico, a distribuidora realizou a capitalização da obra contemplando a reversão dos itens;
- (b) O montante de R\$ 478.762, refere-se às perdas pela desativação de bens e direitos, nas controladas, sendo R\$ 66.766 na Equatorial Pará, R\$ 193.932 na Equatorial Goiás, R\$ 49.412 na Equatorial Maranhão, R\$ 64.862 na CEEE-D, R\$ 21.542 na Equatorial Piauí, R\$ 27.750 na Equatorial Alagoas, R\$ 5.683 na CEA, R\$ 48.637 na Echo crescimento e R\$ 178 na Equatorial Telecom;
- (c) As variações ocorridas, principalmente, pelo reconhecimento de provisões nas controladas Equatorial Goiás de R\$ 88.997 e CEEE-D R\$ 108.875 resultante de perdas de custos de materiais;
- (d) No exercício de 2024 foram realizadas baixas de títulos vencidos, do contas a receber, acima de 5 anos nas controladas Distribuidoras;
- (e) Refere-se a contabilização de ganho relacionado à alienação da controlada indireta SPE 07, conforme nota 1.3 Alienação de subsidiária - Equatorial Transmissora SPE 7; e
- (f) A variação refere-se, principalmente, as provisões ligadas aos Autos de Infração emitidos pela Agência de Regulação - AGR, referentes a fiscalizações de eventos ocorridos nas Subestações das controladas indiretas Equatorial Goiás e CEEE-D.

29 Energia elétrica comprada para revenda (Consolidado)

	2024		2023	
	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$
Energia de leilão (a)	41.582	(9.735.801)	38.259	(8.425.210)
Contratos Eletronuclear	1.673	(538.620)	1.631	(571.658)
Contratos cotas de garantias	7.951	(1.927.666)	8.763	(1.516.745)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva (b)	-	(1.219.068)	-	(1.222.579)
Energia bilateral	260	(103.795)	260	(110.483)
Energia de curto prazo - CCEE (c)	-	(798.486)	-	(861.384)
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	918	(481.455)	868	(512.520)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	1.795.164	-	1.664.585
Itaipu	3.866	(995.851)	3.734	(978.638)
Geração distribuída (d)	-	(1.311.491)	-	(567.097)
Subtotal	56.250	(15.317.069)	53.515	(13.101.729)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição (e)	-	(4.246.834)	-	(3.911.224)
Total	56.250	(19.563.903)	53.515	(17.012.953)

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(*) não auditado

- (a) Compreende os custos com contratos (CCEAR-Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente regulado, MCSD - Mecanismo de Compensação de Sobras e Déicits) decorrente da entrada de contratos novos com aumento em 8,69% de volume contratado, acrescido de uma variação no preço médio em 6,3%;
- (b) A diminuição nas despesas associada ao ESS em comparação ao exercício anterior deve-se a diminuição do acionamento das térmicas fora da ordem de mérito no último trimestre de 2024;
- (c) A energia de curto prazo apresentou variação de R\$ 62.898, em virtude da diminuição da despesa do efeito da contratação por disponibilidade e efeito de contratação de cotas de garantia física em relação ao exercício de 2023; e
- (d) Os valores referem-se ao impacto da contabilização dos custos de geração distribuída, cujo valor é determinado pela energia (kWh) gerada por consumidores de GD, valorizada pelo PMIX (Preço Médio de Compra de Energia). Esse impacto é reconhecido em contrapartida em outras contas a pagar; e
- (e) Contempla os custos com encargos de uso e conexão do sistema de transmissão, os quais possuem tarifas ajustadas pela resolução Receita Anual Permitida (RAP). Para o ano de 2024, as tarifas praticadas foram aprovadas na Resolução Homologatória nº 3.217 de 04 de julho de 2023 com vigência a partir de julho de 2023 até junho de 2024 e Resolução Homologatória nº 3.349 de 16 de julho de 2024 com vigência a partir de julho de 2024 até junho de 2025 as quais são relacionadas à Rede Básica e Conexão, assim como o aumento da contratação do MUST (Montante de Uso do Sistema de transmissão).

30 Resultado financeiro

		Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras					
Rendimentos financeiros	(a)	141.062	240.729	1.193.096	1.210.334
PIS/COFINS sobre receita financeira		(18.297)	(20.198)	(117.460)	(114.391)
Valores a receber/devolver parcela A		-	-	255.214	276.447
Operações com instrumentos financeiros derivativos	(b)	103.146	119.914	1.741.908	330.403
Acréscimo moratório de energia vendida	(c)	-	-	483.484	415.185
Receita financeira de AVP		-	-	78.050	106.532
Variação monetária e cambial da dívida	(e)	-	-	178.222	762.079
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores - nota explicativa nº 25		-	-	5.020	44.794
Mútuo		-	1.800	-	-
Rendimento de aval	(f)	228.337	172.292	-	-
Juros de mora sobre PECLD		-	-	13.672	-
Outras receitas financeiras		23.413	4.614	570.149	364.142
Total de receitas financeiras		477.661	519.151	4.401.355	3.395.525
Despesas financeiras					
Encargos da dívida	(d)	(495.867)	(662.549)	(4.342.899)	(4.223.510)
Operações com instrumentos financeiros derivativos	(b)	(242.223)	(484.240)	(568.121)	(1.440.456)
Valores a receber/devolver parcela A		-	-	(358.285)	(356.503)
Variação monetária e cambial da dívida	(e)	-	-	(2.525.182)	(982.318)
Despesa financeira de AVP		-	-	(101.276)	(89.257)
Atualização de eficiência e contingências		-	-	(229.878)	(169.881)
Descontos concedidos		-	-	(119.349)	(93.398)
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores - nota explicativa nº 25		-	-	-	(4.322)
Juros de mora sobre PECLD		-	-	(4.641)	(15.264)
Impairment - Créditos especiais - FUNAC		-	-	19.143	-
Encargos de geração distribuída		-	-	(14.701)	-
Outras despesas financeiras (g)		(84.566)	(96.770)	(896.964)	(633.236)
Total de despesas financeiras		(822.656)	(1.243.559)	(9.142.153)	(8.008.145)
Resultado financeiro líquido		(344.995)	(724.408)	(4.740.798)	(4.612.620)

- (a) Na Controladora, a redução nas rendas financeiras ocorreu em função da variação do CDI, que registrou um acumulado de 13,04% em 2023 e 10,88% em 2024;
- (b) Refere-se à contratação de uma operação de *swap*, classificada como *hedge* de fluxo de caixa, que troca Dólar + *spread* por CDI + *spread*. A principal variação está relacionada ao câmbio dessas operações. Em 2024, a variação cambial gerou receita devido à alta de 27,9% no dólar, que passou de R\$ 4,84 em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 6,19 em 31 de dezembro de 2024. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, o efeito principal foi a variação cambial, que gerou despesa com a queda de 7,21% no dólar, que passou de R\$ 5,21 em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 4,84 em 31 de dezembro de 2023. Na Controladora, o impacto principal foi causado pelo resultado das opções de compra da participação na Equatorial Energia Distribuição S.A.;
- (c) Em 2024, houve reconhecimento significativo de juros e multas, em decorrência do fortalecimento de ações de cobrança e renegociação de dívidas em atraso pelos consumidores das controladas distribuidoras, o que ocorreu em menor volume durante 2023, resultando na redução observada nos saldos do exercício;

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

- (d) No Consolidado, o acréscimo nos encargos, foi resultado do aumento do saldo da dívida do grupo, em relação ao ano de 2023. Em contrapartida, houve redução no CDI, indexador de maior relevância na dívida do grupo, saindo de 13,04%, para 10,88% em 2024. Na Controladora, a queda nos encargos, justifica-se pelas liquidações antecipadas da 3ª emissão de debêntures e da 5ª e 1ª série da 5ª emissão de debêntures;
- (e) No saldo líquido da rubrica de variação monetária e cambial da dívida, o aumento da despesa é explicado principalmente pela variação cambial, decorrente da valorização do dólar frente ao real, que registrou um aumento de 27,9%, e pela alta do IPCA, que encerrou 2024 em 4,83%;
- (f) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre as controladas (Contratantes) e a Companhia (Contratada), com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia possui uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, *pro rata*, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido, conforme nota explicativa nº 10 - Partes relacionadas; e
- (g) A variação ocorre, principalmente, devido às multas associadas ao parcelamento de autorregularização do PIS/COFINS, do Imposto de Renda e da Contribuição Social da controlada indireta Equatorial Goiás.

31 Benefício pós-emprego (Consolidado)

31.1 Características do plano de aposentadoria

As controladas distribuidoras são patrocinadoras de Planos de Benefícios de natureza previdenciária administrados pela Fundação Equatorial de Previdência Complementar (EQTPREV) e pela Fundação Família Previdência, pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativo, e planos de saúde e odontológico que são oferecidos aos seus empregados e ex-empregados, conforme descrito a seguir:

31.1.1 Plano Equatorial CD

O Equatorial CD é um plano contributivo com modalidade de “Contribuição Definida” para os benefícios programados e de “Benefício Definido” para os benefícios de risco, administrado pela Fundação Equatorial de Previdência Complementar (EQTPREV) e patrocinado pelas controladas Equatorial Pará, Equatorial Maranhão, Equatorial Piauí, Equatorial Alagoas, CEEE-D e Equatorial Goiás.

De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Aposentadorias: normal e por incapacidade para o trabalho; e
- Pensão por Morte de participante Ativo e Assistido.

31.1.2 Plano de Contribuição Definida Equatorial Alagoas

O Plano CD é um plano contributivo com modalidade de “Contribuição Definida” para os benefícios programados e de “Benefício Definido” para os benefícios de risco, administrado pela EQTPREV, patrocinado pela controlada Equatorial Alagoas. Os benefícios de risco são:

- Benefício por Entrada em Invalidez; e
- Benefício de Pecúlio por Morte como Participante Ativo.

31.1.3 Planos de Benefícios Definidos

O Plano Equatorial BD é estruturado na modalidade “Benefício Definido”, existindo compromisso pós-emprego com os participantes em atividade e com os assistidos aposentados e pensionistas) e está fechado para novas adesões. O Plano é administrado pela EQTPREV e patrocinado pelas controladas Equatorial Pará, Equatorial Maranhão, Equatorial Piauí, Equatorial Alagoas e Equatorial Goiás.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

De acordo com o regulamento do plano, os benefícios oferecidos são os seguintes:

- Pensão por Morte;
- Abono Anual;
- Aposentadorias: por invalidez, idade, tempo de contribuição, tempo de serviço, tempo de serviço proporcional e especial;
- Auxílio-Doença e Auxílio-Funeral.

31.1.4 Plano de Contribuição Variável

O Plano de Contribuição Variável Equatorial é estruturado na modalidade de “Contribuição Variável”, existindo compromisso no período de pós-emprego dos participantes, administrado EQTPREV e patrocinado pelas controladas Equatorial Piauí e Goiás, sendo oferecido aos seus empregados e respectivos dependentes.

De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Aposentadorias: normal, programada e por invalidez;
- Abono Anual;
- Pensão por Morte; e
- Auxílio-Enfermidade e Auxílio-Funeral

31.1.5 Plano Celpa OP

O Plano Celpa OP é estruturado na modalidade “Contribuição Variável”, existindo compromisso pós-emprego na fase de inatividade (aposentados e pensionistas) para os benefícios estruturados na modalidade “Benefício Definido” (Aposentadoria na forma de Renda Mensal Vitalícia e suas respectivas reversões em pensão). O Plano é administrado pela Fundação Equatorial de Previdência Complementar (EQTPREV), patrocinado pela controlada Equatorial Pará e é executado de forma indissociável ao Plano R.

De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos são os seguintes:

- Renda Mensal com Reversão em Pensão

De acordo com a modalidade selecionada no requerimento, o valor do benefício equivale a:

- Renda Mensal Vitalícia, estruturada na modalidade de “Contribuição Variável”; ou
- Renda Mensal Financeira, estruturada na modalidade de “Contribuição Definida”;
- Pecúlio por Invalidez ou por Morte; e
- Contribuições: normal de participante, normal de assistido, normal de patrocinadora, esporádica do participante ou da patrocinadora.

31.1.6 Plano Celpa R

O Celpa R é estruturado na modalidade “Benefício Definido”, existindo compromisso pós-emprego com o pagamento de aposentadorias por invalidez e pensões. Além disso, o plano é não-contributivo, oferecendo somente benefícios de risco. O Plano é administrado pela Fundação Equatorial de Previdência Complementar (EQTPREV), patrocinado pela controlada Equatorial Pará e é executado de forma indissociável ao Plano Celpa OP.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos são os seguintes:

- Suplementação de Auxílio-Doença e Aposentadoria por Invalidez
- Pensão por Morte
- Abono Anual

Por se tratar de um plano não-contributivo, o custeio do plano é feito 100% pela Contribuição Normal da própria patrocinadora, cujo percentual é determinado no Plano de Custeio do plano.

31.1.7 Resolução nº 10/1989

A Controlada Equatorial Pará possui um passivo atuarial a descoberto, de origem em um acordo firmado entre a empresa e seus ex-empregados e pensionistas. O acordo foi deliberado pela Resolução nº 10, de 04 de agosto de 1989, pela administração da companhia, e entrou em vigor em 11 de Junho de 1996.

Com a resolução em vigor, os ex-empregados e pensionistas têm direito a benefícios previdenciários, que formam o passivo atuarial não coberto. O valor do passivo apurado é provisionado integralmente pela Equatorial.

31.1.8 FGTS

O FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) tem por objetivo proteger o trabalhador demitido sem justa causa, com a abertura de uma conta vinculada ao contrato de trabalho.

O empregador, mensalmente, deposita 8% da remuneração bruta (incluindo horas extras e adicionais pagos) em contas bancárias em nome de cada funcionário. O saldo da conta é reajustado com uma taxa de juros de 3% ao ano, acrescido da inflação.

Em caso de rescisão com o empregado sem justa causa, o empregador é obrigado a pagar um adicional de 40% do saldo acumulado do FGTS.

31.1.9 Plano Único

O Plano Único é um plano contributivo com modalidade de “Benefício Definido” existindo compromisso pós-emprego com os participantes em atividade e com os assistidos, administrado pela Fundação Família Previdência e patrocinado pela Controlada CEEE-D, sendo oferecido aos seus empregados e respectivos dependentes.

De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Aposentadorias: por tempo de serviço, tempo de contribuição, invalidez e idade;
- Pensão por Morte;
- Auxílios-doença e reclusão.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

31.1.10 Plano CEEEPREV

O Plano CEEEPREV é um plano contributivo com modalidade de “Contribuição Definida”, com exceção dos Benefícios Saldados, da Garantia do Benefício Referencial, dos Benefícios de Aposentadoria por Invalidez e de Auxílio Doença, do Pecúlio por Morte/Parcela do Benefício de Pensão por Morte do Participante (Não Assistido) não concedida com base nos recursos previamente acumulados na Conta Individual do Participante (CIP) e na Conta Identificada da Patrocinadora (CPI), que são do tipo “Benefício Definido”. O plano é administrado pela Fundação Família Previdência e patrocinado pela Controlada CEEE-D, sendo oferecido aos seus empregados e respectivos dependentes.

De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Aposentadorias: normal, antecipada e por invalidez;
- Pensão por Morte
- Auxílios-Doença e Reclusão
- Abono Anual

31.1.11 Planos de Saúde e Odontológicos

a) Unimed Nacional

A Controlada Equatorial Pará oferece a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos) um plano de saúde administrado pela operadora Central Nacional Unimed - Cooperativa Central (CNU), na modalidade Ambulatorial e Hospitalar com Obstetrícia, com abrangência Nacional. Este plano é oferecido para os colaboradores da Equatorial Pará, bem como a seus dependentes, exceto para diretores e gerentes.

b) UNIODONTO

A Controlada Equatorial Pará oferece um plano odontológico administrado pela operadora Uniodonto Belém a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos), bem como para seus dependentes.

c) Bradesco Saúde

A Controlada Equatorial Maranhão oferece a seus empregados um plano de saúde administrado pela operadora Bradesco Saúde. Este plano é oferecido para os empregados da Equatorial Maranhão, bem como a seus dependentes.

d) Odontoprev

A Controlada Equatorial Maranhão oferece um plano odontológico administrado pela Odontoprev S/A a seus empregados, bem como para seus dependentes.

e) CELGSAÚDE

A Controlada Equatorial Goiás oferece a seus empregados um plano de saúde (CELGSAÚDE) administrado pela operadora VIVACOM Planos de Saúde. Este plano é oferecido para os empregados da Equatorial Goiás, bem como a seus dependentes.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

f) UNIMED (Qualicorp)

A Controlada Equatorial Alagoas oferece a seus empregados e ex-empregados um plano de saúde, administrado pela Qualicorp Administradora de Benefícios S/A.

g) ODONTOPREV (Qualicorp)

A Controlada Equatorial Alagoas oferece um plano odontológico administrado pela Qualicorp Administradora De Benefícios S/A a seus empregados e ex-empregados, bem como para seus dependentes.

h) Assistência Médica Humana

A Controlada Equatorial Piauí oferece a seus empregados um plano de saúde administrado pela operadora Humana Assistência Médica Ltda. Este plano é oferecido para os empregados da Equatorial Piauí, bem como a seus dependentes.

i) Unipart

A Controlada CEEE-D oferece a seus empregados um plano de saúde administrado pela operadora Unimed Porto Alegre. Este plano é oferecido para os empregados da Equatorial Rio Grande do Sul, bem como a seus dependentes.

j) Odonto Master I

A Controlada CEEE-D oferece um plano odontológico, administrado pela Uniodonto Porto Alegre Cooperativa Odontológica LTDA, a seus empregados, bem como para seus dependentes.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

31.2 Apuração do passivo (ativo) atuarial líquido (Controladas distribuidoras da Companhia)

A conciliação dos ativos e passivos demonstra o excesso ou a insuficiência de recursos para cobertura do benefício pós-emprego, e que deve ser apresentado no balanço das controladas da Companhia. Apresentamos, a seguir, a demonstração dos resultados apurados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (passivo ou ativo atuarial) e a projeção de despesas a serem reconhecidas no resultado o exercício de 2025.

	2024											
	EQTL CD	EQTL BD	EQTL CV	Planos de Saúde e odontológico	CELPA R	CELPA OP	Resolução 10/1989	Plano único	CEEEPREV	FGTS	TOTAL	
Déficit/(Superávit) apurado												
Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	1.307	903.618	434.383	361.910	9.944	1.780	15.400	1.030.019	1.690.417	29.940	4.478.718	
Valor justo dos ativos do plano	(39.374)	(1.195.173)	(484.981)	(60.842)	(6.138)	(3.526)	-	(848.511)	(1.106.647)	-	(3.745.192)	
Déficit/(Superávit) apurado	(38.067)	(291.555)	(50.598)	301.068	3.806	(1.746)	15.400	181.508	583.770	29.940	733.526	
Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais												
Efeito do Teto de Ativo	23.208	287.311	71.022	-	1.364	619	-	-	-	-	383.524	
Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	23.208	287.311	71.022	-	1.364	619	-	-	-	-	383.524	
Passivo/(Ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33 (R1)												
Passivo/(Ativo) líquido apurado	(14.859)	(4.244)	20.424	301.068	5.170	(1.127)	15.400	181.508	583.770	29.940	1.117.050	
									Ativo não circulante		(20.224)	
									Passivo circulante		84.897	
									Passivo não circulante		1.052.377	
									Total		1.117.050	
	2023											
	EQTL CD	CD	EQTL BD	EQTL CV	Planos de Saúde e odontológico	CELPA R	CELPA OP	Resolução 10/1989	Plano único	CEEEPREV	FGTS	TOTAL
Déficit/(Superávit) apurado												
Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	1.109	847	1.005.389	459.278	367.805	10.870	1.926	17.183	1.185.936	1.950.608	22.710	5.023.661
Valor justo dos ativos do plano	(21.814)	(8.406)	(1.304.769)	(476.056)	(60.645)	(5.971)	(4.749)	-	(920.600)	(1.184.963)	-	(3.987.973)
Déficit/(Superávit) apurado	(20.705)	(7.559)	(299.380)	(16.778)	307.160	4.899	(2.823)	17.183	265.336	765.645	22.710	1.035.688
Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais												
Efeito do Teto de Ativo	8.946	7.559	281.396	39.560	-	373	1.810	-	-	-	-	339.644
Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	8.946	7.559	281.396	39.560	-	373	1.810	-	-	-	-	339.644
Passivo/(Ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33 (R1)												
Passivo/(Ativo) líquido apurado	(11.759)	-	(17.984)	22.782	307.160	5.272	(1.013)	17.183	265.336	765.645	22.710	1.375.332
										Ativo não circulante		(30.756)
										Passivo circulante		86.125
										Passivo não circulante		1.319.963
										Total		1.375.332

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

31.3 Resultado da avaliação atuarial (Controladas distribuidoras da Companhia)

Os resultados das avaliações atuariais apuraram o seguinte compromisso do plano com seus participantes:

2024												
	EQTL CD	CD	EQTL BD	EQTL CV	Planos de Saúde e odontológico	CELPA R	CELPA OP	Resolução 10/1989	Plano único	CEEEP V	FGTS	TOTAL
Resultado do exercício 2024												
Custo do serviço corrente líquido	134	75	30	(44)	4.537	8	-	-	(522)	388	1.615	6.221
Custo do serviço passado	-	-	-	-	407	-	-	-	-	-	-	407
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	82	73	92.521	42.685	35.137	1.020	177	1.571	108.776	182.986	2.042	467.070
Rendimento esperado dos ativos do plano	(2.034)	(788)	(121.450)	(44.495)	-5.912	(574)	(449)	-	(84.188)	(110.440)	-	(370.330)
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	828	715	27.191	3.868	-	36	174	-	-	-	-	32.812
Total de despesa (receita) reconhecida no Resultado do Exercício	(990)	75	(1.708)	2.014	34.169	490	(98)	1.571	24.066	72.934	3.657	136.180
Outros Resultados Abrangentes (ORA), no exercício												
(Ganhos)/perdas nos ativos do plano	(6.139)	158	133.579	(12.003)	5.715	615	1.471	-	56.868	77.795	-	258.059
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	(174)	(232)	(96.843)	(16.867)	-28.098	(1.193)	(123)	(1.381)	(129.959)	(286.154)	10.828	(550.196)
(Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	4.538	(1)	(21.279)	27.594	-	955	(1.364)	-	-	-	-	10.443
(Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	(1.775)	(75)	15.457	(1.276)	(22.383)	377	(16)	(1.381)	(73.091)	(208.359)	10.828	(281.694)
2023												
	EQTL CD	CD	EQTL BD	EQTL CV	Planos de Saúde e odontológico	CELPA R	CELPA OP	Resolução 10/1989	Plano único	CEEEP	FGTS	TOTAL
Resultado do exercício 2023												
Custo do serviço corrente líquido	261	107	36	(4)	2.530	9	-	-	(909)	44	1.276	3.350
Custo do serviço passado	-	-	-	-	454	-	-	-	-	-	-	454
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	214	97	106.028	45.414	27.072	1.081	200	1.870	129.422	206.507	2.122	520.027
Rendimento esperado dos ativos do plano	(2.283)	(875)	(153.344)	(47.100)	-	(605)	(530)	-	(104.824)	(133.153)	-	(442.714)
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	743	778	45.183	4.690	-	98	226	-	-	-	-	51.718
Total de despesa (receita) reconhecida no Resultado do Exercício	(1.065)	107	(2.097)	3.000	30.056	583	(104)	1.870	23.689	73.398	3.398	132.835
Outros Resultados Abrangentes (ORA), no exercício												
(Ganhos)/perdas nos ativos do plano	250	7	94.526	7.535	(60.645)	(176)	165	-	10.937	20.776	-	73.375
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	(1.474)	(262)	51.223	(5.018)	103.528	1.001	127	677	35.603	88.320	4.447	278.172
(Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	1.815	148	(143.886)	(9.375)	-	(548)	(322)	-	-	-	-	(152.168)
(Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	591	(107)	1.863	(6.858)	42.883	277	(30)	677	46.540	109.096	4.447	199.379

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

31.4 Ativos do plano

31.4.1 Ativos do plano incluem (Controladas distribuidoras da Companhia):

2024										
	EQTL CD	CD	EQTL BD	EQTL CV	Planos de Saúde e odontológico	CELPA R	CELPA OP	Plano único	CEEEPREV	TOTAL
Títulos Públicos	878.609	56.586	1.105.170	368.127	50.078	4.385	8.462	826.365	1.460.199	4.757.981
Fundos de Investimentos	1.343.064	179.480	241.102	363.051	19.745	1.612	1.275	831.882	1.289.473	4.270.684
Outros	555.252	22.635	75.278	37.819	16.343	6.427	355	268.339	480.878	1.463.326
Ativo total	2.776.925	258.701	1.421.550	768.997	86.166	12.424	10.092	1.926.586	3.230.550	10.491.991
2023										
	EQTL CD	CD	EQTL BD	EQTL CV	Planos de Saúde e odontológico	CELPA R	CELPA OP	Plano único	CEEEPREV	TOTAL
Títulos Públicos	749.388	55.729	1.276.941	318.727	42.210	3.759	8.185	1.167.824	1.990.204	5.612.967
Fundos de Investimentos	1.378.788	186.789	124.764	449.899	14.625	2.066	2.045	504.233	842.640	3.505.849
Outros	423.840	20.979	89.341	39.517	26.009	6.103	362	370.096	578.646	1.554.893
Ativo total	2.552.016	263.497	1.491.046	808.143	82.844	11.928	10.592	2.042.153	3.411.490	10.673.709

Os ativos dos planos são compostos por ativos financeiros com cotação de mercados ativos e, portanto, são classificados como Nível 1 e Nível 2 na hierarquia de avaliação do valor justo. A taxa esperada global de retorno dos ativos do plano é determinada com base nas expectativas de mercado vigentes nessa data, aplicáveis ao período durante o qual a obrigação deve ser liquidada.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

31.5 Obrigação do benefício definido (Controladas distribuidoras da Companhia)

(a) Premissas atuariais

Equatorial Maranhão						
	2024			2023		
	CD	BD1	Plano de Saúde	CD	BD1	Plano de Saúde
Taxa de inflação	4,96%	4,96%	4,96%	3,93%	3,93%	3,93%
Taxa de desconto	12,97%	12,31%	12,49%	9,41%	9,78%	9,90%
Futuros aumentos salariais	4,96%	4,96%	Não aplicável	3,93%	3,93%	Não aplicável
Futuros aumentos de pensão	4,96%	4,96%	4,96%	3,93%	3,93%	3,93%
Mortalidade geral	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%

Equatorial Pará												
	2024						2023					
	CD	BD	CELPA R	CELPA OP	Resolução 10/1989	Planos de Saúde	CD	BD	CELPA R	CELPA OP	Resolução 10/1989	Planos de Saúde
Taxa de inflação	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%
Taxa de desconto	12,97%	12,16%	12,03%	12,04%	12,78%	12,29%	9,41%	9,66%	9,71%	9,63%	9,72%	9,72%
Futuros aumentos salariais	4,96%	4,96%	4,96%	Não aplicável	4,96%	4,96%	3,93%	3,93%	3,93%	Não aplicável	3,93%	3,93%
Futuros aumentos de pensão	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%
Mortalidade geral	AT-2000 Segregada por Sexo Suavizada em 10%	AT-2000 Segregada por Sexo Suavizada em 10%	BR-EMSsb 2015 Segregada por Sexo	BR-EMSsb 2015 Segregada por Sexo	AT-2000 Segregada por Sexo Suavizada em 10%	AT 2000 Segregada por Sexo Suavizada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	BR-EMSsb 2015 M/F	BR-EMSsb 2015 M/F	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%

Equatorial Piauí								
	2024				2023			
	BD	CV	Plano de saúde	CD	BD	CV	Plano de saúde	CD
Taxa de inflação	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%
Taxa de desconto	12,45%	12,49%	12,49%	12,97%	9,59%	9,71%	9,59%	9,41%
Futuros aumentos salariais	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%
Futuros aumentos de pensão	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%
Mortalidade geral	AT 2000 Suavizada em 10%	AT 2000 Suavizada em 10%	AT 2000 Suavizada em 10%	AT 2000 Suavizada em 10%	AT 2000 Suavizada em 10%	AT 2000 Suavizada em 10%	AT 2000 Suavizada em 10%	AT 2000 Suavizada em 10%

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Equatorial Alagoas								
2024					2023			
	BD	CD	Plano de saúde e odontológico	EQTL CD	BD	CD	Plano de saúde e odontológico	EQTL CD
Taxa de inflação	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%
Taxa de desconto	12,37%	12,78%	12,58%	12,97%	9,66%	9,46%	9,86%	9,41%
Futuros aumentos salariais	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%
Futuros aumentos de pensão	4,96%	Não aplicável	4,96%	4,96%	3,93%	Não aplicável	3,93%	3,93%
Mortalidade geral	AT-2000 M/F Desgravada em 10%	AT-2000 M/F Desgravada em 10%	AT-2000 M&F desgravada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT-2000 M/F Desgravada em 10%	AT-2000 M/F Desgravada em 10%	AT-2000 M/F Desgravada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%

CEEE-D								
2024					2023			
	CD	CEEEPREV	Plano único	Plano de saúde	CD	CEEEPREV	Plano único	Plano de saúde
Taxa de inflação	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%
Taxa de desconto	7,63%	7,41%	7,57%	7,17%	5,27%	5,65%	5,60%	5,57%
Futuros aumentos salariais	4,96%	4,96%	4,96%	0,0496	3,93%	3,93%	3,93%	Não Aplicável
Futuros aumentos de pensão	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%
Mortalidade geral	AT-2000 Segregada por Sexo Suavizada em 10%	BR-EMSsb v.2015 Segregada por sexo	AT-2000 Segregada por Sexo	BR-EMSsb 2021 Segregada por Sexo Desgravada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	BR-EMSsb-2021 M/F desgravada em 10%	AT-2000 M/F	BR-EMSsb-2021 M/F desgravada em 10%

Equatorial Goiás										
2024					2023					
	BD	CV	Plano de saúde	CD	FGTS	BD	CV	Plano de saúde	CD	FGTS
Taxa de inflação	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%
Taxa de desconto	12,02%	12,11%	12,29%	12,97%	13,10%	9,80%	9,78%	9,75%	9,41%	9,55%
Futuros aumentos salariais	4,96%	4,96%	Não aplicável	4,96%	4,96%	3,93%	3,93%	Não aplicável	3,93%	3,93%
Futuros aumentos de pensão	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%
Mortalidade geral	AT-2000 Básico por sexo	AT-2000 masculina, suavizada em 10%	AT-2000 masculina, suavizada em 10%	AT-2000 Segregada por Sexo Suavizada em 10%	AT-2000 Segregada por Sexo Suavizada em 10%	AT-2000 Básico por sexo	AT-2000 masculina, suavizada em 10%	AT-2000 masculina, suavizada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT-2000 masculina, suavizada em 10%

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(b) Análise de sensibilidade

Mudanças razoavelmente possíveis na data do balanço em cada uma das premissas atuariais relevantes, mantendo as outras premissas constantes, teriam afetado a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

2024													
Premissa	Análise de sensibilidade	EQTL CD	CD	EQTL BD	EQTL CV	Planos de Saúde e odontológico	CELPA R	CELPA OP	Resolução 10/1989	Plano único	CEEEPREV	FGTS	TOTAL
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(25)	(14)	(31.415)	(15.207)	(24.955)	(479)	(66)	(459)	(33.896)	(62.759)	(567)	(169.842)
	Redução de 0,5%	29	15	33.612	16.285	28.972	524	71.647	487	36.156	67.415	594	255.736
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	(65)	(13)	22.832	11.281	27.872	101	37.426	454	27.500	32.406	25	159.819
	Redução de 1 ano	72	14	(23.177)	(11.373)	(27.110)	(106)	(38.824)	(456)	(27.763)	(33.319)	(27)	(162.069)
HCCTR	Aumento de 0,5%	-	-	-	-	28.760	-	-	-	-	-	-	28.760
	Redução de 0,5%	-	-	-	-	(24.918)	-	-	-	-	-	-	(24.918)
Crescimento salarial	Aumento de 0,5%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	332	-	332

2023													
Premissa	Análise de sensibilidade	EQTL CD	CD	EQTL BD	EQTL CV	Planos de Saúde e odontológico	CELPA R	CELPA OP	Resolução 10/1989	Plano único	CEEEPREV	FGTS	TOTAL
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(26)	(18)	(39.834)	(19.191)	(28.968)	(582)	(80)	(549)	(45.002)	(84.498)	(950)	(219.698)
	Redução de 0,5%	29	19	41.819	17.365	34.687	642	86	584	48.398	91.669	1.026	236.324
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	(55)	(14)	26.643	10.526	32.841	125	43	582	34.723	39.293	86	144.793
	Redução de 1 ano	61	16	(6.650)	(14.217)	(31.738)	(130)	(45)	(581)	(34.651)	(40.077)	(92)	(128.104)
HCCTR	Aumento de 0,5%	-	-	-	-	34.246	-	-	-	-	-	-	34.246
	Redução de 0,5%	-	-	-	-	(28.799)	-	-	-	-	-	-	(28.799)
Crescimento salarial	Aumento de 0,5%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	628	-	628

Embora as análises não levem em conta a distribuição completa dos fluxos de caixa esperados no âmbito dos planos, elas fornecem uma aproximação da sensibilidade da premissa apresentada. Quando consideramos a análise de sensibilidade da taxa de desconto para o plano CD e Equatorial CD as variações são irrelevantes.

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2024 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

31.6 Fluxo de Caixa (Controladas distribuidoras da Companhia)

	2024											
	EQTL CD	EQTL BD	EQTL CV	Planos de Saúde e odontológico	CELPA R	CELPA OP	Resolução 10/1989	Plano único	CEEEPREV	FGTS	TOTAL	
1 Fluxo de caixa no exercício												
Contribuições do empregador	23.241	9	3.096	17.143	968	-	-	34.801	46.450	7.256	132.964	
Contribuição do participante	1	9	135	-	-	-	-	30.995	451	-	31.591	
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	-	97.486	50.804	17.143	761	200	-	165.206	157.862	-	489.462	
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	-	-	1.972	-	-	7.256	9.228	
2 Fluxo de caixa estimado para o exercício seguinte												
Contribuições do empregador	22.765	11	3.516	18.472	930	-	-	34.801	46.707	7.971	135.173	
Contribuição do participante	-	11	112	-	-	-	-	34.633	751	-	35.507	
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	60.540	100.111	49.264	18.472	787	186	-	185.490	178.714	-	593.564	
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	-	-	2.085	-	-	7.971	10.056	
	2023											
	EQTL CD	CD	EQTL BD	EQTL CV	Planos de Saúde e odontológico	CELPA R	CELPA OP	Resolução 10/1989	Plano único	CEEEPREV	FGTS	TOTAL
1 Fluxo de caixa no exercício												
Contribuições do empregador	345	-	9	2.239	14.717	513	-	-	26.416	51.026	8.601	103.866
Contribuição do participante	-	-	9	267	-	-	-	-	30.453	616	-	31.345
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	78	-	97.589	39.904	14.717	760	167	-	159.165	153.515	-	465.895
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	-	-	-	2.006	-	-	8.601	10.607
2 Fluxo de caixa estimado para o exercício seguinte												
Contribuições do empregador	414	-	11	3.422	16.654	627	-	-	26.416	51.318	2.724	101.586
Contribuição do participante	-	-	11	164	-	-	-	-	33.739	966	-	34.880
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	458	151	97.142	46.815	16.654	751	177	-	177.146	171.582	-	510.876
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	-	-	-	2.087	-	-	2.724	4.811

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

32 Instrumentos financeiros

32.1 Considerações gerais

A Companhia e suas controladas efetuaram análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, sub-rogação da CCC, ativos financeiros da concessão, ativos de contrato, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial, derivativos e passivo de arrendamento, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), conforme notas explicativas nº 18.8 - *Covenants* dos empréstimos e financiamentos e nº 19.5 - *Covenants* das debêntures.

32.2 Norma de utilização de derivativos

A Companhia e suas controladas utilizam operações com derivativos (*Swap*) para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia, através de suas controladas, possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

32.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia e suas controladas reconhecem, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em que ocorreram as mudanças. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não ocorreram mudanças nas hierarquias e nas técnicas de avaliação do valor justo, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme descrito no item a seguir.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e de suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

As divulgações quantitativas da hierarquia do valor justo para ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão identificados conforme a seguir:

Controladora			2024		2023	
Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa - depósitos bancários	-	Custo amortizado	543	543	489	489
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de investimentos)	1	Valor justo por meio do resultado	7.254	7.254	1.388.573	1.388.573
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	253.576	253.576	1.971.316	1.971.316
Instrumentos financeiros derivativos - opção de compra de ações (a)	3	Valor justo por meio do resultado	81.909	81.909	220.986	220.986
Total do ativo			343.382	343.282	3.581.364	3.581.364
			2024		2023	
Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedores	-	Custo amortizado	4.751	4.751	3.796	3.796
Empréstimos e financiamentos	2	Custo amortizado	3.295.425	3.493.297	-	-
Debêntures	2	Custo amortizado	285.891	303.469	4.080.993	4.125.732
Total do passivo			3.586.067	3.801.517	4.084.789	4.129.528
Consolidado			2024		2023	
Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	-	Custo amortizado	303.949	303.949	271.827	271.827
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de investimentos)	2	Valor justo por meio do resultado	3.002.415	3.002.415	4.340.421	4.340.421
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	10.434.120	10.434.120	8.182.659	8.182.659
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	9.451.684	9.451.684	9.272.671	9.272.671
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	264.381	264.381	114.210	114.210
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	-	Custo amortizado	349.930	349.930	20.444	20.444
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	776.141	776.141	7.607	7.607
Instrumentos financeiros derivativos - opção de compra de ações (a)	3	Valor justo por meio do resultado	81.909	81.909	220.986	220.986
Ativo financeiro de concessão - Distribuidoras	2	Valor justo por meio do resultado	15.865.088	15.865.088	13.025.072	13.025.072
Compromissos futuros	2	Valor justo por meio do resultado	155.990	155.990	48.887	48.887
Total do ativo			40.685.607	40.603.698	35.504.784	35.504.784
			2024		2023	
Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedores	-	Custo amortizado	4.701.533	4.701.533	5.003.821	5.003.821
Fornecedores - risco sacado (convênio)	-	Custo amortizado	321.822	321.822	369.172	369.172
Empréstimos e financiamentos	2	Custo amortizado	26.904.571	27.773.567	21.808.685	22.548.232
Debêntures	2	Custo amortizado	28.922.507	28.387.383	24.643.459	26.698.173
Valores a pagar da recuperação judicial	-	Custo amortizado	998.486	1.321.193	951.513	1.285.977
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	1.719.177	1.719.177	1.452.266	1.452.266
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	156.765	156.765	546.610	546.610
Passivo de arrendamento	-	Custo amortizado	103.855	116.300	104.310	112.535
AICs Ressarcíveis (b)	3	Valor justo por meio do resultado	22.424	22.424	24.990	24.990
Compromissos futuros	2	Valor justo por meio do resultado	158.716	158.716	36.431	36.431
Total do passivo			64.009.856	64.678.880	54.941.257	58.078.207

- (a) Em 05 de novembro de 2019, foi aprovado pelo Conselho de Administração a celebração de acordo de investimento entre a Equatorial S.A. e o Itaú Unibanco S.A. ("Itaú"), com a interveniência e anuência da controlada Equatorial Energia Distribuição S.A. ("Equatorial Distribuição"), regulando os termos e condições gerais para a realização de um investimento, pelo Itaú, na Equatorial Distribuição, através da subscrição e integralização de ações preferenciais do capital social.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

- (b) O montante do ressarcimento devido à Eletrobras, a título de pagamento pelos AICs Ressarcíveis correspondente a 50% (cinquenta por cento) da contribuição de cada um dos ativos na base de remuneração líquida, conforme definição vigente nos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET da ANEEL, desconsideradas eventuais contabilizações, posteriores à data-base do laudo de avaliação, de investimentos necessários à imobilização desses ativos em curso. Neste sentido, a Equatorial Piauí provisionou o montante de R\$ 9.406 (R\$ 10.502 em 31 de dezembro de 2023) e a Equatorial Alagoas R\$ 13.018 (R\$ 14.488 em 31 de dezembro de 2023). Após a homologação pela ANEEL do resultado da revisão tarifária, a compradora se compromete a contratar consultor técnico para apuração do montante de ressarcimento devido à Eletrobras.
- **Caixa e equivalente de caixa** - são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais.
 - **Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)** - são classificados como de valor justo por meio do resultado. Nível 1 na hierarquia de valor justo;
 - **Aplicações financeiras** - são classificados como de valor justo por meio do resultado. Em sua maioria, são aplicados em fundos. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, tais como CDI. Nível 2 na hierarquia de valor justo;
 - **Contas a receber de clientes** - decorrem diretamente das operações da Companhia e de suas controladas, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável;
 - **Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros** - são decorrentes de custos não gerenciáveis a serem repassados integralmente ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente. Classificados como custo amortizado;
 - **Sub-rogação da CCC** - valores aplicados: são classificados como custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados, possuem o propósito de financiar o subsídio da interligação de municípios isolados ao Sistema Interligado Nacional - SIN;
 - **Ativo financeiro de concessão** - são classificados como valor justo por meio do resultado, são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo de concessão. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, como IPCA existentes em mercado ativo e a taxa de depreciação que é definida pela resolução da ANEEL, sendo sua classificação nível 3 na hierarquia do valor justo;
 - **Fornecedores** - decorrem diretamente da operação da Companhia e de suas controladas e são classificados como passivo ao custo amortizado;
 - **Fornecedores risco sacado** - decorrem de transações entre as controladas da Companhia e seus fornecedores de materiais e serviços e são classificados como passivo ao custo amortizado;
 - **Empréstimos e financiamentos** - têm o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e de suas controladas e, eventualmente, gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

- **Debêntures** - são classificadas como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado, divulgadas pela B3 e ANBIMA. Nível 2 na hierarquia de valor justo;
- **Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial** - decorrente do plano de recuperação judicial da controlada indireta Equatorial Pará que são classificados como passivo ao custo amortizado;
- **Passivo de arrendamento** - composto pelas obrigações decorrentes de contratos de locações e *leasing* que se enquadram no escopo do CPC 06 (R2). Os saldos são trazidos a valor presente por meio de fluxo de caixa descontado para o período de vigência de cada contrato e são classificados como passivo ao custo amortizado;
- **Instrumentos financeiros derivativos** - são classificados pelo valor justo através do resultado e de outros resultados abrangentes, tendo como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de *swaps*, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo;
- **Instrumentos financeiros derivativos - opção de compra de ações** - são classificados pelo valor justo através de outros resultados abrangentes, tendo em vista que a sensibilidade do valor, além de utilização de informações da própria Companhia (para maiores informações sobre a mensuração, veja nota explicativa nº 33.4.1 - Instrumentos financeiros derivativos - Controladora). Nível 3 na hierarquia do valor justo; e
- **AICs Ressarcíveis** - são classificados como nível 2 na hierarquia de valor justo através de outros resultados abrangentes, tendo em vista que a sensibilidade do valor justo está nos ativos em curso na base de remuneração líquida, dependendo de avaliação de especialista e homologação total ou parcial pela Eletrobrás. O montante do ressarcimento devido à Eletrobrás, a título de pagamento pelos AICs Ressarcíveis (ativo imobilizado em curso ressarcíveis) correspondente a 50% (cinquenta por cento) da contribuição de cada um dos ativos na base de remuneração líquida, conforme definição vigente nos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET da ANEEL, desconsideradas eventuais contabilizações, posteriores à data-base do laudo de avaliação, de investimentos necessários à imobilização desses ativos em curso. Nível 3 na hierarquia do valor justo.

32.4 Instrumentos financeiros derivativos

A política de gestão de risco da Companhia e de suas controladas é fazer *hedge* de 100% da sua exposição em moeda estrangeira para empréstimos e financiamentos, contratando *swaps* de fluxo de caixa em que na ponta passiva está moeda nacional indexado à CDI e na ponta ativa moeda estrangeira e custo do contrato, tais contratos são designados como *hedge* de fluxo de caixa.

A Companhia e suas controladas determinam a existência de relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item protegido com base na moeda, no valor e no momento dos respectivos fluxos de caixa, avaliando as mudanças no fluxo de caixa do item protegido possam ser compensadas pelas variações do fluxo de caixa do derivativo de *hedge*. O método utilizado é o Critério dos termos críticos - método prospectivo. O teste de efetividade é feito uma única vez no momento inicial da contabilização, constatando se todos os termos do derivativo estão alinhados com os termos do objeto de *hedge*, em relação a prazos, amortizações, *notional* contratado, e pagamento de juros, garantido a efetividade do fluxo de caixa em 100%.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.

Destacamos que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o *swap* seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

A Companhia e suas controladas utilizam de operações com derivativos, apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. A controlada indireta Echoenergia possui compromissos firmes com fornecedores referentes à compra de ativos imobilizados atrelados ao dólar norte americano, os quais se qualificavam para a aplicação da contabilidade de hedge. Com o intuito de proteger o caixa das oscilações da moeda estrangeira, o Grupo estabeleceu operações com derivativos por meio de contratos de câmbio. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os Contratos a Termo - Contratos de Câmbio não geraram entradas líquidas de caixa.

Controladora (Opção de compra)

A Companhia detém um direito de recompra da totalidade das ações preferenciais (Classes A, B e C) da Equatorial Distribuição que pode ser exercida entre (a) 31 de março de 2025 a 31 de março de 2030 para as classes A e B (b) 31 de março de 2025 a 31 de março de 2028 para a classe C. O preço da compra, se a opção for exercida, serão: (i) Classe A: o valor de R\$ 1.000.000 corrigido por 100% do CDI desde 11 de novembro de 2019 até a data de exercício da opção, menos os dividendos recebidos pelo acionista minoritário corrigidos por 100% do CDI da data do pagamento até a data de exercício da opção de compra; (ii) Classe B: o valor de R\$ 2.103.000 corrigido por 101% do CDI desde 23 de março de 2023 até a data de exercício da opção, menos os dividendos recebidos pelo acionista minoritário corrigidos por 101% do CDI da data do pagamento até a data de exercício da opção de compra, considerando um aporte adicional no valor de R\$ 300.000, em 22 de dezembro de 2023; e (iii) Classe C: o valor de R\$ 1.000.000 corrigido por 105% do CDI desde 22 de dezembro de 2023. O acionista minoritário não detém a opção de venda das ações, estando no controle da Companhia o exercício ou não deste direito.

A mensuração do valor justo deste instrumento é baseada em dados não observáveis uma vez que o preço da compra, caso incorrido pela Companhia, é calculado sobre o valor do aporte do acionista minoritário acrescido pelo valor de variação 100% da taxa DI (caso das preferenciais classe A), 101% da taxa DI (no caso das preferenciais classe B) ou 105% da taxa DI (no caso das preferenciais classe C), reduzido dos dividendos distribuídos aos minoritários.

A desproporcionalidade dos dividendos em relação à participação no capital social levaria a Companhia a exercer a opção mesmo em cenários na qual o valor das ações reduzisse, ou seja, em situações nas quais a Companhia obtivesse prejuízo no exercício da *call*. Tal efeito não é capturado tradicionalmente no cálculo de uma opção de compra.

Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2024 e 2023, que podem ser assim resumidos:

Objetivo de proteção de risco de mercado Opção de compra de ações Itaú Unibanco Ativo não circulante	Indexadores 100% a 105% do CDI	Valor justo	
		2024	2023
		81.909	220.986
		81.909	220.986

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

a) Mensuração a valor justo

Em 05 de novembro de 2019, foi aprovado pelo Conselho de Administração a celebração de acordo de investimento entre a Equatorial S.A. e o Itaú Unibanco S.A. ("Itaú"), com a interveniência e anuência da controlada Equatorial Energia Distribuição S.A. ("Equatorial Distribuição"), regulando os termos e condições gerais para a realização de um investimento, pelo Itaú, na Equatorial Distribuição, através da subscrição e integralização de ações preferenciais do capital social. Em 21 de março de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração de um acordo de investimento entre a Companhia e o Itaú Unibanco S.A. ("Itaú"), regulando os termos e condições para a realização de um novo investimento, pelo Itaú, na Equatorial Distribuição S.A., através da subscrição e integralização de ações preferenciais classe B do capital social da Equatorial Distribuição S.A.

Em 21 de dezembro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração de um novo acordo de investimento entre a Companhia e o Itaú Unibanco S.A. ("Itaú"), regulando os termos e condições para a realização do investimento, pelo Itaú, na Equatorial Distribuição S.A., através da subscrição e integralização de ações preferenciais classe C e adicional de ações preferencias classe B do capital social da Equatorial Distribuição S.A.

Com a conclusão do novo investimento, o Itaú Unibanco S.A. passou a ser titular da totalidade das ações preferenciais (Classe A, B e C) representativas de 25,79% do capital social total da Equatorial Distribuição, e a Equatorial S.A., por sua vez, sendo titular da totalidade das ações ordinárias representativas de 74,21% do capital social da Equatorial Distribuição.

Destaca-se que os direitos e obrigações da Equatorial S.A. e do Itaú Unibanco S.A., na qualidade de acionistas da Equatorial Distribuição, foram disciplinados por meio de acordo de investimento celebrado entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2024, o montante da posição favorável do valor justo das opções de compra (derivativo embutido) era R\$ 81.909 (R\$ 220.986 em 31 de dezembro de 2023), reconhecido como instrumento financeiro de nível 3, conforme segue:

Técnicas de valorização	Valor justo - opção de compra de ações (resultado) em 2024	Inputs significativos não observáveis	Sensibilidade dos inputs ao valor justo
Método de fluxo de caixa descontado	81.909	Dividendos (*)	+10% (aumento no valor justo de R\$379.676) -10% (redução no valor justo de R\$ 379.676)

(*) Projeção de dividendos a serem recebidos pelas ações PN da controlada Equatorial Distribuição S.A. até 31 de março de 2030.

32.4.1 Consolidado

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as controladas da Companhia, diretas e indiretas, possuem os seguintes instrumentos financeiros derivativos:

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Controladas	Instituição financeira	Ingresso	Vencimento	Valor contratado (USD)	Valor contratado (R\$)	Amortização	Tipo	Juros	Indexadores	2024	2023
										Total	Total
Equatorial Maranhão	Scotiabank	19/02/2021	19/02/2025	US\$ 66.500	R\$350.000	Anual	Câmbio	Semestral	US\$ + 1,48% a.a. / CDI + 1,65% a.a.	18.797	(60.553)
Equatorial Maranhão	Citibank	17/11/2023	09/05/2025	US\$ 80.000	R\$389.600	Bullet	Câmbio	Semestral	US\$ + Sofr + 0,799% a.a./CDI + 1,29% a.a.	101.781	(7.455)
Equatorial Maranhão	XP	04/10/2024	15/09/2036	-	R\$550.000	Anual	Juros	Semestral	IPCA + 6,6493% a.a./ CDI +0,285% a.a.	(47.240)	-
Equatorial Maranhão	Scotiabank	13/11/2024	12/11/2027	US\$ 73.684	R\$420.000	Bullet	Câmbio	Semestral	USD + 5,8035% a.a./ CDI +1,15% a.a.	22.552	-
Equatorial Pará	Scotiabank	25/11/2022	25/11/2025	US\$ 186.237	R\$1.000.000	Bullet	Câmbio	Semestral	US\$ + 5,67% a.a./CDI + 1,35% a.a.	130.711	(120.850)
Equatorial Pará	Scotiabank	25/11/2022	25/11/2025	US\$ 13.763	R\$73.900	Bullet	Câmbio	Semestral	US\$ + 5,67% a.a./CDI + 1,35% a.a.	9.659	(8.931)
Equatorial Pará	Bank of America	10/12/2024	10/12/2027	US\$ 50.000	R\$300.000	Bullet	Câmbio	Anual	USD + 6,0118% a.a./ CDI +1,09% a.a.	1.611	-
Equatorial Pará	BTG	20/12/2024	15/12/2036	-	R\$1.475.000	Anual	Juros	Semestral	IPCA + 7,7477% a.a./ CDI + 0,38% a.a.	(31.906)	-
Equatorial Piauí	Scotiabank	10/10/2020	16/10/2023	US\$ 35.778	R\$200.000	Bullet	Câmbio	Semestral	US\$ + 1,68% a.a. /CDI + 1,58%	-	-
Equatorial Piauí	Scotiabank	26/04/2021	26/04/2026	US\$ 53.571	R\$300.000	Anual	Câmbio	Semestral	US\$ + 2,27% a.a. / CDI + 1,77%	12.316	(68.373)
Equatorial Piauí	Santander	07/12/2022	16/11/2026	US\$ 28.184	R\$146.000	Bullet	Câmbio	Trimestral	US\$ + 6,24% a.a./CDI + 1,62% a.a.	24.870	(10.917)
Equatorial Piauí	Bank of America	27/10/2023	25/10/2024	US\$ 50.000	R\$250.000	Bullet	Câmbio	Bullet	US\$ + 7,5059% a.a./CDI + 1,25% a.a.	-	(9.318)
Equatorial Piauí	Bank of America	27/12/2023	27/01/2025	US\$ 70.000	R\$342.300	Bullet	Câmbio	Bullet	US\$ + 7,0235% a.a./CDI + 1,38% a.a.	78.946	(4.276)
Equatorial Piauí	XP	04/10/2024	15/09/2036	-	R\$300.000	Anual	Juros	Semestral	IPCA + 6,8091% a.a./ CDI + 0,41% a.a.	(25.354)	-
Equatorial Piauí	Bank of America	23/10/2024	25/10/2027	R\$31.000	R\$177.630	Anual	Câmbio	Bullet	USD + 5,7294% a.a./ CDI + 1,15% a.a.	6.957	-
Equatorial Piauí	Scotiabank	13/11/2024	12/11/2027	R\$49.123	R\$280.000	Bullet	Câmbio	Semestral	USD + 5,8035% a.a./ CDI +1,15% a.a.	15.035	-
CEEE-D	Banco Sumitomo	13/08/2021	13/08/2024	US\$ 47.938	R\$250.000	Bullet	Câmbio	Semestral	US\$ + 2,19% a.a. / CDI + 1,45% a.a.	-	(36.090)
CEEE-D	Itaú	23/12/2022	15/12/2029	-	R\$250.000	Bullet	Juros	Semestral	IPCA + 7,1498% a.a./CDI + 1,08% a.a.	7.242	23.757
CEEE-D	Citibank	30/06/2023	27/01/2027	US\$ 120.000	R\$583.800	Semestral	Câmbio	Semestral	US\$ + Sofr + 1,09% a.a./CDI + 1,85% a.a.	141.670	(36.426)
CEEE-D	Bank of America	06/07/2023	29/01/2027	US\$ 48.000	R\$233.760	Bullet	Câmbio	Anual	US\$ + 6,7882% a.a./CDI + 1,8475% a.a.	55.256	(9.068)
CEEE-D	XP	19/06/2024	15/05/2036	-	R\$250.000	Anual	Juros	Semestral	IPCA + 6,5596% a.a. / CDI + 0,29% a.a.	(24.062)	-
CEEE-D	BTG	04/10/2024	15/09/2036	-	R\$420.000	Anual	Juros	Semestral	IPCA + 6,6493% a.a./ CDI +0,24% a.a.	(35.450)	-
Telecom	Bocom	28/12/2021	28/12/2026	US\$ 3.495	R\$20.000	Semestral	Câmbio	Semestral	US\$ + Libor + 2,07% a.a. / CDI + 1,71% a.a.	1.183	(3.088)
Telecom	Citibank	12/07/2022	07/01/2024	US\$ 3.781	R\$20.000	Bullet	Câmbio	Semestral	US\$ + 4,40% a.a. / CDI + 0,95% a.a.	-	(2.786)
CEA	Scotiabank	29/12/2021	29/12/2026	US\$ 43.867	R\$250.000	Anual	Câmbio	Semestral	US\$ + 2,52% a.a. / CDI + 1,85% a.a.	1.706	(75.190)
CEA	Sumitomo Mitsui	07/02/2022	07/02/2025	US\$ 47.081	R\$250.000	Bullet	Câmbio	Semestral	US\$ + 3,05% a.a./CDI + 1,48% a.a.	31.397	(42.982)
CEA	Citibank	06/02/2023	06/02/2026	US\$ 36.000	R\$179.280	Bullet	Câmbio	Semestral	US\$ + Sofr + 0,84% a.a./CDI + 1,38% a.a.	37.863	(11.937)
CEA	Citibank	06/02/2023	06/02/2026	US\$ 24.240	R\$120.720	Bullet	Câmbio	Semestral	US\$ + Sofr + 0,84% a.a./CDI + 1,38% a.a.	25.496	(8.037)
CEA	ABC	20/12/2024	15/12/2036	-	R\$250.000	Anual	Juros	Semestral	IPCA + 7,9091% a.a./ CDI + 0,51% a.a.	(4.371)	-
Equatorial Alagoas	Santander	26/10/2022	05/10/2026	US\$ 52.318	R\$276.500	Bullet	Câmbio	Trimestral	US\$ + 6,45% a.a./CDI + 1,62% a.a.	40.490	(26.962)
Equatorial Alagoas	1ª Debêntures	28/10/2022	15/10/2034	-	R\$100.000	Anual	Juros	Semestral	IPCA + 6,3618% a.a./ CDI + 0,74% a.a.	(1.624)	7.912
Equatorial Alagoas	Bank of America	06/09/2023	05/09/2025	US\$ 40.486	R\$200.000	Bullet	Câmbio	Anual	US\$ + 6,9529% a.a./CDI + 1,50% a.a.	47.509	(7.844)
Equatorial Alagoas	Citibank	07/11/2023	06/05/2025	US\$ 50.000	R\$244.750	Bullet	Câmbio	Semestral	US\$ + Sofr + 0,77% a.a./CDI + 1,29% a.a.	62.493	(6.111)
Equatorial Alagoas	Bank of America	23/10/2024	25/10/2027	US\$ 17.452	R\$100.000	Anual	Câmbio	Bullet	USD + 5,7294% a.a./ CDI + 1,15% a.a.	3.917	-
Equatorial Alagoas	Scotiabank	29/11/2024	29/11/2027	US\$ 90.000	R\$522.900	Bullet	Câmbio	Bullet	USD + 6,7670% a.a./ CDI +1,15% a.a.	17.511	-
Equatorial Transmissão	Bocom	29/06/2023	28/03/2024	US\$ 41.327	R\$200.000	Bullet	Câmbio	Semestral	US\$ + 7,97% a.a./CDI + 1,45% a.a.	-	864
Echoenergia	XP	24/11/2022	10/01/2024	US\$ 14.999	R\$84.952	-	Câmbio	-	-	-	(12.247)
Echoenergia	BTG	27/12/2022	10/01/2024	US\$ 1.166	R\$6.356	-	Câmbio	-	-	-	(705)
Echoenergia	Safra	28/07/2023	24/01/2024	US\$ 31.771	R\$150.000	Bullet	Câmbio	Bullet	US\$ + 7,70% / CDI + 1,70% a.a.	-	6.742
Echoenergia	Safra	01/09/2023	28/02/2024	US\$ 30.864	R\$150.000	Bullet	Câmbio	Bullet	US\$ + 7,62% / CDI + 1,75% a.a.	-	(1.348)
Echoenergia	Santander	27/12/2023	27/03/2024	US\$ 26.196	R\$130.000	Bullet	Câmbio	Bullet	US\$ + 7,63% / CDI + 1,58% a.a.	-	(5.846)
Echoenergia	Safra	26/08/2024	22/10/2024	US\$ 27.143	R\$150.000	Bullet	Câmbio	Bullet	US\$ + 7,62% / CDI + 1,75% a.a.	6.326	-
Echoenergia	Santander	27/09/2024	22/10/2024	US\$ 27.534	R\$150.000	Bullet	Câmbio	Bullet	US\$ + 7,00% / CDI + 1,41% a.a.	7.799	-
Enova	Citibank	18/06/2024	18/12/2024	US\$ 24.566	R\$132.000	Bullet	Câmbio	Bullet	USD + 7,1212% a.a./ CDI +1,12% a.a.	-	(938)
Equatorial Serviços	Bocom	17/06/2024	17/06/2027	US\$ 14.799	R\$80.000	Bullet	Câmbio	Bullet	USD + Sofr + 2,76% a.a./ CDI +1,48% a.a.	10.850	-
Equatorial Goiás	XP	13/06/2024	15/05/2036	-	R\$950.000	Anual	Juros	Semestral	IPCA + 6,4895% a.a./ CDI + 0,30% a.a.	(97.179)	-
Equatorial Goiás	Bank of America	22/07/2024	22/07/2027	US\$ 70.000	R\$383.600	Bullet	Câmbio	Semestral	USD + 6,0824% a.a./ CDI +1,20% a.a.	34.102	-
Equatorial Goiás	BTG	08/10/2024	15/09/2036	-	R\$800.000	Anual	Câmbio	Semestral	IPCA + 6,6493% a.a./ CDI +0,27% a.a.	(69.483)	-
Subtotal (Controladas)										619.376	(539.003)
Subtotal (Companhia - nota explicativa nº 32.4.1)										81.909	220.986
Total (Companhia e controladas)										701.285	(318.017)
Ativo circulante										368.191	7.607
Ativo não circulante										489.859	220.986
Passivo circulante										(865)	(104.914)
Passivo não circulante										(155.900)	(441.696)
Efeito líquido total										701.285	(318.017)

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2024, as controladas da Companhia, diretas e indiretas, possuem os seguintes instrumentos derivativos:

Controladas	Risco Cambial	Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de hedge está incluído	Valor nominal	2024		2023		2024	2023
				Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Alterações no valor de instrumento de hedge reconhecidas em ORA (a)	
Equatorial Maranhão	Contrato de <i>SWAP Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	1.709.600	120.044	(24.154)	-	(68.008)	(49.476)	11.639
Equatorial Pará	Contrato de <i>SWAP Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	2.848.900	110.126	(51)	-	(129.781)	(37.706)	(8.367)
Equatorial Piauí	Contrato de <i>SWAP Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	1.545.930	112.770	-	-	(92.884)	(36.815)	14.061
CEEE-D	Contrato de <i>SWAP Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira e nacional	Instrumentos financeiros derivativos	1.737.560	144.656	-	-	(57.827)	(89.138)	14.108
Telecom	Contrato de <i>SWAP Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	20.000	1.183	-	-	(5.874)	(347)	264
CEA	Contrato de <i>SWAP Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	1.050.000	92.091	-	-	(138.146)	5.609	7.700
ENOVA	Contrato de <i>SWAP Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	(938)	-	(1.150)
Equatorial Alagoas	Contrato de <i>SWAP Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira e nacional	Instrumentos financeiros derivativos	1.444.150	170.296	-	-	(33.005)	(38.214)	478
Echoenergia Crescimento	Contrato de <i>SWAP Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	450.000	14.125	-	6.743	(7.194)	4.835	(266)
Echoenergia Crescimento	Contrato a termo XP	Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	(12.953)	14.600	2.762
Echoenergia Crescimento	Contrato a termo BTG	Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	705	
Equatorial Transmissão	Contrato de <i>SWAP Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	864	-	(786)	786
Equatorial Serviços	Contrato de <i>SWAP Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	80.000	10.850	-	-	-	(678)	-
Equatorial Goiás	Contrato de <i>SWAP Hedge</i> para empréstimos em moeda nacional	Instrumentos financeiros derivativos	2.133.600	-	(132.560)	-	-	(174.076)	-
Total:			13.019.740	776.141	(156.765)	7.607	(546.610)	(401.487)	42.015

(a) Além do saldo de R\$ 401.487 deve ser totalizado o valor de R\$ 1.898, correspondente ao reflexo de *Swap* da coligada SABESP.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

32.5 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. Os riscos são apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria.

(a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber das controladas distribuidoras) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa e outros instrumentos financeiros.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia e suas controladas detêm caixa e equivalentes de caixa individual e consolidado no montante de R\$ 7.797 e R\$ 3.306.364, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.389.062 e R\$ 4.612.248 em 31 de dezembro de 2023). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* acima AA- e AA+, baseado nas agências de *rating* *Fitch Ratings* e *Standard & Poors*.

A Companhia e suas controladas consideram que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9, a Companhia e suas controladas julgaram não ser necessário a constituição de provisão.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(ii) Contas a receber - segmento de distribuição

As contas a receber das controladas distribuidoras da Companhia compostas pelas faturas de energia elétrica, de consumidores não faturados e pelos parcelamentos de débitos de faturas do fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes, e a representatividade é influenciada pelas características da área de concessão.

As controladas distribuidoras da Companhia estabelecem as políticas de cobrança para as classes de clientes, para reduzir os níveis de inadimplência e, conseqüentemente, a recuperação dos valores recebíveis. As políticas de cobrança estabelecidas nas controladas estão em consonância com a legislação e regulamentação específicas, no caso do setor de energia elétrica a Resolução Normativa nº 1000/2021 emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber de clientes, por classe consumidora, estava assim apresentada:

Classe consumidora	2024				%
	Consumidores faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Total	
Residencial	4.689.457	764.638	1.829.854	7.283.949	60%
Industrial	257.359	107.709	113.340	478.408	4%
Comercial	1.044.325	237.828	545.854	1.828.007	15%
Rural	608.596	94.183	145.813	848.592	7%
Poder público	424.443	74.142	452.815	951.400	8%
Iluminação pública	190.718	6.636	195.463	392.817	3%
Serviço público	227.196	29.920	184.445	441.561	3%
Concessionárias e permissionárias	-	3.896	-	3.896	0%
Total	7.442.094	1.318.952	3.467.584	12.228.630	100%

Classe consumidora	2023				%
	Consumidores faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Total	
Residencial	5.156.426	792.650	2.096.744	8.045.820	59%
Industrial	439.783	111.178	147.704	698.665	5%
Comercial	1.346.587	270.696	647.766	2.265.049	16%
Rural	602.746	109.081	157.421	869.248	6%
Poder público	461.073	74.473	512.317	1.047.863	8%
Iluminação pública	238.839	6.532	205.325	450.696	3%
Serviço público	242.876	35.024	104.108	382.008	3%
Concessionárias e permissionárias	-	1.661	-	1.661	0%
Total	8.488.330	1.401.295	3.871.385	13.761.010	100%

As controladas distribuidoras da Companhia registraram uma provisão para perda que representa sua melhor estimativa de esperadas referentes ao contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 7.2 - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) e procedimentos descritos na nota explicativa nº 3.17.2.1 - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa e perdas efetivas.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (segmento de distribuição e saneamento)

Faixa (em dias)	Saldo contábil bruto	%Taxa média	Saldo	Saldo contábil bruto	%Taxa média	Saldo
	Parcelamentos	ponderada da perda média do Parcelado		Faturados	ponderada da perda média do Faturado	
A Vencer individuada	416.828	6,56%	27.348	-	-	-
A Vencer	1.493.936	25,25%	377.202	2.317.716	2,83%	65.583
Vencido 1 a 30	65.624	31,86%	20.909	1.070.548	5,84%	62.527
Vencido 31 a 60	40.279	44,46%	17.907	343.342	17,63%	60.524
Vencido 61 a 90	32.534	52,69%	17.141	187.263	30,28%	56.698
Vencido 91 a 120	31.800	56,39%	17.931	134.147	36,74%	49.281
Vencido 121 a 150	26.788	58,67%	15.717	109.380	39,17%	42.846
Vencido 151 a 180	28.924	59,84%	17.309	111.128	41,03%	45.597
Vencido 181 a 210	29.098	62,69%	18.241	104.201	43,75%	45.591
Vencido 211 a 240	27.328	64,68%	17.677	93.467	43,94%	41.068
Vencido 241 a 270	30.925	65,78%	20.344	89.153	45,24%	40.334
Vencido 271 a 300	28.230	66,33%	18.724	98.468	46,11%	45.401
Vencido 301 a 330	30.785	67,45%	20.764	95.432	47,09%	44.941
Vencido 331 a 360	25.636	67,65%	17.344	94.528	47,36%	44.769
Vencido 361 a 390	24.946	68,60%	17.112	89.113	48,45%	43.175
Vencido 391 a 420	27.552	68,87%	18.975	87.422	48,94%	42.783
Vencido 421 a 450	25.001	69,83%	17.459	77.709	49,53%	38.493
Vencido 451 a 630	146.914	70,64%	103.778	399.970	51,16%	204.605
Vencido 631 a 720	73.637	72,13%	53.117	180.687	56,03%	101.235
Vencido 721 a 810	74.514	79,08%	58.922	172.108	56,42%	97.097
Vencido 811 a 990	159.905	81,59%	130.461	307.219	58,87%	180.858
Vencido 991 a 1080	74.854	83,51%	62.513	163.107	61,90%	100.963
Vencido 1081 a 1170	71.604	84,03%	60.167	174.693	65,21%	113.926
Vencido 1171 a 1350	121.601	87,92%	106.910	260.349	73,82%	192.198
Vencido 1351 a 1530	122.019	87,75%	107.074	264.668	70,01%	185.284
Vencido 1531 a 1710	108.411	90,78%	98.416	196.461	73,74%	144.878
Vencido 1711 a 1890	94.084	92,49%	87.018	219.803	78,68%	172.944
Maior 1891	33.827	100,00%	33.827	12	100,00%	12
Total	3.467.584		1.580.307	7.442.094		2.263.611

Aging de parcelamentos saldos a vencer (segmento de distribuição)

	2024				
	2025	2026	2027	Após 2027	Total
Residencial	349.839	243.398	110.073	33.166	736.476
Industrial	54.508	8.609	4.524	3.270	70.911
Comercial	63.108	56.654	33.056	176.031	328.849
Rural	30.573	15.389	8.387	21.035	75.384
Poder público	76.240	57.385	50.023	166.504	350.152
Iluminação pública	52.946	35.502	26.530	62.776	177.754
Serviço público	75.441	58.411	12.975	24.773	171.600
Total a vencer	702.655	475.348	245.568	487.555	1.911.126

Aging de parcelamentos vencidos há mais de 90 dias (segmento de distribuição)

	2024					Total
	Venc. 91 a 360 dias	Venc. de 361 a 720 dias	Venc. de 721 a 1080 dias	Venc. de 1081 a 1530 dias	Venc. a mais de 1530 dias	
Residencial	171.439	200.965	199.886	209.341	132.732	914.363
Industrial	6.814	9.119	5.671	5.471	6.137	33.212
Comercial	26.161	34.365	39.032	43.426	28.247	171.231
Rural	9.505	10.429	10.055	11.844	8.150	49.983
Poder público	13.744	10.991	9.565	6.834	5.216	46.350
Iluminação pública	2.578	1.018	650	757	349	5.352
Serviço público	3.123	2.172	1.637	1.545	1.378	9.855
Total a vencer	233.364	269.059	266.496	279.218	182.209	1.230.346

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

PECLD Outros (segmento de distribuição)

Faixa (em dias)	Total	%Taxa média ponderada da perda	Saldo PECD outros total
A Vencer	115.968	3,89%	4.513
Vencido 1 a 30	32.048	6,65%	2.131
Vencido 31 a 60	13.130	18,04%	2.368
Vencido 61 a 90	4.898	27,73%	1.358
Vencido 91 a 120	4.229	32,84%	1.389
Vencido 121 a 150	3.653	35,89%	1.311
Vencido 151 a 180	2.545	36,31%	924
Vencido 181 a 210	1.589	39,52%	628
Vencido 211 a 240	2.666	41,82%	1.115
Vencido 241 a 270	1.303	35,92%	468
Vencido 271 a 300	1.646	43,32%	713
Vencido 301 a 330	1.942	41,71%	810
Vencido 331 a 360	2.409	46,20%	1.113
Vencido 361 a 390	4.675	47,42%	2.217
Vencido 391 a 420	5.079	48,02%	2.439
Vencido 421 a 450	4.643	49,32%	2.290
Vencido 451 a 630	22.838	49,75%	11.362
Vencido 451 a 630 individualizada	1.149	3,48%	40
Vencido 631 a 720	13.041	55,59%	7.249
Vencido 721 a 810	13.138	55,19%	7.251
Vencido 811 a 990	21.562	57,44%	12.386
Vencido 991 a 1080	9.624	60,23%	5.797
Vencido 1081 a 1170	9.955	63,94%	6.365
Vencido 1171 a 1350	19.012	70,22%	13.350
Vencido 1351 a 1530	17.288	68,32%	11.811
Vencido 1531 a 1710	10.140	73,59%	7.462
Vencido 1711 a 1890	11.092	92,20%	10.227
Maior 1891	816	79,04%	645
Total	352.078		119.732

PECLD não faturados (segmento de distribuição)

Faixa	Saldo contábil bruto não faturados	%Taxa média ponderada da perda média do não faturado	Saldo
A Vencer	1.318.952	-2,56%	(33.804)
Total	1.318.952	-2,56%	(33.804)

(iii) Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia, bem como das suas controladas, considera reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

(iv) Derivativos

Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating* *Fitch Ratings* e *Standard & Poors*.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e de suas controladas na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e de suas controladas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia e de controladas em cumprirem adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Informações com mais detalhes sobre os empréstimos captados pela Companhia e suas controladas são apresentados nas notas explicativas nº 18 - Empréstimos e financiamentos, nº 19 - Debêntures e nº 23 - Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial.

A Companhia e suas controladas têm obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e de suas controladas e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano prestam à Companhia, bem como às suas controladas, estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

A Companhia e suas controladas buscam manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de endividamento para os próximos 12 meses. O índice de disponibilidade por dívida de curto prazo é de 2,3 em 31 de dezembro de 2024 (2,3 em 31 de dezembro de 2023).

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

Controladora

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Títulos de dívida emitidos com garantia	3.295.425	3.775.234	-	3.775.234	-	-
Subtotal - Empréstimos e Financiamentos	3.295.425	3.775.234	-	3.775.234	-	-
					-	-
Títulos de dívida emitidos sem garantia	285.891	425.337	-	39.867	35.405	350.065
Subtotal - Debêntures	285.891	425.337	-	39.867	35.405	350.065
Fornecedores	4.751	4.751	4.751	-	-	-
Total	3.586.067	4.205.322	4.751	3.815.101	35.405	350.065

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Consolidado

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários SEM garantia	5.627.258	5.930.739	587.582	2.407.177	1.628.639	1.307.341	-
Empréstimos bancários COM garantia	17.571.655	25.347.367	928.663	1.973.625	2.752.198	6.520.613	13.172.268
Títulos de dívida emitidos com garantia	3.705.658	4.318.725	-	3.827.117	47.406	444.202	-
Subtotal - Empréstimos e Financiamentos	26.904.571	35.596.831	1.516.245	8.207.919	4.428.243	8.272.156	13.172.268
Títulos de dívida emitidos sem garantia	7.383.488	12.657.385	61.725	728.289	1.507.987	4.221.728	6.137.656
Títulos de dívida emitidos COM garantia	21.539.019	36.723.911	222.768	2.279.856	2.938.825	13.544.515	17.737.947
Subtotal - Debêntures	28.922.507	49.381.296	284.493	3.008.145	4.446.812	17.766.243	23.875.603
Títulos de dívida emitidos sem garantia	934.860	1.993.778	108	52.684	52.508	353.197	1.535.281
Títulos de dívida emitidos COM garantia	63.626	58.039	3.105	32.723	22.211	-	-
Subtotal - Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	998.486	2.051.817	3.213	85.407	74.719	353.197	1.535.281
Passivo de arrendamento financeiro	103.855	103.855	2.141	10.328	11.719	21.569	58.098
Fornecedores	4.701.533	4.701.533	2.727.383	1.958.587	15.485	30	48
Fornecedores - risco sacado	321.822	321.822	299.717	22.105	-	-	-
Subtotal - Fornecedores	5.127.210	5.127.210	3.029.241	1.991.020	27.204	21.599	58.146
Total	61.952.774	92.157.154	4.833.192	13.292.491	8.976.978	26.413.195	38.641.298

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros derivativos mantidos para fins de gerenciamento de risco e que, normalmente, não são encerrados antes do vencimento contratual.

Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas nº 18 - Empréstimos e financiamentos e nº 19 - Debêntures, a Companhia e suas controladas possuem operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro destas cláusulas contratuais restritivas pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela diretoria financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas.

(c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia e de suas controladas ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos adiante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

A Companhia e suas controladas utilizam derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco.

Geralmente, a Companhia e suas controladas buscam aplicar *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade no resultado.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(d) Risco de preço na venda de energia elétrica

As controladas do segmento de renováveis da Companhia vendem energia no Ambiente de Contratação Regulado (ACR). No ACR, a venda se dá por meio de contratos provenientes de leilões, cujos preços são pré-determinados, corrigidos por um determinado índice inflacionário. Nesse ambiente, o risco às variações do preço de mercado e ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) decorrem dos ajustes de balanço energético, quando a geração é diferente da energia vendida, liquidados no curto prazo pela CCEE, conforme regras de cada contrato e suas bandas. Parcela substancial da energia vendida está vinculada aos contratos regulados, o que reduz a exposição das controladas do segmento de renováveis da Companhia à variação de preços.

(e) Risco de taxa de câmbio

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Determinados passivos financeiros de suas controladas estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar.

Em 31 de dezembro de 2024, a exposição ao câmbio da controlada Equatorial Maranhão era 22,5% (22,5% em 31 de dezembro de 2023), da Equatorial Pará era 17,7% (16,3% em 31 de dezembro de 2023), da Equatorial Piauí era 35% (28,5% em 31 de dezembro de 2023), da Equatorial Alagoas era 57,9% (37,9% em 31 de dezembro de 2023), da CEEE-D era 18,4% (24,3% em 31 de dezembro de 2023), da CEA era 31,5% (37,5% em 31 de dezembro de 2023), da Equatorial Telecomunicações era 100% (100% em 31 de dezembro de 2023) e da ENOVA era 0% (99,7% em 31 de dezembro de 2023) de sua dívida (respectivo a empréstimos e financiamentos, credores financeiros de recuperação judicial e AVP de credores financeiros em moeda estrangeira).

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

As controladas possuem dívidas em moeda estrangeira com *swap* para proteção contra as oscilações de câmbio, conforme nota explicativa nº 32.4 - Instrumentos financeiros derivativos.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros das controladas da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante.

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2024 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

A moeda utilizada na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados conforme a seguir:

Operação	Risco	Consolidado					
		Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros ou variação cambial					
		Impacto no resultado					
		Saldo em R\$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	US\$	(8.624.365)	(9.362.800)	(11.703.500)	(14.044.199)	(7.022.100)	(4.681.401)
Impacto no resultado do exercício			(738.435)	(2.340.700)	(4.681.399)	2.340.700	4.681.399
Swap - Ponta Ativa	US\$	8.608.034	9.345.070	11.681.338	14.017.605	7.008.803	4.672.535
Impacto em outros resultados abrangentes			(1.398)	(4.432)	(8.864)	4.432	8.864
Impacto no resultado do exercício			738.435	2.340.700	4.681.399	(2.340.700)	(4.681.399)
Impacto líquido no resultado do exercício				-	-	-	-
Referência para passivos financeiros		Taxa projetada	Taxa em 31/12/2024	+25%	+50%	-25%	-50%
Dólar USD/R\$ (12 meses)		6,72	6,19	8,40	10,08	5,04	3,36
Fonte: B3							

Fonte: B3

(f) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos, debêntures e as aplicações financeiras. A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia e de suas controladas.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foi demonstrada em cinco cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante.

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2024 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Foram incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

		Controladora					
		Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros ou variação cambial (R\$ Mil)					
Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Impacto no resultado				
			Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos Financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	260.830	301.024	311.072	321.121	290.976	280.927
Impacto no resultado do exercício				10.048	20.097	(10.048)	(20.097)
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(3.623.814)	(4.182.244)	(4.321.851)	(4.461.459)	(4.042.637)	(3.903.029)
Total de passivos financeiros		(3.623.814)	(4.182.244)	(4.321.851)	(4.461.459)	(4.042.637)	(3.903.029)
Impacto no resultado do exercício				(139.607)	(279.215)	139.607	279.215
Impacto líquido no resultado do exercício total				(129.559)	(259.118)	129.559	259.118
		Consolidado					
		Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros ou variação cambial (R\$ Mil)					
Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Impacto no resultado				
			Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos Financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	13.436.535	15.507.105	16.024.748	16.542.390	14.989.462	14.471.820
Impacto no resultado do exercício				517.643	1.035.285	(517.643)	(1.035.285)
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(24.650.871)	(28.449.570)	(29.399.245)	(30.348.920)	(27.499.895)	(26.550.220)
	TJLP	(929.553)	(1.013.120)	(1.034.012)	(1.054.903)	(992.228)	(971.337)
	IGP-M	(419.103)	(445.926)	(452.632)	(459.337)	(439.220)	(432.515)
	IPCA	(18.699.288)	(19.903.522)	(20.204.581)	(20.505.639)	(19.602.463)	(19.301.405)
Total de passivos financeiros		(44.698.815)	(49.812.138)	(51.090.470)	(52.368.799)	(48.533.806)	(47.255.477)
Impacto no resultado do exercício				(1.278.332)	(2.556.661)	1.278.332	2.556.661
Swap - Ponta Passiva	CDI	(7.264.176)	(8.383.585)	(8.663.437)	(8.943.289)	(8.103.732)	(7.823.880)
Impacto em outros resultados abrangentes				(5.115)	(10.231)	5.115	10.231
Impacto no resultado do exercício (swap)			323.052	(274.737)	(549.474)	274.737	549.474
Impacto líquido no resultado do exercício total			323.052	(1.035.426)	(2.070.850)	1.035.426	2.070.850
Referência para ativos e passivos financeiros		Taxa projetada	Taxa em 31/12/2024	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)		15,41%	10,88%	19,26%	23,12%	11,56%	7,71%
SELIC (% 12 meses)		15,41%	10,88%	19,26%	23,12%	11,56%	7,71%
TJLP (% 12 meses)		8,99%	6,95%	11,24%	13,49%	6,74%	4,50%
IGP-M (% 12 meses)		6,40%	6,54%	8,00%	9,60%	4,80%	3,20%
IPCA (%12 meses)		6,44%	4,87%	8,05%	9,66%	4,83%	3,22%

Fonte: B3 e Santander

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(g) Risco de vencimento antecipado

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas explicativas nº 19 - Empréstimos e financiamentos e nº 20 - Debêntures.

Em consideração aos contratos sujeitos à recuperação judicial da controlada Equatorial Pará, a novação dos créditos incitou a suspensão de cláusulas contratuais de vencimento antecipado e de *covenants* financeiros e não financeiros, salvo quando acordado entre as partes.

(h) Risco de escassez de energia (Risco hidrológico) - Comercialização

O sistema de produção e transmissão de energia elétrica do Brasil é um sistema hidro-termo-eólico de grande porte, com predominância de usinas hidrelétricas, o que o torna suscetível às variações nos reservatórios em função das chuvas. Um período prolongado de escassez de chuva, por exemplo, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Dessa maneira, com a finalidade de incentivar o uso racional da energia, o governo através do Decreto nº 8.401/2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT - conta bandeiras) visando repassar mais adequadamente aos consumidores finais o custo associado às condições de geração de eletricidade.

Conforme informações do Operador Nacional do Sistema (ONS), nos meses de outubro a dezembro de 2022 houve continuidade das chuvas observadas no País, comportamento esperado para o período tipicamente úmido. Em termos de armazenamentos equivalentes, todos os subsistemas do Sistema Interligado Nacional (SIN) finalizaram o ano com valores superiores aos de 2021. O ONS destacou que as melhores condições hoje observadas nos reservatórios das usinas hidrelétricas, aliadas aos demais recursos energéticos disponíveis no País, contribuirão para a garantia e segurança do atendimento nos próximos meses.

(i) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento- Tarifas

Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia e de suas controladas, concessionárias e demais agentes do Setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Companhia, bem como suas controladas, justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para seu repasse às tarifas.

(j) Riscos regulatórios e operacionais

Os riscos regulatórios e operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e de suas controladas transmissoras e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da empresa ou de fatores externos.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Risco de interrupção do serviço: em caso de interrupção do serviço ou indisponibilidade do equipamento, as controladas transmissoras estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação Parcela Variável, prevista na REN nº 729/2016, dependendo do tipo de desligamento, do tipo de equipamento e duração da indisponibilidade dos serviços.

Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura: caso as controladas transmissoras expandam os seus negócios por meio da construção de novas instalações de transmissão poderão incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidade.

Risco regulatório: caso as controladas transmissoras da Companhia não cumpram com as obrigações contidas nas cláusulas do contrato de concessão e nas Resoluções editadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estará sujeita a aplicação de penalidades, dependendo do tipo de infração, e do regramento descumprido, conforme determinado pela REN nº 846/2019 que, a depender do cometimento da infração, a multa poderá alcançar até 2% do faturamento da empresa.

(k) Risco ambiental

A Companhia e suas controladas balizam suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais.

Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*.

O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos:

- Licenciamento Ambiental;
- Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação;
- Gestão de Resíduos, Educação e Conscientização Ambiental;
- Gestão de Requisitos Legais;
- Gestão de Recursos Hídricos; e
- Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

Dentro destes macroprocessos, a Companhia e suas controladas realizam a gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere à implantação de Subestações, Linhas de Transmissão e Redes de Distribuição de Energia. Bem como trabalham com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico.

No SGA, a Companhia e suas controladas tem a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras, todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Adicionalmente, visando reduzir impactos ambientais, a Companhia e suas controladas utilizam em suas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade árvores de grande porte.

32.6 Gestão do capital

A política da Administração da Companhia e de suas controladas é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores, do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

A Companhia e suas controladas entendem que estruturaram as fontes de financiamento necessárias para a implantação do projeto, dentre elas o capital próprio e as linhas de financiamento de longo prazo, debêntures e o financiamento com recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia repassados pelo Banco do Brasil.

33 Demonstrações dos fluxos de caixa

33.1 Transações não envolvendo caixa

O CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

Controladora	Efeito não caixa
Atividades de investimento	
Dividendos a receber	2.738.815
Realização de reserva de lucro a realizar	293.816
Total atividades de investimentos	3.032.631
Atividades de financiamento	
Dividendos adicionais 2023	8.885
Constituição de dividendos mínimos (e)	642.435
Total atividades de financiamentos	651.320
Total	3.683.951

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Consolidado

Atividades de investimento

	Efeito não caixa
Transferências entre ativo financeiro e ativo contratual (a)	2.288.413
Transferências entre ativo contratual e intangível (a)	3.456.960
Adição de ativo contratual em contrapartida de fornecedores (b)	273.220
Adição de ativo contratual em contrapartida de obrigações e encargos sobre folha de pagamento (b)	454.672
Realização de reserva de lucro a realizar	293.961
Adição de obrigações especiais em contrapartida de Sub-rogação da CCC	236.820
Total atividades de investimentos	7.004.046

Atividades de financiamento

Capitalização de juros de empréstimos, juros e mútuos (c)	240.577
Dividendos adicionais 2024	489.615
Hedge accounting de fluxo de caixa (d)	403.385
Reconhecimento de direito de uso	18.265
Constituição de dividendos mínimos (e)	1.211.499
Total atividades de financiamento	2.363.341

Total	9.392.725
--------------	------------------

- (a) Correspondem às transferências (bifurcação) de ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão;
- (b) Referem-se às adições de ativos de contrato em contrapartida de fornecedores e obrigações e encargos sobre a folha de pagamento, mais detalhes na nota explicativa nº 16 - Ativos de contrato;
- (c) Capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis registrados no ativo contratual de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos;
- (d) Proteção contra exposições a variações de fluxos de caixa que sejam atribuíveis a riscos específicos associados com ativos ou passivos ou que possa afetar o resultado; e
- (e) Constituição de dividendos mínimos obrigatórios de 2024.

33.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	Controladora					2024
	2023	Fluxo de caixa	Pagamento de juros (*)	Outros (**)		
Empréstimos e financiamentos	-	3.124.205	(57.213)	228.433		3.295.425
Debêntures	4.080.993	(3.700.000)	(362.536)	267.434		285.891
Dividendos a pagar	507.356	(516.194)	-	970.474		961.636
Total	4.588.349	(1.091.989)	(419.749)	1.466.341		4.542.952

	Consolidado						2024
	2023	Fluxo de caixa	Pagamento de juros (*)	Novos arrendamentos	Mudança no valor justo	Outros (**)	
Empréstimos e financiamentos	21.808.685	3.022.270	(1.387.836)	-	-	3.461.452	26.904.571
Debêntures	24.643.459	3.902.632	(2.588.083)	-	-	2.964.499	28.922.507
Instrumentos financeiros derivativos	546.610	85.039	(337.863)	-	403.385	(540.406)	156.765
Compromissos futuros	36.431	-	-	-	-	122.285	158.716
Valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial	951.513	(28.514)	(16.151)	-	-	91.638	998.486
Passivos de arrendamento	104.310	(26.247)	(5.459)	18.265	-	12.986	103.855
Dividendos a pagar	619.904	(1.433.957)	-	-	-	2.323.158	1.509.105
Total:	48.710.912	5.521.223	(4.335.392)	18.265	403.385	8.435.612	58.754.005

(*) A Companhia e suas controladas classificam juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais; e

(**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas, capitalização de juros e o reconhecimento de dividendos a pagar ainda não pagos no fim do exercício. A Companhia e suas controladas classificam juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

34 Segmento de negócios

A Companhia analisa o desempenho dos segmentos e aloca recursos baseando-se em diversos fatores, sendo as receitas e o lucro operacional os fatores financeiros preponderantes.

A Companhia optou por organizar a entidade em torno das diferenças entre produtos e serviços. Desta forma, os segmentos econômicos em que atua são: Distribuição, Transmissão, Geração, Serviçosⁱ, Saneamento e Administraçãoⁱⁱ, cujas informações das operações por segmento estão conforme a seguir:

	2024							
	Distribuição	Transmissão	Geração	Serviços e Comercialização	Saneamento	Conciliação		Total
						Administração	Eliminações	
Receita operacional líquida	41.643.354	1.605.922	1.204.621	954.736	246.590	-	(288.548)	45.366.675
Custos e despesas operacionais	(32.747.982)	(101.629)	(550.418)	(945.924)	(279.921)	(473.152)	289.406	(34.809.620)
Depreciação/amortização	(1.901.174)	(256)	(266.918)	(14.091)	(2.473)	(441)	-	(2.185.353)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	6.994.198	1.504.037	387.285	(5.279)	(35.804)	(473.593)	858	8.371.702
Receita financeira	3.789.133	120.066	98.631	64.343	9.512	593.274	(273.604)	4.401.355
Despesa financeira	(7.279.893)	(420.765)	(510.889)	(90.139)	(175.629)	(938.442)	273.604	(9.142.153)
Resultado financeiro	(3.490.760)	(300.699)	(412.258)	(25.796)	(166.117)	(345.168)	-	(4.740.798)
Resultado de participações societárias	-	-	-	(55.095)	-	7.030.737	(6.710.881)	264.761
Imposto de renda e contribuição social	121.762	(272.469)	(19.076)	(7.740)	-	49.663	-	(127.860)
Lucro líquido do exercício	3.625.200	930.869	(44.049)	(93.910)	(201.921)	6.261.639	(6.710.023)	3.767.805

	2023							
	Distribuição	Transmissão	Geração	Serviços e Comercialização	Saneamento	Conciliação		Total
						Administração	Eliminações	
Receita operacional líquida	37.994.132	1.603.922	1.027.962	442.230	150.151	-	(233.320)	40.985.077
Custos e despesas operacionais	(31.499.632)	(178.905)	(567.159)	(453.003)	(217.032)	(655.257)	233.320	(33.337.668)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	6.494.500	1.425.017	460.803	(10.773)	(66.881)	(655.257)	-	7.647.409
Receita financeira	2.712.878	128.803	113.515	39.903	11.827	585.106	(196.507)	3.395.525
Despesa financeira	(5.678.098)	(506.996)	(409.340)	(44.209)	(179.025)	(1.386.984)	196.507	(8.008.145)
Resultado financeiro	(2.965.220)	(378.193)	(295.825)	(4.306)	(167.198)	(801.878)	-	(4.612.620)
Resultado de participações societárias	-	-	-	(57.509)	-	6.291.453	(6.233.944)	-
Imposto de renda e contribuição social	5.067	(201.927)	(73.552)	(10.346)	-	122.253	-	(158.505)
Lucro líquido do exercício	3.534.347	844.897	91.426	(82.934)	(234.079)	4.956.571	(6.233.944)	2.876.284

	2024							
	Distribuição	Transmissão	Geração	Serviços e Comercialização	Saneamento	Conciliação		Total
						Administração	Eliminações	
Ativos operacionais	80.886.233	10.599.606	14.095.140	988.564	1.243.226	55.617.228	(47.016.425)	116.413.572
Passivos operacionais	66.054.982	6.617.459	6.587.129	549.684	1.667.205	7.290.748	(2.241.221)	86.525.986

	2023							
	Distribuição	Transmissão	Geração	Serviços e Comercialização	Saneamento	Conciliação		Total
						Administração	Eliminações	
Ativos operacionais	70.820.207	12.411.481	14.142.224	452.328	1.207.828	49.526.377	(44.916.993)	103.643.452
Passivos operacionais	56.962.249	8.154.411	6.551.207	364.635	1.490.396	6.453.980	(1.617.085)	78.359.793

ⁱ Serviços diz respeito às atividades de serviços fornecidos pela Equatorial Serviços S.A., Equatorial Telecomunicações S.A., Equatorial Renováveis S.A., E-Nova Instalação e Manutenção Ltda., Equatorial Geração Distribuída SPE S.A. e Equatorial Engenharia e Construções S.A. Para mais informações, consultar nota explicativa nº 1.1 - Entidades controladas; e

ⁱⁱ Administração é referente aos serviços de Administração Central decorrentes das operações de *holding*, bem como compartilhamento de pessoal e infraestrutura, fornecidas pelas companhias Equatorial Energia Distribuição S.A., Equatorial Transmissão S.A., Equatorial Participações e Investimentos S.A., Equatorial Participações e Investimentos II S.A., Equatorial Participações e Investimentos III S.A. e Equatorial S.A. Para mais informações, consultar nota explicativa nº 1.1 - Entidades controladas.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

34.1 Receita operacional por segmento

	2024						Total
	Distribuição	Transmissão	Geração	Serviços	Saneamento	Eliminações	
Suprimento de energia elétrica	653.662	-	-	-	-	-	653.662
Fornecimento de energia elétrica	42.913.060	-	-	733.937	-	-	43.646.997
Receita de construção	8.377.887	8.806	-	-	155.580	-	8.542.273
Receita pela disponibilidade - uso da rede	2.928.911	-	-	-	-	(23.793)	2.905.118
Receita de operação e manutenção	-	116.506	-	-	-	-	116.506
Receita com venda de energia	-	-	1.239.423	-	-	-	1.239.423
Abastecimento de água e serviços de esgoto	-	-	-	-	95.871	-	95.871
Receita de remuneração de ativos de contrato	-	1.630.398	-	-	-	-	1.630.398
Outras receitas	2.544.830	879	18.845	344.890	6.646	(240.784)	2.675.306
Total da receita bruta	57.418.350	1.756.589	1.258.268	1.078.827	258.097	(264.577)	61.505.554

	2023						Total
	Distribuição	Transmissão	Geração	Serviços	Saneamento	Eliminações	
Suprimento de energia elétrica	511.047	-	-	-	-	-	511.047
Fornecimento de energia elétrica	38.006.080	-	-	271.698	-	-	38.277.778
Receita de construção	7.991.313	97.878	-	-	73.035	-	8.162.226
Receita pela disponibilidade - uso da rede	2.529.343	-	-	-	-	(23.413)	2.505.930
Receita de operação e manutenção	-	138.513	-	-	-	-	138.513
Receita com venda de energia	-	-	1.067.589	-	-	-	1.067.589
Abastecimento de água e serviços de esgoto	-	-	-	-	84.149	-	84.149
Receita de remuneração de ativos de contrato	-	1.524.604	-	-	-	-	1.524.604
Outras receitas	2.555.191	3.475	396	218.530	2.623	(186.444)	2.593.771
Total da receita bruta	51.592.974	1.764.470	1.067.985	490.228	159.807	(209.857)	54.865.607

34.2 Segmento geográfico

A Companhia optou evidenciar as informações por segmentos econômicos por Unidade Federativa em que atua no setor de distribuição* de energia:

(a) Receita operacional distribuição

	2024							Total
	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas	Rio Grande do Sul	Goiás	Amapá	
Receita operacional líquida	6.212.072	10.861.897	3.679.591	3.109.736	5.339.988	10.855.406	1.584.664	41.643.354

	2023							Total
	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas	Rio Grande do Sul	Goiás	Amapá	
Receita operacional líquida	5.669.353	10.378.384	3.458.827	3.062.974	4.792.835	9.213.201	1.418.558	37.994.132

Os administradores da Companhia, para a tomada de decisão, analisam somente as distribuidoras por segmento geográfico. As transmissoras não são analisadas nessa segmentação devido ao fato de as linhas de transmissão passarem por diversas regiões.

* As controladas distribuidoras possuem sedes operacional e administrativa nas respectivas Unidades Federativas em que atuam. As controladas transmissoras, por sua vez, possuem suas operações em locais distintos da sede administrativa, que está localizada em Brasília/Distrito Federal, portanto, não são analisadas de forma geográfica pela Companhia.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

35 Compromissos futuros

35.1 Compromissos futuros de energia

As controladas indiretas da Companhia, Echoenergia Crescimento e Equatorial Renováveis (atual razão social da Solenergias Comercializadora de Energia S.A.), operam no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") e firmaram contratos de compra e venda de energia bilateralmente com suas contrapartes. Estas transações resultaram em ganhos e perdas para o Grupo, que foram reconhecidas pelos seus valores justos no resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2024, os contratos de venda e compra de energia futura (*trading*) totalizam os montantes, respectivamente, de R\$ 155.990 e R\$ 158.716, em recebíveis e obrigações.

	2024		2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Controladas				
Echoenergia Crescimento	8.260	5.981	20.148	18.044
Equatorial Renováveis	147.730	152.735	28.739	18.387
Total	155.990	158.716	48.887	36.431
Circulante	141.530	129.082	24.928	11.692
Não circulante	14.460	29.634	23.959	24.739

35.2 Contratos futuros

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	Vigência	2024	2025	2026	Após 2026*
Energia contratada	2024 a 2046	14.326.417	15.861.606	16.717.522	207.710.093
Energia contratada (em MhW)	2024 a 2046	56.002.382	56.802.911	57.610.333	592.260.130

(*) estimado em 9 anos após 2027.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

	Vigência	2024	2025	2026	Após 2026*
Arrendamentos e aluguéis	2024 a 2029	11.992	10.517	13.572	67.774
Sistema isolado	2024 a 2027	711.512	681.416	216.550	856.925
Sistema isolado (MhW)	2024 a 2027	346.198	303.091	117.984	352.796
Encargos de uso do sistema de transmissão (CUST/CCT) e distribuição (CUSD)	2024 a 2046	112.262	117.674	122.798	251.714
Contratos de operação e manutenção	2024 a 2046	113.855	123.468	137.786	1.039.790

(*) estimado em 11 anos após 2027.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

36 Eventos subsequentes

Equatorial S.A.

Aumento de capital social

Em 07 de janeiro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia deliberou a homologação do aumento de capital dentro do limite do capital autorizado, nos termos do artigo 7º do Estatuto Social da Companhia, no valor mínimo de R\$ 25.000 e, no valor máximo de R\$ 111.165, mediante a emissão para subscrição privada de, no mínimo, 961.538 ("Subscrição Mínima") e, no máximo, 4.275.569 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Liberação de recurso da 7ª (Sétima) Emissão de Debêntures

Em 21 de março de 2025, ocorreu a liberação de recursos da 7ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no montante de R\$ 1.500.000, com a taxa de CDI + 0,72% a.a., prazo de 5 anos, amortização no 3º, 4º e 5º ano, juros semestrais e sem carência. Os recursos da emissão serão utilizados para pré-pagamento parcial das notas comerciais da Emissora com ticker "NC002400KOI", no montante de R\$ 1.500.000, conforme Escritura de Emissão.

Amortização Extraordinária Facultativa da 3ª emissão de Notas Comerciais

Em 24 de março de 2025 foi publicado o Anúncio aos Titulares das Notas Comerciais, o qual consta a previsão para 28 de março de 2025 da amortização extraordinária parcial da 3ª Emissão de Notas Comerciais no montante de R\$ 1.500.000.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Distribuição de dividendos adicionais

Em 26 de março de 2025, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 318.887 decorrentes do resultado do exercício.

Captação de empréstimo junto ao Scotiabank

Em 30 de janeiro de 2025 foi liquidada a operação contratada junto ao *Scotiabank* via Lei 4.131, com prazo de três anos, amortização *bullet* e juros semestrais no valor de USD 18.000 ao custo de USD + 5,2780% a.a., com swap de câmbio para CDI + 1,05% a.a., equivalente a R\$ 106.920.

Em 19 de fevereiro de 2025 foi liquidada a operação contratada junto ao Scotiabank via Lei 4.131, com prazo de três anos, amortização *bullet* e juros semestrais, no valor de USD 32.682,79 ao custo de USD + 5,2710% a.a., com swap de câmbio para CDI + 1,05% a.a., perfazendo o montante de R\$ 186.223.

Resgate Antecipado da 9ª emissão de debêntures

Em 17 de fevereiro de 2025, ocorreu o resgate antecipado da 9ª Emissão de Debêntures no montante de R\$ 311.579.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Requerimento de Prorrogação da Concessão da distribuidora Equatorial Maranhão

Em conformidade com o disposto na Lei nº 9.074/1995, no Decreto nº 12.068/2024, no Contrato de Concessão e no Despacho ANEEL nº 517/2025, o Conselho de Administração do Grupo Equatorial aprovou a manifestação à ANEEL requerendo a prorrogação da concessão da Equatorial Pará, pelo prazo de 30 (trinta) anos contados a partir do advento do termo final do Contrato de Concessão nº 60/2000 (EQTL MA), com a antecipação dos efeitos da prorrogação nos termos do referido Art. 10 do Decreto nº 12.068/2024. Apresentado o pedido, a ANEEL tem 60 dias para encaminhar recomendação ao MME com a avaliação quanto ao cumprimento dos indicadores técnicos e econômico-financeiros, que por sua vez tem 30 dias para decidir e convocar para assinatura do contrato. Finalmente, a distribuidora tem 60 dias, contados da convocação, para assinar o aditivo ao novo contrato de concessão.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Distribuição de dividendos adicionais

Em 26 de março de 2025 conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 1.093.583, sendo R\$ 1.084.578 decorrentes do resultado do exercício e R\$ 9.005 proveniente de realização de reservas de reavaliação.

Amortização Extraordinária Facultativa da 6ª emissão de Debêntures

Em 17 de fevereiro de 2025, ocorreu a amortização extraordinária da 6ª Emissão de Debêntures no montante de R\$ 750.000.

Requerimento de Prorrogação da Concessão da distribuidora Equatorial Pará

Em conformidade com o disposto na Lei nº 9.074/1995, no Decreto nº 12.068/2024, no Contrato de Concessão e no Despacho ANEEL nº 517/2025, o Conselho de Administração do Grupo Equatorial aprovou a manifestação à ANEEL requerendo a prorrogação da concessão da Equatorial Pará, pelo prazo de 30 (trinta) anos contados a partir do advento do termo final do Contrato de Concessão nº 182/1998 (EQTL PA), com a antecipação dos efeitos da prorrogação nos termos do referido Art. 10 do Decreto nº 12.068/2024. Apresentado o pedido, a ANEEL tem 60 dias para encaminhar recomendação ao MME com a avaliação quanto ao cumprimento dos indicadores técnicos e econômico-financeiros, que por sua vez tem 30 dias para decidir e convocar para assinatura do contrato. Finalmente, a distribuidora tem 60 dias, contados da convocação, para assinar o aditivo ao novo contrato de concessão.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Aumento de capital social

Em 26 de março de 2025, conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação do aumento de capital no valor de R\$ 90.145, mediante a integralização da Reserva Legal no valor de R\$ 14.418, da Reserva de Incentivos Fiscais no valor de R\$ 75.727, sem emissão de novas ações, com a consequente alteração do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia, a ser submetida à apreciação da Assembleia Geral da Companhia.

Distribuição de dividendos adicionais

Em 26 de março de 2025, conforme a ata de Reunião do Conselho da Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 30.070, decorrentes do resultado do exercício.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Pedido de Revisão Tarifária Extraordinária

Em 18 de março de 2025, durante a 8ª Reunião Pública Ordinária de 2025 da Diretoria da ANEEL, foi discutida a reconsideração da Revisão Tarifária Extraordinária da Equatorial Piauí, cujo pedido havia sido indeferido anteriormente em 2019. Está aberta, atualmente, uma consulta pública, que se estenderá até dia 05 de maio de 2025, com o objetivo de obter subsídios e informações adicionais para o aprimoramento dessa revisão tarifária extraordinária, sendo a proposta inicial o reconhecimento tarifário de R\$178.600. O valor é preliminar e deverá ser confirmado após sua homologação, uma vez que ainda serão incorporados os efeitos nos processos tarifários de 2023 e 2024, além de correção pela SELIC.

Equatorial Transmissão 1 SPE S.A.

Distribuição de dividendos adicionais

Em 26 de março de 2025, conforme ata de Reunião da Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 47.369, decorrentes do resultado do exercício.

Equatorial Transmissão 2 SPE S.A.

Distribuição de dividendos adicionais

Em 26 de março de 2025, conforme ata de Reunião da Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 63.675, decorrentes do resultado do exercício.

Equatorial Transmissão 3 SPE S.A.

Aumento de capital social

Em 26 de março de 2025, conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação do aumento de capital no valor de R\$ 22.943, mediante a integralização da Reserva Legal, sem emissão de novas ações, com a consequente alteração do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia, a ser submetida à apreciação da Assembleia Geral da Companhia.

Distribuição de dividendos adicionais

Em 26 de março de 2025, conforme ata de Reunião da Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 87.888, decorrentes do resultado do exercício.

Equatorial Transmissão 4 SPE S.A.

Distribuição de dividendos adicionais

Em 26 de março de 2025, conforme ata de Reunião da Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 168.429, decorrentes do resultado do exercício.

Equatorial Transmissão 5 SPE S.A.

Distribuição de dividendos adicionais

Em 26 de março de 2025, conforme ata de Reunião da Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 75.077, decorrentes do resultado do exercício.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Equatorial Transmissão 6 SPE S.A.

Distribuição de dividendos adicionais

Em 26 de março de 2025, conforme ata de Reunião da Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 107.799, decorrentes do resultado do exercício.

Equatorial Transmissão 8 SPE S.A.

Desembolso do subcrédito do financiamento junto ao Banco do Brasil

Em 28 de dezembro de 2018, foi celebrado na controlada SPE08 contrato de financiamento com o Banco do Brasil, mediante repasse de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia ("FDA") nos termos aprovados pela SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. Em 20 de fevereiro de 2025, ocorreu o desembolso final do recurso referente ao crédito no valor de R\$ 12.721 que se destina à realização de investimentos em projeto da linha de transmissão, com custo de IPCA + 1,6% a.a., e vencimento final em 30 de outubro de 2038.

Distribuição de dividendos adicionais

Em 26 de março de 2025, conforme ata de Reunião da Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 115.290, decorrentes do resultado do exercício.

Ribeiro Gonçalves Energia Solar

Captação de empréstimo junto ao Banco Safra

Em 18 de fevereiro de 2025 foi liquidada a operação contratada junto ao Safra via Lei 4.131, com prazo de ~2 meses, amortização e juros *bullet*, no valor de USD 26.267 ao custo de USD + 6,87% a.a., com *swap* de câmbio para CDI + 1,70% a.a., perfazendo o montante de R\$ 150.000.

Captação de empréstimo junto ao Banco Santander

Em 18 de fevereiro de 2025 foi liquidada a operação contratada junto ao Santander via Lei 4.131, com prazo de ~2 meses, amortização e juros *bullet*, no valor de USD 25.893 ao custo de USD + 6,20 % a.a., com *swap* de câmbio para CDI + 1,41% a.a., perfazendo o montante de R\$ 150.000.

Ribeiro Gonçalves Solar I

Desembolso do subcrédito do financiamento junto ao BNB

Em 28 de fevereiro de 2025 foi liquidada a operação contratada junto ao Banco do Nordeste, com prazo de 22 anos e 8 meses, amortização e juros mensais no valor de R\$ 49.300 ao custo de IPCA + 5,4030% a.a.

Conselho de Administração

Eduardo Parente Menezes
(Presidente)

Guilherme Mexias Aché
(Vice-Presidente)

Luís Henrique de Moura Gonçalves

Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa

Tania Sztamfater Chocolat

Tiago de Almeida Noel

Tinn Freire Amado

Dennis Herszkowicz

Conselho Fiscal

Titulares

Saulo de Tarso Alves de Lara

Maria Salete Garcia Pinheiro

Vanderlei Dominguez da Rosa

Suplentes

Paulo Roberto Franceschi

Claudia Luciana Ceccatto de Trotta

Ricardo Bertucci

Comitê de Auditoria Estatutário

Tiago de Almeida Noel
(Coordenador)

João Alberto da Silva Neto

Jorge Roberto Manoel

Diretoria Executiva

Augusto Miranda da Paz Júnior
(Diretor-Presidente)

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Humberto Luís Queiroz Nogueira
(Diretor)

José Silva Sobral Neto
(Diretor)

Fernanda Verzenhassi Sacchi
(Diretor)

Cristiano de Lima Logrado
(Diretor)

Maurício Alvares da Silva Velloso Ferreira
(Diretor)

Marcos Antônio Souza de Almeida
(Diretor)

José Ailton Rodrigues
(Diretor)

Geovane Ximenes de Lira
Superintendente Corporativo de Gestão Tributária, Normas e Relatórios Contábeis
Contador CRC-PE012996-O-3-S-MA

EQUATORIAL S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF n.º 03.220.438/0001-73

NIRE 213.0000938-8 | Código CVM n.º 02001-0

**ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO
REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2025**

- 1. DATA, HORA E LOCAL:** Realizada em 26 de março de 2025, às 13:30 horas, por meio de videoconferência, sendo considerada realizada na sede social da **Equatorial S.A.** (“Companhia”), localizada na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, na Alameda A, Quadra SQS, nº 100, Anexo A, sala 31, Loteamento Quitandinha, Altos do Calhau, CEP 65070-900.
- 2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Convocação realizada na forma do art. 12, *caput*, do Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia (“Regimento Interno” e “Comitê”, respectivamente), com a presença de todos os membros em exercício do Comitê, a saber: Tiago de Almeida Noel, João Alberto da Silva Neto e Jorge Roberto Manoel.
- 3. MESA:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Tiago de Almeida Noel**, e secretariados pela Sra. **Carolina Maria Matos Vieira**.
- 4. ORDEM DO DIA:** Reuniram-se os membros do Comitê para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** analisar e aprovar o reporte trimestral do Comitê ao Conselho de Administração da Companhia; **(ii)** analisar e manifestar-se sobre as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 (“DFs 2024”); **(iii)** examinar e manifestar-se a respeito do relatório da administração e das contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; **(iv)** examinar e manifestar-se sobre a proposta de destinação de resultados da Companhia apurados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024; **(v)** deliberar sobre a emissão de parecer a respeito das DFs 2024, das contas dos administradores e do relatório da administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e da proposta de destinação do resultado da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; **(vi)** analisar e aprovar o relatório anual resumido do Comitê; **(vii)** avaliar relato Auditoria Interna: processos auditados 2024 *versus* 2025; **(viii)** Avaliar relatos Canal Confidencial..
- 5. DELIBERAÇÕES:** Após discussão e análise das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Comitê, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram o quanto segue:

Esta página é parte integrante da ata de Reunião do Comitê de Auditoria Estatutário da Equatorial S.A. realizada em 26 de março de 2025.


CV 16020

JM 6475

JN 16263

TN 17658

5.1. Aprovar o reporte trimestral do Comitê ao Conselho de Administração da Companhia, conforme cópia que ficará arquivada na sede da Companhia.

5.2. Manifestar-se favoravelmente, nos termos do art. 7º (iii), (iv) e (ix) do Regimento Interno às DFs 2024, conforme cópia que ficará arquivada na sede da Companhia, a serem oportunamente submetidas à assembleia geral ordinária e extraordinária da Companhia (“AGOE”).

5.3. Manifestar-se favoravelmente ao relatório da administração e às contas dos administradores, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, conforme cópias que ficarão arquivadas na sede da Companhia, a serem oportunamente submetidas à AGOE.

5.4. Manifestar-se favoravelmente à proposta de destinação de resultados da Companhia apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, conforme cópia que ficará arquivada na sede da Companhia, a ser oportunamente submetida à AGOE.

5.5. Aprovar a emissão de parecer do Comitê sobre as DFs 2024, as contas dos administradores e o relatório da administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e sobre a proposta de destinação de resultados da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, nos termos do Anexo I à presente ata.

5.6. Aprovar o relatório anual resumido do Comitê, nos termos do art. 7º (xi) do Regimento Interno, conforme Anexo II.

5.7. Analisar o relato da Auditoria Interna quanto aos processos auditados em 2024 *versus* processos auditados em 2025.

5.8. Analisar as denúncias recebida no Canal Confidencial, referentes ao 1º bimestre/2025.

6. **ENCERRAMENTO:** Não havendo nada mais a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes.

São Luís/MA, 26 de março de 2025.

[Assinaturas seguem na próxima página]

[Restante da página intencionalmente deixado em branco]

Esta página é parte integrante da ata de Reunião do Comitê de Auditoria Estatutário da Equatorial S.A. realizada em 26 de março de 2025.



*[Página de Assinaturas da reunião do Comitê de Auditoria Estatutário da Equatorial S.A.,
realizada em 26 de março de 2025.]*

Mesa:


Tiago De Almeida Noel
17658
Tiago de Almeida Noel
Presidente


Carolina Maria Matos Vieira
16020
Carolina Maria Matos Vieira
Secretária

Membros presentes:


Tiago De Almeida Noel
17658
Tiago de Almeida Noel
Coordenador do Comitê de Auditoria
Estatutário


Jorge Roberto Manoel
6475
Jorge Roberto Manoel
Membro do Comitê de Auditoria
Estatutário


João Alberto Da Silva Neto
16263
João Alberto da Silva Neto
Membro do Comitê de Auditoria
Estatutário

EQUATORIAL S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF n.º 03.220.438/0001-73

NIRE 213.0000938-8 | Código CVM n.º 02001-0

**ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO
REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2025**

ANEXO I

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Equatorial S.A. (“Companhia”) aprovaram o seguinte parecer a ser submetido à apreciação do Conselho de Administração:

“O Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia, no uso das suas atribuições regulamentares, em reunião realizada em 26 de março de 2025, na sede social da Companhia, apreciou as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes, do relatório da administração e das contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e da proposta de destinação de resultados da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados por representantes da Companhia e da Auditoria Externa, fundamentado no parecer da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., do qual não constam ressalvas, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário concluíram que as citadas demonstrações financeiras acompanhadas dos documentos pertinentes, estão adequadamente apresentadas e recomendam o seu encaminhamento para deliberação e aprovação pelo Conselho de Administração, com posterior recomendação de aprovação aos acionistas em Assembleia Geral”.

São Luís/MA, 26 de março de 2025.

[Assinaturas seguem na próxima página]

[Restante da página intencionalmente deixado em branco]

JM 6475
JN 16263
TN 17658

*[Página de Assinaturas do Anexo I da reunião do Comitê de Auditoria Estatutário da Equatorial S.A.,
realizada em 26 de março de 2025.]*

Membros presentes:


17658

Tiago De Almeida Noel

Tiago de Almeida Noel

Coordenador do Comitê de Auditoria
Estatutário


6475

Jorge Roberto Manoel

Jorge Roberto Manoel

Membro do Comitê de Auditoria
Estatutário


16263

João Alberto Da Silva Neto

João Alberto da Silva Neto

Membro do Comitê de Auditoria
Estatutário



EQUATORIAL S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF n.º 03.220.438/0001-73

NIRE 213.0000938-8 | Código CVM n.º 02001-0

**ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO
REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2025**

ANEXO II

**RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA
ESTATUTÁRIO**

[Restante da página intencionalmente deixado em branco]

RELATÓRIO ANUAL 2024

Comitê de Autoria Estatutário



1. Objetivo

O Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia (“Comitê” e “CAE”), é regido pelo seu Regimento Interno, bem como pelas legislações e regulamentações aplicáveis - em especial, pela Resolução CVM n.º 23, de 25 de fevereiro de 2021, conforme alterada (“RCVM 23”). Em cumprimento a essas diretrizes, apresenta seu Relatório Anual Resumido, o qual sintetiza as ações e avaliações realizadas ao longo de 2024.

Este documento evidencia o compromisso do Comitê com a supervisão dos auditores independentes, além do monitoramento da integridade e a eficácia dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras e a adequação das práticas contábeis adotadas pela Companhia, por meio do acompanhamento da adequação dos serviços prestados pelas áreas de controles internos, de auditoria interna e pela área responsável pelas demonstrações financeiras.

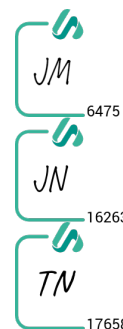
O relatório, atende às disposições da RCVM 23, do Regulamento do Novo Mercado e do Regimento Interno da Companhia, registrando as atividades, e análises e recomendações do Comitê, com o objetivo de fomentar a continuidade das práticas de qualidade e integridade nas empresas que compõem o Grupo Equatorial.

2. Funcionamento e Composição do Comitê

O Comitê é um órgão colegiado e estatutário de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração. De caráter permanente, atua com autonomia e independência operacional, dispondo de orçamento próprio.

As decisões do Comitê possuem natureza consultiva, sendo apresentadas ao Conselho de Administração por meio de recomendações e informações. Tais decisões são encaminhadas trimestralmente, por meio de reportes realizados pelo Coordenador.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 8 de maio de 2023, o Conselho de Administração aprovou a eleição dos membros para integrarem o Comitê, com mandato até a primeira Reunião do Conselho de Administração que sobrevier à realização da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. Assim, nesta ocasião, foram eleitos para integrar o Comitê: (i) o Sr. Carlos Augusto Leone Piani, na qualidade de Coordenador do Comitê; (ii) o Sr. João Alberto da Silva Neto, na qualidade de membro do Comitê; (iii) o Sr. Eduardo Haiama, na qualidade de membro do Comitê; e (iv) a Sra. Tania Sztamfater Chocolat, na qualidade de membro do Comitê.



Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de setembro de 2023, o Conselho de Administração tomou conhecimento e registrou a renúncia da Sra. Tania Sztamfater Chocolat ao cargo de membro do Comitê, de modo que a composição do Comitê passou a ser: (i) Carlos Augusto Leone Piani, na qualidade de Coordenador do Comitê; (ii) João Alberto da Silva Neto, na qualidade de membro do Comitê; e (iii) Eduardo Haiama, na qualidade de membro do Comitê.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 3 de outubro de 2023, o Conselho de Administração tomou conhecimento e registrou a renúncia do Sr. Eduardo Haiama ao cargo de membro do Comitê, e elegeu o Sr. Tiago de Almeida Noel, de modo que a composição do Comitê passou a ser: (i) Carlos Augusto Leone Piani, na qualidade de Coordenador do Comitê; (ii) João Alberto da Silva Neto, na qualidade de membro do Comitê; e (iii) Tiago de Almeida Noel, na qualidade de membro do Comitê.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de setembro de 2024, o Conselho de Administração: (a) tomou conhecimento da renúncia apresentada pelo Sr. Carlos Augusto Leone Piani ao cargo de membro e Coordenador do Comitê; (b) elegeu o Sr. Tiago de Almeida Noel como Coordenador do Comitê; e (c) elegeu o Sr. Jorge Roberto Manoel ao cargo de membro do Comitê, de modo que a atual composição do Comitê, com mandato até a primeira reunião do Conselho de Administração após Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas do exercício de 2024 é: (i) Tiago de Almeida Noel, como Coordenador do Comitê; (ii) João Alberto da Silva Neto, como membro do Comitê; e (iii) Jorge Roberto Manoel, como membro do Comitê.

A composição do Comitê da Equatorial é refletida nas suas controladas - Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. ("Equatorial Maranhão"), Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. ("Equatorial Pará"), Companhia Estadual de Distribuição De Energia Elétrica - CEEE-D ("CEEE-D") e Equatorial Transmissora 8 SPE S.A. ("SPE 8").

Tendo em vista a mesma composição nessas empresas e o disposto no Regimento Interno da Companhia, as reuniões são realizadas de forma unificada, com os itens de pauta discriminados de acordo com a empresa a que se aplicam.

Dessa forma, todos os Comitês das empresas são compostos por três membros independentes, sendo um deles conselheiro independente da Equatorial S.A. e os demais membros externos, com mandatos vigentes até a reunião do Conselho de Administração posterior à Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovará as contas do exercício de 2024.



TIAGO DE ALMEIDA NOEL
Conselheiro Independente
Coordenador do Comitê



JORGE ROBERTO MANOEL
Membro do Comitê
Membro Externo



JOÃO ALBERTO DA SILVA NETO
Membro do Comitê
Membro Externo

3. Atividades Desenvolvidas

Nos termos do Regimento Interno do Comitê, as reuniões ordinárias do Comitê são realizadas, no mínimo, bimestralmente, de acordo com o calendário anual aprovado pelo Comitê, de forma que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação, e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação realizada pelo Coordenador, pelo Presidente do Conselho de Administração, ou por quaisquer 2 (dois) membros do Comitê ou do Conselho de Administração.

3.1. Reuniões e Participação

O Comitê seguiu um Plano de Trabalho definido previamente, reunindo-se 8 (oito) vezes durante o ano de 2024:

- **7** (sete) reuniões ordinárias e
- **1** (uma) reunião extraordinária

Os membros atingiram um percentual de participação de 87%, tendo ocorrido a ausência justificada de 1 (um) membro em apenas três das reuniões levadas a efeito em 2024.

3.2. Destaque

Os principais temas analisados pelo Comitê durante as reuniões foram:

- Revisão da Política de Gestão de Riscos e da Política Anticorrupção.
- Acompanhamento periódico do Plano Anual da Auditoria Interna e do Canal Confidencial.

3.3. Pautas e Deliberações

- Total de itens pautados: **48** (quarenta e oito) itens.
- Total de solicitações: **26** (vinte e seis) solicitações.
- Solicitações atendidas: **20** (vinte) já foram atendidas.
- Solicitações em andamento: **6** (seis) estão em andamento.

3.4. Temas Discutidos

Os temas discutidos podem ser agrupados da seguinte forma:

✓ **Auditoria Externa**

- Demonstrações Financeiras anuais e das Informações Trimestrais.
- Plano Auditoria Externa – Equatorial e SABESP.
- Relatório de Controles Internos 2023.

✓ **Auditoria Interna**

- *Onboarding* do novo *head* de Auditoria e Riscos.
- Acompanhamento Plano Anual de Auditoria Interna.
- Apresentação sobre a Estrutura da Auditoria Interna.
- Discussão Plano Anual Auditoria Interna.

✓ **Ouvidoria e Canal Confidencial**

- Acompanhamento das Denúncias – Canal Confidencial.

✓ **Deloitte – Auditoria e Consultoria Empresarial**

- Processo de Gestão de Riscos.

✓ **Riscos e Controles Internos**

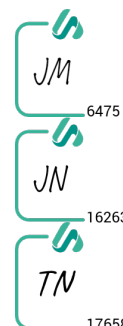
- Atualização da Política de Gestão de Riscos.
- Apresentação sobre Gestão de Riscos e Controles Internos.
- Apresentação sobre Status KRIs para Riscos Priorizados.
- Apresentação sobre Proposta Deloitte *Playbook* de Riscos – Gestão de Crise.

✓ **Partes Relacionadas**

- Monitoramento das Transações com Partes Relacionadas.

✓ **Jurídico e Compliance**

- Riscos Tributários – Reforma Tributária.
- Programa de Integridade e Treinamentos Obrigatórios.



- Atualização da Política Anticorrupção.
- ✓ **Regulatório e Meio Ambiente/ESG**
 - IFRS S1 e S2 – *International Sustainability Standards Board* (ISSB).
- ✓ **Tecnologia da Informação**
 - Segurança Cibernética e Governança de Dados.
- ✓ **Relações com Investidores**
 - Formulário de Referência.

4. Regimento Interno

O Comitê conta com um Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração em 29 de dezembro de 2022, o qual pode ser consultado no endereço: <https://ri.equatorialenergia.com.br/esg/estatuto-social-e-codigo-de-conduta/>.

5. Recomendações e Comunicação do CAE com os Conselhos de Administração

O Coordenador do Comitê reúne-se trimestralmente com o Conselho de Administração das empresas que possuem o CAE constituído, a fim de relatar as principais discussões e reportar os trabalhos desenvolvidos.

Dentre as principais atividades, encontram-se as recomendações que realizou aos Conselhos de Administração, como a recomendação da aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício social, bem como a análise acerca das informações financeiras da Companhia referentes aos períodos findos em 31 de março de 2024 (1º ITR/24), 30 de junho de 2024 (2º ITR/24) e 30 de setembro de 2024 (3º ITR/24).

6. Conclusões

Os membros do Comitê no exercício de suas atribuições, conforme as disposições do Estatuto Social da Companhia equatorial S.A e do Regimento Interno do Comitê, apreciaram as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes (Ernest & Young Auditores Independentes S/S Ltda.), o relatório da administração e a proposta de destinação de resultados da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e, considerando as análises realizadas no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo Comitê, bem como as

informações prestadas pela administração ao longo do exercício social, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário manifestam que não encontraram objeção no encaminhamento dos referidos documentos para a devida apreciação pelo Conselho de Administração, com a posterior recomendação de aprovação à Assembleia Geral Ordinária da Companhia, nos termos da lei das Sociedades por Ações.

 **ATLAS**
Signed by

Tiago De Almeida Noel

17658

Tiago de Almeida Noel

Coordenador do Comitê de Auditoria
Estatutário

 **ATLAS**
Signed by

Jorge Roberto Manoel

6475

Jorge Roberto Manoel

Membro do Comitê de Auditoria
Estatutário

 **ATLAS**
Signed by

João Alberto Da Silva Neto

16263

João Alberto da Silva Neto

Membro do Comitê de Auditoria
Estatutário

2025.03.26 - RCAE - EQTL3 - Resultados 2024 (AGOE 2025)_rev.
societário 25.03 (limpa).docx

Valide a autenticidade do documento clicando ou escaneando o QR Code ao lado ou acesse
o [verificador de autenticidade](#) e insira o código: 2D4D1-36607-0D4D6



Solicitação de assinatura iniciada por: Thais C. O. M. em 26/03/2025

Assinaturas



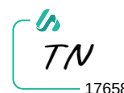
Carolina Maria Matos Vieira
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 26 de março de 2025, 18:23:11 | E-mail: car*****@eq***** |
Endereço de IP: 253.0.44.96 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome
134.0.0.0, Windows 10 | Celular: (**) *****-7737



Tiago de Almeida Noel
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 26 de março de 2025, 18:26:06 | E-mail: tno**@op***** | Endereço de IP:
200.142.103.34 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Microsoft Edge
134.0.0.0, Windows 10 | Celular: (**) *****-3834



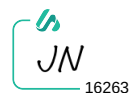
Jorge Roberto Manoel
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 26 de março de 2025, 18:28:31 | E-mail: jor*****@gm***** | Endereço de IP:
243.232.55.80 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 134.0.0.0,
Windows 10 | Celular: *****4626



João Alberto da Silva Neto
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 27 de março de 2025, 12:11:18 | E-mail: jas*****@gm***** | Endereço de IP:
177.127.169.115 | Segundo Fator de Autenticação: Whatsapp | Dispositivo/Aplicativo: Atlas App (3.0.94),
iOS | Celular: (**) *****-6220

Relatório da Administração 2024

A Administração da EQUATORIAL S.A. ("Equatorial"), em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, com as respectivas notas explicativas e o Relatório dos auditores independentes, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. As informações não financeiras da Companhia e de suas controladas, as relacionadas ao programa "Luz para Todos" (PLPT), o Balanço Social, Combate a Perdas, Relatório de Ações Sociais, assim como as expectativas da Administração quanto ao desempenho futuro da Companhia e de suas controladas não foram revisadas pelos auditores independentes.

01. Perfil da Companhia

Visão geral

A Equatorial S.A. é uma *holding* brasileira do setor de **utilities** com atuação nos setores de **energia elétrica e saneamento**.

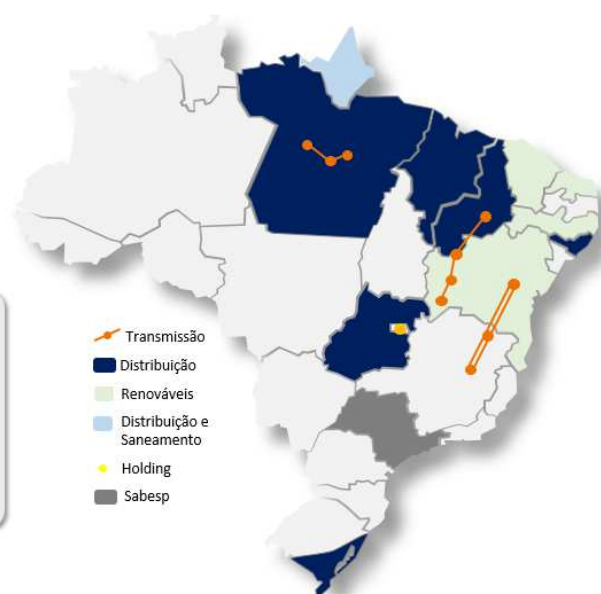
No **segmento de distribuição de energia**, a Equatorial opera as distribuidoras dos Estados do Maranhão, Pará, Piauí, Alagoas, Amapá, parte do Rio Grande do Sul (CEEE-D) e Goiás.

No **segmento de Transmissão de Energia**, a Equatorial possui atualmente concessões de 7 lotes de linhas de transmissão, totalizando R\$ 1,104 bilhão em RAP (Receita Anual Permitida), a valores de dezembro de 2024. Em 21 de março de 2024, a Equatorial S.A. concluiu a alienação de 100% das ações da INTESA e em 05 de dezembro de 2024, concluiu a venda de 100% das ações da SPE 7.

No **segmento de geração de energia**, em **03 de março de 2022**, foi concluída a aquisição de **100% das ações da Echoenergia Participações S.A.**, marcando a **entrada do grupo no segmento de Geração Renovável**. A Echoenergia possui ativos eólicos na região Nordeste com 1,2 GW de capacidade instalada e ativos solares, com 573 MW de capacidade instalada, totalizando 1,8 GW de geração renovável no Grupo.

Em 2021, a Equatorial ingressou no **segmento de saneamento**, vencendo o leilão da concessão de saneamento do **Amapá**, com 80% da Companhia de Saneamento do Amapá (CSA), com o início das operações de forma não assistida em **13 de julho de 2022**. Em 2024, a Companhia deu mais um passo importante neste segmento, sagrando-se como Investidor de Referência no processo competitivo para aquisição de 15% das ações da SABESP (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo).

No **segmento de prestação de serviços**, a Equatorial detém 100% da Equatorial Serviços. Adicionalmente a Equatorial Serviços detém 100% de participação na **Equatorial Telecomunicações e Enova**, esta última, uma empresa com foco em oferecer soluções técnicas em eficiência energética e em geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis, inclusive por meio da geração distribuída.



02. Destaques de 2024

- ▶ **EBITDA Consolidado alcançou R\$ 11,394 bilhões** em 2024, variação de 12,9%, deve-se. Principalmente, ao aumento de margem bruta das distribuidoras em função da redução de perdas e efeito de aumento de mercado e tarifa.
- ▶ Volume total de energia distribuída atingiu **58.371 GWh**, crescimento consolidado de 7,3% em relação a 2023, com destaque para o estado do Amapá (+17,2%), Alagoas (+8,8%) e Maranhão (+8,4%).
- ▶ Qualidade da Operação - Melhoria na qualidade através da Redução do **DEC** (duração de interrupção de energia), com destaque para Maranhão, Goiás e Piauí.
- ▶ **Qualidade da Operação** – No **FEC** (frequência de interrupções de energia), seis das sete distribuidoras atuando abaixo do patamar regulatório.
- ▶ **Nas Perdas totais consolidadas**, destaque para a **CEA** que se enquadrou no limite regulatório e, **Pará Alagoas, Piauí e Goiás** abaixo do limite regulatório.
- ▶ **Os Investimentos consolidados da Equatorial** totalizaram **R\$ 8,9 bilhões**, 18,3% inferior ao ano anterior, influenciado por menores investimentos nos segmentos de renováveis (-87%), em virtude da entrada em operação comercial dos projetos solares, transmissão (-76%) e serviços e outros (-74%).
- ▶ **O covenant** de Dívida Líquida / EBITDA o consolidado fechou o ano com a consolidação proforma de 12 meses de EBITDA dos ativos adquiridos em 3,3x. As disponibilidades atingiram R\$ 13,7 bilhões.

03. Mensagem do Presidente

O ano de 2024 foi mais um ano de consolidação e crescimento com geração de valor para o Grupo Equatorial e seus acionistas. Completamos 20 anos, com uma história que teve início no Maranhão, com a aquisição do negócio de distribuição de energia do estado, e que estabeleceu o alicerce para os nossos próximos passos até que nos tornássemos um dos maiores agentes do setor de energia do país e uma holding multi-utilities, com atuação em todas as regiões brasileiras – do Oiapoque ao Chuí – e em diversos negócios como Distribuição, Transmissão, Geração, Comercialização, Serviços, Saneamento e Telecom.

Adquirimos 15% da SABESP por meio da participação no processo de privatização da empresa e nos tornamos Investidor de Referência, fortalecendo o nosso objetivo para com a sociedade: a universalização dos serviços de água e esgoto, um direito fundamental para cada cidadão. Em nossas sete distribuidoras, levamos energia elétrica a cerca de 34 milhões de pessoas, inclusive em alguns lugares remotos, como localidades na Amazônia e áreas do sertão, com grande impacto para a qualidade de vida da população.

Seguimos exitosos na melhoria operacional das nossas distribuidoras, mesmo com os desafios climáticos extremos, como as enchentes no Rio Grande do Sul que impactaram, no ápice, cerca de 240 mil consumidores desconectados, além de uma sequência de fortes ondas de calor em todo o país. Finalizamos a construção de dois parques solares da Echoenergia, Ribeiro Gonçalves e Barreiras I, evoluímos na operação de saneamento no Amapá e demos continuidade aos processos de turnaround das distribuidoras em Goiás, Rio Grande do Sul e Amapá. Em benefício da estrutura de capital do Grupo, tivemos iniciativas relevantes, como a venda da Equatorial Transmissora 7 SPE S.A. ("SPE 7") e os aumentos de capital com a subscrição privada no montante de R\$ 2,5 bilhões e com a integralização de dividendos.

No âmbito de ESG, a Companhia lançou o Instituto Equatorial, que passou a coordenar e implementar as iniciativas de responsabilidade social do Grupo e a continuidade da agenda de segurança através do programa "Jornada de Segurança", trabalhando de forma integrada os pilares de capacitação, liderança, comportamento, fornecedores e população, de maneira a tornar cada vez mais robusta a gestão desse valor. No que tange as esferas institucional e regulatória, a Companhia participou e contribuiu em importantes discussões como a renovação das concessões de distribuição e a solução para o curtailment no segmento de geração.

Seguimos com foco em crescimento com geração de valor, excelência na performance operacional e gestão financeira, e contamos com um time dedicado e qualificado para perpetuar a história de sucesso da Equatorial. Mantemos o nosso compromisso de melhorar a cada dia a qualidade do serviço prestado, de forma que as nossas concessionárias de serviços públicos sejam protagonistas no desenvolvimento das regiões em que atuamos.

Augusto Miranda da Paz Junior

Diretor-Presidente

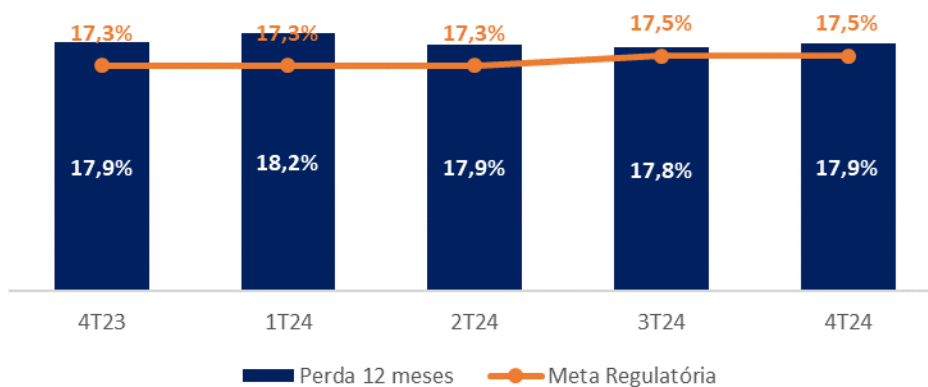
04. Gestão dos negócios

4.1 Combate às perdas

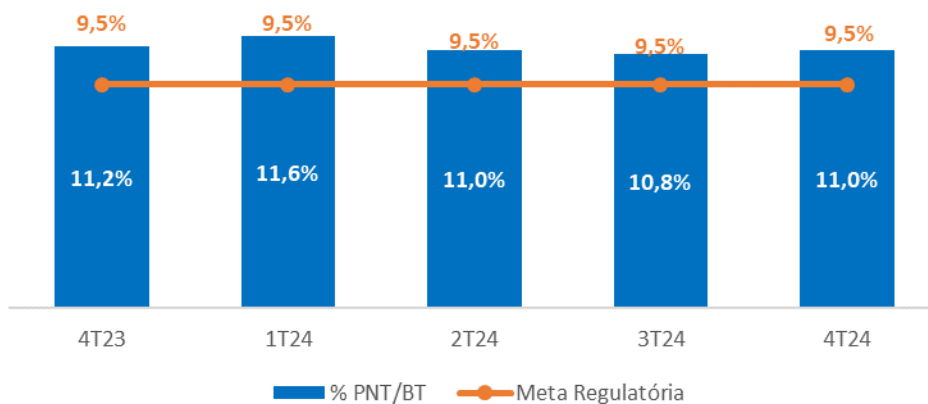
Maranhão

Em 2024, a quantidade de energia elétrica requerida pelo sistema da Equatorial Maranhão alcançou o patamar de 10.668 GWh, um aumento de 8,0% em relação à 2023, e o faturamento atingiu 8.762 GWh, o que representou incremento de 8,0% também em relação à 2023. Deste modo, as perdas de energia registradas pela Companhia em 2024 totalizaram 1.7905 GWh, equivalente a 17,9% da energia requerida, mantendo o patamar de perdas alcançado em 2023.

**Perdas totais sobre a energia injetada
(Últimos 12 meses)**



**Perda não técnica sobre o mercado de baixa tensão
(Últimos 12 meses)**



O ano de 2024 foi ano marcado por grandes desafios e a Equatorial Maranhão buscou melhorar processos e desenvolver novas estratégias para alcançar patamares superiores dos anos anteriores. Entretanto, efeitos climáticos atípicos, temperatura, impactaram dois períodos específicos da concessão. O fenômeno “El Niño” se estendeu até o final do 1T24, contribuindo para o aumento das perdas nesse período. No entanto, até o 3T24, as temperaturas máximas retornaram aos níveis históricos, permitindo que as ações de combate a perdas tivessem efeito mais relevantes. Já no último trimestre, ocorreu um novo aumento atípico da temperatura, atingindo até 0,5°C acima da média histórica, o que dificultou a redução das perdas, mantendo os patamares atingido em 2023.

Por outro lado, observou-se desempenhos relevantes no combate a perdas não técnicas ao longo dos dois últimos anos, onde fechamos o ano de 2024 no menor patamar percentual desde 2014, resultado importante para a consolidação da metodologia de combate a perdas do grupo Equatorial Energia.

A seguir apresentamos o resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas neste ano:

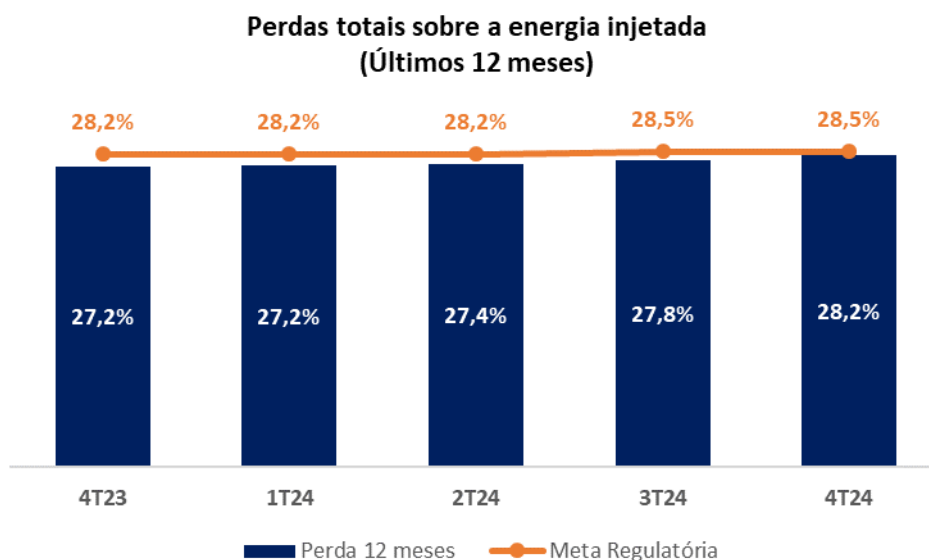
- Regularização de 6,0 mil clientes em área de gambiarra, sendo necessária a realização de extensões de redes de média e baixa tensão;
- Inspeção de 3,2 mil clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão;
- Expansão do SMC (Sistema de Medição Centralizada) em 15,6 mil clientes de baixa tensão;
- Recadastramento do parque de Iluminação Pública de 29 municípios;
- Inspeção de 205,4 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão;
- Regularização de 13,8 mil clientes clandestinos em área onde existia rede de energia;

- Regularização de 4,4 mil clientes desligados no sistema e auto religados de forma irregular;
- Identificação e regularização de 48,7 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT;
- Crescimento de 766 medições fiscais em transformadores de distribuição, voltado apenas para crescimento vegetativo do parque já existente.

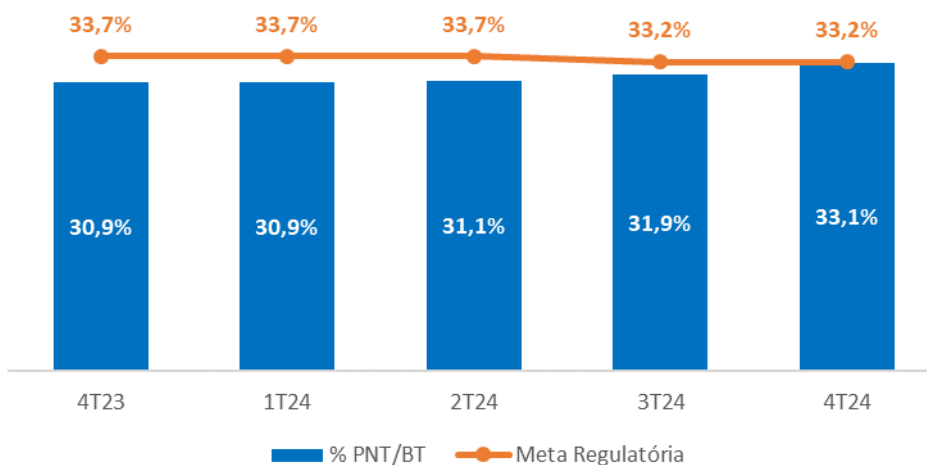
Hoje a Equatorial Maranhão possui 13,0 mil transformadores monitorados para fins de balanço energético, que correspondendo a 51% do seu mercado de baixa tensão, permitindo um direcionamento mais assertivo das suas operações.

Pará

Em 2024, a quantidade de energia elétrica requerida pelo sistema da Equatorial Energia Pará alcançou o patamar de 16.174 GWh, aumento de 8,0% em relação a 2023, e o faturamento atingiu 11.609 GWh, o que representou aumento de 6,8% em comparação com 2023. Desse modo, as perdas de energia registradas pela Companhia, em 2024, totalizaram 4.564 GWh, equivalente a 28,2% da energia requerida, implicando em aumento de 1,0 p.p. do índice de perdas em relação ao fechamento de 2023.



**Perda não técnica sobre o mercado de baixa tensão
(Últimos 12 meses)**



O ano de 2024 para a Equatorial Pará foi desafiador, mas segue marcado pelo compromisso contínuo com a melhoria dos processos de combate às perdas na rede elétrica. A distribuidora manteve esforços para identificar com precisão os pontos da rede com maiores índices de perda e atuar prontamente para solucioná-los.

No entanto, desafios operacionais relacionados à mobilização de parceiros impactaram a operação, somados a efeitos climáticos severos e migração de mercado industrial relevante para a rede básica, ou seja, saída de energia “limpa” da base de cálculo, resultando em um crescimento do indicador de perdas em comparação a 2023. Apesar desse cenário, a empresa continua implementando medidas estratégicas para mitigar esses impactos, reforçando seu compromisso com a eficiência operacional e a qualidade do serviço prestado aos consumidores.

Podemos destacar que no ano de 2023 a Equatorial Energia Pará alcançou um marco histórico dentro da concessão e com o esforço de todos atingiu o limite regulatório determinado pelo órgão regulador (Aneel) a partir do 3T23.

Ainda assim, no que tange todos os efeitos citados, a Equatorial Energia Pará permanece abaixo do limite regulatório determinado pelo órgão regulador (Aneel), patamar que alcançado no ano de 2023.

A seguir, apresentamos o resumo/resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas comerciais em 2024:

- Regularização de 9,3 mil clientes em área de gambiarra, sendo necessária a realização de extensões de redes de média e baixa tensão;
- Inspeção de 3,9 mil clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão;
- Expansão do SMC (Sistema de Medição Centralizada) em 30,8 mil clientes de baixa tensão;
- Recadastramento do parque de Iluminação Pública de 30 municípios;
- Inspeção de 271,3 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão;
- Regularização de 16,0 mil clientes clandestinos em área onde existia rede de energia;
- Regularização de 7,5 mil clientes desligados no sistema e auto religados de forma irregular;

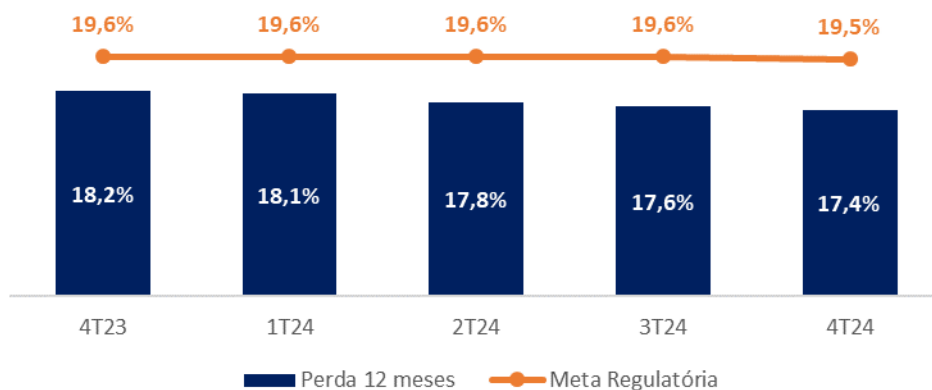
- Identificação e regularização de 101,6 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT;
- Crescimento de 0,5 mil novas medições fiscais em transformadores de distribuição para fins de balanço energético.

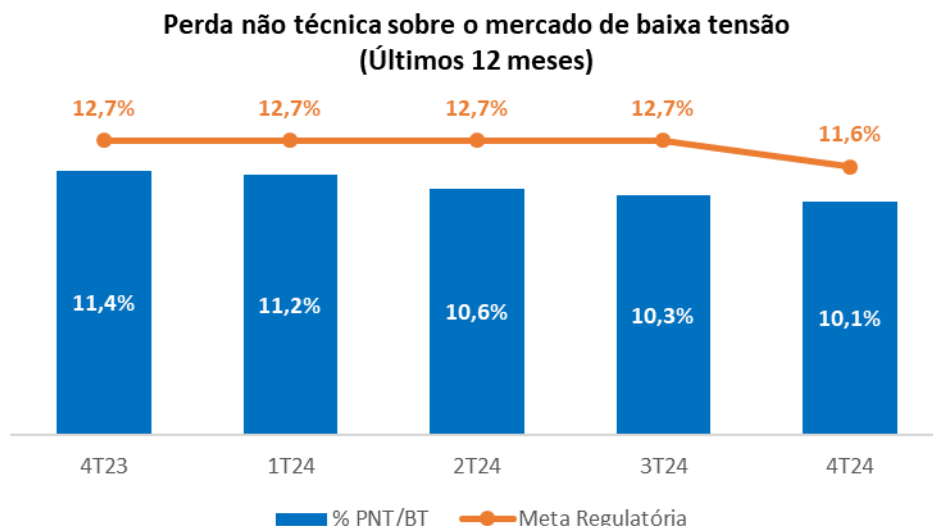
Hoje a Equatorial Pará possui 23,0 mil transformadores monitorados de maneira consistente, que correspondem a 58% do mercado de baixa tensão

Piauí

Em 2024, a quantidade de energia elétrica injetada no sistema da Equatorial Piauí alcançou o patamar de 5.919 GWh, crescimento de 6,8% em relação a 2023, e o faturamento atingiu 4.887 GWh, o que representou aumento de 7,7% na comparação com o ano anterior. Desse modo, as perdas de energia registradas pela Companhia, em 2024, totalizaram 1.031 GWh, equivalente a 17,4% da energia requerida, implicando em uma redução de 0,8 p.p no índice de perdas em relação ao fechamento de 2023.

Perdas totais sobre a energia injetada (Últimos 12 meses)





O ano de 2024 para a Equatorial Piauí apresentou aperfeiçoamentos no processo de combate às perdas e melhorias na rede elétrica, já observado nos anos anteriores, isto tem sido fundamental para a ratificação da redução das perdas globais dentro da concessão dos anos anteriores. Com o uso de tecnologias avançadas, é possível identificar com precisão os pontos da rede que estão apresentando maiores índices de perda e agir prontamente para solucionar o problema. Além disso, a modernização da rede elétrica, com a substituição de equipamentos antigos por outros mais eficientes e modernos, tem permitido a redução das perdas técnicas. Com essas medidas, a distribuidora conseguiu reduzir as perdas, mantendo-se abaixo do limite regulatório, melhorando a qualidade do serviço prestado aos consumidores.

A seguir, apresentamos a seguir o resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas comerciais em 2024:

- Regularização de 1,7 mil clientes em área de gambiarra, sendo necessária a realização de extensões de redes de média e baixa tensão;
- Inspeção de 1,1 mil clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão;
- Recadastramento do parque de Iluminação Pública de 31 municípios;
- Inspeção de 113,7 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão;
- Regularização de 2,8 mil clientes clandestinos em área onde existia rede de energia;
- Regularização de 479 clientes desligados no sistema e auto religados de forma irregular;
- Identificação e regularização de 11,5 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT;

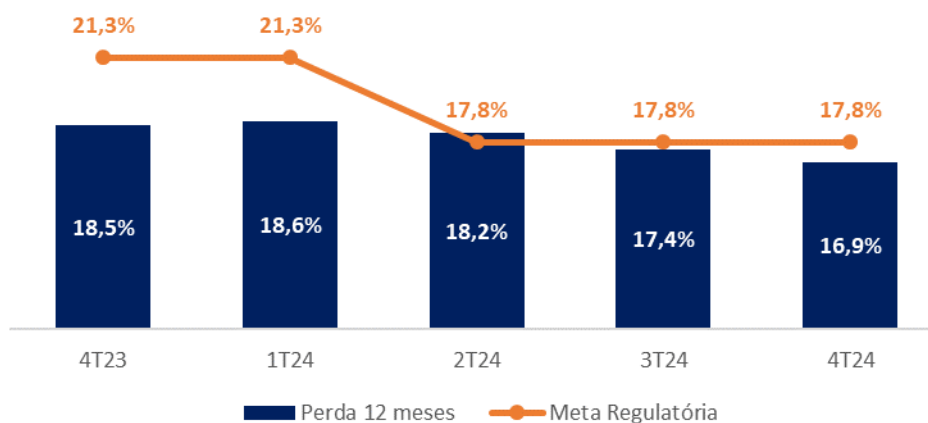
- Crescimento de 126 novas medições fiscais em transformadores de distribuição para fins de balanço energético.

Atualmente a Equatorial Piauí possui 6,1 mil transformadores monitorados para fins de balanço energético, que correspondendo a 48% do seu mercado de baixa tensão, permitindo um direcionamento mais assertivo das suas operações.

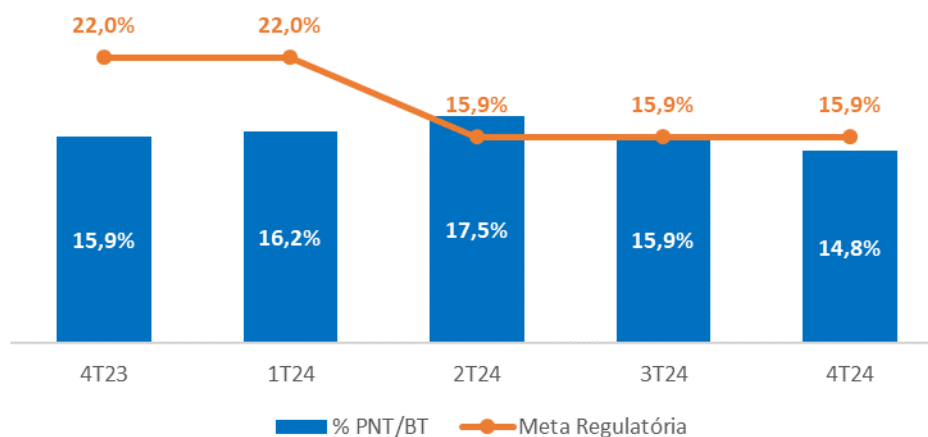
Alagoas

Em 2024, a quantidade de energia elétrica requerida pelo sistema da Equatorial Alagoas alcançou o patamar de 5.792 GWh, aumento de 6,5% em relação a 2023, e o faturamento atingiu 4.812 GWh, o que representou aumento de 8,2% na comparação com o ano anterior. Desse modo, as perdas de energia registradas pela Companhia, em 2024, totalizaram 979 GWh, equivalente a 16,9% da energia requerida, implicando redução de 1,6 p.p. do índice de perdas em relação ao fechamento de 2023.

Perdas totais sobre a energia injetada (Últimos 12 meses)



Perda não técnica sobre o mercado de baixa tensão (Últimos 12 meses)



O ano de 2024 para a Equatorial Alagoas representou a consolidação na melhoria dos processos de combate às perdas na rede elétrica, movimento que já vinha sido observado desde ano anterior, sendo fundamental para a redução das perdas globais dentro da concessão. Com o uso de tecnologias avançadas é possível identificar com precisão os pontos da rede que estão apresentando maiores índices de perda e agir prontamente para solucionar o problema. Com essas medidas, a distribuidora vem conseguindo diminuir suas perdas e melhorar a qualidade do serviço prestado aos consumidores.

Além desses fatores, em 2024, a distribuidora conseguiu manter-se abaixo do limite regulatório definido pelo agente regulador (Aneel), mesmo com a finalização da flexibilização existe, ratificando o compromisso com o combate a perdas dentro da concessão.

Apresentamos a seguir o resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas em 2024:

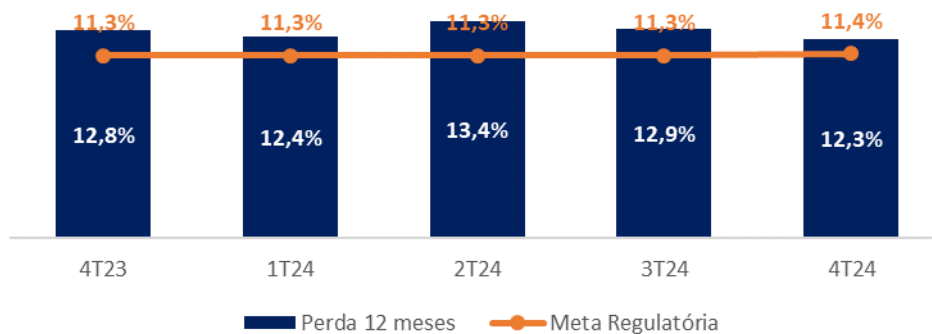
- Regularização de 355 clientes em área de gambiarra, sendo necessária a realização de extensões de redes de média e baixa tensão;
- Inspeção de 1,5 mil clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão;
- Expansão do SMC (Sistema de Medição Centralizada) em 24,0 mil clientes de baixa tensão;
- Recadastramento do parque de Iluminação Pública de 62 municípios;
- Inspeção de 106,4 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão;
- Regularização de 9,7 mil clientes clandestinos em área onde existia rede de energia;
- Regularização de 2,6 mil clientes desligados no sistema e auto religados de forma irregular;
- Identificação e regularização de 34,9 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT;
- Crescimento de 438 medições fiscais novas em transformadores de distribuição para fins de balanço energético.

Hoje a Equatorial Alagoas possui 8,4 mil transformadores monitorados para fins de balanço energético, que correspondendo a 60% do seu mercado de baixa tensão, permitindo um direcionamento mais assertivo das suas operações.

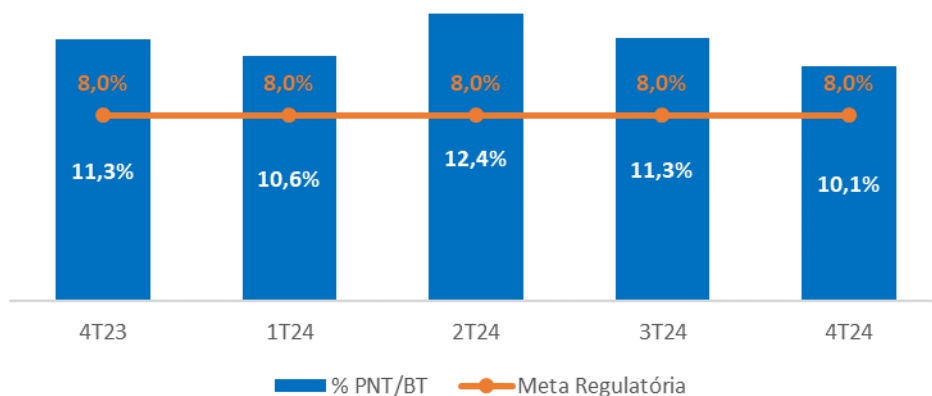
CEEE-D (Rio Grande do Sul)

Em 2024, a quantidade de energia elétrica requerida pelo sistema da Equatorial CEEE-D alcançou o patamar de 10.098 GWh, aumento de 2,1% em relação a 2023, e o faturamento atingiu 8.558 GWh, o que representou incremento de 4,0% também em relação a 2023. Desse modo, as perdas de energia registradas pela Companhia em 2024 totalizaram 1.240 GWh, equivalente a 12,3% da energia requerida, implicando redução de 0,6 p.p. do índice de perdas em relação ao fechamento de 2023.

**Perdas totais sobre a energia injetada
(Últimos 12 meses)**



**Perda não técnica sobre o mercado de baixa tensão
(Últimos 12 meses)**



O ano de 2024 para a Equatorial CEEE-D foi desafiador para a distribuidora, marcado por diversos efeitos climáticos e catástrofes naturais que impactaram significativamente o estado, a empresa não mediu esforços para o

restabelecimento do fornecimento de energia, sempre priorizando a qualidade do serviço prestado à população, de maneira a minimizar os impactos sócios-econômicos para seus clientes.

Mesmo diante desse cenário adverso, a Equatorial CEEE-D conseguiu como resultado a redução do indicador de perdas em relação a 2023, reafirmando seu compromisso com a eficiência operacional e a melhoria contínua do serviço oferecido aos consumidores.

Apresentamos a seguir o resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas em 2024, impactadas diretamente devido aos eventos climáticos que ocorreram no ano:

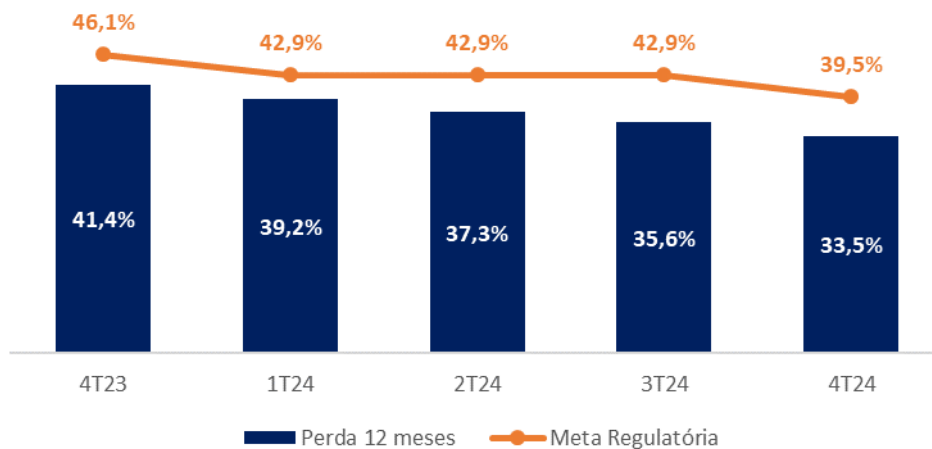
- Regularização de 1,7 mil clientes em área de gambiarra, sendo necessária a realização de extensões de redes de média e baixa tensão;
- Inspeção de 4,7 mil clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão;
- Expansão/Retrofit do SMC (Sistema de Medição Centralizada) em 17,5 mil clientes de baixa tensão;
- Inspeção de 128,0 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão;
- Regularização de 1,5 mil clientes clandestinos em área onde existia rede de energia;
- Regularização de 8,9 mil clientes desligados no sistema e auto religados de forma irregular;
- Identificação e regularização de 18,4 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT;
- Crescimento de 744 medições fiscais em transformadores de distribuição, voltado apenas para crescimento vegetativo do parque já existente.

Hoje a Equatorial CEEE-D possui 3,8 mil transformadores monitorados para fins de balanço energético, que correspondendo a 8,43% do seu mercado de baixa tensão, permitindo um direcionamento mais assertivo das suas operações.

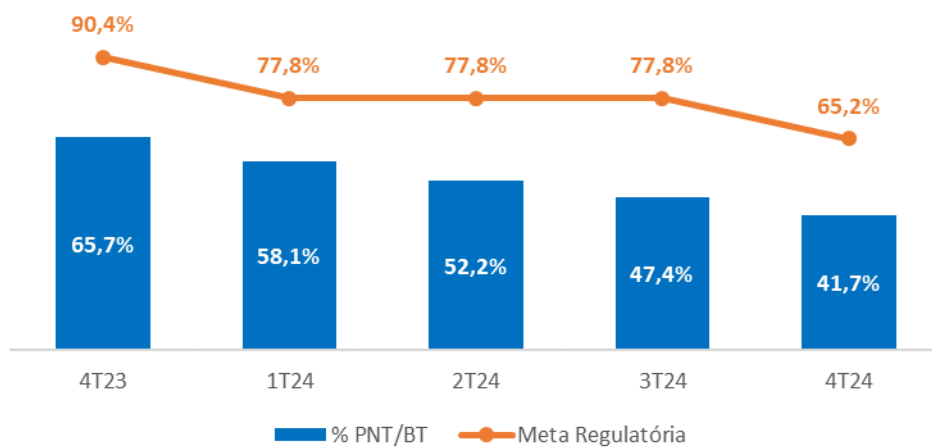
CEA (Amapá)

Em 2024, a quantidade de energia elétrica requerida pelo sistema da Equatorial Energia CEA alcançou o patamar de 2.124 GWh, crescimento de 3,0% em relação a 2023, e o faturamento atingiu 1.412 GWh, o que representou aumento de 14,6% na comparação com 2023. Desse modo, as perdas de energia registradas pela Companhia, em 2024, totalizaram 712 GWh, equivalente a 33,5% da energia requerida, implicando em redução de 7,9 p.p. do índice de perdas em relação ao fechamento de 2023.

**Perdas totais sobre a energia injetada
(Últimos 12 meses)**



**Perda não técnica sobre o mercado de baixa tensão
(Últimos 12 meses)**



O ano de 2024 para a Equatorial CEA representa a continuidade e o fortalecimento das ações de combate às perdas na rede elétrica, consolidando os avanços observados desde que a Equatorial assumiu o controle da concessão e

implementou sua metodologia específica para esse desafio. Esse trabalho tem sido fundamental para a redução das perdas globais dentro da concessão.

Com o uso de tecnologias avançadas, a distribuidora segue identificando com precisão os pontos da rede com maiores índices de perda e atuando prontamente para solucioná-los. Devido o resultado dessas iniciativas, a Equatorial CEA tem conseguido reduzir suas perdas e aprimorar a qualidade do serviço prestado aos consumidores. Além disso, em 2024, a distribuidora alcançou um marco significativo ao atingir o limite regulatório não flexibilizado, reforçando a consolidação do processo de combate às perdas no estado e demonstrando seu compromisso com a eficiência operacional e a sustentabilidade do fornecimento de energia.

Com isso, vamos apresentamos a seguir resumo/resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas comerciais em 2024:

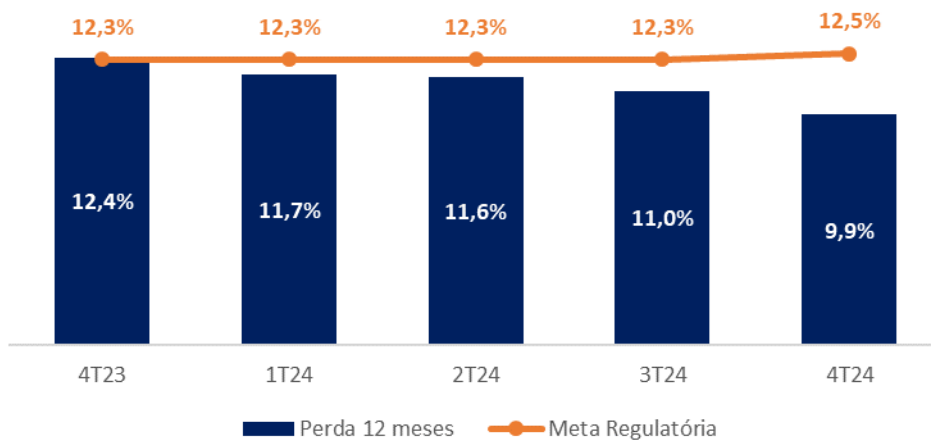
- Regularização de 546 clientes em área de gambiarra, sendo necessária a realização de extensões de redes de média e baixa tensão;
- Inspeção de 964 clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão;
- Expansão do SMC (Sistema de Medição Centralizada) em 20,6 mil clientes de baixa tensão;
- Recadastramento do parque de Iluminação Pública de 9 municípios;
- Inspeção de 37,2 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão;
- Regularização de 6,7 mil clientes clandestinos em área onde existia rede de energia;
- Regularização de 504 clientes desligados no sistema e auto religados de forma irregular;
- Identificação e regularização de 21,0 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT;
- Crescimento de 0,47 mil novas medições fiscais em transformadores de distribuição para fins de balanço energético.

Hoje a Equatorial CEA possui 2,2 mil transformadores monitorados de maneira consistente, que correspondem a 43% do mercado de baixa tensão

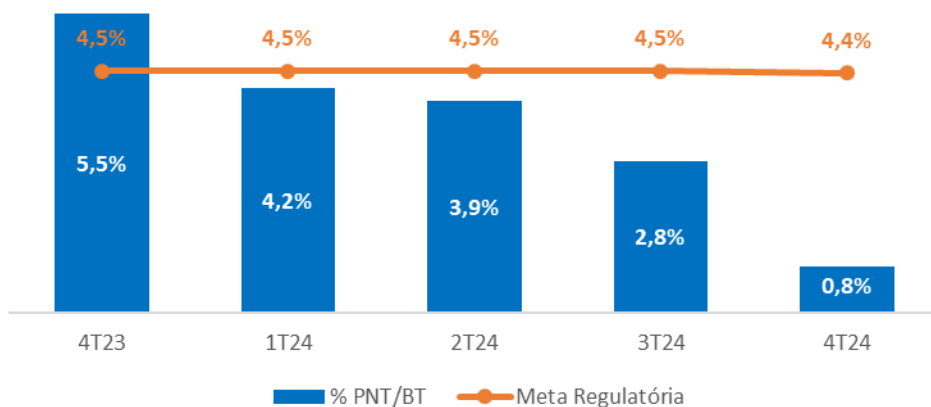
Goiás

Em 2024, a quantidade de energia elétrica injetada no sistema da Equatorial Goiás, alcançou o patamar de 20.010 GWh, crescimento de 4,7% em relação a 2023. O faturamento atingiu 18.027 GWh o que representou um aumento de 7,3% na comparação com o ano anterior. Desse modo, às perdas de energia registradas pela Companhia, em 2023, totalizaram 1,983 GWh, equivalente a 9,9% da energia requerida, implicando em crescimento de 2,5 p.p. do índice de perdas em relação ao fechamento de 2023.

**Perdas totais sobre a energia injetada
(Últimos 12 meses)**



**Perda não técnica sobre o mercado de baixa tensão
(Últimos 12 meses)**



Na Equatorial GO, o ano de 2024 marcou a consolidação do processo de combate às perdas não técnicas. Com o uso de novas tecnologias e análises avançadas, foi possível identificar as localidades mais agressivas da concessão e maximizar o combate a perdas de forma efetiva. Somado a isso, ações que acarretaram notícia crime para abertura

de inquérito policial no enfrentamento dos furtos de energia contribuiu significativamente para a moralização das perdas, recuperação de mercado e consequentemente a redução do indicador de perdas, alcançando um patamar abaixo do limite regulatório definido agência reguladora (Aneel), além de fortalecer a cultura de combate a perdas dentro do Grupo Equatorial Energia.

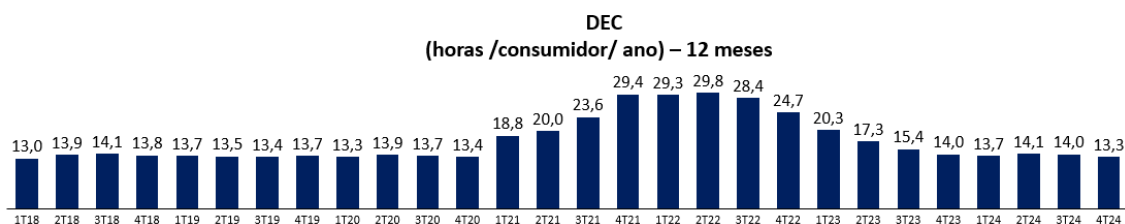
A seguir apresentamos as ações realizadas para o combate às perdas em 2024:

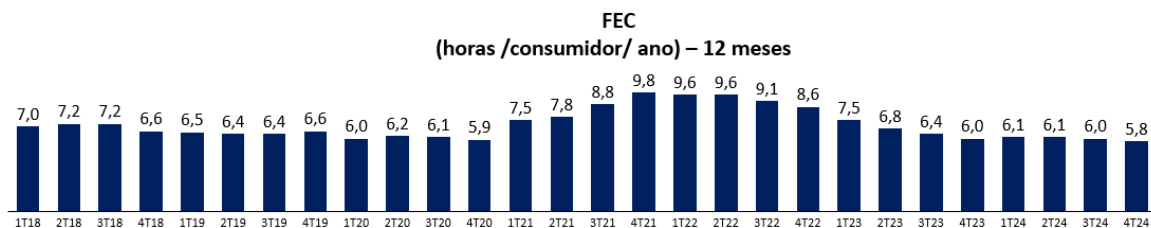
- Recadastramento de pontos do parque de Iluminação Pública de 110 municípios;
- Inspeção de 5,2 mil clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão;
- Inspeção de 198,5 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão;
- Identificação e regularização de 52,4 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT;
- Regularização de 21,1 mil clientes clandestinos ou desligados em área onde existia rede de energia;

4.2 Qualidade DEC/FEC

Maranhão

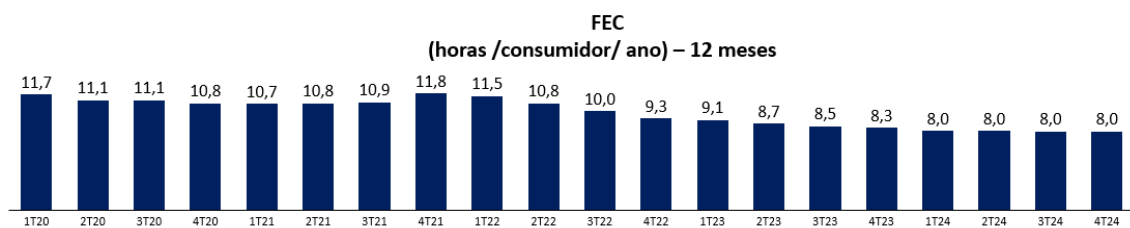
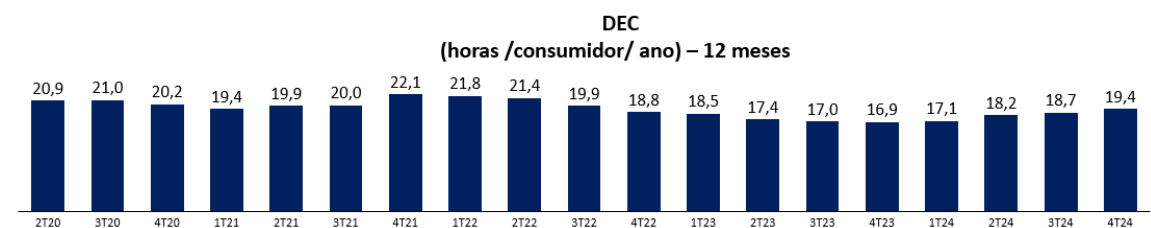
A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). Em 2024, concentramos esforços para consolidar e garantir a estabilidade dos resultados alcançados em 2023, evidenciando a maturidade e a robustez de nossa operação. Para 2025, nosso compromisso é dar continuidade à trajetória de melhoria contínua, adotando uma abordagem estratégica e crítica em relação aos custos operacionais. Com ênfase na otimização do OPEX, buscaremos aprimorar a eficiência e a eficácia na gestão de recursos, garantindo, assim, um crescimento sustentável e rentável no longo prazo.





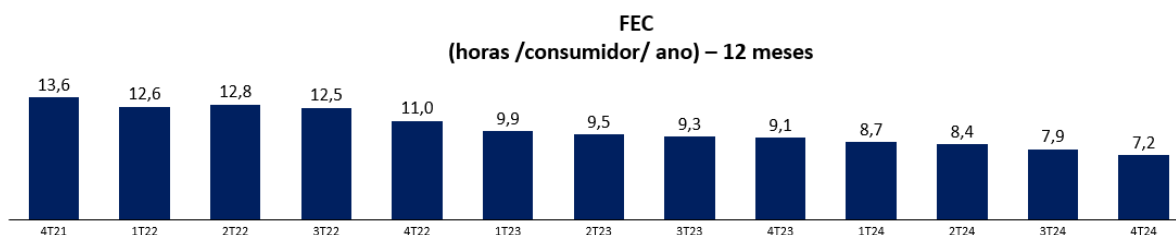
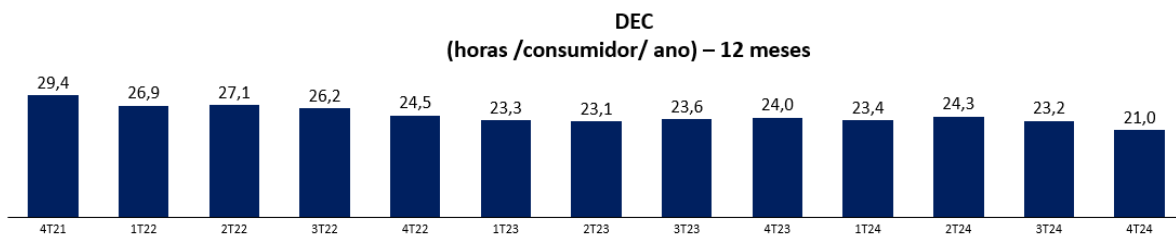
Pará

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). O indicador de qualidade DEC e FEC encerra o ano respectivamente em 19,40 horas e 7,95 vezes. Desta forma mantivemos o resultado abaixo da meta regulatória da ANEEL.



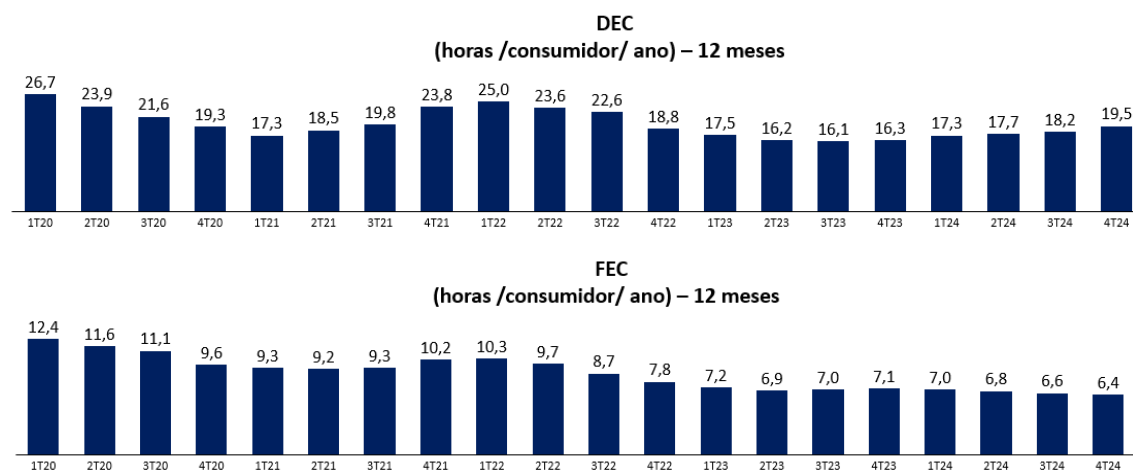
Piauí

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). Os indicadores de qualidade DEC e FEC apresentaram uma redução de 12,5 % e de 21%, respectivamente, em relação ao exercício anterior.



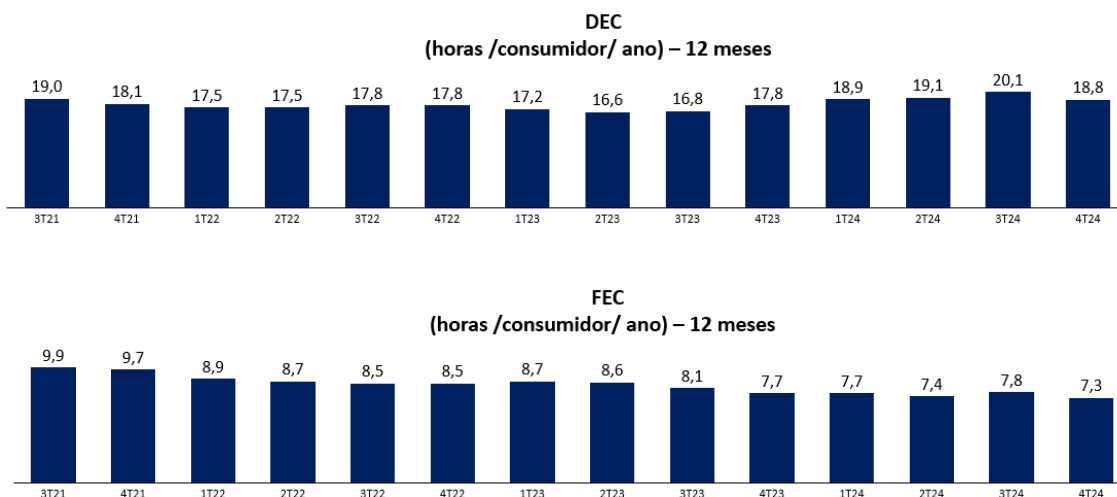
Alagoas

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). O indicador de qualidade DEC apresentou um aumento de 19,6% em relação ao exercício anterior, já o FEC apresentou uma redução de 10% em relação ao exercício anterior.



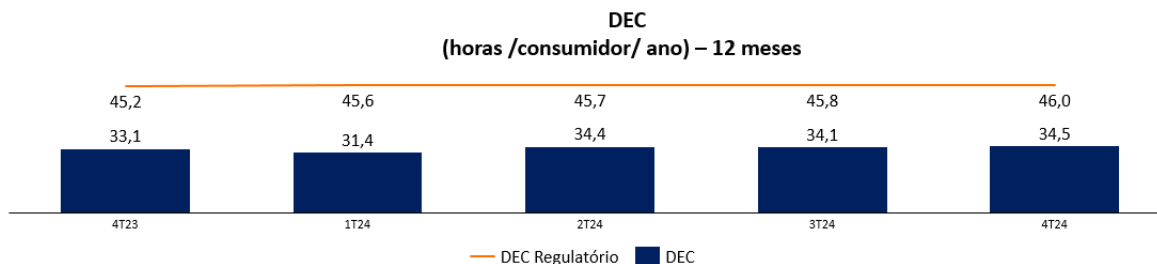
CEEE-D (Rio Grande do Sul)

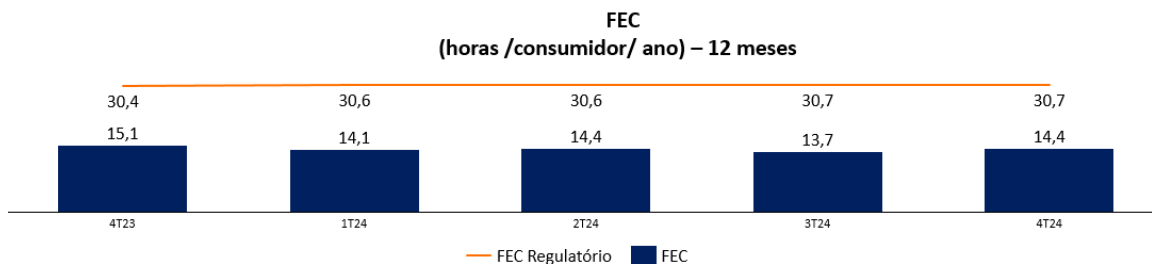
A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). O indicador de qualidade DEC apresentou um aumento de 5,6% e o FEC uma redução de 5,2%, ambos em relação ao exercício anterior.



CEA (Amapá)

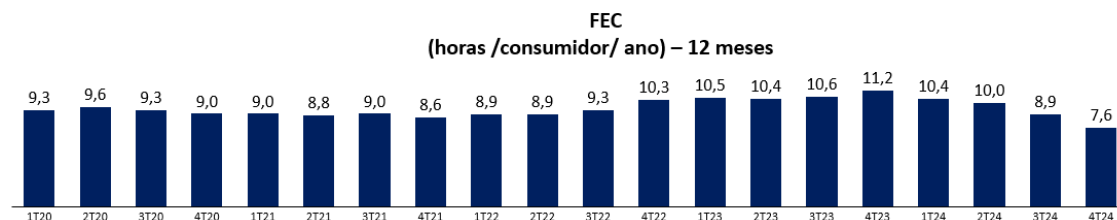
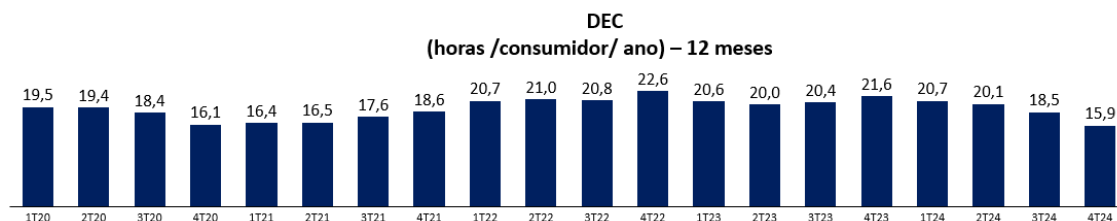
A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). O indicador de qualidade DEC apresentou um aumento de 4,51% em relação ao exercício anterior, o FEC apresentou uma queda de 4,82% em relação ao mesmo período.





Goiás

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). O indicador de qualidade DEC apresentou uma redução de 26,3% em relação ao exercício anterior, o FEC apresentou uma redução de 31,8% em relação ao exercício anterior.



05. Assuntos Regulatórios

Reajuste Tarifário Anual – Equatorial Maranhão

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) através da Resolução Homologatória nº 3.376/2024 homologou o Reajuste Tarifário Anual da Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. (“Equatorial Maranhão”) com definição das tarifas para o período de 28 de agosto de 2024 a 27 de agosto de 2025, com um reajuste de -1,22%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

Reajuste Tarifário Anual – Equatorial Pará

Em 06 de agosto de 2024, por meio da Resolução Homologatória nº 3.371/2024 a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) homologou as tarifas da Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. (“Equatorial Pará”) sendo, em média, reajustadas em -3,56%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da distribuidora para o período de 07 de agosto de 2024 a 6 de agosto de 2025.

Reajuste Tarifário Anual – Equatorial Piauí

Em 27 de novembro de 2024, por meio da Resolução Homologatória nº 3.414/2024 a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) homologou as tarifas da Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. (“Equatorial Piauí”) sendo, em média, reajustadas em -4,28%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da distribuidora para o período de 2 de dezembro de 2024 a 1 de dezembro de 2025.

Reajuste Tarifário Anual – Equatorial Alagoas

Em 30 de abril de 2024, por meio da Resolução Homologatória nº 3.326/2024 a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) homologou as tarifas da Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. (“Equatorial Alagoas”) sendo em média, reajustadas em -3,49%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da distribuidora para o período de 3 de maio de 2024 a 2 de maio de 2025.

Reajuste Tarifário Anual – CEEE-D

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) através da Resolução Homologatória nº 3.413/2024 homologou o Reajuste Tarifário Anual de 2024 da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, vigente de 22 de novembro de 2024 a 21 de novembro de 2025, resultando no reajuste médio de 4,67%, aplicável às tarifas dos consumidores da área de concessão da Equatorial CEEE-D.

Reajuste Tarifário Anual – CEA

Conforme Contrato de Concessão nº 01/2021, em 13 de dezembro de cada ano, a CEA deve aplicar novas tarifas, homologadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, para os consumidores conectados da rede de distribuição do Amapá. Em 2023, contudo, o processo tarifário não teve deliberação e assim, mesmo diante da prerrogativa contratual, a ANEEL não publicou novas tarifas para a CEA, que seguiu aplicando as tarifas homologadas no processo tarifário de 2022, por meio da Resolução Homologatória nº 3.163/2022.

De forma a rever os efeitos da não homologação, a ANEEL, em 27 de fevereiro de 2024, pautou o processo tarifário de 2023 da CEA e aprovou, em reunião de diretoria colegiada, a RTE 2023 com aplicação de efeito tarifário de 0% aos consumidores e constituiu um ativo regulatório referente aos efeitos devidos, mas não aplicados, do índice de reajuste tarifário de 2023.

Ato contínuo, em 09 de abril de 2024, foi editada a Medida Provisória nº 1.212/2024 que dentre outras providências, autorizou o direcionamento de recursos do Fundo Regional da Amazônia Legal à modicidade tarifária no Amapá. Essa determinação mitigou os efeitos contabilizados no ativo regulatório, que se referem à aplicação de 0% de reajuste do processo de 2023.

Por fim, a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) através da Resolução Homologatória nº 3.430/2024 homologou o Reajuste Tarifário Anual de 2024 da Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA, vigente de 13 de dezembro de 2024 a 12 de dezembro de 2025, resultando no reajuste médio de +13,70%, aplicável às tarifas dos consumidores da área de concessão da CEA.

Reajuste Tarifário Anual - Goiás

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio da Resolução Homologatória nº 3.407/2024, homologou o resultado da Revisão Tarifária Anual (RTA) de 2024 da Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. estabelecendo as tarifas aplicáveis no período de 22 de outubro de 2024 a 21 de outubro de 2025. O reajuste representou um efeito médio de 4,33% a ser percebido pelos consumidores do Estado de Goiás.

Além disso, em 18 de fevereiro de 2025, a Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (AGR) emitiu a Nota Técnica nº 003/2025, na qual avaliou o desempenho da Equatorial Goiás no exercício de 2024, para o Plano de Resultados relativo à Continuidade do Fornecimento. O relatório confirmou a superação das metas estabelecidas para o período, evidenciando a eficácia das ações implementadas. Especificamente, a Distribuidora alcançou um percentual de 27,2% dos 147 conjuntos atendendo ao limite regulatório do DEC, superando a meta de 18%, enquanto 48,3% dos conjuntos atingiram o limite regulatório do FEC, frente a meta de 35%.

Os resultados demonstram o compromisso da Equatorial Goiás com a melhoria contínua da qualidade do fornecimento de energia elétrica, reforçando sua atuação na busca por maior confiabilidade e eficiência operacional em benefício da população goiana.

Reajuste Tarifário CSA

Em 11 de julho de 2024 a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Amapá (“ARSAP”) homologou as tarifas da CSA – Concessionária de Saneamento do Amapá sendo reajustadas em 5,48%, a ser percebido pelos consumidores da concessionária para o período de 30 de agosto de 2024 a 29 de agosto de 2025.

06. ESG

O **Jornada de Segurança**, um dos pilares estruturantes da gestão de segurança do Grupo, continuou sua expansão ao longo de 2024, consolidando uma cultura organizacional voltada para a prevenção de riscos. O programa, que é baseado nos pilares Liderança, Comportamento, População, Capacitação e Fornecedores, tem como objetivo transformar a mentalidade das lideranças e equipes operacionais, promovendo uma atuação cada vez mais proativa na segurança do trabalho.

Entre as ações realizadas em 2024, destacam-se:

- 20.675 inspeções estáticas (nas bases);
- 33.534 inspeções dinâmicas (blitz em campo);
- Mais de 15.007 diálogos de segurança com as equipes;

- 25 workshops de segurança com fornecedores âncoras e não âncoras;
- Implementação de monitoramento por QR Code, garantindo o histórico de informações de colaboradores e empresas.

Paralelamente, o compromisso social da Companhia se fortaleceu com a criação do **Instituto Equatorial**, em julho de 2024. Concebido para ampliar o alcance e a efetividade das iniciativas sociais da Companhia, o Instituto fortalece projetos existentes e abre novas frentes de atuação, com foco em educação, inclusão social e desenvolvimento sustentável.

A estruturação do Instituto foi um passo estratégico para consolidar as iniciativas de responsabilidade social do Grupo sob um modelo mais ágil e eficiente. Com CNPJ próprio e atuação no terceiro setor, a entidade permite uma gestão mais flexível dos recursos, facilitando parcerias e o desenvolvimento de projetos de longo prazo. A centralização das ações também trouxe maior governança e transparência, assegurando que os investimentos sociais estejam alinhados às diretrizes de sustentabilidade da Companhia.

Desde sua criação, o Instituto Equatorial tem direcionado esforços para enfrentar desafios estruturais nos territórios onde o Grupo atua. Suas iniciativas se organizam em três frentes principais:

- **Mobiliza:** Focado na capacitação profissional e no aumento da empregabilidade, promovendo oficinas, cursos profissionalizantes e workshops que auxiliam na inserção de grupos em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho.
- **Tecendo Futuros:** Voltado para a educação, com ações que vão desde o combate ao analfabetismo até a melhoria da qualidade do ensino nas escolas públicas.
- **Impulsiona:** Direcionado ao empreendedorismo e geração de renda, com programas que oferecem capacitação técnica e capital semente para pequenos negócios, muitas vezes com aporte de capital semente para viabilizar novas oportunidades, garantindo apoio prático para o desenvolvimento econômico local.

Para os próximos anos, a meta é expandir suas frentes de atuação, fortalecer parcerias institucionais e aprimorar os mecanismos de avaliação de impacto, garantindo que cada ação contribua para um desenvolvimento dos locais onde o Grupo atua.

Em relação à estratégia climática, o Grupo Equatorial demonstrou avanços significativos em 2024, com destaque para a obtenção de uma **nota B** no questionário do **CDP Clima**, refletindo progressos na gestão de riscos e impactos climáticos, no engajamento da cadeia de valor e na governança. A Companhia também fez avanços no desenvolvimento do Inventário de Resíduos e do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), estruturando processos para aprimorar sistematização e monitoramento. A implementação do PGRS está prevista para 2025, com o objetivo de ampliar a rastreabilidade e garantir a eficácia das medidas adotadas. Atualmente, os materiais utilizados nas operações do Grupo não são provenientes de reciclagem, mas há iniciativas contínuas para otimizar a gestão de resíduos e implementar soluções responsáveis ao longo da cadeia produtiva.

Além disso, a Equatorial iniciou um projeto para o consumo de combustível renovável em sua frota administrativa por meio da troca de combustível, de forma que o etanol seja o combustível padrão nos abastecimentos e seja utilizado em detrimento da gasolina e/ou diesel. A iniciativa rendeu à Companhia um aumento de mais de **7600%** no consumo de etanol ao último ano, projeto que continuará a ser implementado em 2025.

Plataforma E+

A plataforma E+ reúne todos os projetos sociais do Grupo Equatorial, com focos e iniciativas distintas. A pluralidade de temas permite à Equatorial Energia promover simultaneamente diferentes eixos de atuação: comunidade, meio ambiente, eficiência energética e desenvolvimento socioeconômico.

E+ Comunidade

O E+ Comunidade busca construir relações de colaboração mútua com a sociedade por meio de diversos projetos sociais.

Entre as ações realizadas em 2024, destacam-se:

- **CEEE** aumentou o número de famílias beneficiadas, chegando a um total de 17.040 famílias em 72 municípios percorridos.
- **Equatorial Alagoas** aumentou o número de famílias beneficiadas, chegando a um total de 17.614 famílias em 60 municípios percorridos.
- **Equatorial Pará** aumentou o número de clientes cadastrados com acesso à Tarifa Social, chegando a 17.585 novas famílias no ano.

Programa Tarifa Social de Energia Elétrica

Por meio do Programa Tarifa Social de Energia Elétrica, famílias de baixa renda recebem da concessionária descontos na conta de energia. São elegíveis para o programa famílias com renda de até meio salário-mínimo por pessoa, inscritas no Cadastro Único, bem como famílias com integrantes que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC), entre outras situações de vulnerabilidade previstas em regulamento da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Entre as ações realizadas em 2024, destacam-se:

- **CEA** aumentou o número de clientes cadastrados com acesso à Tarifa Social, chegando a 672 novas famílias no ano

E+ Reciclagem

O projeto, que tem por objetivo trocar resíduos recicláveis por descontos na conta de energia. O cliente também tem a opção de doar o bônus para uma instituição filantrópica de sua escolha.

Entre as ações realizadas em 2024, destacam-se:

- Na **Equatorial Goiás**, O programa recebeu mais de duas mil toneladas de resíduos em 2024. Os resíduos deixados geraram mais de 8 mil MWh economizados por meio da troca de 29.998 lâmpadas fluorescentes e incandescentes por lâmpadas de LED, tendo um total de 7.219,23 tCO₂eq evitados.
- Na **Equatorial Maranhão**, o programa recebeu mais de cinco mil toneladas de resíduos em 2024. A distribuidora mantém postos distribuídos em quatro municípios, a maioria deles na capital, São Luís. Os resíduos deixados no E+ Reciclagem geraram mais de 26 mil MWh economizados por meio da troca de 25.784 lâmpadas fluorescentes e incandescentes por lâmpadas de LED.
- Na **Equatorial Piauí**, o programa recebeu mais de duas mil toneladas de resíduos em 2024. Os resíduos deixados no E+ Reciclagem geraram mais de 10 mil MWh economizados por meio da troca de 29.368 lâmpadas fluorescentes e incandescentes por lâmpadas de LED.

E+ Profissional e E+ Educação

Por meio dos programas E+ Profissional e E+ Educação são oferecidos cursos de qualificação profissional, bem como a realização de visitas em escolas, empresas e outras instituições de ensino. As atividades realizadas possuem o foco na disseminação de conhecimento na área de energia elétrica, cuidados com a segurança e economia de energia.

Entre as ações realizadas em 2024, destacam-se:

- Na **CEA** foram realizadas 272 palestras, sensibilizando 8.227 alunos a respeito do caminho da energia, consumo consciente e segurança.
- Na **CEEE**, foram realizadas 61 palestras, em 9 municípios, sensibilizando 4.956 alunos a respeito do caminho da energia, consumo consciente e segurança.
- Na **Equatorial Alagoas** foram realizadas 321 palestras, em 66 municípios, sensibilizando 12.067 alunos a respeito do caminho da energia, consumo consciente e segurança.
- Na **Equatorial Maranhão**, ao longo do ano foram realizadas 468 palestras em 63 municípios, sensibilizando 10.371 alunos a respeito do caminho da energia, consumo consciente e segurança.
- No **Equatorial Pará**, foram realizadas 468 palestras, em 63 municípios, sensibilizando 10.371 alunos a respeito do caminho da energia, consumo consciente e segurança.
- Na **Equatorial Piauí**, foram realizadas 754 palestras, em 40 municípios, sensibilizando 33.338 alunos a respeito do caminho da energia, consumo consciente e segurança.

E+ Luzes na Cidade

Projeto realizado na **Equatorial Goiás** que modernizou a iluminação pública de 2 municípios goianos por meio da troca gratuita de luminárias em avenidas, ruas e praças. Aproximadamente 1,9 mil luminárias já foram instaladas e o projeto contabiliza cerca de 2.181 MWh/ano de energia economizada.

07. Desempenho Econômico-Financeiro

8.1.1 Receita Líquida

Em relação à Receita Líquida, o total registrado no ano foi de R\$ 45,366 bilhões, 10,7% superior à obtida no ano anterior.

8.1.2 Custos e Despesas Operacionais

No ano de 2024, o total de custos e despesas operacionais, excluindo custo de construção, depreciação e amortização foi de R\$ 26,005 bilhões, crescimento de 12,0% na comparação com 2023.

8.1.3 EBITDA

Em 2024, o EBITDA atingiu R\$ 11,394 bilhões, 12,9% maior que o valor registrado no ano anterior que foi de R\$ 10,094 bilhões.

8.1.4 Resultado Financeiro

Em 2024, o resultado financeiro líquido (consolidado) foi negativo em R\$ 4,741 bilhões, comparado ao resultado financeiro líquido de R\$ 4,613 bilhões, registrado no ano de 2023.

8.1.5 Lucro Líquido

Em 2024, a Companhia alcançou Lucro Líquido de R\$ 3,768 bilhões, aumento de 31% em relação ao ano anterior de R\$ 2,876 bilhões.

08. Investimentos

Investimentos	4T23	4T24	Δ%	Δ	2023	2024	Δ%	Δ
R\$ milhões								
Distribuição	2.025	2.619	29%	594	8.166	8.378	3%	212
Ativos elétricos	1.328	1.813	37%	485	8.318	8.189	-2%	-129
Obrigações especiais	397	512	29%	115	1.068	1.453	38%	385
Ativos não elétricos	300	295	-2%	-5	779	735	-6%	-44
Transmissão	25	6	-77%	-19	100	24	-76%	-76
SPEs 1 a 8	28	8	-80%	-23	102	24	-77%	-78
Intesa	-	3	100%	3	-	2	100%	2
Renováveis	526	4	-99%	-521	2.444	310	-87%	-2.134
Ativos Operacionais	38	9	124%	47	84	42	-50%	-42
Projetos em desenvolvimento	488	14	-	-474	2.360	268	-	-2.092
Saneamento	15	57	275%	42	73	156	113%	83
Outros	47	9	-80%	-38	111	29	-74%	-82
Total Equatorial	2.638	2.696	2%	58	10.893	8.896	-18%	-1.997

Os investimentos do Grupo somaram **R\$ 8,9 bilhões** no exercício 2024, o que representou uma redução de 18% em relação ao exercício de 2023, impactado principalmente pelo segmento de geração, com a conclusão da construção dos parques solares de Ribeiro Gonçalves e Barreiras I e, no segmento de transmissão, finalização das obras de reforço do Transformador Xingu, na SPE 8.

DISTRIBUIÇÃO

Equatorial Maranhão

Os investimentos da Equatorial Maranhão, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT e MLA, totalizaram R\$ 1,106 bilhão em 2024, crescimento de 9% em relação a 2023. Tais investimentos são principalmente focados em expansão da capacidade de transformação da rede de distribuição, tendo em vista o contínuo crescimento na demanda de energia do Estado.

Equatorial Pará

Os investimentos da EQTL PA totalizaram R\$ 2,6 bilhões em 2024, aumento de 5% em relação a 2023. Os investimentos se concentraram na expansão e melhoria da rede, Interligação de Usinas e o Programa Luz Para Todos.

Equatorial Piauí

Em 2024, os investimentos da EQTL PI, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R\$ 639 milhões, direcionados principalmente a manutenção e expansão da rede de distribuição de energia. Já os investimentos do Programa Luz Para Todos somaram R\$ 87 milhões.

Equatorial Alagoas

Em 2024, os investimentos da Equatorial Alagoas Distribuidora, na qual não temos PLPT, totalizaram R\$ 431 milhões, uma redução 36% sobre o investimento realizado em 2023, tendo como destaque outros e expansão de rede de distribuição de energia.

CEEE-D

Em 2024, os investimentos da CEEE somaram R\$ 919 milhões, representando um aumento de 46% em relação ao ano anterior. Os projetos de Manutenção da Rede e Outros Investimentos, que compreendem os ativos não elétricos, foram os mais destacados. Nos investimentos elétricos, os principais focos foram: Troca de Rede para mudança de padrão, Substituição de Equipamentos, investimentos direcionados a melhorias de nível de tensão. No combate às perdas, foram aplicados cerca de R\$ 150 milhões. Considerando o crescimento contínuo da demanda por energia elétrica e a necessidade de modernização da rede de distribuição, obras como a Subestação Cerro Grande do Sul, além de outras ampliações e melhorias em subestações, totalizaram aproximadamente R\$ 53 milhões em 2024. Já na categoria de Outros Investimentos, foram investidos R\$ 33 milhões no projeto de melhoria e padronização do sistema comercial, que passará a ser o mesmo do Grupo Equatorial, e R\$ 15 milhões em benfeitorias em sedes e escritórios que carregam os esforços de reconstrução após a catástrofe climática.

CEA

Em 2024, os investimentos da CEA – Equatorial Amapá, totalizaram R\$ 350 milhões, redução de R\$ 100 milhões em relação a 2023, que fechou em 450 milhões. Essa redução ocorreu principalmente devido ao término do ciclo de investimentos relacionados à RTE, que havia impulsionado um crescimento exponencial em 2023. Além disso, a mudança na modalidade de pagamento saiu de ações de disponibilidade para produtividade nos contratos com alguns fornecedores, isso impactou diretamente os ativos elétricos e as obrigações especiais, resultando em uma economia significativa em 2024. Outro fator relevante foi o início da 2ª tranche do MLA apenas em dezembro de 2024. Por outro lado, os investimentos em ativos não elétricos mantiveram-se estáveis, sem grandes variações em relação ao ano anterior.

GOIAS

Os investimentos da Equatorial Goiás, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R\$2.125 bilhões em 2024, aumento de R\$50MM em relação a 2023. Tais investimentos são principalmente focados em expansão e melhoria da rede de distribuição e melhoria da percepção do cliente, tendo em vista o contínuo crescimento na demanda de energia do Estado.

TRANSMISSÃO

SPE 01 – Lote 08

Os investimentos em 2024 totalizaram R\$ 6,39 milhões. Os desembolsos foram concentrados na finalização dos contratos de engenharia, processos de negociação fundiária com os proprietários das terras e obrigações e compensações ambientais obrigatórias.

SPE 02 – Lote 09

O investimento em 2024, atingiram a marca R\$ 24 milhões em transmissão e R\$ 310 Milhões em renováveis, predominantemente referente ao término das obras das usinas fotovoltaicas Ribeiro Gonçalves e Barreiras.

SPE 03 – Lote 12

O investimento em 2024, atingiram a marca R\$ 24 milhões em transmissão e R\$ 310 Milhões em renováveis, predominantemente referente ao término das obras das usinas fotovoltaicas Ribeiro Gonçalves e Barreiras.

SPE 04 – Lote 14

O investimento em 2024, atingiram a marca R\$ 24 milhões em transmissão e R\$ 310 Milhões em renováveis, predominantemente referente ao término das obras das usinas fotovoltaicas Ribeiro Gonçalves e Barreiras.

SPE 05 – Lote 15

O investimento em 2024, atingiram a marca R\$ 24 milhões em transmissão e R\$ 310 Milhões em renováveis, predominantemente referente ao término das obras das usinas fotovoltaicas Ribeiro Gonçalves e Barreiras.

SPE 06 – Lote 16

O investimento em 2024, atingiram a marca R\$ 24 milhões em transmissão e R\$ 310 Milhões em renováveis, predominantemente referente ao término das obras das usinas fotovoltaicas Ribeiro Gonçalves e Barreiras.

SPE 07 – Lote 23

O investimento em 2024, atingiram a marca R\$ 24 milhões em transmissão e R\$ 310 Milhões em renováveis, predominantemente referente ao término das obras das usinas fotovoltaicas Ribeiro Gonçalves e Barreiras.

SPE 08 – Lote 31

Os resultados de 2024 foram bastante animadores, mas os desafios continuam em 2024. Nosso principal foco estará na constante melhoria dos indicadores de qualidade e disponibilidade. Além disso, seguiremos sempre atentos às oportunidades de reforços e melhorias em nossa rede.

GERAÇÃO (ECHOENERGIA)

Na Echoenergia foram investidos R\$310 Milhões no exercício de 2024.

SANEAMENTO (CSA)

Em 2024, os investimentos da CSA – Concessionária de Saneamento do Amapá totalizaram em R\$156 milhões, direcionados em projetos em construção com 72%, 19% em manutenção, renovação e melhorias, 9% com outros investimentos.

9. Governança Corporativa

Listada no Novo Mercado, mais alto nível de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), a Equatorial Energia S.A é uma Companhia comprometida com as melhores práticas de governança corporativa e com a transparência na relação com seus investidores e acionistas.

Diferenciais de governança corporativa:

- 100% de *tag along* aos acionistas minoritários;
- Sete dos oito membros no Conselho de Administração são independentes;
- 100% do capital total como *free float*, acima do mínimo de 25% requerido pelos padrões do Novo Mercado;
- Obrigação de oferta de compra pelo valor econômico em caso de encerramento de listagem ou de fechamento de capital;
- Divulgação de operações com títulos da Companhia envolvendo acionistas controladores ou administradores;
- Adoção de um Código de Ética e Conduta Empresarial;
- Manutenção de Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Títulos por Pessoas Relacionadas.
- Publicação trimestral, juntamente com os ITRs, da Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- Divulgação de demonstrações financeiras com padrões internacionais IFRS ou US GAAP.
- Realização de teleconferências de resultados a cada divulgação trimestral.

De acordo com o Contrato de Adesão ao Novo Mercado firmado com a B3, o Estatuto da Companhia prevê a utilização de Câmara de Arbitragem para resolução de conflitos.

Conselho de Administração

Eduardo Parente Menezes
Presidente do Conselho

Guilherme Mexias Aché
Vice-Presidente do Conselho

Tinn Freire Amado

Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa

Luís Henrique de Moura Gonçalves

Tania Sztamfater Chocolat

Tiago de Almeida Noel

Dennis Herszkowicz

Conselho Fiscal

Maria Salete Garcia Pinheiro

Conselheira Fiscal Titular

Saulo de Tarso Alves de Lara
Conselheiro Fiscal Titular

Vanderlei Dominguez da Rosa
Conselheiro Fiscal Titular

Paulo Roberto Franceschi
Conselheiro Fiscal Suplente

Claudia Luciana Ceccatto de Trotta
Conselheira Fiscal Suplente

Ricardo Bertucci
Conselheiro Fiscal Suplente

Diretoria Executiva

Augusto Miranda da Paz Júnior
Diretor Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Fernanda Verzenhassi Sacchi
Diretor

Cristiano De Lima Logrado
Diretor

Humberto Luis Queiroz Nogueira
Diretor

José Silva Sobral Neto
Diretor

Marcos Antônio Souza de Almeida
Diretor

José Ailton Rodrigues
Diretor

Maurício Alvares da Silva Velloso Ferreira
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Superintendente
Contador
CRC PE 012996-O-3 S-MA

Relacionamento com auditores externos

Em atendimento à instrução CVM 381/03, informamos que Ernst & Young Auditores Independentes S.S. prestou serviços de auditoria e consultoria fiscal durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Em atendimento ao atendimento ao inciso V e VI, do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022. Os Diretores da Companhia Srs. Augusto Miranda da Paz Júnior, Diretor-Presidente; Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores; José Silva Sobral, Diretor; Fernanda Verzenhassi Sacchi, Diretora; Cristiano De Lima Logrado, Diretor; Humberto Luis Queiroz Nogueira, Diretor; Marcos Antônio Souza de Almeida, Diretor; José Ailton Rodrigues, diretor; Maurício Alvares da Silva Velloso Ferreira, Diretor; declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) reviram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 26 de março de 2025 pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. , auditores independentes da Companhia, com relação às Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Parecer do conselho fiscal

O Conselho Fiscal da Equatorial S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, em reunião realizada nos dias 21 e 26 de março de 2025, por videoconferência, examinou as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas de suas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes, do parecer do Comitê de Auditoria Estatutário ("Comitê"), do relatório do Comitê, do relatório da administração e as contas dos administradores, e a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Com base nos exames efetuados e considerando o relatório dos auditores independentes da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., sem ressalvas, de 26 de março de 2025, conclui, por unanimidade, que os referidos documentos refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia e que opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados e votados pela assembleia geral da Companhia.

São Luís/MA, 21 e 26 de março de 2025.

Vanderlei Dominguez da Rosa

Saulo Tarso Alves de Lara

Maria Salete Garcia Pereira

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes

Em cumprimento ao artigo 27 da Instrução CVM nº 80/22, os diretores da Equatorial S.A., declaram que:

- (i) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023; e
- (ii) Reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no relatório de auditoria dos auditores independentes sobre as Informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Augusto Miranda da Paz Júnior

Diretor Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores